

EID&A

Nº 20
v. 1

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis:

Eduardo Lopes Piris
Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Maurício Beck
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Rubens Damasceno-Morais

Editores fundadores:

Eduardo Lopes Piris
Moisés Olímpio-Ferreira



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitor: Alessandro Fernandes de Santana
Vice-Reitor: Maurício Santana Moreau



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Fernando José Reis de Oliveira
Vice-Diretora: Élide Paulina Ferreira



Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis

Eduardo Lopes Piris (UESC)
Isabel Cristina Michelin de Azevedo (UFS)
Maurício Beck (UESC)
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (USP)
Rubens Damasceno-Morais (UFG)

Editores fundadores

Eduardo Lopes Piris
Moisés Olímpio-Ferreira

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com

Sítio eletrônico: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea>

Indexada em:



Sumário

Artigos inéditos

Stickers do Whatsapp: (nova) forma persuasiva de interação bem-humorada.....	6
<i>Ana Cristina Carmelino</i>	
<i>Lídia Kogawa</i>	
A argumentação no reposicionamento de marca da Avon: do femvertising ao ethos de sororidade	28
<i>Ana Paula Gomes Nunes</i>	
<i>Rony Petterson Gomes do Vale</i>	
Modalidade volitiva e construção argumentativa nos discursos de Donald Trump em língua espanhola	51
<i>André Silva Oliveira</i>	
“Jesus é travesti”: um olhar sobre a LGBTfobia em discurso polêmico no Instagram.....	81
<i>Andréa Mendonça Cunha</i>	
<i>Márcia Regina Curado Pereira Mariano</i>	
Entre democracia e ditadura: o poder argumentativo da língua no discurso político de Fernando Haddad	103
<i>Briane Schmitt</i>	
<i>Ernani Cesar de Freitas</i>	
Contributions from the New Rhetoric and Foucault’s thought to the teaching of argumentative discourse	118
<i>Isabel Cristina Michelin de Azevedo</i>	
Técnicas argumentativas e a construção do ethos discursivo: análise do processo judicial condenatório de Frei Caneca	137
<i>Ivanaldo Oliveira dos Santos</i>	
<i>Alex Sandra da Silva Moura</i>	
<i>Samuel Alves Monteiro</i>	

Argumentação e referenciação no debate político televisivo: análise das expressões nominais.....	157
<i>Janyellen Martins Santos</i>	
<i>Romildo Barros da Silva</i>	
<i>Maria Francisca Oliveira Santos</i>	
As figuras retóricas e as paixões numa decisão do judiciário brasileiro	178
<i>Kathrine Butieri</i>	
<i>Camila Cesário Laércio</i>	
Ethos racista de cor no futebol brasileiro: uma construção histórico-ideológica.....	203
<i>Mirian Ribeiro de Oliveira</i>	

Traduções

Começar de novo: argumentação interacional em contextos terapêuticos.....	226
<i>Alicia Eugenia Carrizo</i>	
Revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica	254
<i>Ralph H. Johnson</i>	
Comentário sobre “revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica”, de Ralph Johnson	274
<i>Raymie E. McKerrow</i>	

Resenha

Resenha de “Retórica e discurso – fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais. homenagem à Professora Lineide do Lago Salvador Mosca”, de Hubert & Bento (Org.).....	286
<i>Maria Helena Cruz Pistori</i>	

Artigos inéditos

Stickers do Whatsapp: (nova) forma persuasiva de interação bem-humorada

Ana Cristina Carmelino

Docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil.
anacris Carmelino@gmail.com

Lídia Kogawa

Graduanda em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil.
lidiakogawa@yahoo.com.br

Resumo: Com base especialmente nos pressupostos teóricos da Retórica e da Nova Retórica, pretendemos, neste artigo, refletir a respeito de como certas “figuras” usadas na interação via WhatsApp, que ficaram conhecidas comumente como stickers, podem ser consideradas como um recurso de persuasão. De modo específico, queremos mostrar que os stickers funcionam como expediente de adesão ou não ao que foi exposto/postado, buscando louvar ou criticar algo e, portanto, têm caráter epidítico. A justificativa do estudo deve-se ao fato de tais formas multimodais terem assumido um papel relevante nas conversas digitais contemporaneamente, substituindo, muitas vezes, os textos verbais escritos ou falados, ou seja, as mensagens digitadas ou gravadas em áudio.

Palavras-chave: Sticker. Humor. Retórica. Gênero epidítico.

Abstract: Based specially on the theoretical assumptions of Rhetoric and New Rhetoric, we intend, in this article, to give thought about certain “figures” used in WhatsApp interaction, which were commonly known as stickers, can be considered as a persuasive resource. Specifically, we want to show that the stickers work as a way of adhering or not to what was exposed/posted, seeking to praise or criticize something and, therefore, have an epidemic character. The justification of the study is that such multimodal forms have assumed a relevant role in contemporary digital conversations, often replacing written or spoken verbal texts, i.e., typed or recorded audio messages.

Keywords: Sticker. Humor. Rhetoric. Epidithic genre.

Considerações iniciais

Sabemos que há diferentes formas de inserir conteúdo no WhatsApp, rede social que tem ganhado espaço e dado uma nova configuração ao papel exercido pelos “smartphones” na sociedade. O usuário pode escrever algo, incluir vídeos, fotos e até mesmo figuras criadas para estabelecer contato com as outras pessoas. Estas últimas, usadas cada vez com mais frequência, têm sido chamadas de *stickers*, espécie de “adesivos digitais” bem-humorados que são compostos por elementos imagéticos e /ou verbais e criados por usuários anônimos por meio de aplicativo específico¹. Esses textos multimodais², que versam sobre variados temas, normalmente têm sido empregados como resposta rápida e descontraída, ou seja, por meio das figuras o usuário manifesta acordo ou não referente a algo que tenha sido postado.

Com base nessas considerações e levando-se em conta que os *stickers* têm circulado paralelamente aos textos verbais escritos ou falados (neste caso, dos áudios gravados) nas conversas digitais via WhatsApp, e em muitas ocasiões até substituindo tais textos, este artigo busca refletir sobre o papel desse recurso no processo de interação nessa rede social. O objetivo principal é mostrar que tais figuras constituem um recurso persuasivo. De caráter epidítico, servem para louvar ou criticar, funcionando, portanto, como um expediente de adesão ou não ao que foi postado. Desse modo, os pressupostos teóricos adotados na análise dos dados são os de autores da Retórica (ARISTÓTELES, 2015) e da Nova Retórica (REBOUL, 2004; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005; MEYER, 2007a, 2007b; TRINGALI, 1988, 2014).

A retórica, segundo Aristóteles (2015), é uma ciência que se ocupa dos princípios e das técnicas de comunicação com fins persuasivos; logo, considera como as pessoas usam a linguagem para alterar percepções, explicar, mudar, reforçar e canalizar uma crença. O discurso retórico se manifesta como a construção de uma argumentação que conduz o auditório (ouvinte/leitor) numa direção, projeta um ponto de vista, busca adesão e, concebe, de modo verossímil, uma determinada representação da realidade.

¹ A multimodalidade é entendida aqui como a “característica dos textos cujos significados são realizados por meio de mais de um código semiótico”, quando ocorre, portanto, o “entrecruzamento de linguagens – verbal (oral e/ou escrita), visual, sonora” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 152).

² Cf. Congo e Fraga (25 ago. 2013) e Trindade (25 out. 2018).

Se as palavras são revestidas de inúmeros artifícios retóricos para encantarem, persuadirem, dissuadirem, convencerem e, assim, refletirem o saber, o querer e o fazer humanos, entendemos que as imagens também o são. Segundo registram Campbell, Huxman e Burkholder (2015, p. 12):

Imagens que visam nos influenciar são inevitáveis. Escultura, piquete, sinalização e trânsito, símbolos religiosos e políticos, vídeos do YouTube, aplicativos do smartphones, filme, programação de televisão, fotografias, ícones do computador, sites, pinturas, cartazes, anúncios impressos, arquitetura, dança desfiles, logotipos corporativos, cartazes e muitos outros eventos visuais enriquecem e confundem a nossa paisagem simbólica [...]. Considera-se a imagem como mensagem persuasiva integral ou dominante.

Em nossos dias, de modo ainda mais intenso do que sempre foi, as mídias sociais valem-se da imagem para disseminar temas ligados ao senso comum. No espaço da *doxa* fundamentalmente não se discutem verdades e certezas, manifestam-se, na maior parte das vezes, opiniões. Por isso, o movimento persuasivo é dialético: não só permite a discussão de valores, de hierarquias, de preferências, como também conclama deliberação e testa ideais democráticos. Os *stickers*, consolidados em discursos, têm sido uma das formas de movimento persuasivo. Antes, porém, de mostrarmos como isso funciona, cabe tratar de conceitos retóricos que irão ancorar as bases teóricas para a análise de alguns dos casos desse modo de interação digital.

1. Retórica e gênero de discurso epidítico

A retórica, pensada *a priori* como a arte de persuadir pelo discurso especificamente verbal, é definida por Aristóteles (2015, p. 62) como a “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”. De acordo com os pressupostos do filósofo, o discurso, concebido como processo comunicativo retórico, compreende três elementos: aquele que fala (o orador), a quem se fala (o auditório) e o assunto de que se fala (discurso). Esses elementos vinculam-se às provas de persuasão, já que estas podem residir no caráter moral do orador (*ethos*), no modo como se dispõe o auditório (*pathos*) e no próprio discurso (*logos*), pelo que se demonstra ou parece demonstrar.

Considerando-se especialmente a natureza do auditório, ou seja, os tipos de ouvintes (mais precisamente pela função que exercem) e a necessidade de

adaptar-se a eles, Aristóteles, no livro I da *Retórica*, classifica os gêneros de discursos retóricos ou oratórios, o que chama de “espécies de retórica” (2015, p. 68), em três tipos: o judicial, o deliberativo e o epidítico. A classificação aristotélica – seguida por muitos teóricos nela inspirados – parte de algumas referências, conforme registra Tringali (2014, p. 69):

- A reação do auditório depois de ouvido o discurso
- O objetivo do discurso
- O tempo em que a questão tratada pelo auditório acontece
- O valor visado pelo auditório

Em linhas gerais, por esses critérios, no gênero judicial ou forense, o auditório atua como árbitro, analisa uma causa passada, pondera sobre o justo/injusto, o legal/ilegal, e, a partir da reflexão, julga, visto que condena/acusa ou absolve/inocenta. No gênero deliberativo ou político, depois de ouvido o discurso, o auditório atua como membro de uma assembleia, uma vez que, diante de uma causa que pode vir a acontecer, reflete sobre o útil/nocivo, aconselhando ou desaconselhando a tomada de uma decisão. No gênero epidítico, conhecido também como demonstrativo ou laudatório, o auditório atua como espectador, analisa ou aprecia uma questão como bela/gradável ou feia/desgradável sob a perspectiva da atualidade, buscando louvá-la ou censurá-la.

Ainda no que diz respeito aos critérios que distinguem os gêneros retóricos, é preciso salientar o tipo de argumentação que cada um deles mobiliza. Reboul (2004) faz uma síntese das considerações de Aristóteles (cf. Livro I, 1357 b, 1368 a) que, no nosso entender, merece registro:

O judiciário, que dispõe de leis e se dirige a um auditório especializado, utiliza de preferência raciocínios silogísticos (entimemas), próprios a esclarecer a causa dos atos. O deliberativo, dirigindo-se a um público mais móvel e menos culto, prefere argumentar pelo exemplo, que, aliás, permite conjecturar o futuro a partir dos fatos passados [...]. Quanto ao epidítico, recorre sobretudo à amplificação, pois os fatos são conhecidos pelo público, e cumpre ao orador dar-lhes valor, mostrando sua importância e nobreza (REBOUL, 2004, p. 46).

Ao tratar do tema sob a ótica da problematologia – uma vez que define retórica como a “negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema” – Meyer (2007a, p. 27) destaca que a classificação dos gêneros retóricos feita por Aristóteles limita a retórica a três tipos de

problemática, tendo em vista que as espécies de gêneros definem tanto as questões que são tratadas (isto é, colocadas pelo auditório – ouvintes ou leitores) quanto as respostas guardadas para as indagações postas. Nessa esteira, o filósofo belga diz que “os gêneros retóricos correspondem a uma gradação no tratamento das respostas” (2007a, p. 29). Mas o que significa exatamente isso?

Conforme Meyer (2007a), no gênero deliberativo há uma questão e, conseqüentemente, uma alternativa (ou várias delas) como resposta; no judiciário, a problemática é reduzida, por haver meios do direito (a lei) para resolvê-la; já no epidítico, “o problema consiste em fazer de tal forma que não haja problema” (2007a, p. 29), ou seja, a questão é praticamente anulada. Para o autor, como sempre somos uma pergunta para o outro, ao afastá-la, reduz-se a “distância entre os indivíduos” (esta, retoricamente, deve ser negociada e reduzida). Como o epidítico tende a anular a questão/o problema, cumpre sua finalidade com esmero: diminui a distância entre as pessoas. Ainda a esse respeito, Meyer (2007b, p. 34) comenta que:

Quanto mais uma questão ou uma causa é certa, menos se impõe decidir: louvamos ou desaprovamos, aceitamos ou recusamos. A paixão e a opinião que a acompanha é então único juiz. Pronunciamos-nos em função daquilo que sentimos. Por contraste, quanto mais duvidosa uma questão é, mais precisamos deliberar e menos o outro é depositário de decisão e, assim, somos confrontados ainda mais com uma problematidade plural que devemos tomar sob nossa responsabilidade sem descanso.

Convém esclarecer que, embora Aristóteles tenha proposto a divisão dos gêneros em três espécies de retórica, ele mesmo registra que frequentemente há sobreposição dos tipos, ou seja, raramente se depara com um discurso puramente epidítico, judicial ou deliberativo, pois os gêneros se misturam em doses diversas. O importante é saber qual predomina em um ato retórico. Desse modo, a divisão não é rígida, somente coloca em evidência o grau de relevância que o orador deve atribuir ao auditório em dado contexto.

Com base nessas considerações, ainda que os *stickers* possam ser usados como forma de deliberar ou julgar, admite-se a hipótese de que, na maior parte dos casos, eles são empregados como meio de o ouvinte ou leitor (o auditório) louvar ou criticar algo, logo, têm predominantemente caráter epidítico. O fenômeno – a exemplo de diversas outras formas de caráter

emotivo, caso do epitáfio, poema, conto, comentário – é recoberto pelos discursos de elogio e censura. Em razão do posicionamento assumido, cabe tratar mais detalhadamente desse tipo de gênero retórico.

O termo epidítico (do grego *epideiktikós* e do latim *epidicticu*) consiste em um adjetivo que pode remeter tanto ao discurso aparatoso, ostentoso, quanto ao discurso demonstrativo, exemplificativo (cf. FERREIRA, 1999). Ao tratarem-no como gênero oratório, os estudiosos retomam muitas vezes as referências já mencionadas anteriormente.

O gênero epidítico tende a abordar, no que diz respeito ao tempo, uma questão situada no presente. No entanto, como o presente é efêmero, compreende tudo que tem a marca da atualidade; interessa o hoje e o agora (cf. TRINGALI, 1988). Reboul (2004, p. 45) acrescenta que esse gênero se refere ao presente, porque “o orador propõe-se à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado ou do futuro”.

Quanto à forma de atuação, o auditório mostra que concorda ou discorda, que gosta ou não de algo. Como o papel de espectador do auditório é aprovar ou reprovar – pelo ato de louvar, elogiar, exaltar, enaltecer, gabar, falar bem, ou pelo ato de criticar, censurar, repreender, vituperar, vilipendiar, admoestar –, o epidítico exerce profunda influência, visto que busca modificar ou reforçar o quadro dos valores sociais vigentes, sejam eles vistos como virtudes, sejam como vícios. Desse modo, segundo destaca Tringali (2014, p. 71), esse gênero “desperta a reflexão crítica, forma a opinião e dispõe para a ação”, o que o torna persuasivo.

Nessa mesma linha, a que considera o gênero epidítico persuasivo, também se posicionam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). No *Tratado da argumentação*, os autores dedicam uma seção de cinco páginas sobre o tema. Ao trazerem o assunto em questão, lembram que os discursos de exaltação ou censura (aos quais ninguém se opunha, apenas aplaudia ou ia embora após ouvi-los) eram vistos meramente como “uma forma degenerada de eloquência”, cujo objetivo se limitava a “agradar, realçar, ornamentar fatos manifestos ou, pelo menos, incontestes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 54). Por entender que o orador sempre visa persuadir o auditório com seu discurso, Aristóteles (2015) vê outra finalidade aos discursos que se

ocupavam do belo e do vergonhoso, da virtude ou do vício, dando-lhes um papel de relevância.

Não apenas compactuando do raciocínio aristotélico, mas buscando ampliá-lo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 54) defendem que “os discursos epidícticos constituem uma parte central da arte de persuadir”, pois reforçam uma disposição para ação ao aumentarem a intensidade de adesão às teses apresentadas, aos valores que são exaltados ou censurados. Nesse sentido, como se verifica no excerto que segue, os teóricos destacam que o discurso epidíctico é significativo e extremamente importante para a argumentação.

Ao contrário da demonstração de um teorema de geometria, que estabelece de uma vez por todas um vínculo lógico entre verdades especulativas, a argumentação do discurso epidíctico se propõe aumentar a intensidade da adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas quando considerados isoladamente, mas que, não obstante, poderiam não prevalecer contra outros valores que viessem a entrar em conflito com eles. O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para ampliar e valorizar (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 55-56).

Para finalizar este tópico, convém ainda ressaltar que todo discurso retórico, por ser dialético, sempre enseja e provoca um discurso contrário. Todo discurso ou pressupõe um discurso anterior ou prevê um discurso posterior. Teoricamente não deveria haver um discurso sem resposta. No epidíctico, como resalta Tringali (2014), a resposta não é tão urgente, como no judiciário e no deliberativo. No entanto, o fato de não requerer uma contestação imediata não significa que a resposta seja irrelevante.

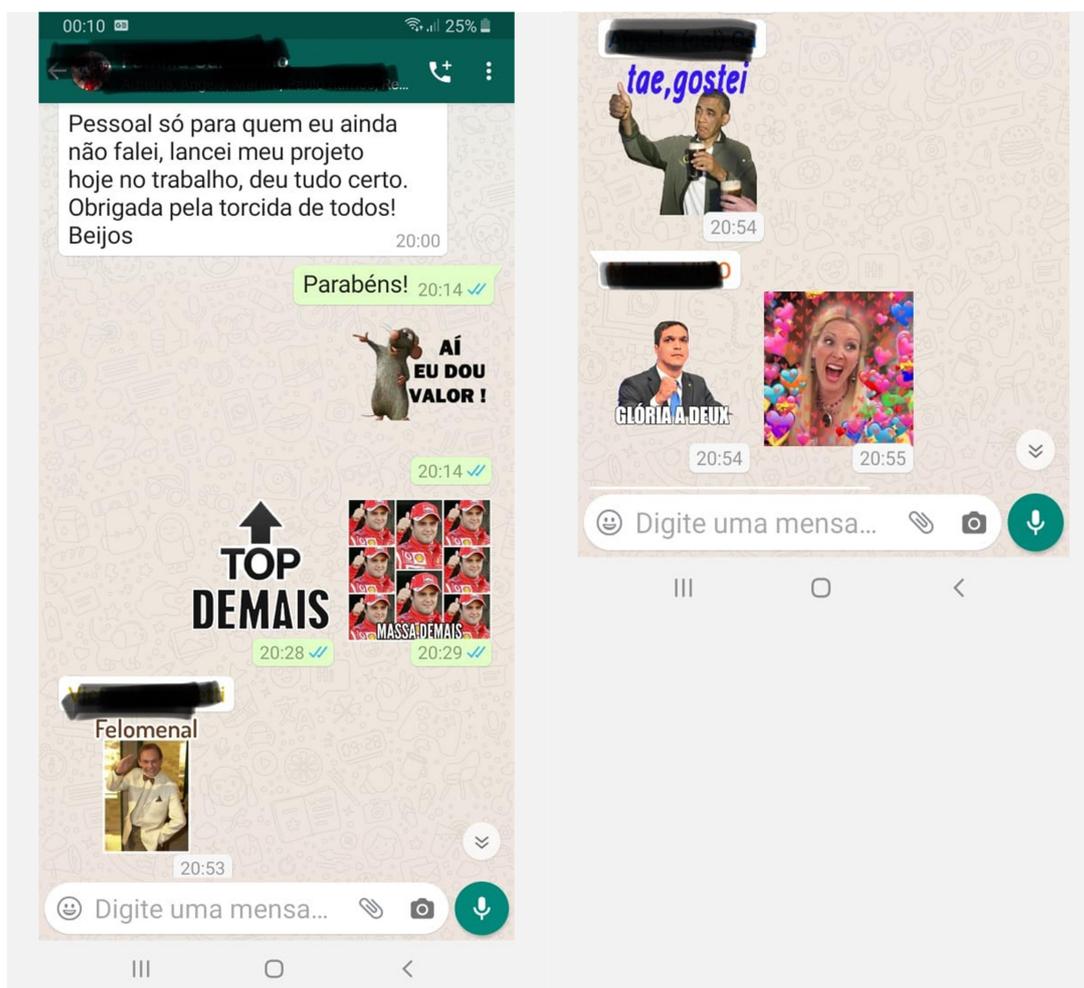
2. O caráter epidíctico dos *stickers*

Para mostrar o caráter epidíctico dos *stickers* em conversas digitais, passemos à análise de dois casos de interação. Um deles remete a uma situação de louvor; o outro, de crítica. Convém registrar, antes, que, em ambas as situações, por uma questão ética, os usuários foram desidentificados por meio de tarjas. Também é preciso ressaltar que as situações epidícticas não se esgotam pelos *stickers* observados nas interações examinadas: estas servem apenas como amostra do funcionamento do recurso.

2.1 Stickers de louvor

Interação I

Figura 1 – Interação I



Fonte: Arquivo particular

A título de contextualização, o exemplo I consiste em uma troca de mensagens de um grupo do WhatsApp, no qual quatro pessoas interagem. A conversa digital – que se configura num ato retórico, mobilizando, portanto, em sua construção orador, auditório e discurso – pode ser sintetizada, na sequência em que ocorre, da seguinte forma:

- a) (1) posta uma mensagem verbal escrita, relatando que uma atividade realizada no emprego teve êxito: “Pessoal só para quem eu ainda eu não falei, lancei meu projeto hoje no trabalho, deu tudo certo. Obrigada pela torcida de todos! Beijos” (20:00)
- b) (2) comenta a postagem de (1) por meio do enunciado verbal “Parabéns!” (20:14) e de três *stickers*: o ratinho da animação “Ratatouille” + “AÍ EU DOU VALOR” (20:14), o desenho de uma seta voltada para cima + a expressão “TOP DEMAIS” (20:28) e um painel com oito fotos do piloto de fórmula 1 Felipe Massa + a legenda “MASSA DEMAIS”;
- c) (3) comenta a postagem de (1) por meio de um *sticker*: a foto do ator José Wilker + “Felomenal” (20:53);
- d) (4) também se manifesta sobre a postagem de (1) por meio de um *sticker*: a foto de Barack Obama + “tae, gostei” (20:54);
- e) (1) responde aos comentários de (2), (3) e (4), numa forma de agradecimento, por meio de dois *stickers*: a foto de Cabo Daciolo + “GLÓRIA A DEUX” (20:54) e a foto da personagem Phoebe, rodeada por corações coloridos (20:55).

Do excerto que serve como exemplo, merecem destaque dois dados: a) o fato de a comunicação entre os usuários se dar majoritariamente por meio de *stickers*; b) embora muito diferentes entre si, levando-se em conta a composição e a origem, os *stickers* usados para comentar a postagem de (1) assumem a mesma função do enunciado verbal “parabéns”, qual seja, louvar. Vejamos cada um deles detalhadamente.

O primeiro *sticker* foi elaborado a partir do desenho do ratinho Rémy (personagem central do filme “Ratatouille”, de 2007, vencedor no ano seguinte do Oscar de melhor animação), mostrado com o rosto e uma das mãos apontados para o lado direito dele (e esquerdo do leitor) e ladeado pela expressão verbal escrita “AÍ EU DOU VALOR”, redigida com letras maiúsculas. Há, no caso, uma mescla de referências. Visualmente, como comentado, trata-se de menção ao protagonista do longa-metragem. Verbalmente, no entanto, remete ao bordão empregado por Milene Pavorô (Milene Uehara), assistente de palco do “Programa do Ratinho”, exibido pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) e que tem como apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido pela sua alcunha, Ratinho. A expressão, conhecida como uma das marcas da comediante, busca valorizar uma pessoa, uma atitude ou um acontecimento (cf. PONTTEZ, 18 mar. 2017).

Ao postar o *sticker* para enaltecer o ocorrido com (1), (2) vale-se de dois argumentos imbuídos na própria figurinha³. Um deles é o argumento de autoridade, tendo em vista que se ampara na expressão de uma pessoa reconhecida (no caso, Pavorô) para validar a intenção. Influenciado pelo prestígio, esse argumento, como atestam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 347), “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. O outro é a regra de justiça. Fundamentado na importância de um precedente, o argumento leva em conta, por exemplo, que pessoas sérias, honestas, trabalhadoras merecem ter sua dignidade reconhecida (cf. FERREIRA, 2010). No caso, é justo ter dado certo o lançamento do trabalho de (1) por causa do esforço despendido na causa, daí o destaque de valorização.

O segundo *sticker*, inserido também por (2), apresenta o desenho de uma seta voltada para cima seguida da expressão “TOP DEMAIS” grafada em caixa alta e na cor preta. A posição da seta indica que o que é caracterizado como “top demais” é algo que foi postado anteriormente, no caso, a mensagem de (1). Considerando-se que a expressão – formada pelo substantivo “top”, de origem inglesa, que remete a algo ou alguém no topo, superior, juntamente com o advérbio de intensidade “demais” – significa algo demasiadamente superior, muito bom, nota-se que o *sticker* funciona, uma vez mais, para louvar o ocorrido.

Além de ser, por si só, um expediente persuasivo, a figurinha traz em sua constituição mais dois recursos retóricos que ajudam a acentuar a apreciação. A hipérbole é um deles, isto é, “o exagero expressivo por aumento ou diminuição” (TRINGALI, 1988, p. 139), tendo em vista que amplifica o status do objeto referido: se tudo que é “top” é bom, superior; “top demais” seria bom em demasia. Ao manifestar, pelo próprio significado, que seja algo muito positivo e superior, a expressão mobiliza o lugar de qualidade, visto que valoriza o raro, o único, o original (cf. FERREIRA, 2010): ser “top demais” não seria um evento muito comum.

Construído nos moldes de um painel de fotografias, o terceiro *sticker* [o terceiro e último publicado por (2)] exhibe oito fotos iguais do piloto de

³ A partir deste momento, utilizaremos a palavra “figurinha” como forma sinônima para *sticker*.

fórmula 1 Felipe Massa, fazendo o sinal de positivo com o polegar direito. Automobilista brasileiro, ele foi vice-campeão mundial em 2008. Abaixo das imagens, sob a forma de legenda, tem-se a frase “MASSA DEMAIS”, grafada em caixa alta. A expressão – composta pelo termo “massa” e o advérbio de intensidade “demais” – é utilizada para caracterizar algo considerado muito bom, legal, surpreendente, admirável.

A associação da palavra a uma sequência de fotos do piloto pode ser lida de dois modos, daí a produção do humor: a) “Massa” é lido como um nome (substantivo próprio) e, portanto, haveria em demasia pelo fato de a montagem contemplar oito fotos dele; b) “massa” pode ser interpretado como um vocabulário gírio [que significa “ótimo”, “coisa muito boa” (cf. SERRA E GURGEL, 1998, p. 307)], conotando que o corredor de fórmula 1 seja extremamente bom. A grafia das palavras em letras maiúsculas – em particular a primeira, “MASSA” – ajuda a reforçar a ambiguidade aos olhos do leitor. Isso porque não fica claro se se trata do sobrenome (que deveria iniciar com caixa alta) ou da gíria (em minúsculas). Como, no entanto, o *sticker* é usado como recurso para comentar a postagem de (1), buscando exaltá-la, a leitura pretendida por (2) tende a ser a extraída da expressão gíria.

Assim como nos demais casos, o *sticker* também mobiliza em sua construção duas figuras retóricas que reforçam o elogio. A hipérbole, ou seja, o aumento da intensidade semântica, pode ser vista na amplificação do status de “MASSA” tanto na expressão verbal escrita, pelo advérbio de intensidade “demais”, quanto na linguagem visual, pela repetição das fotos do piloto. Outra figura observada é a epizeuxe, que significa encadeamento. Usado para se referir à “repetição seguida da mesma palavra” (TRINGALI, 1998, p. 129), entendemos que o recurso pode ser transposto também à imagem, já que, no caso em questão, tem-se a repetição seguida da mesma foto de Felipe Massa, ainda que em cortes distintos (três colunas de fotos, sendo que a do meio apresenta duas fotos maiores e as colunas laterais, três menores), com a finalidade de exortar, enfatizar o sentido nelas contido (Massa demais).

Os dois próximos *stickers* da interação, como explicitado, foram postados por integrantes distintos, (3) e (4), respectivamente. Para enaltecer o ocorrido com (1), o lançamento de um projeto bem-sucedido no trabalho, (3) posta uma figurinha formada pela foto de José Wilker, acompanhado da

palavra “Felomenal”. Essa vinculação leva o leitor a entender que a referência não seja propriamente ao ator, mas a um de seus personagens mais populares e lembrados: Giovanni Improtta, vivido por ele na novela “Senhora do Destino”, produzida em 2004 pela Rede Globo e reexibida em 2017. “Felomenal” era uma de suas mais célebres expressões e correspondia ao adjetivo “fenomenal”.

Conhecido pela inseparável gravata borboleta (como mostrado na foto reproduzida no *sticker*) e pelo esforço (não bem-sucedido) para falar conforme a norma padrão culta, o personagem cometia várias mudanças na pronúncia das palavras. “Felomenal”, a exemplo, em que ocorre a troca da consoante “n” por “l”, embora consista numa forma não padrão do português, ilustra um fenômeno fonético bastante comum, visto tanto na construção da língua portuguesa (“livel”, do latim *livellu*, virou “nível”) quanto em uma de suas modalidades, o dialeto rural (“animal” > “alimá”)⁴. Na boca do personagem – empregado de modo bem-humorado para se referir a algo raro, surpreendente, espantoso, admirável –, o termo funciona como expediente retórico. É, portanto, a seleção lexical a responsável por categorizar positivamente, louvando.

O *sticker* postado por (4) como meio de comentar o relato de (1) traz a imagem de Barack Obama juntamente à expressão “tae, gostei”. O político foi flagrado várias vezes tomando uma cerveja em compromissos oficiais e sociais durante o período em que esteve à frente da presidência dos Estados Unidos (2009-2017). A página de notícias do “News One”⁵ chegou a fazer um ranking dos 15 melhores momentos em que foi flagrado bebendo. Um dos registros é o utilizado para a composição do *sticker*. O primeiro afro-americano a comandar o país é mostrado fazendo um gesto de positivo com a mão direita. Na outra, segura um copo de cerveja. A legenda, no alto da foto, a portuguesa o tema por meio da expressão “tae, gostei”, utilizada em situações de manifestação à uma notícia boa, um acontecimento legal. “Tae” é uma redução de “está aí” e sugere aprovação a algo. O gesto de positivo de Obama

⁴ Para maiores informações sobre o fenômeno fonético, conhecido como lateralização, no qual a consoante “n” é trocada por “l” – caso possível pelo fato de ambas serem alveolares e, portanto, terem o mesmo ponto de articulação –, consultar Bollela, Faleiros e Guedes Filho (2007).

⁵ Disponível em: <https://newsone.com/playlist/barack-obama-beer-moments/item/1>. Acesso em: 20 dez. 2019.

corroborar isso. Convém destacar que, para enaltecer algo, o *sticker* se vale do argumento de autoridade, visto que faz uso da figura do ex-presidente Obama para validar um propósito.

Para interagir com as postagens de apoio de (2), (3) e (4) bem como para celebrar o fato de seu projeto ter dado certo, (1) também se utiliza de *stickers*, no caso, dois. Integram o primeiro deles uma imagem do Cabo Daciolo e a expressão verbal “GLÓRIA A DEUX”, escrita com letras maiúsculas. A compreensão da figurinha requer conhecimento dos fatos que levaram à sua origem. A eleição presidencial brasileira de 2018 iniciou com 14 candidaturas – que, depois, reduziram-se para 13. Uma delas era de Cabo Daciolo, que pontuava seus discursos com alusões religiosas. Nessas falas, tornou conhecida a expressão “glória a Deus”.

Deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, ele trazia na pronúncia um sotaque próprio do estado que lhe deu o cargo. O “s” final de “Deus” é dito como uma (j). Para se referirem à palavra, usuários da internet começaram a caracterizá-la de um modo bem-humorado com um “x” no final, letra que se assemelha à pronúncia. A junção disso gerou a construção “glória a Deux”, a mesma reproduzida no *sticker*, logo abaixo de uma foto do político. Sinônimo de “aleluia”, a construção é empregada para expressar sentimentos de conquistas, quando algo desejado acontece; desse modo, vale-se do argumento de superação, o qual exalta a finalidade, a possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, aludindo à superação de uma expectativa (cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

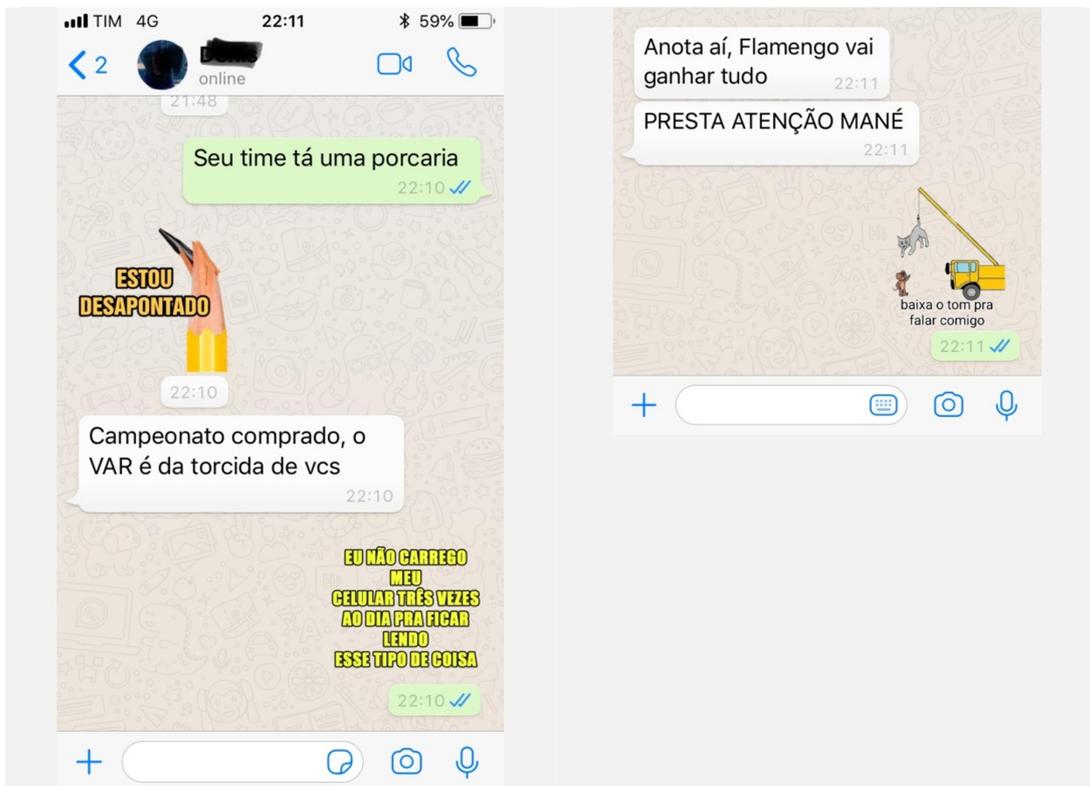
O *sticker* final traz em cena a imagem de Phoebe, envolvida por corações coloridos. A personagem é interpretada pela atriz norte-americana Lisa Kudrow e foi vivida por ela no seriado “Friends”. Bastante popular, com dez temporadas exibidas entre 1994 e 2004, a série mostrava as relações de um grupo de seis amigos. Phoebe tinha como marcas a alegria, a criatividade e a espontaneidade, manifestadas em respostas e atitudes inesperadas e, não raras vezes, fora do comum. A vinculação com “Friends” leva o *sticker* a representar exaltação e euforia, próprias da personagem (e não necessariamente da atriz), que podem conotar vibração e/ou comemoração pela história com final bem-sucedido de (1). Nesse sentido, ao recorrer ao argumento de autoridade, por se apropriar da imagem de Phoebe, o *sticker*

busca revelar certa identificação entre a celebridade e o usuário que se manifesta por meio dela.

2.2. Stickers de crítica

Interação II

Figura 2 – Interação II



Fonte: Arquivo particular

A segunda interação a ser analisada foi realizada entre duas pessoas e durou dois minutos (entre as 22:10 e as 22:11, horas que aparecem embaixo de cada um dos registros feitos). O contato tem a seguinte sequência:

- a) (1) registra uma mensagem verbal escrita, afirmando que a equipe para a qual (2) torce (descobre-se depois que o esporte em questão é o futebol) passa por um momento ruim: “Seu time tá uma porcaria” (22:10);
- b) (2) apresenta duas respostas, ambas inseridas no mesmo minuto (22:10); a primeira é um *sticker* de um desenho de lápis, com a ponta quebrada + o

enunciado “ESTOU DESAPONTADO”; a segunda é verbal: “Campeonato comprado, o VAR e da torcida de vcs”;

c) a réplica de (1) é feita por meio de três enunciados, o primeiro inserido às 22:10 e os demais, no minuto seguinte: “EU NÃO CARREGO MEU CELULAR TRÊS VEZES AO DIA PRA FICAR LENDO ESSE TIPO DE COISA”; “Anota aí, Flamengo vai ganhar tudo”; “PRESTA ATENÇÃO MANÉ”;

d) (2) responde com um *sticker* com os personagens do desenho animado Tom e Jerry, em que o primeiro é mostrado suspenso pelo guindaste de um caminhão + o enunciado “baixa o tom pra falar comigo” (22:11).

O diálogo digital tem início com o que parece ser uma provocação à equipe de futebol para a qual torce (2): “Seu time tá uma porcaria”. Desqualificações assim, feitas em tom de deboche e tendo esse esporte como tema, fazem parte da cultura do brasileiro em situações informais de fala. A resposta de (2) é dada por intermédio de um *sticker* e, depois, por uma frase. O *sticker* reproduz o desenho de um lápis, com a ponta quebrada. Ao lado, aparece a expressão “ESTOU DESAPONTADO”, que tem seu sentido inicial modificado após a vinculação com a imagem. Em vez conotar um desapontamento, uma frustração sobre algo, passa a se referir ao que é exposto visualmente, ou seja, a um instrumento de escrita sem a ponta, como mostrado. O humor construído vem dessa relação literal entre o que é escrito e o que é mostrado. Para manifestar a desaprovação ao que havia sido dito, o *sticker* mobiliza em sua constituição a figura da ambiguidade, vista a partir do duplo sentido gerado pela expressão verbal escrita e imagem: tendo em vista que “estar desapontado” pode remeter ao fato de um lápis estar sem ponta ou ao estado emocional de decepção.

Após o *sticker*, aparece a segunda resposta dada por (2), feita apenas verbalmente: “Campeonato comprado, o VAR é da torcida de vcs”. Essa afirmação, de certa forma, devolve a provocação recebida: a derrota do time não teria sido justa; por esse ponto de vista, teria havido irregularidades no torneio (pessoas envolvidas nas partidas teriam sido “compradas” – termo que faz alusão, um figura retórica, ao ato de suborno – para interferirem nos resultados finais), sendo uma delas a atuação dos juízes que atuam na observação dos jogos por meio de monitores (processo conhecido como VAR, sigla para “video assistant referee”).

Na sequência, (1) retoma o diálogo respondendo aos dois comentários anteriores por meio de um *sticker* composto apenas pelo enunciado verbal escrito “EU NÃO CARREGO MEU CELULAR TRÊS VEZES AO DIA PRA FICAR LENDO ESSE TIPO DE COISA”. Hiperbólico (posto que não haveria a necessidade de pôr carga tantas vezes no aparelho em um período tão curto de tempo), o trecho desqualifica o argumento anterior (afinal, tudo o que fora lido teria sido perda de tempo). A figurinha usada como forma de manifestar crítica traz em sua constituição alguns expedientes retóricos: a figura da hipérbole, que remete ao exagero, e o lugar de quantidade, que se utiliza de números para persuadir. Nesse caso, a quantidade de vezes em que o celular é carregado ao dia, três vezes, leva à hipérbole, ou seja, à superlatividade do enunciado.

É somente na resposta seguinte de (2) que se descobre, enfim, a qual time de futebol se está fazendo referência: “Anota aí, Flamengo vai ganhar tudo”. À menção à equipe de futebol do Rio de Janeiro, segue-se outro enunciado: “PRESTA ATENÇÃO MANÉ”. Redigido em maiúsculas, ele conota tonalidade de fala mais alta nas representações prosódicas adotadas na internet. Por isso, e principalmente pelo conteúdo apresentado (posto que houve registros anteriores que não indicaram essa interpretação), sugere também algo mais do que uma provocação, funciona quase como um alerta, uma ameaça (mesmo que velada) para que (1) não faça mais comentários como os feitos. Uma forma de criticar. Soma-se a isso a utilização da gíria “mané”, que significa “bobo, palerma” (cf. SERRA E GURGEL, 1998, p. 303) e adquire aspecto depreciativo, desqualificador. Outro meio de vilipendiar.

Confirma-se essa leitura de alerta/ameaça ao se observar o comentário seguinte feito por (2). Exposto na forma de *sticker*, ele apresenta elementos verbais e visuais. O verbal é explicitado no enunciado imperativo “baixa o tom pra falar comigo”, ou seja, depreendeu-se que teria havido uma intenção de o trecho anterior ser manifestado em tonalidade mais alta de voz (algo que, em uma interação oral, pode ser visto como estratégia de poder sobre a fala do outro, desvalorizando a pessoa e/ou o conteúdo dito por ela). Na prática, busca-se repreender (1) pela atitude de ter elevado a “voz”, representada por meio da caixa alta.

Esse sentido é mantido, mas é modificado ao ser confrontado com as imagens expostas. Assim como no exemplo anterior, trabalha-se para reforçar literalmente o que é dito pela frase. Abaixar o tom, nesse novo contexto, é pôr no solo o gato “Tom”, que é mostrado erguido pelo guindaste de um caminhão. E quem diria a frase exposta, pelo menos é o que se sugere, é o camundongo Jerry. Para que essa interpretação seja possível, como comentado na descrição do diálogo, cabe ao leitor depreender que a dupla estabelece um diálogo intertextual com o desenho animado “Tom e Jerry”, protagonizado pela dupla. Se reconhecidos por meio de seus traços característicos, tanto imagéticos quanto plásticos (a cor cinza do gato e a amarronzada do rato), constrói-se a proposta humorística do *sticker*, mesmo que inserida em uma situação de possível embate/tensão. Além de funcionar como argumento, o *sticker* traz um raciocínio apodítico, uma vez que se coloca como imperativo, autoritário.

Atuando ora como auditório (quando vê/lê mensagens), ora como orador (quando posta mensagens), quem utiliza das conversas via WhatsApp se vale de recursos midiáticos contemporâneos para fazer ecoar suas ideias, manifestar um ponto de vista, posicionar-se, enfim, reagir. Ao considerarmos especificamente o funcionamento dos *stickers* usados nas interações digitais, se observadas as interações I e II, não há dúvida de que elas têm caráter epidítico. Retomemos os casos e os principais elementos que caracterizam esse gênero oratório.

As questões a que os *stickers* se reportam, nos dois casos de interação, situam-se no tempo presente. Frisa-se um presente bastante efêmero, tendo em vista que as interações se dão no mesmo dia e se esgotam em minutos. Em I, a conversa travada entre quatro integrantes do grupo ocorre em 6 de janeiro de 2019, tem início às 20:00, com o relato de (1) de que havia lançado seu projeto naquele dia e que tinha dado certo, segue com comentários e se encerra às 20:54. Já em II, nota-se que o tempo de interação entre duas pessoas que discutem sobre futebol, mais precisamente sobre qual time é melhor ou vencerá o campeonato, é de apenas dois minutos.

Essa variação na duração dos contatos está relacionada a uma série de fatores, como o tema discutido, os rumos criados pela conversa, a demanda de respostas gerada, uma eventual situação mais emotiva ou polêmica

estabelecida. Ou seja: há diferentes elementos que podem interferir no tempo dedicado pelas pessoas à interação (e ao uso de certos *stickers*) sobre a questão. Embora o foco aqui não seja trabalhar especificamente esse aspecto, cabe ao menos registrar a existência dele e o vínculo às motivações plurais que o explicam.

Ainda sobre as questões abordadas em I e II, por serem certas e não demandarem decisões, os *stickers* usados pelos usuários que atuam como auditório (e que, portanto, assumem estritamente a função de espectador) servem para apreciá-las ou não, tendo em vista que se pronuncia por meio das figurinhas em função do que se sente. Em I, verifica-se que (2), (3) e (4) reagem à postagem de (1) utilizando-se de *stickers* para manifestar apoio e admiração. Conforme mostrado, diferentes figurinhas são usadas para louvar e enaltecer o ocorrido com (1). No caso de II, por outro lado – em que se constrói uma interação um pouco mais tensa, possivelmente por causa do tema abordado, que movimentava posições e paixões distintas –, observa-se que tanto (1) quanto (2) se utilizam de *stickers* para criticar, repreender, admoestar um ao outro, num movimento de desaprovação. Em síntese, verifica-se que o recurso pode condensar dois discursos: exaltação e censura.

Em termos de argumentação, se o gênero epidítico recorre à amplificação, como bem registra Reboul (2004), podemos dizer que os *stickers*, por terem caráter epidítico, também tendem a amplificar os fatos a que se referem, mostrando com certo exagero sua importância ou insignificância. A amplificação, não custa lembrar, é uma figura que consiste em desenvolver particularidades de um assunto, engrandecendo-os; tem a função de intensificar as ações e colocar o objeto amplificado em posição de superioridade.

Ademais, cumpre destacar que os *stickers* valem-se, em sua constituição, de um conjunto de meios de que a retórica dispõe – seleção lexical, figuras retóricas, lugares e argumentos – para reforçar e validar sua intenção e funcionamento como recurso persuasivo. Nos exemplos das interações I e II, vimos que, além de figuras como hipérbole, epizeuxa e ambiguidade, foram mobilizados argumentos de autoridade, de superação, a regra de justiça, os lugares de qualidade e de quantidade e a seleção lexical.

No nosso entender, os *stickers* servem de recurso de presença, ou seja, procedimento que atua de modo direto sobre a nossa sensibilidade e que tem por objetivo ilustrar a tese que se quer defender. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 135-136), “toda argumentação é seletiva”, supõe uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica de torná-los presentes. As figurinhas são argumentos prontos, que podem ser usados para exprimir um ponto de vista sobre situações muito diferentes. Se, segundo os autores, “para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhes as reações, um sistema de referência que serve para testar as argumentações” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 133), podemos considerar que os *stickers* constituem esses elementos, levando-se em conta especialmente as conversas digitais via WhatsApp. Por despertarem a atenção assim que disparados e visualizados – seja pelo aspecto multimodal, pelo ar inovador, pelo humor peculiar e por condensar informações numa forma pequena –, são um meio de tornar presente um ponto de vista com muita rapidez. São um argumento pronto e prático, esperando apenas a situação para ser usado.

Como recurso persuasivo de caráter epidítico, podemos dizer ainda que os *stickers* são significativos e muito importantes para a argumentação, pois reforçam uma disposição para ação ao aumentarem a intensidade de adesão a certos valores que são exaltados ou censurados. Nesse sentido, as figurinhas têm o potencial de provocar um impacto sobre a vida da(s) pessoa(s) integrada(s) àquela rede de contato(s), afetando decisões. É muito fácil percebermos isso se retomarmos a interação I. Ao comentar a postagem de (1), enaltecendo o ocorrido por meio de três *stickers*, (2) estabelece o tom e acaba influenciando outros integrantes do grupo, no caso (3) e (4), a agirem daquela forma, na mesma direção. A ação de louvar é reforçada e aderida coletivamente pelo auditório. Cria-se uma espécie de comunhão em torno de certos valores reconhecidos entre os usuários. Os *stickers*, pelo caráter epidítico, não necessariamente ditam uma escolha, mas certamente orientam escolhas.

Considerações finais

O WhatsApp é uma rede social que tem modificado a função dos contatos por meio de telefones celulares. Renomeados de “smartphones”, os aparelhos permitem, com o auxílio dessa rede social, mais de um tipo de interação entre as pessoas (por áudio, por fotos, por vídeos, por escrito, por imagens gráficas, entre elas os *stickers*). É comum, em muitos dos casos, haver o uso de mais de um recurso, acarretando uma mescla de modalidades. Foram justamente essas as situações vistas nas interações I e II aqui analisadas.

A reflexão aqui proposta foi sustentada exclusivamente por conceitos de teóricos tratados sob a ótica da Retórica e da Nova Retórica. O principal deles, que norteou as análises, foi o discurso epidítico. Para desenvolvê-la, foi considerada, em termos metodológicos, a análise de dois casos de interação digital a fim de mostrar como essa estratégia retórica se manifesta. Essas duas interações selecionadas consistem apenas numa mostra de como esse novo recurso tem caráter epidítico, já que funciona para registrar comentários de forma elogiosa ou crítica.

Esse recurso tem sido frequentemente utilizado nas interações digitais via WhatsApp, a ponto de substituir as mensagens verbais escritas e faladas. Os *stickers* – que chamam a atenção pelo aspecto multimodal, pelo humor, pela rapidez e por condensar informações – funcionam em muitas situações como argumentos prontos, à espera de serem acionados conforme a situação demandada pela interação estabelecida. Trata-se de um expediente midiático contemporâneo que faz ecoar uma ideia, um ponto de vista que convence ou persuade, agrega, desagrega ou, até, manipula os menos atentos às artimanhas do discurso. Portanto, como dito, tem caráter epidítico.

Os *stickers* mostram/refletem o caráter operativo, fluido, vigilante, arrojado (às vezes audacioso) que caracteriza o ato de argumentar nas redes sociais. E rápido também. Para pensar, escrever e clicar para o mundo bastam poucos segundos. A velocidade das postagens, então, reflete o sensível imediato. Os segundos de autoria podem se transformar em horas e horas de comentários ligados a relações racionais ou irracionais de um evento manifestado publicamente por um orador. Este, ao dividir suas impressões sobre os mais variados temas, de ordem pessoal ou não, pode suscitar do auditório uma posição de aprovação ou reprovação.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha, grandes nomes do pensamento, 1).

BOLLELA, Maria Flávia de Figueiredo Pereira; FALLEIROS, Sara Pini; GUEDES FILHO, José Moreira. Oralidade e humor: “O caso da bicicleta”. **Multiciência**, São Carlos, v. 8, p. 168-183, 2007.

CAMPBELL, Karlyn Kors; HUXMAN, Susan Schultz; BURKHOLDER, Thomas Robert. **Atos de retórica: para pensar, falar e escrever criticamente**. Tradução: Marilena S. S. Garcia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONGO, Mariana; FRAGA, Nayara. *Stickers são uma nova forma de comunicação*. **O Estado de São Paulo**, 25 ago. 2013. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/geral,stickers-sao-nova-forma-de-comunicacao,10000033083>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário de língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução: Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007a.

MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Tradução: António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007b.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria E. G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PONTTEZ, Andreh. Milene Pavorô rouba a cena no Programa do Ratinho. **Coluna da TV**, 18 mar. 2017. Disponível em: <https://colunadatv.com/2017/03/milene-pavoro-rouba-cena-no-programa-do-ratinho.html/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PRETI, Dino. O vocabulário oral popular: a gíria. In: PRETI, Dino. **Estudo de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 65-113.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SERRA E GURGEL, João Bosco. **Dicionário de gíria** – Modismo linguístico – O equipamento linguístico falado brasileiro. 5. ed. Brasília: Ed. do autor, 1998.

TRINDADE, Rodrigo. Figurinhas começam a chegar no WhatsApp; veja como usar, **Uol**, 25 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2018/10/25/figurinhas-comecam-a-chegar-no-whatsapp-veja-como-usar.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa Editora, 2014.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

Forma de citação sugerida

CARMELINO, Ana Cristina; KOGAWA, Lídia. Stickers do Whatsapp: (nova) forma persuasiva de interação bem-humorada. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 6-27, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2589.

A argumentação no reposicionamento de marca da Avon: do femvertising ao ethos de sororidade

Ana Paula Gomes Nunes

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil
aninhagomes.nunes@gmail.com

Rony Petterson Gomes do Vale

Docente da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil
ronyvale@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca analisar a argumentação no discurso resultante do novo posicionamento de marca da empresa de cosméticos Avon sob o viés da Teoria Semiollingüística de Patrick Charaudeau. Em 2015, a Avon passa por um reposicionamento de marca, no qual a companhia decide incorporar o *empoderamento* feminino como preceito chave em seu discurso institucional, algo que podemos relacionar diretamente com uma tendência maior que a indústria publicitária americana denominou como *Femvertising* – léxico cunhado a partir da junção das palavras em inglês *feminism* (feminismo) e *advertising* (publicidade). Sendo assim, buscamos compreender quais estratégias argumentativas a Avon utiliza em seu novo discurso que estão relacionadas com o *Femvertising*. Para tanto, delimitamos a análise em três suportes distintos: os catálogos de venda direta, a *Fan page* no Facebook e o *hotsite A Beleza que faz sentido*.

Palavras-chave: Análise do discurso. Argumentação no discurso. Ethos. Publicidade.

Abstract: This paper analyzes the argumentation present in the discourse resulting from the new brand positioning of the cosmetics company Avon under the bias of Patrick Charaudeau's Semiollingüistic Theory. In 2015, Avon undergoes a brand repositioning, in which the company decides to incorporate female empowerment as a key precept in its institutional discourse, something that we can relate directly to a larger trend that the American advertising industry has termed as *Femvertising* from the junction of the English words *feminism* (feminism) and *advertising* (advertising). Thus, we seek to understand which discursive strategies Avon uses in its new discourse that are related to *Femvertising*. To do so, we delimit the analysis in three distinct supports: the direct sales catalogs, the Facebook *Fan page* and the *hotsite A Beleza que faz sentido*.

Keywords: Discourse analysis. Argumentation in discourse. Ethos. Advertising

Introdução

O conceito *Femvertising*, léxico cunhado pela indústria publicitária americana a partir da junção das palavras em inglês *feminism* (feminismo) e *advertising* (publicidade), foi debatido publicamente pela primeira vez em junho de 2014, durante um evento sobre propaganda e publicidade nos Estados Unidos: o *Advertising Week* (*Adweek*). Essa discussão teria iniciado os debates no campo publicitário acerca do papel da publicidade na perpetuação de estereótipos femininos.

Diante do esgotamento da representação da mulher através de padrões irreais em campanhas publicitárias, o *Femvertising* propõe, justamente, o *empoderamento* feminino. Essa prática tem ganhando adesão das marcas, não apenas nos EUA, no Brasil também. É o caso da marca de cosmética Avon, fundada em 1886. A marca se define como uma das principais instituições que promovem o *empoderamento* de mulheres.

O discurso da Avon foi escolhido como objeto dessa pesquisa pelo fato da empresa ter passado por um processo de mudança de posicionamento de marca¹ específico, incluindo o *empoderamento* feminino em seu discurso oficial. De acordo com o site da *Think Eva*², companhia contratada para fazer o reposicionamento da empresa aqui no Brasil, a missão era colocar a Avon como pioneira na questão do *empoderamento* feminino no País. Como marco desse novo posicionamento, em julho de 2015, a Avon promove um evento de

¹ O conceito de posicionamento será trabalhado dentro da perspectiva do marketing, já que a Avon faz uso dessa mesma perspectiva quando define seu atual posicionamento de marca em matérias de revista e sites. De acordo com Kotler (2003), o termo foi incorporado ao vocabulário de marketing em 1982, pelos autores Al Ries e Jack Trout. A acepção do conceito, criada pelos autores, está relacionada a como o produto é visto pelos clientes. Assim, posicionamento “não é o se faz com o produto. Posicionamento é o que se faz com a mente dos clientes em potencial” (Al RIES e TROUT in Kotler, 2003, p. 177). Através desse conceito, os autores evidenciaram a necessidade de escolher uma característica do produto ou marca para fixá-la, através de peças publicitárias, por exemplo, na mente dos consumidores. Contudo, Kotler (2003) aponta que não existe posicionamento que seja eterno. Portanto, devido a mudanças econômicas, tecnológicas ou mesmo nos consumidores, as companhias devem periodicamente rever o posicionamento de suas marcas. E é a partir dessa reavaliação que pode surgir a necessidade de um reposicionamento de marca. No caso do nosso objeto, o empoderamento passa a ser o atributo escolhido como ênfase desse novo posicionamento da marca Avon. Para que não haja confusão com o conceito de *posicionamento* também presente na Análise do Discurso, optamos por utilizar como padrão “posicionamento de marca” ou “reposicionamento de marca”.

² Disponível em: <http://www.thinkeva.com.br/cases/>. Acesso em: 30 jun. 2017.

lançamento para sua plataforma digital³, o *hotsite A Beleza que faz sentido*: esse se apresenta como um momento de referência desse novo discurso de marca da Avon. Diante desse novo posicionamento de marca, anunciado publicamente pela empresa, e da relevância nacional que a mesma possui – é no Brasil que está concentrada a maior operação da companhia – propusemos a estudar o discurso proveniente desse reposicionamento da Avon sob o viés da Análise do Discurso de orientação francesa, mais especificamente o arcabouço teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.

Para a concretização dos objetivos desse estudo, delimitamos a análise em três suportes distintos que compõem o *corpus*: os catálogos de venda direta, a *Fan page* no Facebook e o *hotsite A Beleza que faz sentido*. Para todos esses suportes, o recorte temporal para a delimitação do *corpus* foi: julho de 2015 – data da divulgação do novo posicionamento de marca da Avon – a março de 2018. Atentaremos aqui exclusivamente ao modo argumentativo de organização do discurso por ser, principalmente, por meio dele que desvelaremos as principais estratégias argumentativas presentes no discurso da Avon.

Desse modo, primeiramente contextualizaremos acerca da escolha da Avon para esse estudo, por meio da exposição da sua história e relevância no mercado de perfumaria e cosméticos. Também apresentaremos o conceito de *empoderamento* e discorreremos sobre de que forma a Avon tem se apropriado dele. Em seguida, iremos expor as categorias de análise aplicadas a essa pesquisa: os modos de organização do discurso, de Patrick Charaudeau. No caso, atentar-nos-emos mais especificamente ao modo argumentativo, que é o modo que se relaciona ao recorte desse artigo, buscando compreender a maneira que a argumentação acontece em cada um dos suportes, a saber: *hotsite*, catálogos de venda direta e *fan page* no Facebook.

³ Disponível em: <http://www.avon.com.br/belezaquefazsentido/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

1. A Avon: do femvertising ao empoderamento

A Avon é fundada em 1886⁴, na Califórnia, por David H. McConnell, um livreiro que resolveu levar em suas vendas domiciliares, além dos livros, alguns frascos de perfumes como brindes para suas clientes. Percebendo o sucesso dos artigos, que passaram a agradar mais que os itens literários, o empresário resolve focar suas atividades na área de perfumaria com a criação da *California Perfume Company* (doravante CPC).

Com o sucesso da contratação de Florence Albee, uma senhora considerada primeira revendedora da marca, McConnell passa a contratar outras revendedoras, e o modelo de venda direta passa a ser o diferencial da empresa, muito copiado por outras marcas posteriormente. Em 1902, a CPC possuía cerca de 10 mil revendedoras, mas é apenas em 1928 que a empresa passa a utilizar o nome Avon em alguns de seus produtos.

A empresa chega ao Brasil em 1958. Contudo, é somente no ano seguinte que é instalada sua primeira fábrica no país, mais especificamente na cidade de São Paulo. Hoje, a empresa ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial de vendas diretas, com mais de 6 milhões de revendedoras autônomas. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, o Brasil é considerado a maior força de vendas diretas do mundo, com mais de 1,1 milhão de revendedoras. Segundo o próprio presidente da Avon no Brasil, o mercado brasileiro é o maior da marca e, além de representar a maior força de vendas, também possui enorme influência nas decisões sobre os produtos.

A partir de 2016, a Avon firma parceria com a *Think Eva* para todas as ações digitais da marca, ou seja, a presença da Avon nas redes sociais passa a ser diretamente direcionada e alinhada a esse novo discurso da marca, no qual *empoderamento* feminino é uma das premissas.

O conceito de *empoderamento*, de acordo com Costa [2012], emergiu na década de 1970 com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos. A princípio, o uso da palavra estava atrelado à bandeira do movimento negro

⁴ As informações dessa seção foram coletadas em diferentes sites. As principais fontes usadas são o próprio site da empresa: www.avonstore.com.br/institucional-historia-da-avon e o da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas www.abevd.org.br/empresas-associadas/associada/avon/. Acesso em: 10 jan. 2018.

“como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena” (COSTA, 2012, p. 7). Contudo, ainda na mesma década, o termo começou a ser incorporado pelo movimento feminista como sinônimo de mudanças nas estruturas das relações de gênero⁵. Nos últimos anos, o conceito tem sido amplamente utilizado em diferentes meios e contextos. No meio publicitário, por exemplo, inúmeras campanhas usam como premissa o empoderamento das mulheres. Todavia, algumas estudiosas chamam atenção para essa apropriação do termo e os consequentes deslocamentos de significado gerados a partir disso.

Para Cornwall (2013), essa nova narrativa de *empoderamento* considera o poder como uma mercadoria que pode ser passada em diferentes mãos. O conceito estaria relacionado muito mais com uma questão de realização própria do que com mobilização social:

Agenciamento (*agency*) se torna assertividade: ter controle sobre sua própria vida, fazer suas próprias escolhas por meio da autorrealização, ao invés de implicar o tipo de mobilização coletiva e a conscientização que tem a ver com o ativismo feminista (CORNWALL, 2013, p. 1).

Definido como “*empoderamento light*”, Cornwall (2013) utiliza o conceito de simulacro⁶, do filósofo francês Baudrillard, para explicar como esse tipo de *empoderamento* seria um tipo de simulacro que apenas se parece com a coisa real. Ao utilizar palavras do léxico feminista, esse “*empoderamento light*” passa a soar como verdadeiro; contudo, suas práticas o apartam da força do termo original. Cornwall (2013) ainda mostra que o *empoderamento* não poderia ser algo dado ou feito para as mulheres, uma vez que o princípio do *empoderamento* está na conscientização feminina e na mobilização coletiva: “Quando as mulheres reconhecem o seu ‘poder de dentro’ e agem junto a outras mulheres para exercitar o seu ‘poder com’, elas conquistam o ‘poder para’ atuarem como ‘agentes’ de mudanças.” (CORNWALL, 2013, p. 8)

⁵ Numa perspectiva feminista – que é a utilizada nessa seção – o termo “gênero” está associado ao caráter social das diferenças entre sexos. Assim, de acordo com Scott (1988, p. 2), “gênero é a organização social da diferença sexual”.

⁶ Na obra “Simulacros e Simulações”, o sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard apresenta sua teoria acerca da influência da mídia na sociedade pós-moderna. Para o autor, vivemos num contexto no qual a representação da realidade passa a ter mais relevância do que a própria realidade em si, é o que ele chama de “precessão de simulacros”. Nas palavras do filósofo, “o território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão de simulacros.” (BAUDRILLARD, 1981, p. 8)

Nessa mesma vertente, Sardenberg (2008) classifica o termo *empoderamento* a partir de duas abordagens básicas. A primeira seria o que a autora chama de “*empoderamento liberal*”, perspectiva em que o *empoderamento* se torna apenas um instrumento para o desenvolvimento, assim o fim é algo que está além, como a erradicação da pobreza ou mesmo a construção da democracia. Essa noção está baseada num enfoque tecnicista instrumental, no qual o *empoderamento* torna-se algo possível de ser ensinado em cursos de treinamento, por exemplo.

Vale ressaltar que o “*empoderamento liberal*” tem origem no liberalismo e, dessa maneira, relaciona-se diretamente com uma vertente do feminismo chamada de “*feminismo liberal*”. Essa vertente busca ampliar a igualdade de oportunidades para as mulheres, proporcionando igual acesso à educação, por exemplo, mas ignorando as questões estruturais que mantêm as mulheres nessas condições de desigualdades:

Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o *feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria das mulheres* (ARUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37, grifos nossos).

Outra característica dessa abordagem é a relação entre indivíduo e coletivo. Nesse ponto de vista, a perspectiva individual é enfatizada. O *empoderamento* é encarado em uma lógica cognitivista e compreendido como aquilo que os próprios sujeitos conferem a si mesmos, isto é, dentro de um senso de controle individual e de autocontrole.

Já o “*empoderamento libertador*” tem como foco central as relações de poder. Logo, o objetivo principal é o questionamento, bem como a desestabilização da ordem de gênero do patriarcado. Dessa maneira, não é visto como um instrumento ou um meio, e sim um fim em si próprio:

A noção de empoderamento libertador implica um processo de conscientização, levanta questões não somente em relação às dimensões sociopolíticas do

fenômeno, mas também aos processos psicológicos do jogo⁷. (SARDENBERG, 2008, p. 24, tradução nossa).

É uma noção que se volta para a ação, principalmente, a ação coletiva. Contudo, a relevância do *empoderamento* das mulheres em nível pessoal não está, de forma alguma, descartada. Ainda segundo Sardenberg (2008), é uma abordagem que está diretamente relacionada a um processo de conscientização. Portanto, a grande questão passa a ser a articulação entre as dimensões individual e coletiva em prol de mudanças estruturais. Para Sardenberg (2008), o *empoderamento* libertador envolve necessariamente uma noção de “poder com”, que resulta na conscientização como estratégia política para a ação de mudança. Berth (2018) elucida melhor essa questão da coletividade:

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. (BERTH, 2018, p. 42)

Num trecho do *corpus* selecionado para essa pesquisa, proveniente do *hotsite A Beleza que faz sentido*, é possível perceber, através do modo pelo qual a Avon define o conceito de *empoderamento*, que a empresa o enquadra numa perspectiva que consideramos próxima da abordagem definida como “*empoderamento light*” da Cornwall (2013). Vejamos.

Empodere-se!

O empoderamento feminino é uma nova forma da mulher estar no mundo, mais consciente, independente e segura. A Avon quer que as mulheres possam ter mais escolhas e garantir que elas tomem as próprias decisões e sejam protagonistas de suas próprias histórias. O pilar fundamental para o empoderamento da mulher é conquistar a independência financeira. Porém, de acordo com as taxas atuais, levaremos mais de 80 anos para atingir total igualdade de oportunidades. Sabemos que isso precisa acontecer em menos tempos e nós, da Avon, temos um papel importante a desempenhar, contribuindo para diminuição deste período.

⁷ No original: The notion that liberating empowerment implies a process of awareness, raises questions not only in regard to the sociopolitical dimensions of the phenomenon, but also to the psychological processes at play.

A empresa define *empoderamento* como “A capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer. Para levar a vida da forma que escolher”⁸. Dessa maneira, estamos diante de uma abordagem cuja ênfase recai sobre a dimensão individual, salientando uma percepção cognitivista do processo. Com efeito, o indivíduo teria plena capacidade de se empoderar e, a partir disso, exercer a autorrealização.

2. A argumentação na semiolinguística

De acordo com Charaudeau (2014), os *modos de organização do discurso* são os procedimentos que ordenam o ato de comunicação através de categorias linguísticas. Essa ordenação é realizada através das finalidades discursivas do ato e podem ser categorizadas em quatro modos: o *Enunciativo*, o *Descritivo*, o *Narrativo* e o *Argumentativo*. Nesse trabalho, especificamente, utilizaremos como categorias para análise apenas o Modo Argumentativo.

A argumentação, para Charaudeau (2014), não se encontra no domínio das categorias linguísticas, e sim, na organização do discurso. Sendo assim, a argumentação não pode ser definida apenas como uma sequência de frases ou proposições que estão ligadas por conectores lógicos. Charaudeau postula que para haver argumentação é indispensável a existência de: i) Uma proposta sobre o mundo que gere um questionamento, em alguém, no que tange a sua legitimidade; ii) Um sujeito que assuma um engajamento em relação a esse questionamento, construindo um raciocínio para buscar instaurar uma verdade sobre a proposta e iii) Um sujeito alvo da argumentação, a pessoa para a qual o sujeito argumentante irá direcionar sua verdade (persuasão).

Como função, o modo argumentativo está relacionado com a construção de explicações sobre asserções realizadas acerca do mundo. Tais explicações podem ser produzidas sob dois diferentes vieses; o da *razão demonstrativa* e da *razão persuasiva*. De acordo com Emediato (2010), a primeira busca o estabelecimento de relações de causalidade através de procedimentos ligados à organização da lógica argumentativa. Assim, busca-se o convencimento do outro através de uma explicação de caráter verdadeiro ou o mais próximo

⁸ Disponível em: <http://www.avon.com.br/belezaquefazsentido/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

possível (verossímil). A segunda, diferentemente da anterior, não busca a comprovação de premissas, e sim, a adesão do interlocutor. Além disso, a *razão persuasiva* também está intrinsecamente ligada aos *procedimentos de encenação discursiva* do sujeito que argumenta, nos quais a situação comunicativa e o contrato de comunicação são elementos determinantes.

Sobre a mecânica do dispositivo argumentativo, Charaudeau discorre sobre a necessidade de três componentes: “não é suficiente que sejam emitidas *propostas* sobre o mundo, é necessário também que estas se inscrevam num *quadro de questionamento* que possa gerar um *ato de persuasão*” (CHARAUDEAU, 2014, p. 221). Esses componentes podem ser descritos da seguinte forma:

a) Proposta: pode ser composta por uma ou mais asserções sobre fenômenos do mundo. Em algumas perspectivas da teoria da argumentação, a proposta também é chamada de tese.

b) Proposição: provém de um quadro de questionamento (também chamado como quadro de problematização) que está ancorado na possibilidade de colocar uma *Proposição* em xeque, levando o sujeito argumentante a adotar um posicionamento em relação à Proposta. Esse posicionamento pode ser a favor ou contra a Proposta, assim como o sujeito também pode optar por uma *não tomada de posição*, isto é, o sujeito se sente impossibilitado de aderir a um dos posicionamentos e prefere ponderar os prós e contras em relação à Proposta.

c) Persuasão: momento da argumentação no qual o *quadro de raciocínio persuasivo* é desenvolvido em prol de uma *refutação, justificativa* ou *ponderação*.

É nesse quadro [de raciocínio persuasivo] que o sujeito desenvolve o que se pode chamar de ‘controvérsia’, recorrendo a diversos procedimentos – *semânticos, discursivos e de composição* – a fim de estabelecer a *prova* da posição adotada na Proposição (CHARAUDEAU, 2014, p. 225 – grifos do autor).

No que tange a Avon, podemos afirmar que existe uma proposta de mundo acerca do seu discurso, cunhada no momento que a empresa passa a divulgar publicamente seu novo posicionamento de marca, em que o *empoderamento* feminino torna-se parte constituinte do discurso da empresa. Portanto, podemos considerar que a tese é “o discurso da Avon empodera

mulheres”. Uma vez de acordo com essa proposta de mundo, a Avon precisa gerar provas que comprovem persuasivamente a sua proposição, isto é, desenvolver argumentos que incitem a adesão em relação a sua tese.

Dessa maneira, nossa análise argumentativa está centrada na persuasão desenvolvida pela Avon em defesa de seu novo posicionamento de marca. Logo, a *razão persuasiva* se mostrou mais frutífera para este trabalho do que a *demonstrativa*. Sendo assim, explicitaremos aqui os procedimentos da *encenação argumentativa*, categoria importante para a realização da análise em detrimento de uma abordagem sobre os procedimentos que compõem a lógica argumentativa.

Ainda de acordo com Charaudeau (2014), a encenação argumentativa ocorre quando o sujeito argumentante mobiliza determinados procedimentos que estão em consonância com os próprios componentes do modo de organização argumentativo, em prol da validação de seus argumentos. Ainda segundo o autor, são diversos tipos de procedimentos e cada um contribui particularmente para essa validação, sendo eles:

- a) *Procedimentos semânticos*: são baseados no *consenso social*, mais especificamente, nos *valores e domínios de avaliação* nos quais os grupos sociais compartilham. Os domínios da avaliação são: da verdade, do estético, do ético, do hedônico e do pragmático.
- b) *Procedimentos discursivos*: utilizam-se tanto categorias de língua quanto procedimentos de outros Modos de organização do discurso, com o objetivo de gerar determinados efeitos persuasivos. Como exemplo: a definição, a comparação, a citação e a acumulação.
- c) *Procedimentos de composição*: são aqueles que organizam, distribuem ou hierarquizam textualmente os elementos do conjunto da argumentação. Esses se dividem em: composição linear e composição classificatória.

Nas próximas seções, demonstraremos como essas categorias de análise se aplicam ao *corpus* em questão.

3. O *hotsite* A Beleza que faz sentido

O modo argumentativo possibilita a elaboração de explicações – em formato de asserções – sobre o mundo. No caso da nossa pesquisa, a análise do modo argumentativo permite compreender como a Avon defende seu novo posicionamento de marca no *hotsite*, isto é, quais argumentos e procedimentos ela mobiliza para persuadir o sujeito-alvo a acreditar que a empresa faz uso do *Femvertising*. Vale ressaltar que o *hotsite* A Beleza que faz Sentido foi o suporte escolhido pela empresa para divulgar e armazenar o conteúdo relativo ao novo posicionamento de marca da Avon. Desse modo, tínhamos como hipótese que a argumentação nesse suporte seria mais presente.

De acordo com as categorias da encenação argumentativa apontadas por Charaudeau (2014), mensuramos quais procedimentos são mais mobilizados pela Avon dentre os semânticos, discursivos e de composição; assim como, quais domínios de avaliação e valores são engendrados por meio desses procedimentos.

Perante os resultados obtidos com essa mensuração, construímos o quadro 01, no qual podemos verificar que os procedimentos de ordem semântica foram mais usados pela Avon, seguidos pelos procedimentos discursivos. Nesse suporte, especificamente, não foram apresentados procedimentos de composição.

Quadro 1 – A argumentação no *hotsite*

Hotsite	Modo Argumentativo
Procedimentos semânticos	5
Procedimentos discursivos	4
Procedimentos de composição	0

Fonte: Os autores (2019)

Vale lembrar que os procedimentos semânticos se caracterizam pelo uso de argumentos fundamentados num *consenso social*. Para tanto, os integrantes de determinado grupo sociocultural deve partilhar *valores* que são construídos a partir de certos *domínios de avaliação*. Diante disso, dentre os

procedimentos semânticos utilizados pela Avon, existe uma propensão para o uso de *valores* relativos ao domínio do ético e do pragmático como argumentos principais, como é possível perceber nos próximos excertos.

Texto 105 – valor de responsabilidade concernente ao domínio do ético:

A Avon quer que as mulheres possam ter mais escolhas e garantir que elas tomem as próprias decisões e sejam protagonistas de suas próprias histórias. O pilar fundamental para o empoderamento da mulher é conquistar a independência financeira. Porém, de acordo com as taxas atuais, levaremos mais de 80 anos para atingir total igualdade de oportunidades. Sabemos que isso precisa acontecer em menos tempo e nós, da Avon, temos um papel importante a desempenhar, contribuindo para diminuição deste período.

No texto 105, a Avon aponta a atual situação de desigualdade entre homens e mulheres e apresenta a previsão de uma possível paridade entre os gêneros que levaria mais de 80 anos para ser conquistada. Assim, ciente da necessidade de mudança, a empresa se atribui um papel de importância na contribuição para o aceleração desse processo de paridade. Desse modo, a Avon evoca um *valor de responsabilidade* como argumento.

Texto 109 – valor relativo ao domínio do pragmático:

1 Produtos com qualidade e valor fáceis de demonstrar 2. Autoconfiança e oportunidade de ganho financeiro 3. Mulheres empoderadas empoderam outras mulheres.

Já no texto 109, a empresa cria um raciocínio persuasivo ligando a qualidade dos seus produtos ao ganho financeiro das revendedoras e, conseqüentemente, ao *empoderamento* que as mesmas além de desenvolver também levariam a outras mulheres. Logo, o valor que é manifestado nessa persuasão é do domínio do Pragmático, no qual a diferença é apresentada como argumento de sedução, isto é, dado que os produtos são bons e fáceis de vender, o sujeito-alvo [leia-se, TUd] alcançaria desde a independência financeira até o próprio *empoderamento*.

É pertinente ressaltar outro texto no qual a empresa também cria um argumento acerca do *empoderamento*, mas desta vez o valor é referente ao

domínio do estético. Para tanto, a Avon elabora uma relação entre o *empoderamento* de mulheres e um mundo mais belo. Segundo o argumento da empresa, a criação de um mundo mais bonito ocorre por meio de mulheres empoderadas. Vejamos no texto:

Texto 111 – valor referente ao domínio do estético:

Queremos um mundo com mais mulheres empoderadas, pois mulheres empoderadas criam um mundo mais bonito.

Perante aos últimos excertos e também do restante do *corpus* analisado do *hotsite*, é possível perceber que o empoderamento feminino é abordado de diferentes maneiras: como uma consequência, como um meio e também como um fim, já que em outros textos a Avon indica ter como propósito “criar um mundo com mais mulheres empoderadas” porque mulher empoderada empodera outras mulheres. Essa percepção mais utilitarista acerca do empoderamento se enquadra no que Sardenberg (2008) denomina como “*empoderamento liberal*”, uma vez que o enfoque da Avon se concentra no processo de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, por meio do empoderamento; porém, ignora as estruturas que perpetuam esse padrão de desigualdade.

4. Catálogos de venda direta

Nesta seção buscaremos compreender como ocorre a argumentação nos catálogos de revenda da Avon. Para tanto, relembramos que os catálogos representam a principal ferramenta de comunicação entre a empresa e seu público-alvo, uma vez que as vendas ocorrem com as revendedoras por meio dos catálogos.

Nesse suporte identificamos maior incidência dos procedimentos discursivos, como demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 – A argumentação nos catálogos de venda direta

Catálogos de venda direta	Modo argumentativo
Procedimentos semânticos	11
Procedimentos discursivos	13
Procedimentos de composição	0

Fonte: Os autores (2019)

Dentre os discursivos – aqueles que podem mobilizar tanto categoria de língua como procedimentos de outros Modos de organização do discurso – são as definições que se destacam nos catálogos. Segundo Charaudeau (2014), a definição é pertencente ao Modo de Organização Descritivo, mais especificamente à categoria da qualificação. Entretanto, quando no domínio da argumentação, a definição passa a ser usada com fins estratégicos, visando “um efeito de evidência e de saber para o sujeito que argumenta” (CHARAUDEAU, 2014, p. 236). Ainda de acordo com o autor, as definições podem ser divididas em dois tipos: a que define um ser (objeto, pessoa, palavra) ou um comportamento.

Nos textos abaixo é possível observar diferentes usos da definição:

Texto 85

O amor de mãe é um sentimento puro. Livre de rótulos, que empodera, dá coragem e força para realizar qualquer sonho. Mãe é aquela pessoa que segura sua mão e não te abandona jamais.

Texto 90

Alexandra Loras – jornalista e palestrante sobre raça e gênero
 “A beleza é uma forma de empoderamento. Cada vez que vejo uma negra na mídia fico honrada. Assumir a minha beleza natural é um resgate de autoestima.”

No texto 85 é possível perceber que existe uma mescla dos dois tipos de definições. Quando se define o que é o amor de uma mãe e também o que é o ser mãe, podemos dizer que está sendo usada a *definição de um ser*. No entanto, ao definir o que é ser mãe, a Avon também define um tipo de comportamento. Desse modo, a Avon dita o que acredita ser um

comportamento aceitável e padrão para as mães “segurar a mão e não abandonar jamais”. Esse tipo de definição pode ser igualmente chamada de *definição condensada*, segundo Emediato (2010). Isto porque toda a complexidade do que é ser mãe é reduzida apenas a dois predicativos. De acordo o autor, esse recurso é amplamente utilizado no discurso político e publicitário, além de possuir grande influência persuasiva e força argumentativa. Afinal, é o tipo de argumento que não demanda grande esforço intelectual para ser elaborado e pode ser consumido muito facilmente.

Já no texto 90, existe a *definição de um ser* em dois momentos – a Alexandra Loras que é definida como jornalista e palestrante – e o substantivo beleza que é definido como forma de empoderamento. Entretanto, também podemos considerar a qualificação da Alexandra como um *argumento de autoridade*, uma vez que ele garante credibilidade à opinião da mesma que é citada na sequência. Outro ponto importante de ser observado nesses textos (85 e 90) que usam do argumento de autoridade é a ordem dessas qualificações, isto é, quais adjetivos aparecem em primeiro ou em segundo lugar. Logo, ao preferir qualificá-la, primeiramente, como jornalista, mesmo quando a fala dela se relaciona muito mais com o papel de palestrante de raça e gênero, a Avon o faz por acreditar que dessa forma seu argumento será mais eficiente. Observemos o funcionamento desse processo em outro exemplo:

Texto 91

Monique Evelle – Empreendedora e ativista do movimento negro
“A beleza é um ato político. Quando você está bem consigo mesma, você se sente viva. Por isso gosto de me sentir bonita.”

Constatamos que, mesmo num contexto no qual o ativismo poderia ser destacado para condizer com as citações de ambos os textos, os papéis de palestrante e ativista política são vistos como inferiores ou menos relevante em detrimento de outras ocupações formais. Desse modo, é possível perceber novamente que o *novo posicionamento da Avon* está alinhado com os preceitos que Sardemberg (2008) chama de *empoderamento liberal*. Isto porque, por mais que a empresa dê alguma visibilidade para as lutas e para o ativismo qualificando-as como ativista e palestrante sobre gênero, ela

também prefere se voltar para a questão econômica ao atribuir maior importância às ocupações que comumente possibilitam um retorno econômico. Portanto, aqui, mais uma vez, o *empoderamento* feminino não é a finalidade central, é um meio para a emancipação financeira e econômica.

5. A Fan page da Avon

Diante da decomposição dos dados obtidos com o *corpus*, identificamos os procedimentos mais utilizados pela Avon em sua argumentação, conforme consta no Quadro 3.

Quadro 3 – A argumentação na *Fan Page*

Página no <i>Facebook</i>	Modo Argumentativo
Procedimentos semânticos	41
Procedimentos discursivos	16
Procedimentos de composição	0

Fonte: Os autores (2019)

Percebemos que a encenação argumentativa da Avon na *fan page* ocorre, majoritariamente, pela mobilização de procedimentos de ordem semântica. Dentre os procedimentos semânticos, existe um predomínio pelo uso dos valores concernentes ao domínio do ético, principalmente: responsabilidade e solidariedade⁹.

Vejam alguns exemplos desses valores pertencentes ao domínio do ético que aparecem na página do *Facebook* da Avon:

Texto 1 – responsabilidade

#AtéQuando a privacidade da mulher vai continuar sendo violada? A divulgação ou reprodução de fotos vazadas é um crime que, infelizmente, ainda atinge milhares de pessoas. Só nos últimos 3 anos, o assédio virtual cresceu 26.000%.

⁹ Charaudeau (2014) aponta as possibilidades de valores concernentes ao domínio do ético, dentre eles estão: solidariedade, honestidade, justiça, responsabilidade, esforço e disciplina. De acordo com o autor, são encontrados principalmente no discurso político.

Em 2017, o assédio foi o 26º assunto mais discutido no Brasil. Esses números precisam mudar. O respeito é um direito de todas nós.

Texto 18 – solidariedade

Acreditamos que juntas podemos ir mais longe! Por isso, o Instituto Avon e o Fundo ELAS se uniram para mais uma parceria de sucesso. No dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, será lançado o novo edital do Fundo Fale Sem Medo, que vai apoiar 20 projetos de grupos e organizações da sociedade civil voltados para o enfrentamento da violência contra a mulher. Fiquem ligadas! #JuntasTransformamos

Texto 20 – solidariedade

O silêncio é um dos maiores inimigos na luta pelo fim da violência contra a mulher. Juntas podemos unir vozes e ajudar a transformar estes dados. #JuntasTransformamos

Como é observável, esses valores em muitos momentos se misturam, assim, em determinados textos podemos vislumbrar tanto o apelo à responsabilidade quanto à solidariedade, por exemplo. Mesmo assim, achamos pertinente classificar os valores por possibilitar a percepção das diferentes nuances do domínio do Ético que foram utilizadas. E foi apenas por esse processo que conseguimos visualizar a mobilização de um tipo de solidariedade específica pela Avon. Teceremos mais a respeito da especificidade desse valor adotado pela marca na próxima seção dedicada à análise.

6. Análise: o ethos de sororidade e o discurso promocional

Na análise do *corpus*, percebemos que os argumentos não seguiam um raciocínio lógico, ou seja, a razão persuasiva se mostrou mais eficiente para o tipo de discurso, no caso, o publicitário. Ao analisarmos a encenação argumentativa constatamos que houve um predomínio de procedimentos semânticos, particularmente, por meio da mobilização de valores concernente ao domínio do ético. Dentre os valores categorizados, há um destaque para a solidariedade. Aqui, podemos expor duas questões pertinentes acerca da predominância desse valor: a primeira é sobre o tipo específico de

solidariedade de que a Avon faz uso, e a segunda é sobre a aproximação do discurso da Avon com outro tipo de discurso, de acordo com os conceitos de Charaudeau (2008).

Sobre o primeiro ponto, ao reconhecermos que a Avon faz uso de uma voz feminina em sua enunciação e, juntamente, se mostra solidária a questões e causas de mulheres, podemos afirmar que se trata de uma solidariedade específica, uma solidariedade que se aproxima do conceito *sororidade*. Este conceito remete diretamente ao termo *sisterhood*, criado pela escritora feminista norte-americana Kate Millet nos anos 1970. Contudo, é a antropóloga e política mexicana Marcela Lagarde que tem se dedicado a estudar e divulgar o conceito recentemente.

De acordo com Lagarde (2006), *sororidade* pode ser definida como uma aliança feminista que busca uma mudança de vida e do mundo de uma forma mais justa e igualitária. Ainda com essa autora:

A *sororidade* é uma dimensão ética, política da prática do feminismo contemporânea. É uma experiência das mulheres que conduz à busca de relações positivas e à aliança existencial e política, corpo a corpo, subjetividade a subjetividade com outras mulheres, para contribuir com ações específicas para a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para conquistar o poder genérico de todas e o empoderamento vital de cada mulher¹⁰. (LAGARDE, 2006, p. 126, tradução nossa).

Dessa maneira, a autora ressalta que não se trata apenas de amor ou de respeito mútuo. A *sororidade*, para além da criação de vínculos, é sobre também reconhecer que cada mulher é um encontro de outras tantas mulheres. É sobre um encontro político importante e urgente:

A *sororidade* é um pacto entre pares. O mecanismo mais eficaz para conquistá-lo é elucidar aquilo que estamos de acordos e discordar com o respeito que exigimos ao mundo para o nosso gênero. [...] Ao atuar assim, nós mulheres

¹⁰ No original: La sororidad es una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política, cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir con acciones específicas a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y al empoderamiento vital de cada mujer.

ampliamos nossas coincidências e potencializamos nossa força para reivindicar nossos desejos ao mundo¹¹. (LAGARDE, 2006, p. 126, tradução nossa)

Percebemos que a Avon opta pela escolha de argumentos que se relacionam com valores do domínio do ético, mais especificamente com a solidariedade. E essa solidariedade assume traços específicos ao exaltar e estimular uma união de força feminina, próprios da *sororidade*.

Ademais, essa questão da solidariedade nos leva a outra dimensão acerca da nossa pesquisa, diretamente relacionada com o tipo de discurso, uma vez que o *ethos* de solidariedade é uma das estratégias apontadas por Charaudeau (2008) do discurso político.

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 137)

Segundo esse teórico, dentro do discurso político existem duas macroestratégias que se agrupam em duas categorias de *ethos*: os *ethé* de credibilidade e o *ethé* de identificação. Sendo o primeiro tipo fundado em um discurso da razão; o segundo tipo, em um discurso do afeto (CHARAUDEAU, 2008). Dentre as possibilidades de *ethé* de identificação, encontramos então o *ethos* de solidariedade, que, assim como outros pertencentes a esse tipo, está fundado num discurso de afeto. Aliás, como Charaudeau (2008) ressalta, diferentemente da compaixão, a solidariedade é marcada pela não hierarquização e pela simetria das relações. “A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados” (CHARAUDEAU, 2008, p. 163).

O ponto principal sobre esse *ethos* de solidariedade é que ele ocorre em contextos históricos específicos:

¹¹ No original: La sororidad es un pacto político entre pares. El mecanismo más eficaz para lograrlo es dilucidar en qué estamos de acuerdo y discrepar con el respeto que le exigimos al mundo para nuestro género. [...]Al actuar así, las mujeres ampliamos nuestras coincidencias y potenciamos nuestra fuerza para vindicar nuestros deseos em el mundo.

Para que se manifeste essa solidariedade, é preciso, portanto, uma *idéia* a ser defendida, um *grupo* que se identifique como portador dessa *idéia*, *circunstâncias* (sobretudo quando o grupo está ameaçado) que desencadeie esse movimento identitário. Todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma *ideia*, um valor (CHARAUDEAU, 2008, p. 164 – grifos do autor).

Diante disso, podemos dizer que, no caso do discurso da Avon, a ideia pela qual ocorre o processo de identificação é a igualdade de gênero – um preceito feminista. Assim como a circunstância para que isso ocorra, é a uma sociedade na qual prevaleça a desigualdade de gênero, caso contrário, a ideia defendida não faria sentido e muito menos suscitaria identificação. Todavia, vale lembrar que essa é uma estratégia típica do discurso político, logo, esse ponto nos conduz a outro ponto sobre as estratégias discursivas observadas no discurso da Avon: a aproximação com outros tipos de discursos.

Remetendo-nos à tipologia criada por Charaudeau (2010), podemos falar de uma tipologia específica de discurso – o propagandístico – considerado como um discurso de *incitação a fazer* e que abrangeria outros tipos de discurso, de acordo com as especificidades das finalidades e visadas discursivas:

O discurso propagandista é, desse modo, um tipo de discurso definido de maneira ideal que concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com: o tipo de *legitimidade* do qual goza o sujeito falante, a natureza do objeto de fala (ou objeto de busca) que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, e o lugar atribuído ao sujeito influenciado (CHARAUDEAU, 2010, p. 64 – grifos do autor).

Os discursos que são abrangidos por essa tipologia são: o publicitário, o político e o promocional. Dentre esses, nos interessa abordar o discurso promocional. Ainda segundo Charaudeau, esse tipo de discurso não visa ao enaltecimento de uma marca ou produto. Mas, sim, a busca por uma benfeitoria à sociedade.

O funcionamento do discurso promocional se configura de forma completamente distinta do publicitário. Sendo assim, no discurso promocional não existe instância concorrente, uma vez que o objeto do saber se apresenta como uma reparação a uma desordem social. Outro ponto importante é o fato da instância locutora ser vista como um informante, um conselheiro que lança um apelo de cunho social. Dessa maneira, os valores que são mobilizados por esse tipo de discurso se enquadram dentro do domínio da Ética.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que o discurso da Avon então se assemelha muito mais a um discurso promocional do que a um discurso publicitário, já que é possível observar que existe um apelo a uma reparação social, no caso, a questão da desigualdade de gênero, colocada em pauta por meio de valores caros ao domínio do ético.

A Avon não menciona (implícita ou explicitamente) a existência de uma instância concorrente; coloca-se como conselheira e responsável sobre uma mudança que deve acontecer por todos (“o dever fazer por todos”).

Considerações finais

Partimos da decomposição dos dados coletados em cada suporte e constatamos a relevância dos procedimentos semânticos no *corpus* analisado. Isto é, aqueles que estão ancorados nos valores e domínios de avaliação e compartilhados por determinados grupos sociais. Diante disso, foi observado a quais valores os argumentos mobilizados faziam referência. Percebemos, então, um predomínio de valores concernentes ao domínio do ético. Dentre esses valores, houve um destaque para a solidariedade.

A solidariedade mobilizada pela Avon suscitou dois pontos importantes da análise, o primeiro relativo ao *ethos* de solidariedade mostrado pela marca, e o segundo referente ao tipo de discurso que estaria relacionado a esse *ethos*. Sobre o primeiro ponto, notamos que a solidariedade demonstrada pela a Avon assemelha-se com o conceito de *sororidade*, que pode ser definido vulgarmente como uma aliança feminista em prol de mudanças sociais e políticas. Sendo assim, a marca faz uso de um *ethos* de *sororidade* como estratégia para seduzir as consumidoras que se identificam com o discurso feminista. E, também, como uma maneira de legitimar o novo posicionamento de marca da empresa. Ora, se o *empoderamento* feminino é a premissa desse novo posicionamento, então a *sororidade* é um dos valores que se espera encontrar nesse discurso.

No que toca o segundo ponto, Charaudeau (2008) aponta que o *ethos* de solidariedade é uma estratégia típica do discurso político, o que nos fez atentar para a aproximação do discurso da Avon com outros tipos de discurso, mais especificamente com o discurso promocional. Diferentemente do publicitário, o discurso promocional apresenta a reparação de uma desordem

social como conteúdo, sem que exista instância concorrente nesse dispositivo. Contudo, é errôneo desconsiderar o fato de a empresa estar inserida em um contexto de mercado, composto por outros grupos que atuam no mesmo segmento de higiene e beleza e que possuem um público consumidor parecido com o da Avon. Dessa forma, conclui-se que ambas estratégias funcionam como mecanismos para ofuscar a “visada” do discurso publicitário (“fazer vender”) por meio do enfoque dado a “reparação social” a ser conquistada, no caso, a igualdade de gênero.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio d’água, 1981.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. **Análises do Discurso Hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 57-78. vol. 3.

CORNWALL, Andrea. Apresentação: Trilhas do empoderamento de mulheres. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 2, 2013.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

EMEDIATO, Wander. **A Fórmula do Texto**: redação e argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z**: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Tradução: Afonso Celso Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LAGARDE, Marcela. **Pacto entre mujeres:** sororidad. Disponível em: <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SARDENBERG, Cecilia. *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.* Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

SARDENBERG, Cecilia. Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women’s Empowerment. **IDS Bulletin**, v. 39, n. 6, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, n. 11, 2016. Disponível em: www.revista.ufpe.br/cadernosdehistoriaufpe/index.php/cadernosdehistoriaufpe/article/download/27/19. Acesso em: 10 out. 2017.

Forma de citação sugerida

NUNES, Ana Paula Gomes; VALE, Rony Petterson Gomes do. A argumentação no reposicionamento de marca da Avon: do femvertising ao ethos de sororidade. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 28-50, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2491.

Modalidade volitiva e construção argumentativa nos discursos de Donald Trump em língua espanhola

André Silva Oliveira

Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista CAPES, Brasil
andrehtzn@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, objetivamos descrever e analisar a construção argumentativa dos discursos de Donald Trump em língua espanhola por meio da instauração da modalidade volitiva que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), refere-se ao que é (in)desejável. Baseamo-nos na Gramática Discursivo-Funcional (GDF), no intuito de averiguarmos o comportamento da volição nos discursos que compuseram o *corpus*. Concluímos que a modalidade volitiva apresenta, majoritariamente, a orientação modal para o Participante, com a especificação do sujeito sintático, sendo o valor modal volitivo de intenção o mais recorrente e a volição relativa a eventos controlados e não-controlados. Atestamos também uma maior frequência de marcas de primeira pessoa (singular e plural), em que a modalidade volitiva foi expressa, significativamente, por meio de verbos léxicos volitivos.

Palavras-chaves: Gramática Discursivo-Funcional. Modalidade Volitiva. Volição. Argumentação.

Abstract: In this paper, we aim to describe and analyze the argumentative construction of Donald Trump's speeches in Spanish through the introduction of the volitive modality that, according to Hengeveld and Mackenzie (2008), refers to what is (in)desirable. We are based on the Functional Discourse Grammar (FDG) in order to verify the behavior of volition in the speeches that composed the *corpus*. We conclude that the volitive modality presents mostly modal orientation for the Participant, with the specification of the syntactic subject, with the volitional modal value of intention being the most recurrent and the volition relative to controlled and uncontrolled events. We also attested to a higher frequency of first-person marks (singular and plural), with the volitive modality being expressed significantly through volitional lexical verbs.

Keywords: Functional Discourse Grammar. Volitive Modality. Volitional. Argumentation.

Introdução

Na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), depois revista e ampliada na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade volitiva é entendida, no que diz respeito ao domínio semântico, como um tipo de modalização relativa ao que é (in)desejável, estando situada, portanto, no eixo da volição, e apresentando três tipos de orientação modal: o Participante, o Evento e a Proposição.

Partindo do arcabouço teórico da GDF, objetivamos, neste artigo, descrever e analisar a construção argumentativa nos discursos de Donald Trump em língua espanhola por meio da modalidade volitiva. Para isso, pautamos algumas categorias de análise que pudessem proporcionar uma apreciação dos desejos, vontades e intenções manifestados pelo presidente norte-americano em seus discursos, a saber: a orientação modal da modalidade volitiva, os valores modais volitivos instaurados, a especificidade do sujeito sintático, a pessoa do sujeito sintático, a controlabilidade do evento sobre o qual recai a volição e as formas de Expressão Linguística empregadas na instauração da modalidade volitiva.

Acreditamos que o engendramento da modalidade volitiva no discurso político possa apresentar algumas nuances e produzir diferentes efeitos de sentido no público alvo do presidente norte-americano, haja vista que o desejo manifestado possa culminar na concretização do evento sobre o qual recai a volição, conduzindo tanto o Falante (Donald Trump) quanto os seus ouvintes na realização do que é volicionado. Nesse sentido, a volição pode ser empregada também para sinalizar tanto uma aproximação quanto um afastamento do Falante em relação aos seus ouvintes (apontando a singularidade da sua pessoa ou diluindo-a em meio a coletividade), bem como ser revestida de um caráter mais assertivo, quando o desejo recair sobre estados-de-coisas mais controlados, ou podendo ser atenuada quando incidir sobre eventos não-controlados.

No intuito de apresentarmos e explicitarmos os nossos objetivos, este artigo está organizado da seguinte forma: em um primeiro momento, fazemos uma abordagem acerca dos pressupostos teóricos da GDF. Na sequência, discorreremos acerca da modalidade volitiva, abordando-a a partir do que é pré-disposto no modelo teórico adotado. Posteriormente, dissertamos acerca da

modalidade como categoria argumentativa e pragmático-discursiva sob a ótica da GDF. Em seguida, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos desta pesquisa, bem como a apreciação e delimitação das categorias de análise. Logo depois, apresentamos os resultados e discussões sobre a construção argumentativa por meio da modalidade volitiva nos discursos de Donald Trump. Por fim, na seção seguinte, as considerações finais com base nas análises realizadas.

1. A Gramática Discursivo-Funcional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é definida como um modelo global de interação verbal em que o Componente Gramatical (composto por níveis e camadas organizados de forma hierárquica) combina-se com outros três componentes não-gramaticais, a saber: (i) o Componente Conceitual, que é o responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante e pelas conceitualizações relativas aos eventos extralinguísticos relevantes para o evento de fala; (ii) o Componente Contextual, que é o responsável pela descrição tanto do conteúdo quanto da forma do discurso precedente a partir do contexto real e perceptível do evento de fala, bem como das relações sociais estabelecidas entre os participantes (Falante e Ouvinte); e (iii) o Componente de Saída, que é o encarregado de gerar as expressões acústicas e/ou escritas a partir da informação que é fornecida pelo Componente Gramatical.

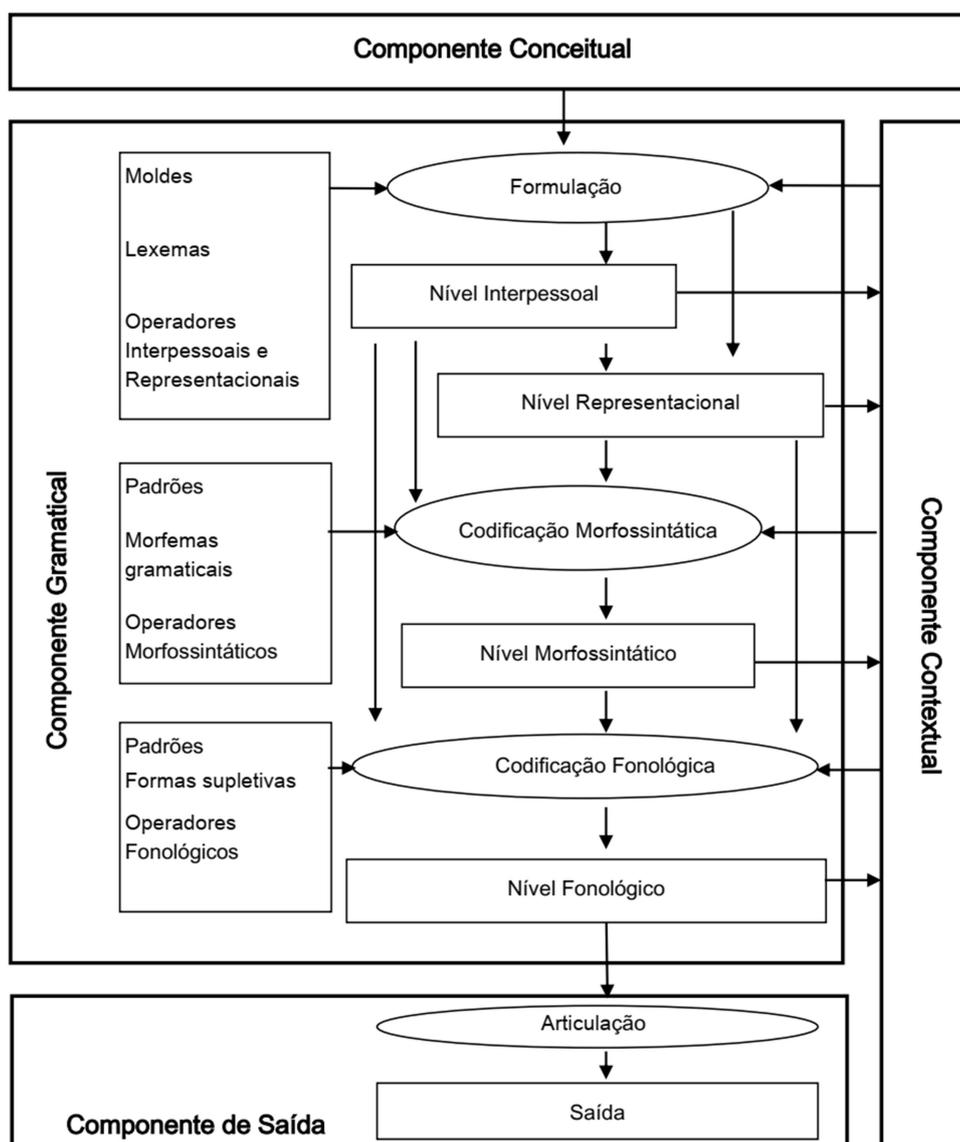
O Componente Gramatical, por sua vez, está composto por quatro níveis organizados hierarquicamente, a saber: (i) o Nível Interpessoal, relativo aos aspectos pragmáticos e o responsável por captar as distinções de formulação relativas à interação entre os participantes (Falante e Ouvinte), contendo as seguintes camadas: Movimento (M) > Ato Discursivo (A) > Ilocução (F) > Participantes (P) > Conteúdo Comunicado (C) > Subato de Atribuição (T) > Subato Referencial (R); (ii) o Nível Representacional, referente aos aspectos semânticos e o responsável por descrever as unidades linguísticas em termos de categorias semânticas que elas mesmas designam, contendo as seguintes camadas: Conteúdo Proposicional (p) > Episódio (ep) > Estado-de-coisas (e) > Propriedade Configuracional (f) > Propriedade lexical > Indivíduos (x); (iii) o

Nível Morfossintático, que diz respeito aos aspectos morfossintáticos e o responsável por converter as informações pragmáticas e semânticas em representações estruturais, contendo as seguintes camadas: Expressão Linguística (Le) > Oração (CI) > Sintagma (Xp) > Palavra (Xw) > Base (Xs) > Afixo (Aff); e (iv) o Nível Fonológico, que é o responsável pelos aspectos fonológicos das unidades linguísticas e por codificar o *input* dos outros níveis e traduzi-los em estrutura fonológica, contendo as seguintes camadas: Enunciado (U) > Frase Entonacional (IP) > Frase Fonológica (PP) > Palavra fonológica (PW) > Pé (F) > Sílabas (S).

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), dentro do Componente Gramatical, ocorrem duas operações que também são influenciadas pelos outros três componentes não-gramaticais (o Componente Contextual, o Componente Conceitual e o Componente de Saída): (i) a Formulação, que diz respeito às regras que determinam tudo aquilo que está relacionado à constituição das representações pragmáticas e semânticas válidas em uma dada língua (Níveis Interpessoal e Representacional); e (ii) a Codificação, que se referem às regras que convertem as representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas (Níveis Morfossintático e Fonológico). Ainda conforme os autores, a GDF assume que tanto a operação de Formulação quanto a operação de Codificação se referem aos processos que são específicos de cada língua; por isso, nenhuma categoria de ordem pragmática, semântica, morfossintática ou fonológica é postulada de maneira universal pelo modelo teórico da GDF, salvo os casos que tenham sido atestados por meio de comprovação empírica.

A arquitetura geral da GDF pode ser vista na Figura 1:

Figura 1 – Arquitetura geral do modelo da GDF



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 37)

Em linhas gerais, o modelo teórico-gramatical da GDF é modular e hierárquico, haja vista que as decisões nos níveis e camadas superiores (Níveis Interpessoal e Representacional) não apenas determinam, como restringem as possibilidades de expressão nos níveis e camadas inferiores (Nível Morfossintático e Fonológico), além de ser *top-down* (de cima para baixo), já que parte da intenção do falante (no Componente Conceitual) para a

articulação das formas linguísticas (do pragmático para o fonológico no Componente Gramatical).

No modelo teórico da GDF, as distinções modais são tratadas dentro do Nível Representacional, em que a categoria modalidade é descrita e analisada com base em dois parâmetros: o domínio semântico e a orientação modal; como veremos na seção seguinte.

2. A modalidade volitiva na GDF

No aparato teórico da GDF e em trabalhos posteriores, tais como Hengeveld (2011), Hengeveld e Dall’Aglío Hattnher (2015), Dall’Aglío Hattnher e Hengeveld (2016), Olbertz (2016), Nagamura (2016), Oliveira (2017) e Hengeveld (2017), podemos averiguar que as distinções modais estão ancoradas dentro do Nível Representacional, em que a categoria modalidade é descrita e analisada com base em dois parâmetros: o *domínio semântico* e a *orientação modal*.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o domínio semântico se refere ao tipo de avaliação modal que se faz dos enunciados modalizados, dividindo a categoria modalidade em quatro tipos: *facultativa* (relativa às capacidades intrínsecas ou adquiridas), *epistêmica* (refere-se aos conhecimentos e crenças acerca do mundo real), *deôntica* (está relacionada ao que é moralmente, socialmente e legalmente aceito em termos de normas e regras de conduta) e *volitiva* (referente ao que é desejável);

Por sua vez, ainda conforme os autores, a orientação modal se trata da parte do enunciado que é modalizada, podendo a categoria modalidade apresentar quatro tipos de orientação: *Proposição*, que se refere à parte do enunciado que é relativa às crenças, às visões e aos desejos do falante, especificando, dessa forma, o grau de comprometimento dele com a proposição enunciada; *Episódio*, que é referente à caracterização de um episódio em termos de sua possibilidade ou impossibilidade de que venha a ocorrer em relação ao conhecimento de mundo do falante; *Evento*, que é relativa à descrição de um evento contido em um enunciado, mas sem que o falante faça uma apreciação desse evento; e *Participante*, que diz respeito à relação entre um dado participante e a potencialização de um dado evento por parte dele.

Especificamente, em relação à modalidade volitiva, foco deste trabalho, atestamos, com base em Hengeveld (2004), que ela é relativa ao que é (in)desejável por parte do falante ou do participante expresso pelo predicado, situando-se, portanto, no eixo da volição. No tocante à orientação modal, Hengeveld e Mackenzie (2008) determinam que a modalidade volitiva pode apresentar orientação para o Participante, quando há a intenção de performatização de um dado evento por parte do falante ou do participante expresso pelo predicado, como no exemplo: *I want to leave* [Nós queremos partir] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213); e para o Evento, quando há caracterização de eventos em termos da (in)desejabilidade, mas sem que o falante faça uma avaliação acerca deste evento, como no exemplo: *It would be bad if I broke it* [Seria ruim se eu quebrasse isso] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

Em Hengeveld e Mackenzie (2008), há uma discussão acerca da existência de uma modalidade volitiva orientada para a Proposição. Segundo os autores, é possível de encontrar, nas línguas naturais, uma ampla variedade de modalidade subjetivas, como no exemplo retirado da língua Pawnee: *ti-ku-itka-is-ta* (*I want do sleep/It is going to sleep on me*) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 154). Conforme os autores, nessa língua, há uma formação especial, pois o verbo é flexionado na voz passiva, o que justificaria o marcador de primeira pessoa do singular, marcador este provido de sufixo de aspecto perfectivo de intencionalidade, expressando, nesse caso, um exemplo de modalidade volitiva com orientação para a Proposição. Para os autores, tanto o morfema de modo indicativo quanto o emprego da primeira pessoa mostram que esta frase, nesta língua, não pode ser interpretada como sendo uma ilocução optativa básica, ou seja, não se trata da desejabilidade de um evento, mas de uma afirmação (asserção) a respeito dos desejos pessoais do falante.

Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), Oliveira (2017) especifica que a modalidade volitiva orientada para a Proposição conteria os seguintes aspectos: (i) não expressaria as intenções/pretenções do falante em performatizar um dado evento, por isso não atuaria na camada da Propriedade Configuracional; (ii) é restrita a primeira pessoa do singular ou plural nas línguas naturais, haja vista que se trata da asserção pessoal de um desejo do falante acerca de uma proposição relativa a um construto mental do

qual o falante faria uma apreciação; (iii) não se refere a uma ilocução optativa, o que impossibilitaria de ser apreciada em termos de verdade ou falsidade (com base nas convicções do falante) acerca da possibilidade de concretização da proposição expressa, em que o falante manifestaria seu comprometimento volitivo; e (iv) é referente às asserções dos desejos pessoais do falante sobre um dado evento que pode ser apenas localizado em sua mente, sendo, portanto, relativo ao aspecto *irrealis* (o que é prototípico da modalidade volitiva).

De acordo com Oliveira (2017), os operadores de modalidade volitiva orientados para a Proposição atuam como *elementos de apreciação* acerca de um dado Conteúdo Proposicional, relativo a um mundo imaginário/fictício, do qual apenas o falante teria acesso, de caráter subjetivo e irrealizável do ponto de vista factual, sem localização no tempo e no espaço, como no exemplo: *Quisiera que fuese Ella misma quien les lleve, hasta lo profundo de sus almas de Pastores* [Quisera que fosse Ela mesma quem os leve até o profundo de suas almas de Pastores] (OLIVEIRA, 2017, p. 101). Conforme o autor, o operador de modalidade volitiva, *quisiera*, atua na camada do Conteúdo Proposicional, tomando por escopo uma proposição (contida na completiva com *que*) que, por sua vez, é relativa a um construto mental que diz respeito aos desejos pessoais do falante (o que pode ser evidenciado pela marca de primeira pessoa do singular, *quisiera*) em relação a um mundo imaginário/fictício (o mundo da espiritualidade). Ainda conforme o mesmo autor, tal evento volicionado é irrealizável do ponto de vista factual, a julgar pela impossibilidade de localização no tempo e no espaço (aspecto *irrealis*).

Segundo Oliveira (2017), os operadores de modalidade volitiva que atuam na camada do Conteúdo Proposicional são indicadores de que, em um mundo imaginário/fictício, o falante toma como possível e verdadeiro a concretização de um dado evento por ele volicionado (possibilidade volitiva), com base em suas próprias crenças e convicções (comprometimento volitivo), o que, em certa medida, aproxima a modalidade volitiva da modalidade epistêmica (modalidade esta que atua, preferencialmente, conforme o modelo da GDF, na camada do Conteúdo Proposicional).

Dessa forma, temos que a modalidade volitiva pode apresentar orientação para: (i) o Participante, em que os operadores volitivos atuam na

camada da Propriedade Configuracional; (ii) o Evento, em que os operadores volitivos atuam na camada do Estado-de-Coisas; e (iii) a Proposição, em que os operadores volitivos atuam na camada do Conteúdo Proposicional. Ainda de acordo com Oliveira (2017), a depender da camada de atuação dos operadores volitivos, estes podem designar diferentes tipos de valores modais volitivos.

Na camada da Propriedade Configuracional, os operadores volitivos expressam o valor modal de *intenção*, pois designam o engajamento do falante ou do participante expresso pelo predicado em performatizar o evento por ele volicionado, em que os modais volitivos tomam por escopo um verbo performativo, o que garantiria o controle do evento [+ controle] por parte do falante/participante expresso, como no exemplo: *No quiero terminar sin hacer mención a la Eucaristía* [Não quero terminar sem fazer menção a Eucaristia] (OLIVEIRA, 2017, p. 51)/ *Jesús quiere utilizar como espacio de su memorial una cena* [Jesus quer utilizar como espaço de seu memorial um ceia] (OLIVEIRA, 2017, p. 152).

Na camada do Estado-de-Coisas, os operadores volitivos expressam o valor modal de *opção*, pois se referem a (in)desejabilidade de um dado evento, podendo este ser localizado no tempo e no espaço, mas sem que haja uma apreciação por parte do falante acerca da concretização desse evento. Geralmente, esse valor modal é expresso por meio de adjetivos em função predicativa, referente a eventos não-controlados [- controle] por parte do falante, como no exemplo: *Es importante...que la voz de la fe...pueda seguir siendo escuchada* [É importante que a voz da fé possa seguir sendo escutada] (OLIVEIRA, 2017, p. 152).

Na camada do Conteúdo Proposicional, os operadores volitivos expressam o valor modal de *desideração*, pois se referem à asserção de um desejo pessoal do falante relativo a um construto mental, cujo evento volicionado pode ser apenas localizado em sua mente. Nesse sentido, a concretização desse evento é entendida como possível a partir das crenças e convicções do falante, sendo avaliada por ele como verdadeira em um mundo no qual apenas ele tem acesso (comprometimento volitivo). Nessa camada, os operadores volitivos são expressos, preferencialmente, por meio de verbos volitivos léxicos, tais como querer, desejar, esperar, etc., como no exemplo: *Quisiera que fuese Ella misma quien les lleve, hasta lo profundo de sus almas de*

Pastores [Quisera que fosse Ela mesma quem os leve até o profundo de suas almas de Pastores] (OLIVEIRA, 2017, p. 101).

Sabendo-se que a modalidade volitiva se refere ao que é (in)desejável e que pode apresentar orientação para o Participante, o Evento e a Proposição, veremos, na seção seguinte, a abordagem da modalidade como uma categoria argumentativa e pragmático-discursiva sob a ótica da GDF.

3. A modalidade como categoria argumentativa e pragmático-discursiva

De acordo com Palmer (1986, p. 16), a categoria modalidade pode ser definida como “a gramaticalização das crenças subjetivas e opiniões do falante”. Desse modo, entendemos que, para o encadeamento discursivo e a construção argumentativa do falante, a categoria modalidade pode ser engendrada no discurso como forma de posicionamento do falante em termos de regras e normas de conduta impostas ou reguladas socialmente (modalidade deontica), bem como na manifestação de suas crenças e convicções (modalidade epistêmica), na abordagem das capacidades intrínsecas ou adquiridas de pessoas ou eventos (modalidade facultativa) ou na expressão daquilo que ele aprecia como sendo (in)desejável para si e para os demais e a vivência das pessoas em sociedade (modalidade volitiva).

Nesse sentido, alguns autores, tais como Dall’Aglio Hattner (2009), Pessoa (2011), Menezes (2011), Lopes (2015) e Oliveira (2017), apontam a modalidade como uma categoria argumentativa e pragmático-discursiva, tendo por base os postulados da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), integrando a análise, não apenas os aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos (o que já é previsto pelo modelo), mas também os argumentativos e os pragmático-discursivos.

Em Dall’Aglio Hattner (2009), discute-se acerca da articulação das modalidades deontica e volitiva nos discursos de posse presidencial. Neste trabalho, a autora discorre sobre os efeitos de sentido pretendidos no engendramento dos operadores modais deonticos e volitivos nos discursos presidenciais brasileiros, tendo em vista as relações simétricas e assimétricas existentes entre o falante (presidente brasileiro) e o ouvinte (presidentes estrangeiros e os demais parlamentares brasileiros). Com base em uma abordagem discursivo-funcional da modalidade, constatou-se que os verbos

deônticos e volitivos podem apresentar distintos valores semânticos e interpretações prototípicas de deonticidade e volitividade na construção discursiva dos presidentes brasileiros, em razão do tipo de ouvinte para quem os discursos eram direcionados (relações hierárquicas ou não).

Por seu turno, Pessoa (2011) disserta sobre a modalidade deôntica no discurso midiático, constatando, sob a ótica da GDF, que os operadores modais deônticos podem apresentar diferentes efeitos de objetividade e subjetividade em relação à construção discursiva e argumentativa dos apresentadores de rádio e televisão, tendo em vista os mais variados tipos de público alvo. Desse modo, os valores modais deônticos podem apresentar estruturas macrodeônticas (obrigação, permissão, proibição etc.) e microdeônticas (necessidade, petição, conselho, recomendação, etc.) em virtude do tipo de fonte da atitude modal (enunciador, indivíduo, instituição e domínio comum) e alvo da atitude modal (enunciador, coenunciador, indivíduo, instituição, domínio comum e inexistente).

Por sua vez, Menezes (2011) aborda a modalidade deôntica desde um viés retórico-funcional e argumentativo no debate político, tomando por base a GDF e os postulados da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. De acordo com a autora, as expressões linguísticas modalizadoras deônticas viabilizam a construção do discurso argumentativo dos parlamentares brasileiros, na medida em que há uma subjetivação das ideias articuladas no encadeamento discursivo como forma de diluição do comprometimento do orador (falante, na perspectiva da GDF) com as regras e normas de conduta veiculadas. Dessa forma, os operadores modais deônticos engendrados no discurso caracterizam-se, em termos retórico-funcionais, como construtos linguísticos que tem, como ponto de partida, o acordo do auditório sobre as premissas nas quais aquele que argumenta (o orador) alicerça seu discurso e conduz conclusões autorizadas por meio de justificativas embasadas em técnicas argumentativas.

Por seu lado, Lopes (2015) discorre sobre a modalidade deôntica no discurso jornalístico (artigos de opinião), buscando descrever e analisar os diferentes efeitos de sentido de ordem semântico-argumentativa e morfossintática sob a perspectiva da GDF. Desse modo, a autora defende que o uso dos verbos modais deônticos *dever* e *poder*, no gênero jornalístico

artigo de opinião, pode funcionar como “sinalizador” das ideias e crenças subjetivas do falante em relação às obrigações, permissões, conselhos, sugestões e proibições acerca dos assuntos de interesse social. Segundo a autora, a articulação da modalidade deôntica pode asseverar ou mitigar a força ilocucionária com que os autores defendem seus pontos de vista, objetivando, dessa forma, conquistar a adesão dos leitores às práticas apresentadas por eles como necessárias (necessidade deôntica).

Em Oliveira (2017), estuda-se a articulação da modalidade volitiva em discursos religiosos, especificamente os discursos do Papa Francisco em viagem apostólica. Segundo o autor, os aspectos relacionados ao contexto (tipo de ambiente e ouvinte para quem os discursos eram direcionados), juntamente com as questões pragmáticas (tipo de ilocução e posicionamento do falante na instauração do valor modal) e semânticas (fonte volitiva, alvo volitivo e valores modais volitivos) influenciavam nos tipos de Expressões Linguísticas (morfofossintaxe) empregadas pelo Santo Padre em seus discursos. Nesse sentido, a modalidade volitiva era engendrada no intuito de reafirmar os posicionamentos de Sua Santidade frente aos preceitos de fé e moral católica, em razão de expressar o que era (in)desejável para vivência do homem em sociedade, tendo por base o tipo de relação estabelecida com o ouvinte (relações hierárquicas ou não).

Dessa forma, acreditamos que o arcabouço teórico da GDF seja relevante para a descrição e análise da modalidade como categoria argumentativa e pragmático-discursiva. Nesse sentido, apontamos, especificamente, que a modalidade volitiva possa ser articulada no encadeamento discursivo no intuito de que se produzam diferentes efeitos de sentido e nuances interpretativas, considerando alguns aspectos como atenuadores ou mitigadores da força ilocucionária, tais como a autoridade do sujeito enunciador (falante), as características do contexto de interação, o comprometimento do enunciador em termos do que pretende/intenciona realizar, o tipo de relação estabelecida com o enunciatário (ouvinte), etc.

A partir da possibilidade de estudo da modalidade volitiva como categoria argumentativa e pragmático-discursivo sob a ótica da GDF, passaremos, na seção seguinte, a abordagem da metodologia desta pesquisa, bem como a apreciação das categorias de análise e a delimitação do corpus.

4. Metodologia

Para o propósito desta pesquisa, que consiste em descrever e analisar a construção argumentativa por meio da modalidade volitiva, selecionamos os discursos proferidos pelo presidente norte-americano, Donald Trump. Originalmente, os discursos foram proferidos em inglês, sendo, posteriormente, traduzidos para o espanhol (com tradução oficial da Casa Branca). Os discursos que compuseram o *cópus* desta pesquisa foram disponibilizados *online*, como podemos ver no Quadro 1:

Quadro 1 – Os discursos do presidente Donald Trump

O título do discurso	Página Web
EL DISCURSO DE INVESTIDURA DE DONALD TRUMP	Disponível em: < https://bit.ly/2ACRfVT >. Acesso em: 01 jun. 2019.
EL PRIMER DISCURSO DE DONALD TRUMP SOBRE EL ESTADO DE LA UNIÓN	Disponível em: < https://bit.ly/2SKPmNX >. Acesso em: 01 jun. 2019.
EL DISCURSO DE DONALD TRUMP EN LA ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS	Disponível em: < https://bit.ly/2J9wR1s >. Acesso em: 01 jun. 2019.
EL DISCURSO DE DONALD TRUMP SOBRE LOS INMIGRANTES ILEGALES, EL MURO FRONTERIZO Y EL CIERRE DEL GOBIERNO	Disponível em: < https://bit.ly/2OHYy7W >. Acesso em: 01 jun. 2019.
EL DISCURSO DE DONALD TRUMP SOBRE LA SITUACIÓN EN VENEZUELA	Disponível em: < https://bit.ly/2OtdYcy >. Acesso em: 01 jun. 2019.

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com Charaudeau (2008), o discurso político pode ser caracterizado como uma espécie de “jogo polêmico”, em que o falante (político) vai se utilizando de diferentes tipos de estratégias (como a modalidade volitiva), no intuito de convencer o seu ouvinte (público) acerca do que ele propõe como atividade política, ações governamentais, opiniões particulares acerca de temáticas sociais, etc. Ainda conforme o autor, outros fatores ainda podem influenciar no encadeamento do discurso proferido pelo político, tais como as identidades sociais, as relações sociais entre ele e o seu público, bem como as crenças e os sistemas de relacionamentos estabelecidos durante a interação discursiva. De acordo com Charaudeau (2008, p. 56), a

noção de estratégia repousa “na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sob o sujeito interpretante (TUi)”. Nesse sentido, acreditamos que a modalidade volitiva possa ser empregada por parte do político (Donald Trump) como uma estratégia argumentativa que viabilize a produção de diferentes efeitos de sentido, no que diz respeito às ações políticas de seu governo acerca do que lhe parece (in)desejável.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos para esta pesquisa, foram estabelecidas algumas categorias de análise que pudessem auxiliar na descrição e análise da construção argumentativa e pragmático-discursiva da modalidade volitiva, instaurada, por sua vez, através dos modalizadores volitivos (operadores e modificadores no arcabouço teórico da GDF), a saber:

- (i) a *orientação modal*, em que a modalidade volitiva pode estar orientada para o Participante, o Evento e a Proposição;
- (ii) o *valor modal*, em que a modalidade volitiva pode apresentar quatro valores modais: desideração, opção, intenção e exortação;
- (iii) a *especificidade do sujeito sintático*, podendo ser mais especificado [+ específico], quando se referir a pronomes pessoais, indivíduos em particular etc., ou menos especificado [- específico], quando se referir as pessoas, as instituições, os governos (de um modo generalizado);
- (iv) a *pessoa do sujeito sintático*, podendo ser de primeira, segunda ou terceira (singular/plural);
- (v) a *controlabilidade do evento volicionado*, podendo o evento ser controlado [+ controle] ou não controlado [- controle];
- (vi) a *forma de Expressão Linguística*, podendo ser palavras lexicais (substantivos, verbos, adjetivos, advérbios etc.), palavras gramaticais (auxiliares modais), ou sintagmas nominais e verbais (construções modalizadoras).

A descrição e análise da modalidade volitiva no discurso político de Donald Trump em língua espanhola dar-se-á: (i) de forma *qualitativa*, tomando o arcabouço teórico da GDF e os trabalhos correlatos sobre modalidade volitiva e argumentação; e (ii) *quantitativa*, em que se fará uso do *Statistical*

Package for the Social Sciences (SPSS) para a rodagem das categorias de análise e o cruzamento entre elas; como veremos na seção seguinte.

5. Descrição e análise da modalidade volitiva no discurso político de Donald Trump

Nesta seção, abordaremos acerca dos resultados obtidos a partir da análise empreendida do corpus selecionado para esta pesquisa, no caso, os discursos de Donald Trump em língua espanhola. Após a análise dos discursos, constatamos 40 ocorrências de modalizações volitivas, que serão apreciadas em relação à frequência: (i) da orientação modal; (ii) do valor modal; (iii) da especificidade do sujeito sintático; (iv) da pessoa do sujeito sintático; (v) da controlabilidade do evento; e (vi) da forma de Expressão Linguística.

Na Tabela 1, começaremos por fazer uma abordagem acerca da frequência da orientação modal. Vejamos:

Tabela 1 – Frequência da orientação modal

Orientação modal	Frequência	Porcentagem
Participante	31	77,5%
Proposição	09	22,5%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Com base na Tabela 1, observamos que a orientação modal para o Participante foi a mais recorrente, o que se justifica em razão de o presidente norte-americano optar por manifestar aos seus ouvintes o seu engajamento no evento que por ele é volicionado ou em reportar a intenção (volição) de outrem em performatizar um dado evento, como podemos ver em (1) e (2):

(1) Esta noche **quiero hablar** sobre qué tipo de futuro vamos a tener y qué tipo de nación vamos a ser. (El primer discurso de Donald Trump sobre el Estado de la Unión)

[Tradução livre: Esta noite quero falar sobre que tipo de futuro vamos ter e que tipo de nação vamos ser].

(2) Es hora de comenzar a avanzar hacia un sistema de inmigración basado en el mérito, uno que admita personas que estén calificadas, que **quieran trabajar**, que contribuyan a nuestra sociedad y que amen y respeten a nuestro país. (El primer discurso de Donald Trump sobre el Estado de la Unión)

[Tradução livre: É hora de começar a avançar para um sistema de imigração que esteja baseado no mérito, em que se admitam pessoas que estejam qualificadas, que queiram trabalhar, que contribuam com a nossa sociedade e que amem e respeitem o nosso país].

Em (1), a modalidade volitiva é instaurada por meio do modal *querer* em construção perifrástica com um verbo no infinitivo, *hablar*, em que o Falante (Donald Trump) manifesta um desejo particular (o que é evidenciado pelo uso da primeira pessoa do singular, *quiero*) acerca do que por ele é volicionado: “falar sobre o tipo de futuro que irão ter e o tipo de nação que irão ser” (evento volitivo). Ao se colocar como fonte da atitude modal volitiva, o Falante revela o seu comprometimento volitivo perante aos seus ouvintes, haja vista que o evento contido no enunciado modalizado se refere a algo que por ele é desejado, especificamente no tocante ao que pretende realizar (ao fazer menção em seu discurso sobre o futuro da nação norte-americana), em termos de ações políticas, no seu futuro mandato como Chefe do Poder Executivo.

Em (2), a modalidade volitiva também é instaurada por meio do modal *querer* em construção perifrástica com um verbo no infinitivo, *trabajar*, no entanto o Falante se restringe a reportar o que ele acredita ser o desejo de outrem (o que pode ser constatado pelo uso da terceira pessoa do plural, *quieran*), no caso, o participante expresso no predicado (os imigrantes que desejam ingressar nos Estados Unidos). Ao projetar o desejo de um terceiro-reportado, há um descomprometimento volitivo do Falante acerca do que é volicionado, já que se refere à volição pessoal de terceiros, ainda que se trate de uma apreciação pessoal do Falante sobre o desejo do participante expresso (o que é atestado pelo emprego do presente do subjuntivo, *estén*, *contribuyan*, *amen* e *respeten*).

Em termos argumentativos e discursivos, Oliveira (2017) pondera que a orientação modal para o Participante pode revelar tanto o comprometimento quanto o não-comprometimento do falante com o evento sobre o qual incide a volição. Nesse sentido, quando há a inclusão do falante na instauração do

valor modal (*quiero*), há um maior comprometimento, haja vista que o falante avalia o evento como sendo desejável e intencionado por ele, sendo, portanto, passível de se concretizar; enquanto a não-inclusão (*quiere*) o descompromete em relação ao evento sobre o qual recai a volição, haja vista que se trata de um terceiro-reportado que avalia tal evento como (in)desejável, recaindo sobre esse terceiro-reportado a intenção (*querer-fazer*) ou a nolição (*no-querer-fazer*) de performatizar o evento volicionado.

No que diz respeito à frequência dos valores modais volitivos instaurados, vejamos a Tabela 2:

Tabela 2 – Frequência do valor modal

Valor modal	Frequência	Porcentagem
Intenção	22	55%
Desideração	09	25,2%
Optação	09	25,2%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

A partir do que é disposto na Tabela 2, averiguamos que o valor modal de *intención* foi o mais recorrente nos discursos de Donald Trump. Isso se justifica, pois, conforme Oliveira (2017), o valor modal de *intención* diz respeito à disposição do falante ou do participante contido no enunciado em performatizar o evento que por ele é desejado e sobre o qual ele detém controle para concretizá-lo. Vejamos as ocorrências (3) e (4):

(3) Las personas con enfermedades terminales no deberían tener que ir de país en país buscando una cura. **Quiero darles** una oportunidad aquí en casa. (El primer discurso de Donald Trump sobre el Estado de la Unión)

[Tradução livre: As pessoas com enfermidades terminais não deveriam ter que sair do país em busca de uma cura. Quero dar a essas pessoas uma oportunidade aqui em casa.

(4) Lo más importante de todo, las naciones que son el hogar de los patriotas, de los hombres y mujeres que **están dispuestos** a sacrificarse por sus países, por sus conciudadanos, y por todo lo mejor del espíritu humano. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: O mais importante de tudo, as nações que são o lar dos patriotas, dos homens e mulheres que estão dispostos a se sacrificarem por seus países, por seus concidadãos, e pelo que há de melhor do espírito humano.

Em (3), a modalidade volitiva é instaurada por meio do verbo léxico *querer* em construção perifrástica com um verbo no infinitivo, *dar*, em que o Falante manifesta o seu desejo pessoal (o que é averiguado pelo uso da primeira pessoa do singular, *quiero*) em concretizar o evento volicionado: “dar uma oportunidade de cura em seu país para aqueles que apresentem alguma enfermidade terminal”. Em (4), a modalidade volitiva é instaurada por meio da perífrase verbal *estar+participio*, em que o Falante reporta o desejo de um terceiro-reportado (o que é constatado pelo uso da terceira pessoa do plural, *están*) em performatizar o evento volicionado: “sacrificar-se por seu país, por seus concidadãos e pelo que há de melhor do espírito humano”. De acordo com Oliveira (2017), no tocante à construção discursiva, o valor modal de intenção se configura por estar relacionado a operadores modais volitivos que tomam por escopo predicados performativos, como “dar” e “sacrificar-se”, o que, em certa medida, garantiria a controlabilidade sobre o evento desejado. Dessa forma, no âmbito da argumentatividade, há a asseveração da possibilidade de concretização do que é desejado, permitindo que o ouvinte interprete o evento volicionado como algo “certo”, “preciso” e “concreto”.

No tocante à especificidade do sujeito sintático, vejamos a Tabela 3:

Tabela 3 – Frequência da especificidade do sujeito sintático

Especificidade do sujeito sintático	Frequência	Porcentagem
Especificado	33	82,5%
Não-especificado	07	17,5%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Baseando-nos na Tabela 3, atestamos que a modalidade volitiva está mais relacionada a sujeitos sintáticos especificados no discurso, sejam eles o próprio falante que discursa ou um terceiro-reportado, como uma instituição, um indivíduo em particular etc. Isso se justifica, segundo Oliveira (2017), em virtude da qualificação modal da modalidade volitiva que está centrada na fonte da atitude modal (origem da volição manifestada), que pode ser tanto o falante quanto o participante expresso pelo predicado, como podemos ver em (5) e (6):

(5) En los Estados Unidos no **buscamos imponer** nuestro estilo de vida a nadie, sino dejarlo brillar como un ejemplo para que todos lo vean. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: Nos Estados Unidos não buscamos impor nosso estilo de vida a ninguém, mas deixa-lo brilhar como um exemplo para que todos vejam-no]

(6) Agradecemos también –(aplausos)–agradecemos también al Secretario General por reconocer que las Naciones Unidas deben reformarse si **quieren colaborar** de manera eficaz en el enfrentamiento a las amenazas a la soberanía, la seguridad y la prosperidad. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: Agradecemos também – (aplausos) – agradecemos também ao Secretário Geral por reconhecer que as Nações Unidas devem reformar-se se querem colaborar de maneira eficaz no enfrentamento às ameaças à soberania, à segurança e à prosperidade]

Em (5) e (6), constatamos que a modalidade volitiva foi instaurada, especificamente, por meio de verbos léxicos volitivos, *buscar* e *querer*, em construção perifrástica com verbos no infinitivo, *imponer* e *colaborar*, em que a volição manifestada é reportada pelo Falante, remetendo-a ao participante expresso pelo predicado, respectivamente, os Estados Unidos e as Nações Unidas, acerca da indesejabilidade (reforçada pelo advérbio de negação, *no*) “de impor o estilo de vida norte-americano aos demais” e da necessidade volitiva acerca da “colaboração eficaz no enfrentamento das ameaças à soberania, à segurança e à prosperidade”. Ao especificar o sujeito capaz de volição, o Falante limita-se a reportar o comprometimento volitivo do participante expresso (especificado em seu discurso) acerca do que é

volicionado, seja em relação à desejabilidade ou à indesejabilidade de concretização do evento.

No que se referem aos aspectos discursivos e argumentativos, ponderamos que a especificação do sujeito sintático, conforme Dall’Aglío Hattner (2009), pode reforçar o comprometimento do Falante (Donald Trump) ao projetar a sua pessoa sob o escopo de atuação do evento volicionado, o que também é reforçado pelo lugar de autoridade que ocupa, preenchendo, dessa forma, todos os requisitos necessários para a avaliação, por parte do ouvinte, do que é intencionado pelo Falante como algo positivo e relevante (necessidade volitiva). Ao especificar um terceiro-reportado, o Falante não apenas o projeta como fonte da atitude volitiva instaurada, como também garante a legitimidade e a autoridade dessa fonte perante o ouvinte, que também irá avaliar o evento volicionado como algo (in)desejável em termos do que é esperado que se concretize em termos de ações políticas e governamentais.

No que diz respeito à pessoa do sujeito sintático, vejamos a Tabela 4:

Tabela 4 – Frequência da pessoa do sujeito sintático

Pessoa do sujeito sintático	Frequência	Porcentagem
Primeira pessoa	23	57,5%
Terceira pessoa	17	42,5%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, atestamos que a primeira pessoa é a mais empregada pelo Falante para instaurar a volição. Isso se justifica, segundo Oliveira (2017), pois, ao empregar a primeira pessoa, o falante pode tanto aproximar-se de seu ouvinte (primeira pessoa do plural) quanto afastar-se dele (primeira pessoa do singular), manifestando, dessa forma, o evento como algo desejado por todos (desejo coletivo) ou por sua pessoa em particular (desejo pessoal). Vejamos (7) e (8):

(7) **Quiero** que nuestra juventud crezca para que logre grandes cosas. (El primer discurso de Donald Trump sobre el Estado de la Unión)

[Tradução livre: Quero que a nossa juventude cresça para que consiga grandes coisas]

(8) **Queremos** que cada niño esté seguro en su hogar por la noche (El primer discurso de Donald Trump sobre el Estado de la Unión)

[Tradução livre: Queremos que cada criança esteja segura em seu lar durante a noite]

Em (7), a modalidade volitiva é instaurada pelo verbo léxico *querer*, cuja completiva com “que” contém o Conteúdo Proposicional que, por sua vez, é escapado pelo referente modal volitivo em relação ao desejo particular do Falante (o que é evidenciado pelo uso da primeira pessoa do singular, *quiero*) em relação ao “crescimento e fortalecimento da juventude norte-americana”. Em (8), a modalidade volitiva também é instaurada por meio do verbo léxico *querer*, cuja completiva com que contém o Conteúdo Proposicional relativo à volição que, por seu turno, é de âmbito coletivo (o que é averiguado pelo emprego da primeira pessoa do plural, *queremos*), no que se refere à “segurança de cada criança em seu lar”.

No entanto, vemos que, em (7), há o afastamento do Falante em relação ao seu Ouvinte, manifestando-lhe um desejo particular, enquanto, em (8), atestamos a aproximação do Falante em relação ao seu ouvinte, expressando-lhe um desejo coletivo. A aproximação ou o afastamento do falante em relação ao ouvinte pode atenuar ou mitigar a volição expressa por aquele, haja vista que, ao se afastar, o falante releva o seu comprometimento volitivo acerca do que é volicionado, centrando-o na singularidade de sua pessoa, enquanto, ao se aproximar, há uma diluição da sua pessoa em meio à coletividade, o que pode, em certa medida, mitigar o seu comprometimento volitivo, ainda que ele esteja inserido nesse coletivo de pessoas.

No que tange à argumentação, acreditamos, com base em Coracini (1991), que especifica a modalidade como a expressão da subjetividade de um enunciador (falante, na perspectiva da GDF), que a pessoa do sujeito sintático pode projetar, no enunciado modalizado (para esta pesquisa, a modalidade volitiva), uma maior força em relação ao evento sobre o qual recai o valor

modal (no caso, volição), haja vista que Falante (Donald Trump) pode selecionar determinados elementos linguísticos (pronomes pessoais do caso reto, por exemplo) como estratégia linguística para persuadir e manipular o ouvinte. Isso se dá, em razão de o Falante optar em especificar a singularidade da sua pessoa (por meio da primeira pessoa do singular, *yo*) ou diluí-la em meio a coletividade (por meio da primeira pessoa do plural, *nosotros*), podendo também projetar uma terceira pessoa em seu discurso (por meio da terceira pessoa do singular ou plural, *él, ella, usted, ellos, ellas, ustedes*) ao instaurar a modalidade volitiva.

Especificamente, para a modalidade volitiva, Oliveira (2017) delimita que o sujeito sintático (foco da qualificação modal volitiva) pode se tratar do próprio Falante (Enunciador), de uma Instituição, de um Indivíduo ou de um Domínio Comum (Coletividade), o que demonstra haver uma gradação em relação ao comprometimento volitivo, indo de um maior grau de comprometimento (Enunciador) para um menor grau de comprometimento (Indivíduo e Instituição). Reiteramos que, de acordo com o autor, o comprometimento volitivo do falante se deve a avaliação de cunho pessoal que ele faz em termos do que é (in)desejável para si e/ou para os demais.

Em relação à controlabilidade do evento volicionado, vejamos a Tabela 5:

Tabela 5 – Frequência da controlabilidade do evento

Controlabilidade do evento	Frequência	Porcentagem
Controlado	22	55%
Não-controlado	18	45%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

A partir dos dados apresentados, averiguamos que a modalidade volitiva pode estar relacionada tanto a eventos controlados [+ controle] quanto a eventos não-controlados [- controle]. Isso se deve, pois, segundo Oliveira (2017), em camadas mais baixas do Nível Representacional, como a Propriedade Configuracional, os operadores incidem sobre verbos performativos, cuja controlabilidade do evento é expressa por meio do

predicado (verbos performativos), enquanto em camadas mais altas, como a camada do Evento ou a do Conteúdo Proposicional, os operadores volitivos tomam por escopo, respectivamente, uma predicação relativa a um evento desejável (sem que haja uma apreciação do falante acerca desse evento) ou uma proposição referente a um construto mental, ambos relacionados a eventos não controlados por parte do falante. Vejamos (9) e (10):

(9) Rocket Man está en una misión suicida para sí y para su régimen. Estados Unidos está listo, dispuesto y capaz, pero **espero** que esto no sea necesario. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: Rocket Man está em uma missão suicida para si e para o seu regime. Estados Unidos está pronto, disposto e capaz, mas espero que isto não seja necessário]

(10) **Buscamos frenar** la escalada del conflicto sirio y una solución política que honre la voluntad del pueblo de Siria. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: Procuramos parar a escalada do conflito sírio e uma solução política que honre a vontade do povo da Síria]

Em (9), o operador volitivo *esperar* atua na camada do Conteúdo Proposicional, por esse motivo, temos um caso de modalidade volitiva orientada para a Proposição, haja vista que se refere a um evento localizado apenas na mente do Falante, ainda que ele acredite que seja possível a sua concretização em um dado momento futuro. Nesse caso, a modalidade volitiva se aproxima da modalidade epistêmica (relativa aos conhecimentos e crenças sobre o mundo real), pois, ainda que seja possível a concretização do evento no mundo real, o Falante, com base em suas convicções e crenças pessoais, espera (no sentido volitivo) que o evento não se concretize (o que é exatamente possível em um mundo imaginário/fictício, situando, pois, a volição dentro do aspecto *irrealis*).

Ponderamos, com base em Oliveira (2017), que na camada do Conteúdo Proposicional, os operadores epistêmicos (modais epistêmicos) são, geralmente, empregados para que o falante avalie os acontecimentos do mundo real em termos do seu estatuto de verdade ou falsidade, enquanto os

operadores volitivos (modais volitivos) são utilizados para que o falante aprecie a (não) possibilidade de concretização dos acontecimentos relativos a um mundo imaginário/fictício, a partir do que é possível de suceder no mundo real, com base no que ele acredita como sendo verdadeiro ou falso (com base em suas próprias convicções). Isso se deve, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), pois os Conteúdos Proposicionais se referem a construtos mentais que são correspondentes a conhecimentos e crenças (modalidade epistêmica) sobre o mundo real (factualis) ou acerca de desejos e expectativas (modalidade volitiva) em relação a um mundo imaginário (não-factualis).

Em (10), o operador *buscar* atua na camada da Propriedade Configuracional, por isso atestamos que a modalidade volitiva está orientada para o Participante, já que se refere a um participante (o governo norte-americano) envolvido na concretização do evento volicionado: “parar a escalada do conflito sírio e buscar uma solução que honre a vontade do povo sírio”. Ao tomar por escopo um verbo performativo, *frenar*, o Falante manifesta o evento volicionado como algo mais assertivo (possível de ser realizado, aproximando, desse modo, a volição do aspecto *realis*), em virtude da controlabilidade deste evento.

No que diz respeito a argumentatividade do encadeamento discursivo, acreditamos, conforme Dall’Aglio Hattner (2009), que o controle do evento volicionado pode assegurar ao ouvinte, que irá avaliar o que é proferido pelo Falante (Donald Trump), a concretização do que é volicionado, haja vista que o Falante teria o controle (autoridade investida pelo cargo exercido) necessário para isso (o que aproxima a volição do aspecto *realis*). Enquanto a não-controlabilidade do evento volicionado poderia conduzir a uma interpretação de pouca certeza ou de imprecisão acerca da concretização do que é desejado, deixando margem a dúvidas e, portanto, pouca credibilidade em relação às ações políticas e administrativas que serão tomadas (o que aproxima a volição do aspecto *irrealis*).

Por fim, passaremos a frequência das formas de Expressão Linguística empregadas pelo Falante na instauração da modalidade volitiva. Vejamos a Tabela 6:

Tabela 6 – Frequência da forma de Expressão Linguística

Forma de Expressão Linguística	Frequência	Porcentagem
Verbo léxico	28	70%
Auxiliar modal	11	27,5%
Construção modalizadora	01	2,5%
Total	40	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Com base nos dados da Tabela 6, atestamos que os verbos léxicos foram os mais empregados nos discursos de Donald Trump para a manifestação da modalidade volitiva. Conforme Oliveira (2017), isso é justificável, se considerarmos que os verbos léxicos volitivos trazem consigo toda a carga semântica da volitividade (elemento do desejo), pois expressam o que o autor considera de *volição propriamente dita*, ou seja, manifestam os desejos do falante em sua forma prototípica, quando este empregam os verbos prototípicos de volição, tais como *querer, desear, anhelar, preferir*, etc. Vejamos (11) e (12):

(11) Los estadounidenses **quieren** excelentes escuelas para sus hijos, vecindarios seguros para sus familias y buenos empleos. (El Discurso de Investidura de Donald Trump)

[Tradução livre: Os norte-americanos querem excelentes escolas para os seus filhos, bairros seguros para as suas famílias e bons empregos]

(12) Para las diversas naciones del mundo, esta es nuestra esperanza. **Queremos** armonía y amistad, no conflictos ni luchas. (El discurso de Donald Trump en la Asamblea General de las Naciones Unidas)

[Tradução livre: Para as diversas nações do mundo, esta é a nossa esperança. Queremos harmonia e amizade, não aos conflitos e às lutas]

Em (11) e (12), a modalidade volitiva é instaurada por meio do verbo léxico *querer* em sua forma plena, relativo aos estados-de-coisas (eventos)

não controlados pelo participante expresso pelo predicado (o povo norte-americano e a sociedade americana), designadamente “o desejo de boas escolas, bairros seguros e bons empregos” e “o desejo de harmonia e amizade, não aos conflitos e às lutas”. De acordo com Oliveira (2017), os modais volitivos em sua forma plena atuam na camada da Propriedade Configuracional, em que o operador volitivo (predicado) toma por escopo argumentos relativos a eventos volicionados pelo falante (ou o participante expresso) e que não são controlados [- controle], o que atenua a volição expressa, por isso, nesses casos, o autor defende que a volição é expressa de maneira propriamente dita, ou seja, o verbo volitivo remete ao enunciado toda a carga semântica da volitividade (elemento do desejo).

No que diz respeito a argumentatividade e a discursividade no engendramento da categoria modalidade, ponderamos, com base em Pessoa (2011), Menezes (2011) e Lopes (2015), que o emprego das formas de Expressão Linguística para a instauração da modalidade pode funcionar como intensificadores das noções semânticas instauradas (os valores modais), além de possibilitarem a marcação dos graus de objetividade e subjetividade frente ao enunciado modalizado. Nesse sentido, as formas de Expressão Linguística assinalam, no encadeamento discursivo, o que é avaliado pelo falante de cunho pessoal (subjetividade do enunciado modalizado) ou do que é reportado por ele (objetividade do enunciado modalizado), apontando também as gradações semânticas referentes aos valores modais instaurados (de necessidade a possibilidade). Além disso, pode-se distinguir, morfossintaticamente, o aspecto no qual está inserido o evento (*realis* ou *irrealis*), o tempo no qual se inscreve o discurso (presente, pretérito, futuro, no caso do espanhol, acrescenta-se o condicional) ou assinalar a fonte da informação (conteúdo cognitivo do próprio falante ou de um terceiro-reportado).

Considerações finais

Este trabalho buscou descrever e analisar a construção argumentativa dos discursos de Donald Trump em língua espanhola por meio da modalidade volitiva que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), refere-se ao que é (in)desejável. Nosso objetivo esteve pautado, principalmente, em discutir

como essa categoria de modalidade poderia ser engendrada nos discursos do atual presidente norte-americano ao considerarmos alguns aspectos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), bem como de trabalhos correlatos sobre a categoria modalidade e os seus aspectos argumentativos e pragmático-discursivos sob a ótica da GDF.

A partir da análise quantitativo-qualitativa da modalidade volitiva como categoria argumentativa e pragmático-discursiva, pudemos averiguar que houve uma frequência majoritária de orientação modal para o Participante (77,5%), em que o Falante (Donald Trump) optou por manifestar o seu engajamento (ou o de terceiros) na concretização do evento volicionado, revestindo, dessa forma, a volição de um caráter mais assertivo. Na sequência, atestamos que o valor modal volitivo mais instaurado foi o de intenção (55%), o que estava em consonância com o tipo de orientação modal mais recorrente, haja vista que o valor modal de intenção está relacionado à disposição de concretização do evento volicionado por parte do falante ou do participante expresso pelo predicado.

Posteriormente, constatamos que a modalidade volitiva está mais relacionada à especificidade do sujeito sintático (82,5%), em razão da qualificação modal volitiva que está centrada na fonte da atitude modal, seja esta fonte o falante ou o participante expresso. Vimos também que as marcas de primeira pessoa foram as mais recorrentes (57,5%), em que o falante pode tanto aproximar-se de seu ouvinte, por meio da primeira pessoa do plural, ao revelar o caráter coletivo da volição expressa, quanto afastar-se dele, ao empregar a primeira pessoa do singular, expressando o seu comprometimento volitivo em relação ao evento volicionado.

No tocante à controlabilidade do evento volicionado, pudemos averiguar que a modalidade volitiva pode incidir tanto sobre eventos controlados (55%) quanto a eventos não-controlados (45%), em razão de os modais volitivos poderem tanto tomar como escopo verbos performativos (o que garante a controlabilidade do evento) nas camadas mais baixas do Nível Representacional, quanto escopar completivas com que em camadas mais altas desse mesmo nível, em que a volição incide sobre um evento desejável ou um construto mental que, por sua vez, pode ser apenas localizado na mente do falante e sobre os quais o ele não tem controle. Por fim, pudemos

averiguar que os verbos léxicos foram os mais empregados (70%) pelo Falante na instauração da modalidade volitiva, haja vista que os verbos volitivos em sua forma plena trazem consigo toda a carga semântica da volitividade (elemento do desejo) ao enunciado modalizado.

Concluimos, portanto, que a modalidade volitiva pode ser empregada como um recurso de ordem pragmático-discursivo e argumentativo, como o discurso político que foi analisado nesta pesquisa, já que a volição expressa pode produzir diferentes efeitos de sentido no público alvo (os ouvintes), tais como: o comprometimento volitivo do falante acerca do que é desejado por ele em relação às ações políticas de seu governo, a aproximação ou o afastamento dele em relação ao seu ouvinte na instauração da volição, ou de revestir os desejos, vontades e intenções de um caráter mais assertivo a partir das características semânticas do evento volicionado, ou seja, se o evento desejado recai sobre um estado-de-coisas mais controlado ou menos controlado.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da tradução: Angela Maria da Silva Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2009.

CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo**. O discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Pontes; EDUC, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. Entre o poder e o dever: fatores intervenientes na expressão da modalidade nos discursos de posse presidencial. **Revista Gragoatá**, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <http://zip.net/bjtsbs>. Acesso em: 16 mar. 2016.

DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos; HENGEVELD, Kees. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: A Synchronic Approach. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 15, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://zip.net/bltBtQ>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, Boij; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim. **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1190-1201.

HENGEVELD, Kees. **The grammaticalization of tense and aspect**. 2011. Disponível em: <http://zip.net/bltBtV>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, Kees. A hierarchical approach to grammaticalization. In.: HENGEVELD, Kees, NARROG, Heiko, OLBERTZ, Hella. **The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective**. Berlin: de Gruyter Mouton, 2017.

HENGEVELD, Kees; DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Revista Linguistics**, v. 53, p. 479-524, 2015. Disponível em: <http://zip.net/bdtCss>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

LOPES, Maria de Fátima de Sousa. **Uma análise funcionalista da modalidade deôntica na coluna Confronto das Ideias do jornal "O Povo"**. 2015. 147f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MENEZES, Léia Cruz de. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa**: um exercício de análise retórico-funcional. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2011.

NAGAMURA, George Henrique. **A expressão da subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

OLBERTZ, Hella. **Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish**: a semantic description. 2016. Disponível em: <http://zip.net/bhtFDy>. Acesso em: 27 fev. 2017.

OLIVEIRA, André Silva. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PALMER, Frank Robert. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, Nadja Paulino. **Modalidade deôntica e discurso midiático**: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. 2011. 224f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2011.

Forma de citação sugerida

OLIVEIRA, André Silva. Modalidade volitiva e construção argumentativa nos discursos de Donald Trump em língua espanhola. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 51-80, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2612.

“Jesus é travesti”: um olhar sobre a LGBTfobia em discurso polêmico no Instagram

Andréa Mendonça Cunha

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil
andreamendonca07@gmail.com

Márcia Regina Curado Pereira Mariano

Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil
ma.rcpmariano@gmail.com

Resumo: Neste artigo visamos à análise de uma publicação do cantor Johnny Hooker em seu perfil no Instagram e de alguns comentários feitos por seus seguidores. O seu discurso, ainda que não explicitamente, mostra-se como nota de repúdio ao cancelamento da apresentação da peça “O evangelho segundo Jesus, rainha do céu”, protagonizada pela atriz transexual Renata Carvalho, em que Cristo é representado como uma travesti, no Festival de Inverno de Garanhuns 2018. Em nossa análise, destacamos as estratégias argumentativas mobilizadas pelo cantor em defesa do espetáculo (escolhas lexicais, intertextos, figuras etc) e ainda aquelas às quais recorreram seus seguidores em comentários polêmicos contra o posicionamento do artista, como o uso do argumento *ad hominem*, que revelou discursos lgbtfóbicos. Para atingirmos nosso objetivo, recorremos a estudos (neo)retóricos, argumentativos e discursivos, como os de Aristóteles (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Maingueneau (2001), além de Butler (2004), para as questões de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Argumentação. Instagram. LGBTfobia. Retórica.

Abstract: In this article we aim to analyze a publication of singer Johnny Hooher on his Instagram profile and some comments made by his followers. His speech, although not explicitly, shows as a note of repudiation to the cancellation of the presentation of the play “The gospel according to Jesus, Queen of Heaven”, the transsexual actress Renata Carvalho, in which Christ is represented as a transvestite, at the Garanhuns Winter Festival 2018. In our analysis, we highlight the argumentative strategies mobilized by the singer in defense of the show (lexical choices, intertexts, figures, etc.) and also those to whom his followers appealed in controversial comments against the position of the artist, such as the use of the *ad hominem* argument, which revealed lgbtphobic discourses. To achieve our objective, we used (neo)rhetorical, argumentative and discourse studies, such as those of Aristotle (2011), Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005) and Maingueneau (2001), in addition to Butler (2004), for gender and sexuality issues.

Keywords: Argumentation. Instagram. LGBTfobia. Rhetoric.

Introdução

A cada 19 horas uma pessoa LGBTQIA (Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Transgênero, *Queer*, Intersexual, Assexual) é vítima de violência no Brasil.¹ Com esse dado, colocamo-nos como o país que mais mata LGBTQIA no mundo.² Entendemos que as violências física e simbólica que essas ditas minorias enfrentam constituem um grande problema social que possui raízes no discurso hétero-cis-normativo³, o qual, absorvendo discursos machistas, patriarcais e religiosos, reafirma e cristaliza concepções identitárias de sexo e gênero como realidades imutáveis, que se repetem em afirmações como: “homem é homem”; “Deus fez o homem e a mulher”; “a mulher foi feita para servir ao homem”; “a mulher deve ser feminina e delicada.”

Nos últimos anos, deparamo-nos com um crescente empenho de parte da sociedade, inclusive da mídia, em tornar a comunidade LGBTQIA mais visível e integrada socialmente. Nessa proposta, as redes sociais apresentaram-se como ferramentas relevantes para a criação de ambientes de debate, visibilidade e representatividade, já que têm sido utilizadas como espaço para reivindicações de direitos por parte de grupos considerados minoritários. No entanto, é preciso considerar que o caráter democrático dessas redes também proporciona lugar para o discurso polêmico, em razão da possibilidade de criação dos mais variados perfis, abarcando diferentes vivências, valores e opiniões. Desse modo, as redes sociais mostram-se como um espaço privilegiado para o universo da *doxa*, ou seja, para a controvérsia e a disputa entre diferentes pontos de vista. No caso dos discursos sobre identidade de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que nelas encontramos uma forte disseminação de discursos de empoderamento LGBTQIA, encontramos também seu contradiscurso.

Esse caráter polêmico dos discursos que envolvem questões de identidade de gênero e sexualidade, assim como dos discursos que tratam de

¹ Informações disponíveis em <https://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/a-cada-19-horas-uma-pessoa-lgbt-e-assassinada-ou-se-suicida-no-brasil/>. Acesso em: 16 de set. 2019.

² Informações disponíveis em <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transsexuais-23234780> Acesso em 16 de set. 2019.

³ A hétero-cis-normatividade compreende um padrão imposto aos corpos e aos seus desejos, que exige das pessoas relacionamentos afetivos e sexuais com o gênero oposto (heterossexuais) e uma identidade de gênero que coincida com o sexo biológico (cisgeneridade).

religiosidade e posicionamento político, que também aparecem em nosso *corpus*, os insere no escopo dos estudos da retórica e da argumentação e nos permite analisar as estratégias que são mobilizadas em defesa de diferentes pontos de vista. Nessa direção, neste artigo assumimos o objetivo de analisar as estratégias retórico-argumentativas e discursivas mobilizadas pelo cantor Johnny Hooker e por seus seguidores em uma postagem e em comentários em seu perfil no Instagram, referentes ao cancelamento da peça teatral “O evangelho segundo Jesus, rainha do céu”, durante o Festival de Inverno de Garanhuns 2018. Nesse espetáculo, protagonizado pela atriz transexual Renata Carvalho, Jesus Cristo foi representado como uma travesti. Como objetivo específico, refletimos sobre os acordos prévios da argumentação e sobre o auditório dessa rede social.

Com tal intuito, recorreremos aos estudos retóricos, neo-retóricos e discursivos a partir de Aristóteles (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Ferreira (2010) e Maingueneau (2001), no que diz respeito à noção de *ethos* e a outras estratégias argumentativas. Além disso, baseamo-nos ainda nos estudos *queer* a partir de Butler (2004) e Louro (1997), uma vez que tocamos em questões de identidade de gênero e sexualidade. Por fim, ainda nos valem os trabalhos de Amossy (2016; 2017), acerca do discurso polêmico.

1. Teoria Queer: um olhar sobre identidades e sexualidades marginalizadas

O século XX mostra-se como terreno fértil para o debate acerca de identidades e sexualidades. Na década de 60, a eclosão dos estudos pós-estruturalistas, denominados de Teoria Queer, marca um momento de revoluções nas noções de sexo e gênero. A partir desses estudos, torna-se inviável entender a sexualidade e a identidade dos sujeitos como algo preconcebido, ou seja, determinado biologicamente. De acordo com Butler (2004), é preciso conceber tanto a noção de sexo quanto a de gênero como construções sociais e discursivas. Por essa razão, mostra-se fundamental lançarmos um olhar sobre o sujeito, entendendo que sua sexualidade e identidade se constroem por meio das relações sociais e pelo contato com práticas discursivas, admitindo ainda a pluralidade e a instabilidade dessas construções.

Considerando que essas noções não são muito bem-aceitas em nossa sociedade, posto que a disseminação de práticas discursivas que reafirmam uma norma é hegemônica, os corpos que constroem sua sexualidade e identidade fora da hétero-cis-normatividade são sempre deixados às margens e entendidos como patológicos e anormais.

Segundo Louro (1997), são os próprios discursos, embebidos em sua relação com o poder, que (re)produzem um ideal, que incitam a normalização dos sujeitos que se expressam como heterossexuais e cisgêneros e reprimem toda e qualquer vivência que a subverta. Ainda de acordo com o autora (p. 28), “a sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero”. Com isso, entendemos que a própria exigência do corpo em se afirmar como masculino ou feminino já se apresenta como um mecanismo de imposição, prescrevendo ainda a obrigatoriedade de uma relação mimética entre sexo e gênero que, por sua vez, também deverá regular a sexualidade do sujeito.

Por outro lado, nos estudos *queer*, a hétero-cis-normatividade é questionada e em seu lugar propõe-se um rompimento com o sistema binário de gêneros e a não obrigatoriedade de uma relação mimética entre sexo e gênero, visto que, como já dito, a identidade de gênero deve ser entendida como uma construção social e discursiva. Assim sendo, Butler (2004) entende o corpo:

[...] não como um feito estático e já realizado, mas como um processo de envelhecimento, um transformar-se em que o corpo, ao se converter em algo diferente, excede a norma e nos faz ver como as realidades as quais cremos estarem confirmadas não estão escritas em pedras (BUTLER, 2004, p. 51).

Nesse sentido, é preciso nos atentarmos ao próprio meio pelo qual as identidades e sexualidades se constroem: o discurso. É por meio dele que as normas são criadas e disseminadas, mas também é a partir dele que se cria a resistência. Assim, cabe-nos refletir sobre a função regulamentadora dos discursos médico, pedagógico, escolar e religioso até mesmo quando não dizem, ou seja, quando silenciam a pluralidade e a mutabilidade das vivências dos sujeitos.

Esses silenciamentos, que repercutem diretamente na invisibilidade e na marginalidade de pessoas LGBTQIA, são apresentados por Foucault (2014) sob

o nome de interdição, separação e vontade de saber. A quase inexistência de debates acerca de identidades e sexualidades de maneira plural nos discursos médico, pedagógico, escolar e religioso é reflexo da interdição, que coloca questões de gênero e sexualidade como tabus, limitando, portanto, a sua enunciação. Por meio desses mecanismos de exclusão, vemos que:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, arquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Sendo assim, é inegável o fato de que grande parte das práticas discursivas, que circulam em nossas interações, está a serviço da consolidação do imperativo hétero-cis-normativo. Portanto, na análise do nosso *corpus*, buscaremos também identificar possíveis marcas desses discursos que excluem, marginalizam e criam imagens negativas da comunidade LGBTQIA, evidenciando quais argumentos sustentam determinados pontos de vista. Nesta tarefa, os estudos retóricos e da argumentação (neo-retóricos e discursivos) oferecem conceitos que permitem observar o trabalho do orador/enunciador na escolha (mais ou menos consciente) de estratégias linguísticas que lhe permitam alcançar seus objetivos de persuasão, como veremos adiante.

2. LGBTQIA nas redes sociais: uma estratégia de visibilidade

A comunidade LGBTQIA, assim como qualquer outra dita minoria, tem sua história marcada pelo fantasma da invisibilidade. Aquele que não atende à norma que estabelece os padrões de sexualidade na sociedade, ou seja, à cisgeneridade e à heterossexualidade, nunca foi bem-visto e aceito por ela. Isso implica ainda um processo de exclusão que lhe toma direitos básicos como o de emprego formal, expectativa de vida, união estável, chegando ainda, em alguns países, a homossexualidade ser considerada como crime. Diante de tamanha marginalização, a luta tornou-se imprescindível para essa comunidade, como uma forma de conquistar esses direitos que lhe são negados, a fim de que seja possível estar e existir na sociedade. Sobre essa questão, não podemos deixar de citar aqui a Rebelião de Stonewall, nos Estados Unidos, no ano de 1969, que impulsionou uma série de outros

movimentos LGBTIQA no mundo. Caracterizada como uma série de manifestações contra a violência sofrida por esses grupos, a Rebelião ficou na história, e sua data - 28 de julho – foi instituída como o Dia Internacional do Orgulho LGBTIQA.

Nesse contexto, a segunda metade do século XX foi marcada por um intenso movimento de ações coletivas de minorias, entre estas, a própria comunidade LGBTIQA. No Brasil, as lutas e reivindicações passaram a ser representadas a partir da criação do Grupo Somos e do Lampião da Esquina. Já na década de 1990, a mídia estabelece como estratégia uma visibilidade massiva desses grupos, criando um mercado segmentado:

[...] que passa a dedicar mais atenção ao potencial consumidor do público LGBT, fornecendo serviços e produtos destinados a homossexuais, como agências de turismo e namoro, discotecas, festivais de cinema, além de sites, publicações e seções sobre temáticas LGBT em grandes veículos de comunicação (BRAGA; GUIMARÃES, 2014, p. 60).

Ainda nesse período, o crescente acesso à internet e às suas ferramentas contribuiu para que “os grupos minoritários pudessem encontrar eco para suas vozes, criar novos significados e buscar legitimação de identidades.” (BRAGA; GUIMARÃES, 2014, p. 68). Nesse aspecto, a adesão às redes sociais facilitou a democratização da informação, impulsionando o sujeito à passagem de uma posição passiva, de apenas telespectador, para atuante na formação de opiniões. Por ser um espaço aberto a todos, as redes se apresentam como lugar privilegiado para o debate, inclusive, para o discurso polêmico. Desse modo, os discursos veiculados nas redes sociais nos permitem evidenciar:

[...] quais são os diversos temas políticos atualmente preocupantes; mostram como eles ressurgem graças a um acontecimento pontual e como são gerados no discurso público. O seu exame permite também encontrar a forma como esses fios se cruzam e se sobrepõem, oferecendo um estado dos lugares do debate público da época. Descobre-se, assim, a realidade de um *corpus* concreto, uma configuração peculiar do espaço público (AMOSSY, 2016, p. 4).

De acordo com Amossy (2016), embora o discurso polêmico nos revele as emergências sociais, é certo que, muitas vezes, apresenta-se como um discurso desprezado pelos seus excessos, seja pela violência, seja pelas paixões que mobiliza. Indiscutivelmente, a natureza do discurso polêmico

perpassa pelo conflito de valores, ideologias e crenças, sendo que nele “encontramo-nos numa lógica de divisão social, de defesa identitária e de combate pelo triunfo dos valores e opções de seu grupo.” (AMOSSY, 2017, p. 233). Ainda sobre esse conflito mobilizado pela polêmica, Amossy (2017) explica que nele o que predomina é a desqualificação da palavra do outro. Assim:

Todas as armas são boas para o combate. Entretanto, Kerbrat-Orecchioni (1980) coloca como traço definidor essencial o descrédito lançado sobre o outro: a polêmica que visa o discurso do outro é, antes de mais nada, uma palavra de desqualificação. O ataque não visa somente ao discurso do adversário, mas também à sua pessoa. Recorre-se então ao argumento ad hominem, que é considerado um paralogismo, um argumento falacioso (AMOSSY, 2017. p. 231).

Reconhecendo no discurso polêmico o ataque à imagem, a um corpo (individual ou até mesmo coletivo) que existe além da esfera virtual, sabemos que os sujeitos envolvidos em um discurso polêmico revelam pela linguagem (seja por meio de publicações, compartilhamentos, comentários, curtidas) traços de sua identidade, que, como elo de uma cadeia, conectam-se a grupos que compartilham de valores afins.

Ao enveredarmos na análise de marcas linguísticas e discursivas que apontem para a identificação desses sujeitos com determinados posicionamentos, acreditamos ser possível também evidenciar a imagem discursiva que estes criam da comunidade LGBTQIA. É, portanto, com esse objetivo que passamos ao próximo tópico deste artigo, apresentando conceitos que nortearão mais à frente a análise do nosso *corpus*.

3. Da retórica clássica às neo-retóricas: entre acordos e argumentos, alguns conceitos

Em sua origem, a retórica nasce de uma tensão social, detendo-se, principalmente, nos discursos orais, de ordem jurídica, em defesa de posse de terra em Siracusa. Sendo assim, a antiga retórica caracterizou-se como a arte do bem falar, que tomava como ponto de partida um auditório físico, presente. A modernidade, porém, apresenta-nos uma série de práticas discursivas, que não se limitam aos três gêneros antes postulados por Aristóteles (2011) - judiciário, deliberativo e epidítico. Nesse sentido, surgem novas necessidades e possibilidades de apresentar o discurso, de se portar em

público, principalmente quando pensamos que este público, diante das ferramentas virtuais, está cada vez mais difícil de demarcar.

Nos estudos neo-retóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 7), a ideia que se tem de objeto de estudo excede o da retórica clássica. No entanto, assim como na antiga retórica, a neo-retórica também conserva a importância do auditório, reconhecendo que toda argumentação é construída visando a ele. Conseqüentemente, se deseja ser ouvido, é preciso que o orador conheça seu auditório e recorra a ele para adaptar seu modo de ser e de dizer. Esse processo de adaptação deve ocorrer durante toda a argumentação e:

[...] às vezes bastará apresentar-se como ser humano, decentemente vestido, às vezes cumprirá ser adulto, às vezes, simples membro de um grupo constituído, às vezes, porta-voz desse grupo. Há funções que autorizam - e só elas - a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios, há campos em que tais problemas de habilitação são minuciosamente regulamentados (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21).

Por outro lado, nem sempre é possível determinar o auditório, conseqüentemente, torna-se uma tarefa difícil escolher quais técnicas argumentativas podem ser utilizadas para a construção do discurso. Sendo assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22) afirmam ser preferível definir o auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” É diante dessa delimitação que é possível articular valores, interesses e crenças afins, o que permite também o estabelecimento de acordos. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), toda argumentação pressupõe acordos com o auditório:

O orador, utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais, mas estes podem recusar, seja por não aderirem ao que o orador lhes apresenta como adquirido, seja por perceberem o caráter unilateral da escolha das premissas, seja por ficarem contrariados com o caráter tendencioso da apresentação delas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

Essas premissas, por sua vez, são estabelecidas por meio de diferentes tipos de objetos de acordo. Um deles, relativo ao real, quando se mobilizam fatos, verdades e presunções; já o outro, relativo ao preferível, quando se mobilizam valores, hierarquias e lugares do preferível. Sobre essas possibilidades, é preciso compreender que:

[...] na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não é conforme uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

A respeito desses objetos de acordo, interessa para nossa análise destacar os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, como estratégias mobilizadas para persuadir um auditório específico, uma vez que, embora uma comunidade virtual seja bastante heterogênea, é a um auditório particular (LGBTQIA e simpatizantes) que o cantor Johnny Hooker se dirige ao argumentar em sua publicação no Instagram.

No caso específico do nosso *corpus*, veremos que o cantor Johnny Hooker se depara com a dificuldade de delimitar um auditório particular. Sendo assim, torna-se mais difícil estabelecer acordos ou de, durante a argumentação, estes não serem questionados. Por mais que em uma rede social as páginas de um perfil artístico agrupem pessoas com interesses, valores e vivências em comum, não é possível afirmar que se trata de uma comunidade homogênea, principalmente quando o que está em jogo são questões polêmicas a respeito de temas como religiosidade, identidades de gênero e sexuais. Neste contexto, veremos que, mesmo diante de tantas releituras e aprofundamentos, a retórica continua relacionada à tensão social, entendida como uma “negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada”. (MEYER, 2007, p. 25).

As figuras de argumentação e retórica são estratégias que se destacam na negociação de distâncias, na medida em que buscam persuadir pela emoção, e sua compreensão é também importante para a análise de nosso *corpus*. No *Tratado da Argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) baseiam-se nos efeitos de sentido causados pelo uso das figuras no discurso, a saber: “impor ou sugerir uma escolha [figuras de escolha], aumentar a presença [figuras de presença] ou realizar a comunhão com o auditório [figuras de comunhão].” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 195).

A negociação das identidades e das diferenças no discurso, no entanto, nem sempre se dá de maneira pacífica, podendo chegar à ofensa, como na passagem do argumento *ad rem*, que se dirige ao assunto em pauta, para o argumento *ad hominem*, que visa desqualificar o outro. Quanto mais o

auditório se mostrar heterogêneo, mais será perpassado por diferentes valores e interesses. Consequentemente, pouco provável que acordos sejam estabelecidos e que a eficácia retórico-argumentativa seja alcançada. O jogo de imagens discursivas que se estabelece e se revela nessa relação é, portanto, de extrema importância para a persuasão e para a compreensão de como ela é construída em cada situação, como veremos.

4. Ethos discursivo: pensar a corporalidade e a estereotipagem

O conceito de *ethos* remete à antiga retórica de base aristotélica, onde, junto ao *pathos* e ao *logos*, constitui o triângulo retórico dos meios de persuasão. Nessa abordagem, a retórica é entendida como a ciência que permite observar o que cada caso encerra de persuasivo. (ARISTÓTELES, 2010, p. 44). Na busca pela persuasão, o *ethos* relaciona-se ao caráter do orador, àquilo que ele mostra ser no discurso, e não antes dele; o *logos*, diz respeito ao próprio discurso; e o *pathos*, por sua vez, está ligado ao auditório e suas paixões. Sobre estas, convém esclarecer que se tratam, como aponta Meyer (2007), de uma expressão subjetiva. Segundo o autor, o orador deve levar em conta as paixões de seu auditório e os valores que compartilham, pois é por meio deles que se pode presumir as perguntas e respostas possíveis.

Como vimos, entende-se que, para conseguir a adesão do auditório ao seu ponto de vista, o orador deve assumir uma postura e organizar seu discurso a partir de uma imagem prévia que estabelece, antes mesmo da argumentação, sobre o seu auditório. Do mesmo modo, este também constrói uma imagem do orador anterior à enunciação, onde será confirmada ou não. Neste sentido, é certo que, para a construção dessas imagens discursivas prévias, orador e auditório recorrem a um “esquema coletivo cristalizado”, o que Amossy (2013, p. 125) denomina de estereotipagem. Por meio desse esquema, torna-se possível, para ambos, prever o conjunto de valores e crenças de seu interlocutor e, no caso do orador, nortear o seu discurso no sentido de saber o que dizer e como dizer.

Ainda sobre o *ethos*, numa retomada do conceito aristotélico por meio de uma visada discursiva, Maingueneau (2001) afirma que é preciso articular corpo e discurso, na medida em que, ao termos uma voz que enuncia, temos um corpo enunciante. Desse modo, assim como a operação da

estereotipagem possibilita ao orador a construção de uma imagem prévia do seu auditório, o autor defende a criação de uma imagem prévia também do fiador, esta, mais uma vez, possível a partir de “determinações físicas e psíquicas.” O que Maingueneau (2001) pretende esclarecer é que, em toda enunciação, existe um corpo que está para além da voz, que se situa social e historicamente, inclusive como parte de um coletivo. Assim, trata-se de um tom vocal que remete a um corpo, um autor empírico que é revestido de corporalidade.

Nessa percepção discursiva do uso da linguagem, ainda é importante refletirmos sobre o fato de que nenhum sujeito constrói seu enunciado sem que este seja perpassado por outras vozes. Ao se situar como sujeito, o próprio já se encontra inserido em determinado grupo que, por sua vez, carrega especificidades, ou seja, valores e crenças, características físicas e psíquicas, o que faz com que seja possível afirmar sobre “uma forma de dizer” que remete a “uma maneira de ser.” Assim sendo, Maingueneau (2001, p. 99) nos confere que “a qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse fiador⁴ que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.”

É essa perspectiva ampla de *ethos*, que dialoga o *ethos* retórico ao discursivo, que nos auxiliará a investigar os meios retórico-argumentativos e discursivos mobilizados por Johnny Hooker, em seu discurso publicado no Instagram, e dos seus possíveis seguidores em comentários acerca do posicionamento do cantor sobre conflito gerado no Festival de Inverno de Garanhuns. Entendemos que tomar o conceito de *ethos* ligado à corporalidade e aos estereótipos é de suma importância porque na análise do nosso *corpus*, a seguir, observaremos que a polêmica se forma justamente pela imagem negativa que é criada e reproduzida a respeito dos corpos LGBTQIA, mais especificamente, do corpo travesti.

5. Que corpo santo é esse?

O nosso *corpus* é constituído por uma postagem do cantor Johnny Hooker em seu perfil na rede social Instagram, publicada no dia 28 de julho de

⁴ Para Maingueneau (2001), o fiador é uma representação vocal/enunciante que, no e pelo seu discurso, é investido de um caráter e de uma corporalidade.

2018, e de comentários de seus seguidores, a partir dos quais analisaremos as estratégias retórico-argumentativas e discursivas presentes em seus posicionamentos acerca da polêmica gerada pela peça “O evangelho segundo Jesus, rainha do céu”⁵, interpretada pela atriz transexual Renata Carvalho, no Festival de Inverno de Garanhuns, 2018. Tal polêmica trata do conflito travado entre parte da população e representantes políticos da cidade pernambucana contra a organização do evento e artistas do espetáculo diante da possibilidade da apresentação da peça, vista por aqueles como uma ofensa a Jesus Cristo e ao cristianismo. Nesse impasse, a apresentação foi cancelada e levada ao judiciário, sendo que mais tarde foi autorizada pelo Tribunal de Justiça, mas, mais uma vez, cancelada de última hora. Também no Rio de Janeiro e em Salvador a peça gerou repercussão e crítica negativa, no entanto, não na proporção do festival em Garanhuns.

Considerando que o Instagram é uma rede social que permite a criação de uma infinidade de perfis e que entre estes é possível interagir por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos, é certo que a relação entre os sujeitos virtuais se organiza por meio de uma identificação, isto é, de acordos prévios. Assim, acreditamos que os seguidores de uma página são aqueles que compartilham de valores e posicionamentos afins com os do artista, no caso aqui analisado.

Por essa razão, ao publicar seu posicionamento a respeito da polêmica que perpassa a peça protagonizada por Renata Carvalho, o cantor Johnny Hooker se dirigiu a um auditório particular, em grande parte LGBTQIA, ou, pelo menos, simpatizantes. No entanto, consideramos a impossibilidade de um auditório homogêneo, ainda mais num espaço tão plural e diverso quanto as redes sociais e, por essa razão, percebemos que o posicionamento do cantor não foi aprovado por todos os seus seguidores, inclusive por alguns LGBTQIA que também entenderam a peça como uma ofensa a Jesus Cristo e à fé cristã.

Antes de adentrarmos na análise dos comentários, precisamos lançar um olhar sobre a própria publicação e discutir a sua relação com o contexto social e político do Brasil no ano de sua divulgação, 2018.

⁵ A peça, interpretada por Renata Carvalho, é uma adaptação do texto de Jo Clifford, traduzida e dirigida por Natália Malla.

Se segurando no poder do amor e engrandecimento humano que só a arte é capaz de proporcionar atravessaremos esses tempos de obscuridade no Brasil. A arte obriga as pessoas a olharem pro próximo. Esse é o maior medo dos religiosos fundamentalistas. Eles querem nos separar, mas através do poder infinito de transformação da arte e do amor permaneceremos unidos. Somos milhares de mães e irmãos e filhos, e se silenciam um de nós com violência e opressão outros milhões se levantarão. Nos multiplicaremos nas ruas e nas salas de aula e em todos os espaços. Ocuparemos incessantemente as ruas. Permaneceremos unidos no amor e na irmandade e no poder infinito de transformação e engrandecimento da arte. Mesmo quando tentarem nos quebrar. Seremos milhões de Marielles e Matheusas e Dandaras e Indianares. Seremos Jesus amando ao próximo como a nós mesmos. E ninguém, usando o manto que for, a coroa que for, o livro que for, vai poder querer nos dizer como amar.

Vemos que na postagem de Johnny Hooker não há uma referência explícita à peça de Renata Carvalho. No entanto, é preciso esclarecer que o texto é precedido de um vídeo com um momento de um de seus shows realizado na cidade de Garanhuns.⁶ Além disso, todo o discurso do cantor se constrói em defesa da arte (“Se segurando no poder do amor e engrandecimento humano que só a arte é capaz de proporcionar [...]”), portanto, entendemos que há uma referência implícita ao acontecimento. Tais escolhas já foram o bastante para que toda a postagem mobilizasse comentários a respeito dos acontecimentos do festival.

Ainda que não fazendo referência direta à polêmica do Festival de Inverno de Garanhuns, é certo que o cantor a traz em seu discurso, abordando-a a partir de referências intertextuais. A mais clara delas quando cita Jesus e suas palavras (“Seremos Jesus amando ao próximo como a nós mesmos.”) e critica a intolerância e o ódio disseminado por “religiosos fundamentalistas”. Com isso, evidenciamos que o cantor constrói o seu discurso a partir da intertextualidade (que aqui cumpre o papel de figura de comunhão) e de figuras de escolha que apontam para dois sentidos possíveis de seu texto: o primeiro como uma afronta aos indivíduos que condenaram a peça, em sua grande maioria, homofóbicos e extremistas religiosos; e o segundo, como reforço da resistência de LGBTQIA e simpatizantes que entenderam a proposta artística do espetáculo.

⁶ Link da publicação no Instagram disponível em <https://www.instagram.com/p/BlycOE7nXy3/?hl=pt-br&taken-by=hookerjohnny>. Acesso em: 16 de set. 2019.

Considerando o atual cenário político do Brasil, precisamos refletir a respeito da crescente onda de discursos fascistas que ganharam força com a imagem do então, em 2018, candidato à presidência Jair Bolsonaro. Na corrida presidencial, este candidato de extrema-direita, ao reafirmar valores preconceituosos, patriarcais e machistas, muitas vezes compartilhados por fiéis religiosos, acabou legitimando a manifestação pública de ódio às minorias, sendo as pessoas LGBTQIA grandes alvos desse pensamento. Portanto, toda a polêmica levantada no festival já era um reflexo desse discurso autorizado, que dissemina ódio e incita violências contra aqueles que não estão na “ordem”.

Na definição de nosso *corpus*, não encontramos sobre este ponto comentários desenvolvidos, mas dezenas de hashtag “Bolsonaro 2018”, que, no contexto da publicação, atua também como uma figura de comunhão, agrupando uma série de sujeitos que compartilham das ideologias e propostas divulgadas pelo então candidato em questão. Nesse contexto, é importante destacar que a frase “Jesus é travesti”, presente em nosso título, foi utilizada para criar uma *fake news* contra a vice da oposição, Manuela D’Ávila.

Figura 1 - Foto original e fotomontagem de Manuela D’Ávila



Fonte: <http://sindipetro.org/2018/10/26/mentira-prejudica-eleicao/>

Na *fake news*, como se observa ao lado direito da imagem, circulava uma fotomontagem de Manuela vestindo uma camisa com a frase “Jesus é travesti”. A repercussão negativa gerada pela *fake* aponta para o fato de que construir um *ethos* da diversidade e uma corporeidade diferente para Jesus

Cristo pode ser uma estratégia eficaz quando se pretende desqualificar um candidato.

Ao se referir aos tempos de obscuridade, indubitavelmente, Johnny Hooker quis colocar em evidência a (re)disseminação desses discursos neofascistas, que já se desenhavam e tomavam força no *impeachment* de Dilma Rousseff e nos atos *pré-impeachment* (2015 – 2016). Essas ideias já estavam presentes em propostas como “escola sem partido”, na repressão a educadores, nas mentiras sobre a existência de um “kit gay”, na censura ao ensino de gênero e sexualidade e no ataque a uma inexistente “ideologia de gênero”. Todos esses fatores contribuíram gradativamente para que as manifestações misóginas, racistas e lgbtfóbicas passassem a ser vistas com normalidade, e os preconceituosos se vissem autorizados a destilar seu ódio. Assim, afirmamos que, ao divulgarem posicionamentos fascistas de figuras públicas, as mídias contribuíram para que este tipo de discurso fosse autorizado.

Em sua postagem, observamos que Johnny celebra a união (referindo-se à comunidade como uma família) e a bravura dos LGBTQIA em prosseguir em busca de seus direitos e de visibilidade: “Somos milhares de mães e irmãos e filhos, e se silenciam um de nós com violência e opressão outros milhões se levantarão”, ao mesmo tempo em que reforça sua indignação à repressão sofrida por Renata Carvalho ao ter seu espetáculo cancelado. Vale lembrar que o cantor parte de seu lugar legitimado, ou seja, é dono de um discurso autorizado, em razão de ser reconhecido no mundo artístico. Essa legitimidade é evidenciada ao recorrer a uma linguagem metafórica e bem articulada, típica de discursos eloquentes.

Além do uso de metáforas (“poder do amor”, “poder da arte”), encontramos eufemismos (“tempos de obscuridade no Brasil”), ao se referir, certamente, ao cenário político e à crescente onda de discursos de ódio contra as minorias, que também funcionam como figuras de escolha e comunhão; notamos ainda o uso diferenciado e significativo entre os pronomes “eles” e “nós”, em que o primeiro é utilizado para se referir aos grupos que invisibilizam e violentam as vivências LGBTQIA; e o segundo, como recurso de identificação de um coletivo que luta pela visibilidade e inclusão da comunidade LGBTQIA na sociedade, inclusive, no qual o próprio cantor se

coloca. Nesse jogo de escolhas pronominais, o cantor segrega valores e identidades, marcando linguisticamente o discurso polêmico.

Destacamos também o uso de hipérboles (“poder infinito da arte”, “milhões se levantarão”, “nos multiplicaremos”), o qual aponta para um tom de empoderamento em seu discurso. Além disso, evidenciamos uma retomada do discurso autorizado da Bíblia quando faz alusão a passagens do texto bíblico (“amando o próximo”), mostrando que também faz uma leitura da Bíblia e que não é seu objetivo afrontar Jesus, como afirmam os comentários críticos. Por fim, recorrendo a um trecho de uma música autoral (“ninguém vai poder querer nos dizer como amar”) aponta para os discursos de empoderamento que, mesmo diante de tanto ódio, têm sido produzidos e divulgados, especialmente por meio das redes sociais.

Todas essas estratégias conduzem o seu discurso à expressão de confiança em um futuro em que a comunidade LGBTQIA prosseguirá “saindo do armário”, expressando suas vivências e ocupando cada vez mais espaços. Encontramos, ainda, a presença da intertextualidade ao retomar nomes de LGBTQIA (Marielle, Dandara, Matheusa, Indianara) que funcionam, no contexto, como figuras de comunhão encontradas no lugar do existente, apontando para a presença de pessoas fortes que representam toda a comunidade, ainda mais quando estas foram assassinadas, vítimas do preconceito. No entanto, não funcionam só dessa maneira. Tais referências também atuam como uma crítica por meio de alusão a uma cultura lgbtfóbica, patriarcal e machista, que enquadra o Brasil como o país que mais mata LGBTQIA no mundo.

Como já apontado, no discurso de Johnny Hooker, notamos um tom de força, de empoderamento. No entanto, também evidenciamos uma afronta, um discurso que envereda pelo polêmico (por envolver questões de cunho identitário/sexual, religioso e político, ainda mais dentro do contexto pré-eleitoral). Embora não seja possível apontar para um interlocutor particular, explicitamente encontramos referência a um grupo específico: os “religiosos fundamentalistas”. Nisso, entendemos que a polêmica, em grande parte, gira em torno de questões religiosas, neste caso, muito ligadas à ascensão de grupos políticos religiosos, até mesmo porque a censura sofrida pela artista Renata Carvalho parte de argumentos em defesa da fé cristã, advinda

daqueles que julgam a representação de Jesus Cristo como uma travesti uma ofensa à religião.

Notamos, porém, que o discurso do artista não se constrói com o objetivo de ser uma afronta a Jesus Cristo, mas sim a valores das religiões cristãs, a posicionamentos conservadores da sociedade e a interpretações descontextualizadas da arte. No entanto, ainda assim o seu posicionamento gera uma onda de desconforto e revolta por parte de seus seguidores. Tanto é que, na postagem, encontramos, em maioria, comentários de pessoas “defendendo” a sua fé e julgando a peça e o posicionamento do cantor como uma ofensa à fé cristã. Vejamos em comentário:

Comentário 1: Com todo respeito foi lamentável a sua forma de protesto, um cantor do seu potencial não precisava disso, foi um insulto sem necessidade. Jesus Cristo é um dos maiores símbolos do ocidente... pena que vc ofendeu a fé alheia, e deixar claro nada contra a causa LGBT, e até agora não teve humildade de pedir desculpas.⁷

É interessante ressaltarmos que a defesa do ponto de vista desses usuários se sustenta em argumentos religiosos, recorrendo, muitas vezes, à própria Bíblia para explicar o quão ofensivo é criar uma imagem de Jesus Cristo como travesti. Um dos comentários compõe-se justamente de uma série de passagens bíblicas, sendo utilizadas, neste contexto, como argumentos de autoridade considerados irrefutáveis por esses seguidores por serem de caráter sagrado para eles: “Coríntios 6: 12: tudo posso, mas nem tudo me convém”; “a boca do tolo é a sua própria destruição, e os seus lábios um laço para a sua alma. Provérbios 18:7”. Aqui, refletimos sobre por que é tão polêmica a construção de uma imagem de Cristo que não a de um homem cisgênero, branco, de cabelos lisos, olhos claros e heterossexual. Entra em questão, portanto, a noção de *ethos* ligada à corporalidade que propõe Maingueneau (2001).

Por que Jesus não poderia ser um homem negro como a ciência, inclusive, aponta, uma mulher negra, um homem trans, uma mulher trans,

⁷ Os desvios gramaticais e ortográficos, bem como as abreviações, típicas da linguagem das redes sociais, serão mantidos nas transcrições dos comentários, como forma de sermos fiéis aos textos.

uma travesti, um gay, uma sapatão? Tomando a construção da imagem do orador e de outros no discurso como *ethos* (FERREIRA, 2010, p. 90), ousamos dizer que porque a corporalidade de Jesus Cristo foi construída e é reiterada, principalmente pela igreja católica, como imagem e semelhança da “maioria”, inclusive numa perspectiva histórica, que aqui não será retomada, daqueles que detêm o poder e que ditam o padrão estético-corporal. Essa corporalidade se encontra tão inculcada no imaginário religioso brasileiro que se atrever a interpretá-la, ainda que artisticamente, como um homem que subverte essa norma, provoca uma imensa repercussão dotada de ódio.

A quantidade de comentários que condena a representação de Jesus como travesti aponta para um *ethos* LGBTfóbico de nossa sociedade, uma vez que se mostra quase impossível não entender que o objetivo artístico foi o de colocar Jesus como uma minoria e mostrar que, assim como ele, as pessoas LGBTQIA são crucificadas pelos preconceitos e pela exclusão social. Trata-se de uma metáfora e não de uma ofensa. No entanto, construir para Cristo um corpo que foge à hétero-cis-normatividade é entendido como uma heresia, como mais uma imposição do que chamam de “ideologia de gênero”. Além disso, a indignação expressa, até mesmo pela comunidade LGBTQIA, aponta para a desigualdade e discriminação ainda mais frequentes aos corpos travestis, visto que o *ethos* prévio destes são relacionados, não raramente, à promiscuidade e à prostituição. Algumas escolhas lexicais como “nojo” e “vergonha” evidenciam que, mesmo ao se dirigir a um auditório particular, a heterogeneidade característica dos usuários das redes sociais não permitiu ao cantor Johnny Hooker estabelecer um acordo. Isso, principalmente, pelo fato de que seu discurso questiona e desqualifica valores vigentes na sociedade, expressos nos comentários dos seguidores por meio de lugares comuns como “religião não se discute”, observado no comentário abaixo.

Comentário 2: Nojo!! Sou gay sim assim como milhões por aí, e garanto que não teriam esse nojo de comportamento que o Sr. @hookerjohnny demonstrou. Mesmo que não creia que sua creça seja oposta, respeite! Uma coisa que seus pais ou até mesmo na escola não tenha aprendido religião não se discute. Você não envergonha apenas “alguns” homoafetivos e sim o mundo.

Comentário 3: VOCÊ NÃO REPRESENTA O PÚBLICO LGBTQ.

Nos comentários cabe-nos ainda apontar para a inversão das posições de agressor e de vítima. Indubitavelmente, o discurso de Johnny Hooker tinha a intenção de denunciar a censura feita pela população e os representantes políticos de Garanhuns à peça teatral. No entanto, verificamos pelos comentários que os cristãos se viram ofendidos, agredidos e vítimas de intolerância religiosa. O uso da caixa alta no comentário 3, por exemplo, reforça a indignação diante do posicionamento do cantor. Observa-se que os usuários, em defesa de seu ponto de vista, recorrem ao discurso autorizado da Bíblia, visto como sagrado e inquestionável. São citadas até mesmo passagens bíblicas, utilizadas para julgar o comportamento dos LGBTQIA como desviantes. Assim, encontramos muitos comentários em que os sujeitos dizem não ser homofóbicos e que como diz a palavra de Deus não se deve julgar ninguém, ainda mais quando a todos é dado o livre arbítrio (para estes, ser LGBTQIA é uma escolha).

Outros ainda argumentam não odiar a comunidade LGBTQIA porque Deus nos ensinou a amar o pecador, no entanto, é preciso reconhecer que Ele abomina o pecado. Diante desses argumentos, evidenciamos um mascaramento da LGBTfobia. Muitos afirmam respeitar a luta da comunidade, no entanto, são afirmações contraditórias, uma vez que representar Jesus como parte da comunidade soa como algo absurdo. Ainda sobre as estratégias de reforço de argumentos, notamos o uso até mesmo do discurso autorizado das leis, acusando o cantor por crime, descrito em artigos do próprio código penal. Outro tipo de argumento também muito presente se baseia nas agressões, ou seja, no argumento ad hominem. Vejamos alguns desses comentários:

Comentário 4: Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; (...)Respeito sua vida particular, mas você deveria respeitar a lei de nosso país:

Art. 208, do código penal: vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa. Espero que a lei se cumpra. E que você aprenda a praticar o respeito à diversidade religiosa do Brasil. Não precisa tentar mudar o Jesus histórico para propagar sua ideias (sic.).

Comentário 5: A boca do tolo é a sua própria destruição, e os seus lábios um laço para a sua alma. Provérbios 18:7.

Comentário 6: Meu sincero respeito aos LGBT's. Ora, se Jesus nos deu livre arbítrio quem sou eu para julgá-los e o mesmo digo quem são vocês para nos julgar? Aqui fala uma cristã que acredita na palavra que diz "Tudo posso mas nem tudo me convém" 1 Coríntios 6:12, aqui fala uma cristã que não deseja mal a ninguém, e que sabe que Jesus muito bem deixou em suas escrituras que muitos nos odiariam por amar-mos e adorar-mos a Ele! Eu vos respeito mesmo sem aceitar ou concordar com suas escolhas... e tenho o direito de não concordar, porque o meu país me permite isso e também vos permitem não concordarem com os pensamentos cristãos... mas isso não vos dá o direito de falar absurdos, de vilipendiar aquele que para nós é supremo! Tenham mais respeito! Não será assim que vocês conseguirão espaço na sociedade. Nada se consegue com violência moral!!

Comentário 7: Conseguiu ser visto por ofender religiosos tenho pena de uma bicha maconheira dessa, fala em amor, mas transpira ódio kkkkk Parabéns lacradora escrota.

Como aponta Amossy (2017), o discurso polêmico alcança seu ponto máximo pela desqualificação do outro. A violência, a agressividade e ódio são, de modo geral, as paixões mais mobilizadas nestes discursos. No comentário 7, por exemplo, o usuário parte de uma seleção de figuras de escolha que constroem semanticamente uma imagem negativa e estereotipada do artista, principalmente, pelo uso de palavras que remetem à comunidade LGBTQIA. Nesse comentário, observamos a presença dessas escolhas quando o usuário deprecia Johnny Hooker chamando-o de "bicha maconheira" e "lacradora escrota". Neste contexto, parece-nos que o ódio se justifica pela intenção do usuário em proteger e defender a sua fé, entendendo, como todos os outros usuários, que pensar Jesus Cristo como uma travesti se apresenta como uma grande ofensa à comunidade cristã.

Considerações finais

A partir da análise aqui apresentada, verificamos um discurso polêmico em que diferentes grupos apresentaram seu posicionamento fundamentados em valores distintos. Por se tratarem de objetos de acordo para auditórios particulares, os valores presumidos pelo cantor e a argumentação baseada no intertexto, no uso de figuras e nas escolhas lexicais, principalmente, não alcançaram a adesão de todo o público que o segue. Discutimos que essas divergências são possíveis na argumentação, principalmente quando se trata

de um auditório amplo e heterogêneo como o das redes sociais. Nesse sentido, não podemos desconsiderar o fato de que os valores presentes na publicação remetem à religiosidade no contexto da produção do discurso, muito atrelada a posicionamentos políticos e que a imagem de Jesus Cristo como uma travesti evidenciou um *ethos* intolerante da sociedade. Diante disso, vimos a disseminação de um discurso de ódio que prevaleceu nos comentários da publicação do cantor, materializados no uso do argumento *ad hominem*. Verificamos que, por tocar em questões de crença, de uma imagem religiosa que é Jesus Cristo, esse discurso se fez polêmico e rejeitado até mesmo por uma parte da comunidade LGBTQIA. Diante disso, observamos a construção de *ethé* religioso, intolerante e LGBTfóbico de nossa sociedade, o que, em parte, pode explicar os resultados da eleição para presidente em 2018. Além disso, as diversas *hashtag* #BOLSONARO2018 evidenciam a relação de uma crescente disseminação de discursos que reforçam a construção de *ethé* negativos e estereotipados da comunidade LGBTQIA na corrida eleitoral, o que pode ter contribuído para as críticas dirigidas ao posicionamento do cantor.

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011. [séc. IV a.C].
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2013.
- AMOSSY, Ruth. Repensar a construção discursiva do espaço público. Bush em Massada, ou como se discute o evento no ciberespaço. Tradução: Rui Alexandre Grácio. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. esp. ADARR, p. 1-22, mai.2016.
- AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan/jun.2017.
- BRAGA, Adriana A.; GUIMARÃES, Juliana D.A. Minorias e discurso na esfera pública digital: o caso da Parada Gay. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 11, n.30, p. 57-81, jan/abr. 2014.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.

FERREIRA, Luiz Antonio **Leitura e Persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução: Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: A nova retórica. Tradução: Maria E. de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Forma de citação sugerida

CUNHA, Andréa Mendonça; MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. “Jesus é travesti”: um olhar sobre a LGBTfobia em discurso polêmico no Instagram. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 81-102, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2489.

Entre democracia e ditadura: o poder argumentativo da língua no discurso político de Fernando Haddad

Briane Schmitt

Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil
brianeletras@gmail.com

Ernani Cesar de Freitas

Docente da Universidade Feevale e da Universidade de Passo Fundo (UPF), Brasil
ecesar@upf.br

Resumo: Neste estudo, a língua é vista como materialidade capaz de fornecer subsídios para a construção da argumentação do discurso. Esse trabalho justifica-se por colocar à prova a capacidade argumentativa da língua por si. O objetivo desta pesquisa é analisar a argumentação que se estabelece exclusivamente por meio da língua no discurso político de Fernando Haddad, candidato à presidência do Brasil em 2018. Este estudo tem como pressupostos teóricos as noções sobre semântica argumentativa de Carel (2002, 2005) e Ducrot (1988, 2005), além de uma contextualização histórica sobre a Retórica de Aristóteles (2015). O *corpus* é composto pela manchete do jornal *El País*, de 14 de outubro de 2018, a qual apresenta a fala do candidato Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores). A pesquisa é exploratória, bibliográfica e qualitativa. A constatação deste trabalho é a de que a língua, por si só, é capaz de estabelecer as relações necessárias na construção argumentativa.

Palavras-chave: Argumentação. Blocos semânticos. Democracia. Ditadura.

Abstract: In this study, the language is seen as materiality capable of providing subsidies for the construction of discourse argumentation. This work is justified by testing the argumentative capacity of language itself. The objective of this research is to analyze the argument that is established exclusively through language in the political discourse of Fernando Haddad, candidate for the presidency of Brazil in 2018. This study has as theoretical assumptions the notions about argumentative semantics from Carel (2002, 2005) and Ducrot (1988, 2005), as well as a historical contextualization of Aristotle's Rhetoric (2015). The *corpus* is made up of the headline of the newspaper *El País*, October 14, 2018, which features the speech of the candidate Fernando Haddad (Workers' Party). The research is exploratory, bibliographic and qualitative. The conclusion of this work is that language, by itself, is capable of establishing the necessary relations in the argumentative construction.

Keywords: Argumentation. Semantic Blocks. Democracy. Dictatorship.

Introdução

A língua, quando empregada nas mais diversas trocas comunicativas em sociedade, pode ganhar o status de municação, uma vez que, quando colocada em uso por determinado sujeito, pode ser a responsável por moldar modos de ser, de pensar e de agir. A esse fenômeno, damos o nome de argumentação, um aspecto da comunicação de interesse da disciplina de Retórica, um tanto quanto explorada ainda na Grécia Antiga, principalmente pela figura proeminente de Aristóteles. O estudo da arte de persuadir e convencer o outro remonta aos primórdios da Filosofia Ocidental e, até hoje, é matéria de interesse de estudos relacionados a tal arte.

Porém, diferentemente da Retórica, na qual não só a língua era importante mas também o modo pela qual ela era colocada em prática, como, por exemplo, os gestos, os olhares, as ênfases, o nosso olhar recai exclusivamente sobre o sistema de signos que é a língua, no intuito de investigar seu poder argumentativo independentemente de fatores extralinguísticos. A partir do pressuposto que perpassa toda a teoria e estudos de Oswald Ducrot e Marion Carel, de que “A argumentação está na língua”, buscamos colocar à prova esse aspecto linguístico com base na teoria mais recente desses estudiosos, definida como a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Portanto, a questão norteadora que mobiliza este estudo se define a partir da seguinte afirmação: a língua, sem qualquer aparato extralinguístico, é capaz de construir a argumentação no discurso político de Fernando Haddad, candidato à presidência do Brasil em 2018. É importante ressaltar que a noção de extralinguístico mobilizada nesse estudo diz respeito ao discurso sendo analisado apenas por meio da materialidade verbal, sem levar em consideração a postura do enunciador no momento de fala, seu tom de voz, sua compleição corporal ou gestos, em suma, apenas a língua é objeto de interesse nesse estudo.

Desse modo, nosso principal objetivo com essa pesquisa é analisar a argumentação que se estabelece exclusivamente por meio da língua no discurso político de Fernando Haddad, candidato à presidência do Brasil no ano de 2018. Para que esse objetivo seja alcançado, lançamos mão de um *corpus* de pesquisa que é composto pela manchete do jornal *El País*, datada do

dia 14 de outubro de 2018, a qual traz a transcrição de uma fala do candidato à Presidência da República no Brasil, Fernando Haddad (do Partido dos Trabalhadores), sobre as posições contrárias à sua candidatura.

Esta pesquisa, portanto, apresenta-se como exploratória quanto ao objetivo, uma vez que, segundo Prodanov e Cesar (2013, p. 51-52), “[...] se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar.” Já, quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, além de se caracterizar como um estudo de caso. Em relação à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que não leva qualquer tipo de quantificação em consideração. A principal contribuição desta pesquisa é a de trazer à tona o discurso político como instrumento de persuasão nas disputas à Presidência da República. Em relação ao atual contexto político no Brasil e no mundo, é de essencial importância que os estudos do discurso voltem seu olhar para as trocas comunicativas que permeiam a esfera política e de relações de poder, uma vez que são essas relações discursivas as responsáveis, muitas vezes, por definirem o futuro de uma nação.

Assim, a investigação aqui proposta se organiza em dois momentos. Primeiramente, de modo sucinto, destacamos aspectos importantes sobre a evolução da teoria que hoje é conhecida como Teoria dos Blocos Semânticos, ou TBS, tendo como ponto de partida a Retórica de Aristóteles, esclarecendo os principais aspectos que constituem a TBS em sua forma mais recente; na sequência, realizamos a análise do *corpus* de pesquisa em questão, tendo como base teórica os apontamentos construídos anteriormente.

1. Da argumentação na língua

A língua é detentora de um poder único. Com ela somos capazes de construir os mais variados sentidos e expressar nossas vontades, medos, desejos, enfim, por meio dela é que nos constituímos como seres humanos e nos revelamos aos outros, ao mundo e a nós mesmos. Entre as capacidades que a língua possui, a persuasão pode ser considerada uma das mais importantes, uma vez que vivemos em sociedade e que essa nossa característica pressupõe determinados jogos de poder entre os sujeitos. É

possível afirmar, portanto, que saber argumentar a seu favor pode facilitar alguns processos no cotidiano da vida em sociedade.

Assim, nesta seção, apresentamos uma breve contextualização histórica sobre as fases da teoria defendida por Ducrot (1988, 2005) e, posteriormente, Carel (2002, 2005). Em seguida, faz-se o esclarecimento de algumas categorias teóricas que compõe a Teoria dos Blocos Semânticos para posterior análise.

De fato, o persuadir constitui um objeto de interesse desde a Grécia Antiga. Sócrates, Platão e Aristóteles foram os responsáveis por investigar, num primeiro momento, os aspectos relacionados à arte de persuadir. Porém, tendo como base as considerações de Aristóteles sobre a Retórica, nome dado à disciplina cujo escopo incorporava justamente a argumentação e a persuasão, “A retórica foi sempre uma disciplina flexível, mais preocupada com a persuasão dos ouvintes do que com a produção de formas de discurso; isto é, mais preocupada com a função retórica do que com a configuração do próprio texto.” (ARISTÓTELES, 2015, p. 13). Logo, é preciso levar em consideração que a preocupação da Retórica não se situava na língua, no sistema linguístico manipulado pelo orador na argumentação, mas mantinha-se focada no modo como esse orador era capaz de convencer seu público por meio de ênfases, gestos, tons de voz e outros fatores que não dizem respeito à língua.

Assim, a Retórica de Aristóteles (2015) apresenta três modos artísticos de persuasão, sendo o primeiro o que se relaciona ao caráter do orador, o segundo o que deriva da emoção despertada pelo orador nos ouvintes e o terceiro, o uso de argumentos verdadeiros ou prováveis. Podemos aferir, por meio dessas breves considerações, que “A retórica é uma técnica que prescinde de procedimentos intelectuais e afetivos, dependendo muito mais do sujeito, da interlocução, do que, como quer Ducrot, da língua” (FREITAS, 2007, p. 80). É, então, a partir de 1983 que Ducrot e Ascombre, com a publicação de sua obra, passam a defender uma argumentação que não tem como base a Retórica clássica, uma vez que essa argumentação apresenta-se “[...] inscrita na língua, já ‘disponível’ e prevista no próprio sistema linguístico” (FREITAS, 2007, p. 80). Assim nasce a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), que se apresenta dentro do escopo da Semântica Argumentativa.

Tal teoria tem como base a pressuposição de que o sentido de uma entidade linguística se constrói justamente a partir dos encadeamentos discursivos. Dessa maneira, “[...] as argumentações são de dois tipos: normativas [...] ou transgressivas [...]; uma entidade linguística evoca argumentações externas e internas.” (FREITAS, 2007, p. 105). É importante lembrar que, na Teoria da Argumentação na Língua, o movimento que se faz de um segmento para outro é determinado não pela língua, mas pelo seu exterior. Assim, nessa fase da teoria “[...] o que garante a passagem de um argumento A uma conclusão C é um topos (A donc C).” (FREITAS, 2007, p. 103). Foi justamente a partir desse aspecto que a TAL tomou novos rumos e acabou transformando-se no que, hoje, conhecemos por Teoria dos Blocos Semânticos, uma fase de estudos diferente daquela em que a noção de topos era considerada válida.

Muitos dos aspectos estudados na primeira fase do trabalho de Ducrot permanecem fazendo parte dos procedimentos desenvolvidos em análises da TBS. Porém, a grande transformação da teoria deu-se justamente na instituição do sentido, que antes dava-se pela passagem de um segmento a outro e, hoje, na TBS, encontra sua concretização a partir da interdependência semântica; ou seja, o sentido só está completo e pode ser apreendido quando levamos em consideração todo o encadeamento argumentativo.

Em suma, “A argumentação não se agrega ao sentido, mas o constitui por interdependência semântica entre dois predicados.” (GOMES, 2017, p. 89). Dito isso, partimos agora para a explanação mais detalhada dos aspectos essenciais para o desenvolvimento da análise aqui proposta, tendo como base a última fase dos estudos da argumentação na língua, a Teoria dos Blocos Semânticos, desenvolvida por Ducrot (1988, 2005) e Carel (2002, 2005). É importante ressaltar, justamente por se tratar de uma proposta de análise, que precisamos definir nosso objeto de estudo, e isso requer também realizar uma explicação sobre a realidade que aqui tomamos como analisável. Segundo Freitas (2007), a frase constitui o material linguístico, enquanto o enunciado é constituído pelas múltiplas manifestações ou realizações a que a frase dá lugar, definindo-se, portanto, como o produto linguístico. Dessa maneira, para este trabalho, a perspectiva adotada é a de que mobilizamos enunciados, em um aqui e agora específicos, que definem, então, seu lugar e tempo, como produtos linguísticos.

Anteriormente, construímos um breve percurso explicativo sobre o desenvolvimento dos estudos dentro do escopo da Semântica Argumentativa até chegarmos ao estado atual das considerações em torno da argumentação na língua, a Teoria dos Blocos Semânticos. Temos então que, para a TBS, “[...] o sentido de uma expressão qualquer, seja ela uma palavra ou um enunciado, está constituído pelos discursos que essa expressão evoca, os encadeamentos argumentativos.” (DUCROT, 2005, p. 29). Esses encadeamentos argumentativos são inseparáveis, uma vez que o sentido de um enunciado argumentativo só é possível de ser apreendido se todos os seus segmentos, bem como seus conectores, forem levados em consideração. Dessa maneira, conforme Carel (2002), do início ao fim de um encadeamento argumentativo não há qualquer progresso de informação. De modo sucinto, o encadeamento argumentativo, portanto, é “qualquer discurso sintaticamente analisável em duas frases que, de um ponto de vista semântico, são interdependentes e exprimem finalmente, ambas, uma única coisa.” (CAREL, 2002, p. 29).

Dito isso, é preciso ter em mente que há duas possibilidades quanto aos encadeamentos entre dois segmentos, pois segundo Carel (2002), eles podem ser tanto normativos quanto transgressivos. Dizer que um encadeamento é normativo significa postular que a argumentação dá-se em *portanto* (na teoria de origem francesa temos o uso da palavra DONC, ou a sigla DC, que será a maneira utilizada no momento da análise). Já o encadeamento dito transgressivo significa dizer que a argumentação dá-se em *no entanto* (POURTANT no francês, ou na forma de sigla PT, utilizada na análise). Logo, “A TBS busca explicar as regras da linguagem ordinária a partir do emprego dos conectores DC e PT” (GOMES, 2017, p. 100).

De forma independente, sendo o encadeamento normativo ou transgressivo, a ligação ou argumentação entre os enunciados pode ser tanto interna quanto externa. A argumentação externa (AE), que constitui o primeiro aspecto a ser deferido em uma análise que se utilize da TBS, “[...] se refere a encadeamentos argumentativos que chegam até a entidade ou que partem dela” (GOMES, 2017, p. 109-110) e que contém a entidade como um dos segmentos, sendo conectada a um outro segmento que tenha a função de completar seu sentido. Já a argumentação interna (AI) consiste em uma paráfrase da entidade linguística e possui duas “[...] características principais: [1] os encadeamentos que formam parte da AI da entidade não contêm a

entidade. [...] [2] não se encontram em AI dois aspectos conversos, já que a relação de conversão diz respeito a AE.” (GOMES, 2017, p. 112).

Para definir um segmento de análise, após deferidas e analisadas a argumentação interna e externa de um enunciado, poderemos obter o que chamamos, na TBS, de bloco semântico, que se constitui como “[...] uma entidade semântica, unitária e indecomponível, expressa nos encadeamentos argumentativos” (GOMES, 2017, p. 98). Cada bloco semântico é composto por um quadrado argumentativo que, segundo Gomes (2017), possui relações discursivas. Essas relações discursivas, de acordo com Ducrot (2005), podem ser de três tipos: transposta, recíproca e conversa.

Na sequência, o *corpus* de análise deste trabalho será destacado para que possamos, com base nos aspectos da Teoria dos Blocos Semânticos, identificar a argumentação procedente da língua enquanto sistema de signos. Em um primeiro momento, realizaremos a análise da argumentação externa a partir da entidade linguística dada pelo *corpus*. Na sequência, parafraseando a entidade da argumentação externa escolhida e adotada como ponto de vista do enunciador, analisaremos a argumentação interna. A partir dessa última, formaremos então dois blocos que recebem o nome de quadrados argumentativos e que serão os responsáveis pela formação do bloco semântico.

2. Argumentação à prova

Com o objetivo de analisar a argumentação que se estabelece exclusivamente por meio da língua no discurso político de Fernando Haddad, candidato à presidência do Brasil no ano de 2018, destacamos o *corpus* de pesquisa desta análise, uma manchete do jornal *El País*, de 14 de outubro de 2018, que apresenta a fala do candidato à presidência do Brasil na eleição de 2018, Fernando Haddad, como podemos observar na Figura 1. É importante esclarecer que a escolha desse *corpus* se deve ao fato dele tratar, justamente, de polos opostos na política, esquerda e direita, que frequentemente encontram-se representados pelos regimes de democracia e ditadura, tema recorrente no atual cenário político do Brasil, em especial no momento da publicação da manchete.

Figura 1 – Manchete *El País*

Fonte: <http://www.brasil.elpais.com>

Em vista do objetivo proposto nesta análise, e embora destacado em sua íntegra com as imagens e informações adicionais à manchete em questão, o *corpus* que é agora analisado se resume à materialidade linguística, ou seja, ao enunciado correspondente à manchete. Assim, para iniciarmos as considerações é preciso lembrar que “Nem toda interpretação é possível, pois as palavras da língua possuem um conteúdo semântico definido. A palavra utilizada fornece uma orientação argumentativa e o alocutário a percebe no enunciado” (FREITAS, 2007, p. 100-101). Dessa maneira, é preciso tomar como verdade o fato de que todas as palavras fazem parte de determinados universos semânticos e que essa espécie de classificação é o que nos permite fazer suposições de argumentos. Portanto, segue o Enunciado 1, materialidade linguística do *corpus*.

Enunciado 1: “Me estranha que quem lutou pela democracia fique neutro diante de alguém que apoia a ditadura”.

Como explicado anteriormente, o encadeamento argumentativo de um enunciado pode se apresentar de duas formas, a partir de um conector normativo ou transgressivo, porém é válido lembrar que “Nem sempre os marcadores do normativo e do transgressivo estarão explícitos” (GOMES, 2017, p. 93). O *corpus* de análise em questão é justamente um exemplo desse caso, pois temos um encadeamento transgressivo em funcionamento na construção do sentido, porém esse não é marcado explicitamente em uma forma linguística. Vale lembrar que o início do enunciado chama a atenção a partir da expressão “Me estranha”, que sugere uma possível transgressão, mas nada fica de fato comprovado. Esse é também objeto de nosso interesse: mostrar, a partir da construção do bloco semântico, que a própria argumentação desse enunciado justifica o uso da expressão “Me estranha” pelo enunciador no início de sua fala, uma vez que “Elos transgressivos podem, assim, ser efetuados sem conector” (CAREL, 2002, p. 41).

Dessa maneira, construímos agora a argumentação externa do enunciado em questão, de modo a especificar 4 aspectos argumentativos, tanto em DC (normativo) como em PT (transgressivo), como pode ser observado na sequência.

- A – Lutar pela democracia **DC** Ficar neutro diante da ditadura
- B – Lutar pela democracia **PT** Ficar neutro diante da ditadura
- C – Lutar pela democracia **DC** não ficar neutro diante da ditadura
- D – Lutar pela democracia **PT** não ficar neutro diante da ditadura

Temos, então, 4 aspectos argumentativos, que são possibilidades discursivas, e que formam o que chamamos de argumentação externa ao enunciado. É importante lembrar que, segundo Carel (2002), o conector utilizado no enunciado não liga duas informações separáveis, duas ideias distintas, mas antes marca a dependência semântica dos segmentos que ele liga. Assim, o sentido do enunciado só poderá ser apreendido em sua totalidade uma vez que se leve em consideração os dois segmentos ligados pelo conector. A partir dessas quatro possibilidades discursivas apresentadas na argumentação externa ao enunciado, é necessário que escolhamos um desses aspectos para compor o ponto de vista adotado pelo enunciador.

Logo, o aspecto B (Lutar pela democracia **PT** Ficar neutro diante da ditadura) é aquele que condiz com a argumentação apresentada no enunciado.

Notamos que esse aspecto escolhido como ponto de vista do enunciador apresenta uma argumentação em *pourtant*, ou seja, transgressiva. De acordo com Carel (2002), a função argumentativa em evidência é a formulação de encadeamentos transgressivos, já que é justamente nesses encadeamentos em *pourtant* que a argumentação fica mais evidente. Nesse momento, para que possamos nos ater à argumentação interna do enunciado, tomamos como ponto de apoio o ponto de vista adotado pelo enunciador, o aspecto B para, a partir dele, criarmos uma paráfrase. Tal paráfrase é, então, definida desse modo:

Ser a favor da liberdade **PT** Estagnar diante do controle

Com vistas a esse novo encadeamento, resultado da paráfrase da argumentação externa, construímos agora o quadrado argumentativo, uma vez que “Sabemos que com dois segmentos A e B se pode construir quatro aspectos pertencentes ao mesmo bloco. Esses quatro aspectos constituem um quadrado argumentativo.” (DUCROT, 2005, p. 45). É importante ressaltar que A e B aqui podem ser lidos como X e Y, para evitar possíveis confusões entre as noções de segmentos e aspectos argumentativos. Assim, segue o primeiro quadrado argumentativo, que tem o seguinte modelo:

E - X **DC** Y

F - X **PT** NEG-Y

G - NEG-X **PT** Y

H - NEG-X **DC** NEG-Y

E – Ser a favor da liberdade **DC** Estagnar diante do controle

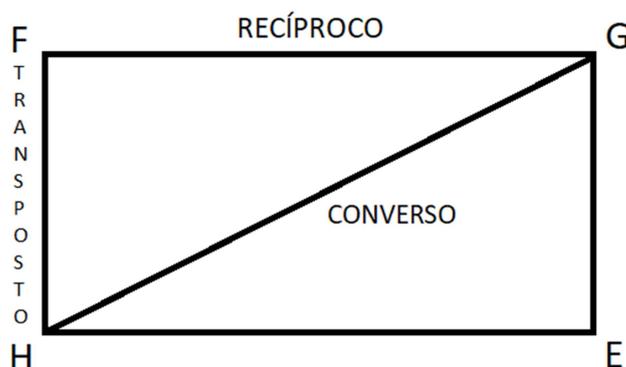
F – Ser a favor da liberdade **PT** não estagnar diante do controle

G – Não ser a favor da liberdade **PT** Estagnar diante do controle

H – Não ser a favor da liberdade **DC** não estagnar diante do controle

Tal quadrado argumentativo, que forma, então, o Bloco Semântico 1 (BS1), pode ser ilustrado como consta na Figura 2:

Figura 2 – Bloco Semântico 1



Fonte: elaborado pelos pesquisadores

A Figura 2 demonstra as relações entre os aspectos argumentativos que podem ser de três tipos, transposta, recíproca e conversa. Analisando os aspectos argumentativos que dão forma ao Bloco Semântico 1, percebemos que, dentro das possibilidades semânticas que as palavras do enunciado podem evocar, nenhuma das quatro possibilidades apresenta uma argumentação que possa ser “verdadeira”, ainda que todas as quatro representem possíveis relações discursivas.

Porém, nossa análise não se delimita apenas a esses quatro aspectos argumentativos apresentados anteriormente, sendo que “A partir de A e B (aqui lê-se X e Y) se podem constituir oito conjuntos de encadeamentos que chamamos de aspectos argumentativos. Esses oito aspectos, teoricamente possíveis através de X e Y, podem agrupar-se em dois blocos de quatro aspectos cada um.” (DUCROT, 2005, p. 31). Desse modo, construiremos agora o Bloco Semântico 2, o qual se configura a partir do seguinte modelo:

I - X **DC** NEG-Y

J - X **PT** Y

K - NEG-X **DC** Y

L - NEG-X **PT** NEG-Y

I – Ser a favor da liberdade **DC** não estagnar diante do controle

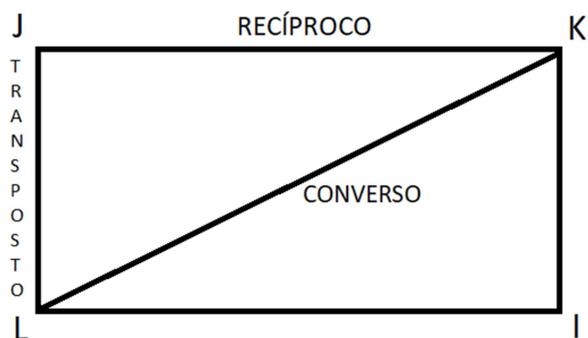
J – Ser a favor da liberdade **PT** Estagnar diante do controle

K – Não ser a favor da liberdade **DC** Estagnar diante do controle

L – Não ser a favor da liberdade **PT** não estagnar diante do controle

Esse outro quadrado argumentativo, portanto, forma o Bloco Semântico 2, que também pode ser ilustrado pela imagem que segue, que demonstra os três tipos de relações existentes entre os aspectos argumentativos.

Figura 3 – Bloco Semântico 2



Fonte: elaborado pelos pesquisadores

Dessa maneira, a partir da análise aqui realizada, compreendemos que, segundo Ducrot (2005), os quadrados argumentativos são correspondentes aos blocos semânticos. Nesses outros aspectos argumentativos anteriormente discriminados, diferentemente do primeiro bloco semântico, percebemos que há possibilidades argumentativas com real sentido semântico. Se notarmos o aspecto K (Não ser a favor da liberdade DC Estagnar diante do controle) podemos afirmar que esse aspecto seria o que mais semanticamente faria sentido dentro do universo semântico aqui analisado. Porém, o que constatamos é que o aspecto J (Ser a favor da liberdade PT

Estagnar diante do controle) é justamente a argumentação por transgressão utilizada pelo enunciador. Logo, sua argumentação está inteiramente pautada no aspecto transgressivo *pourtant*.

Se lembrarmos o Enunciado 1 (Me estranha que quem lutou pela democracia fique neutro diante de alguém que apoia a ditadura), referente à manchete do jornal *El País*, *corpus* dessa análise, e compararmos esse enunciado “original” com a conclusão da análise dos blocos semânticos, podemos confirmar uma justificativa do uso da expressão “me estranha” pelo enunciador. É estranho ao enunciador o fato de alguém lutar pela democracia e, ao mesmo tempo, ficar neutro diante de alguém que apoia a ditadura porque o sentido desse encadeamento argumentativo é, necessariamente, transgressivo, levando em consideração o universo semântico evocado pelas palavras do enunciado, ainda que esse encadeamento transgressivo não seja explicitado por um conector.

Diante disso, a análise do *corpus* desta pesquisa permitiu-nos perceber a maneira como a argumentação se constrói nos discursos e como ela pode aparecer fortemente marcada pela própria escolha de palavras por parte do enunciador. Essas palavras possuem o poder de evocar determinados universos semânticos que, quando postos em relação um ao outro, constroem a argumentação daquele enunciado, mesmo sem o auxílio de palavras que apresentam, essencialmente, uma origem argumentativa.

Considerações finais

Este estudo teve como principal discussão a noção da argumentação presente na própria língua, enquanto sistema de signos, sem levar em consideração quaisquer outros suportes argumentativos extralinguísticos. Dessa maneira, nosso objetivo era analisar a argumentação que se estabelece exclusivamente por meio da língua no discurso político de Fernando Haddad, candidato à presidência do Brasil no ano de 2018. Para que isso pudesse ser posto à prova, lançamos mão de um recorte de *corpus* que era composto pela manchete do jornal espanhol *El País*, de 14 de outubro de 2018, cujo conteúdo era a fala do candidato à presidência do Brasil Fernando Haddad sobre a oposição entre democracia e ditadura.

No desenvolvimento da análise e construção dos dois blocos semânticos, pudemos deferir os oito aspectos argumentativo-discursivos possíveis, de modo que observamos, no segundo bloco semântico que, apesar de existir uma outra possibilidade discursiva que poderia ter servido como ponto de vista adotado pelo enunciador, esse preferiu construir sua argumentação a partir do aspecto transgressivo, mesmo que seu enunciado não explicita qualquer conector dessa natureza. O que chama a atenção e ajuda a corroborar a máxima da teoria estudada, de que “A argumentação está na língua”, é que a ausência do conector transgressivo no enunciado estudado não impediu que constatássemos, de fato, uma argumentação transgressiva. E mais, a expressão “me estranha”, utilizada no início do enunciado, é justificada por meio da constatação de que a argumentação é, de fato, marcada pelo conector (não explícito) *pourtant*.

Essa pesquisa trouxe a possibilidade de analisarmos as noções estabelecidas pela Teoria dos Blocos Semânticos de forma prática, a partir de enunciados que circulam em nosso meio social e que, em tempos atuais e turbulentos, foram responsáveis pelas mais diversas formas de manifestação de opinião. A língua, enquanto patrimônio de uma sociedade, é capaz de revelar todo seu poder (argumentativo, como pudemos analisar) enquanto, de forma concomitante, revela também os processos de significação pelos quais os sujeitos sociais inscrevem-se no mundo. De fato, a argumentação vive na língua e transborda nos sujeitos que dela se utilizam para viver.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, PUCRS, v.37, n.3, p. 27-43, set. 2002.

CAREL, Marion. **La Semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DUCROT, Oswald. Teoría de la argumentación. Segunda Conferencia. In: _____. **Polifonia y Argumentacion**: Conferencias del seminario Teoría de La Argumentación y Analisis del Discurso. Universidad Del Valle, Cali, Colômbia, 1988. p. 65-80.

DUCROT, Oswald. Los bloques semânticos y el cuadrado argumentativo. *In*: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 27-50.

FREITAS, Ernani Cesar de. **Semântica argumentativa: a construção do sentido no discurso**. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

GOMES, Lauro. Argumentação na Língua: de Saussure à Teoria dos Blocos Semânticos. *In*: _____. **Como avaliar a semântica do texto?** Uma proposta para avaliação de redações orientadas pelas Semântica Argumentativa. São Carlos: Pedro & João Editores. 2017.

MANCHETE. **El País**, Madrid, 14 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/14/politica/1539475045_794656.html. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

Forma de citação sugerida

SCHMITT, Briane; FREITAS, Ernani Cesar de. Entre democracia e ditadura: o poder argumentativo da língua no discurso político de Fernando Haddad. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 103-117, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2402.

Contributions from the New Rhetoric and Foucault's thought to the teaching of argumentative discourse

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Professor at Federal University of Sergipe (UFS), Brazil.
icmazevedo@hotmail.com

Abstract: This article draws on the argumentative scheme described by New Rhetoric (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958]), reinterpreted by some notions analyzed by Foucault (1972), to propose criteria that can guide the teaching of argumentative discourse in basic education. Based on the interpretive methodology (ERICKSON, 1986), first, it discusses how rhetorical reasoning by connection and association impacts the composition of discourses in society. Second, it articulates discursive and rhetorical concepts to compose orientations that favor the development of teaching and learning processes aimed at the formation of subjects who can assume positions related to other positions in various social circumstances.

Keywords: Argumentative strategies. Teaching and learning process. Discursive procedures.

Resumo: Este artigo se apoia no esquema argumentativo descrito pela Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958]), reinterpretado por algumas noções analisadas por Foucault (1971), para propor critérios que possam guiar o ensino do discurso argumentativo na educação básica. Com base na metodologia interpretativista (ERICKSON, 1986), primeiramente, discute como os raciocínios retóricos por ligação e associação impactam a composição de discursos na sociedade. Em segundo lugar, articula conceitos discursivos e retóricos para compor orientações que favoreçam o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à formação de sujeitos para que consigam assumir posicionamentos relativos a outras posições em variadas circunstâncias sociais.

Palavras-chave: Estratégias argumentativas. Processo de ensino-aprendizagem. Procedimentos discursivos.

Introduction

By conceiving discourse in the perspective proposed by Foucault, we understand discursive acts as productions forged by forces that can be identified by a subject, not *a priori*, but from an analytical movement linked to social events. Thus, we are driven to enquire the accepted values in various spaces and times as well as to suspect apparent evidence. Consequently, we admit that all manifest discourse rests on an “already-said”; and that this “already-said” is not simply an already mentioned statement or an already written text, but a historical and social construction (FOUCAULT, 1972, p. 25).

One makes mistakes, however, by believing that it is a search for a secret, that is to say, an unit of hidden meaning, because it is a responsibility of the analyst to identify the rules that the statements are associated with and obey, in order to assimilate the network of interrelationships between statements. By problematizing the cut-outs, the limits, the differences, the chronological particularities, the unique manners of permanence and resistance, the analyst is able to recognize the possible types of relationship, as well as the system of relationships which the discourses are related to.

Foucault (1972) proposes that each moment of the discourse can be understood as an interruption of an event, situated in a specific spatial-temporal area. It is a temporal dispersion, however it integrates the social stabilities, values, habits, marks of social structures, etc. Following the principle of regularity, we can observe what can be manifested, known or transformed, erased, because the discursive fact is a discontinuous practice, but it intersects with others and, sometimes, ignores or excludes itself. This movement is constitutive of the discourse, therefore it is crucial to comprehend an event as in its singularity as in its dispersal.

Bearing this in mind, when we are concerned with the development of the argumentative discourse, we seek support in a conception that could dialogue with Foucault concepts, to bring about a critical examination of the role of the evidence in the construction of thinking, in order to break with the non historical character and the fragmented knowledge. Based on Perelman theory (1982 [1977]), who proposes the study of argumentative links both from the perspective of association and dissociation of elements, grounded on a philosophy of the reasonable, which does not dichotomize or disconnects

regimes of power and thought, we intend to comprehend, variously, the concept of correlation, guided by the principle of the argumentative reasoning (GRÁCIO, 1992).

When constituting the New Rhetoric, Perelman and Olbrechts-Tyteca (1971 [1958], p. 1) defined that “the domain of argumentation is that of the credible, the plausible, the probable”. That is why it occurs in the relationship between subjects and ideas, from previous ways of saying, which are not justified by themselves, but are always an effect of a construction whose rules must be recognized based on the analysis of its constitution when one intends to produce meanings.

Therefore, we decide to revise the types of arguments arranged by Perelman and Olbrechts-Tyteca (1971 [1958]), submitting them to the coercion imposed by the discourse, in accordance with Foucault (1972), in order to evaluate, initially, how these relationships can guide pedagogical practices of teaching argumentation in Portuguese language classes for students of basic education.

For this purpose, we will follow an interpretative methodological perspective, due to the fact that, in agreement with Erickson (1986), we admit that subjects create meaningful interpretations about the objects of knowledge and of the experiences and, consequently, they create realities from which the social practices of which they take part in organize themselves, both in the observation of the practices that may have space in the school and in the articulation between the philosophical ideas that could be mobilized in view of the pedagogical work. For that matters, we assume that the object of the interpretative social investigation is an action, the discursive act, which relies on interpretations of epistemic objects and symbolic practices; they are, therefore, always open to reinterpretations and change of perspective.

Considering the fact that we work with formative process for Portuguese teachers, both for undergraduate and graduate courses, our greatest interest is to point out possible ways to align argumentation teaching with discursive studies and to contribute with an unique vision of critical subjects formation.

In order to present our point of view, we organized this article in two parts, namely: first, to study the types of arguments proposed by Perelman and Olbrechts-Tyteca (1971 [1958]), considering Foucault's concepts about the elements that bring about some impacts on discourse production; second, to propose a synthesis of the point of view argued in this work, to try to promote pedagogical actions that aim at developing argumentative practices around a controversial theme.

1. A vision regarding the argumentative procedures in the discursive composition

We know that, for Perelman (1982 [1977]), every argumentation implies a previous selection of facts and values, so his description reveals a particular way, a certain language, an insistence that varies according to the importance conferred by the subject for all this. The choice of elements, the mode of description and presentation, the value judgments, etc., shows a position. That is the reason why an affirmation at first sight may seem objective and impartial, but it express its character, mainly when confronted with other points of view, especially those of opposite direction. "Pluralism sharpens the critical sense" (PERELMAN, 1982 [1977], p. 34), unfolding that, in an argumentative situation, interaction takes place on several levels, particularly, between the arguments.

They are in constant interaction at more than one level: interaction between various arguments put forward, interaction between the arguments and the overall argumentative situation, between the arguments and their conclusion, and, finally, between the arguments occurring in the discourse and those that are about the discourse (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (1971 [1958], p. 460).

When considering also that every discourse is limited in time, the selection of arguments requires considering the pertinence and effectiveness of the choices aimed at obtaining the approval of the other to the presented ideas, the procedures of control and delimitation of the discourse, the external (interdiction and segregation) and internal (comment, authorship and alignment with the disciplines) procedures, benefit the rarefaction of the discourses (FOUCAULT, 1972). Furthermore, due to the fact that Foucault

wants to overcome a classical view that understands discourse as a product of rhetoric and that restricts it to the meaningful structure of the text as well, the author proposes the analysis of the discursive formations that serve as grids “[...] in order to classify, to elicit differences and similarities, to visualize a certain order, whatever it may be” (ARAUJO, 2007, p.3, our translation).

In each formation, concepts are arranged in a certain way and used according to the field of knowledge and the way in which it relates, differentiates, whether or not it associates with other fields of knowledge. The same happens with the themes, they are invested by strategies that qualify or not institutions, techniques, social groups, obeying the concepts and uses that the discursive practice itself provides (ARAUJO, 2007, p.8, our translation).

When thinking about the organization of argumentative discourse, the differentiation and disposition of concepts, associated with the respective fields of knowledge, promote relationships that depend on discursive strategies. In summary, according to the principles of the New Rhetoric, the argumentative discourse produces some effects due to its input in a certain situation. Since the different elements of the discourse are interacting, the breadth of the argumentation and the order of the arguments raise many different problems and stimulate an analysis of the argumentative schemes that can be mobilized when one wants to persuade someone else. Perelman and Olbrechts-Tyteca (1971 [1958]) point out that argumentative statements can be analyzed in many different ways, according to the delimitation plans selected, so we decided to start from the classification and explanations organized by these authors to check how they could to be reinterpreted through the reflexive categories identified in Foucault’s discursive studies.

Perelman and Olbrechts-Tyteca (1971 [1958]) insist that the argumentative techniques are at the service of the argumentative interaction. The term argumentative interaction is understood by Grácio (2011, p. 119-120, our translation) as the “[...] interaction between the arguers which roach their dissensions on a matter in question [...]”. However, this is not a consensual point, since there are authors who extend the notion of interaction to relations that occurs due to “[...] a presence set outside the discourse with certain beliefs, attitudes and relations with the speaker or writer, and finds

itself in an instance that requires the discourse has certain characteristics as an answer” (BITZER, 1968, p. 103) .This concept is proposed as a result of the expansion of the notion of audience which considers the written discourse, not exclusively the oral discourse.

The construction and the creation of the written discourse based on a projected audience is supported by Ong (1975) when analyzing the circumstances faced by *free-lancers* and students in writing exercises. These exercises compare the producer with real readers, who are outside the text and are represented, setting an invented audience. It is a “fiction,” that is to say, the creation of a context in which “[...] readers may, in other words, be the ‘audience’ to varying degrees, or not at all. In this sense the audience may be said to exist in the text – if it can actually be said to exist anywhere” (PARK, 2012, p 249).

By making the census of the main argumentative techniques which one can resort to, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1971 [1958]) present a both groups ranking: processes of connection and dissociation. The arguments consolidated between those who promote the connection process fulfill the role of consolidating different elements and enable the solidarity between the premises and ends, either by the discourse structuring or by the valuation (positive or negative) of those elements. Conceiving arguments as discursive events enables us, through the process of connection, to pay attention to regularity: “[...] an order in their successive appearance, correlations in their simultaneity, assignable positions in a common space, a reciprocal functioning, linked and hierarchized transformations [...]” (FOUCAULT, 1972, p. 37) in their dispersion.

On the other hand, the arguments resulting from the process of dissociation separate the elements considered as founders of a totality or, at least, of a supportive set in a certain system of thought, modifying even basic notions. Thus, it seems that it contributes to the disruption of the discourses, which, in Foucault’s perspective, are intersecting practices, because “[...] discourse must be treated as a discontinuous activity, its different manifestations sometimes coming together, but just as easily unaware of, or excluding each other” (FOUCAULT, 1972, p. 229).

In accordance with Grácio (2013a, p. 27), a study of the arguments is always schematic and arbitrary, but it can unveil the interactive dynamism of the argumentation, if there is a discursive evaluation, because the creation of themes allows articulating multiple dimensions promoting a trend that permits to go further than the analytical reasoning (based on logical criteria) and the analysis of the linguistic resources, bearing in mind the criticism of the discourse of one by the discourse of the other (GRÁCIO, 2013a).

From a psychological and logical perspective, we also emphasize that both the connection and the dissociation procedures are mutually implied, since every connection implies a dissociation and inversely:

[...] the same form which unites various elements into a well-organized whole dissociates them from the neutral background from which it separates them. The two techniques are complementary and are always at work at the same time; but the argumentation through which a datum is modified can stress the association or the dissociation which it is promoting without making explicit the complementary aspect which will result from the desired transformation [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958], p. 190).

The “two techniques” are complementary (“connection” and “dissociation”), then, show some possibilities of articulation of the thought and they are associated to the discursive practices that compose the knowledge of an era, that is to say, the effectively spoken statements and the functioning of the discourses indicate how the subject deals with exclusion procedures that affect the production of discourse, that is the reason why all the discourse is controlled, organized, and redistributed according to what can and cannot be said at a given time and place (FOUCAULT, 1972).

This constitutive interconnection between the processes, from the perspective of the New Rhetoric, favors the organization of three types of reasoning that are identified in groups: 1. the almost-logical arguments; 2. those based on the structure of the real; 3. those that established the structure of the real.

From here we begin to explain the characteristics of each type, based on the articulation that we are proposing between New Rhetoric and Foucault’s ideas. The almost-logical arguments are the ones that are closer to formal thought because they have a logical or mathematical nature. However, we do not confuse them with logical arguments, in the strict sense, since they are

not submitted to the rules of formal deduction, because they are related to theses of argumentative (non-formal) nature. In fact, the almost-logical arguments achieve persuasive force precisely by approximation to “[...] a certain power of conviction, in the degree that they claim to be similar to the formal reasoning of logic or mathematics [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958], p. 193).

It is clear that they are subordinate to the organization of the disciplines which are defined by a domain of objects, a set of methods, a set of rules and definitions, techniques and instruments, a set of propositions considered true, constituting “[...] a sort of anonymous system, freely available to whoever wishes, or whoever is able to make use of them [...]” (FOUCAULT, 1972, p. 222).

In analyzing the discursive movement promoted by the subject when seeking to avoid contradictions, incompatibilities, tautology or when proposing inclusions of ideas, divisions, identities between people or situations, for instance, we notice a referral directed to a will of truth, situated, to be supported in an institutional support, which also reinforces and renews the discourse for a compact whole of practices (FOUCAULT, 1972).

The arguments established on the basis of a real structure are linked to the representations we make of concrete (daily) situations, the links recognized between objects, people, social circumstances and judgments admitted or those which we seek to promote. Solidarity among the elements is also the result of a will that establishes a symbolic link obtained through succession links, whose role is to connect an event to its consequences or causes, and through coexistence, that unite a person to his acts, a group to the others that belong either to an essence or to its manifestations (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958]).

We observe that this kind of arguments disseminate a way of disposing or presenting discursive objects, that is, they indicate how a subject appropriates certain objects to talk about. They are “objects that do not pre-exist the knowledge, they exist as events, as what an epoch can say because of certain arrangements between the discourse and the non-discursive conditions,” according to Araújo explanations (2008, p. 58, our translation), summing up the vision of Foucault (1972).

In its turn, the arguments that ground the structure of the real are those supported by familiar situations, common places, which allows to establish a model or general rule applicable to different contexts from the selected resources of certain cases.

The connection between objects that are outlined in a knowledge and in social institutions is produced by a subject in a certain production situation, as well as in which other statements they are associated with, to identify the undertaken positions, the retakes and repetitions that delimit the discursive places. We understand, therefore, that the arguments, as statements built in a specific orientation, constitute units of the discourse formed by objects that exist in a bundle of relations with the circumstances (in a certain piece of knowledge). Discourse units are also formed by concepts, themes and strategies that are associated with discursive formations and practices and by the subject of the statement, determined by the place it occupies in the discursive materiality.

The statements are not ready and closed truths that allow a single “true” interpretation, they are events that must be understood in a continuity / discontinuity movement of thought, since ruptures can always be identified in alignment with the singularity of discursive formations. As Araújo (2007) explain:

The discourse has a historical, institutional support, a materiality that allows or prohibits its accomplishment. The subject of the discourse is not the person who performs an act of speech, neither the author of the text nor the subject of the proposition. The subject is the one who is able to use (almost always exclusively) certain statement by his training, due to the occupation of an institutional place, of his technical competence. The statement can be used or reused, to enter into frames and to transit around according to an interest, a practice; for instance, the statement [...] of the educator to assess the learning of a child, of the psychologist to detect behavior disorders (ARAÚJO, 2007, p. 7-8, our translation).

Due to the fact that we are aware that the discourse reveals different elements: “historical”, “institutional”, technical and social, we propose to take into account both the argumentative procedures by connection and by dissociation, because they always indicate choices, characterized by the discursive formations, by the rules of appearance, by the conditions of appropriation, by the use and by the power (FOUCAULT, 1972).

We also emphasize that the very choice of the premises and their way of formulation already has an argumentative value, because it is a preparation for the reasoning that constitutes the first step of a persuasive action. The selected fact, that is to say, what can be affirmed because it is accepted in a certain time and space, can also be considered an object of agreement, negotiation, consensus, identified through a process of argumentation (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1971 [1958]).

This point of view is in accordance with analyses that consider the arguments as statements that compose social practices constituted by language, which in our point of view is inseparable from the relations of power (social, political, economic, institutional and discursive practices) that delimit the speech. This movement of displacement, review and evaluation contributes to the identification of truths (truth-event, ritual truth, truth-relation of power, truth-method, truth-relation of knowledge, etc.) that situate the discourses as objects of knowledge-power.

It is important to emphasize that the arguments created by a process of dissociation of notions, which determines a more or less profound relocation of the conceptual data, also serve as a basis for the argumentation, by modifying its structures. This type of construction is usually less mentioned because it serves more specially for the analysis of philosophical thought, that is, of the thought that is intended systematically (PERELMAN, 1982 [1977]).

If the difference between connection and dissociation of notions depends on the acceptance of a primitive unity among the elements, “[...] the dissociation of notions brings about a more or less profound change in the conceptual data that are used as the basis of argument” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, (1971 [1958], p. 412). We agree with these authors and emphasize that, in a very controversial opposition, something that can be comprehended as a dissociation in a point of view may also seem distinctions between connected elements.

With respect to the “appearance-reality” pair, which is the basis of all kinds of dissociation, we emphasize that reality, as an event of knowledge, is a historical irruption dated and marked by complex determinations. It means that, in argumentation, reality is not considered as natural things, because it is constituted of culture, it is in fact an object constituted by language, which is

associated with knowledge, it is developed historically and is tied to the processes of subjectivity.

As the expression subject at hand can be understood in several ways, it is better to clarify, from the explanations of Grácio (2013a), which can be understood by the combination of two parts. The notion of subject indicates

[...] a way of focusing (in order to delimit) and of referring to a potentially problematic space, but which refers not only to shared and common elements but also to different positions (considering the theme, a subject is a multidimensional category linked to problematization) (GRÁCIO, 2013a, p. 39-40, our translation).

In the dimension of problematization, then, the focus, the reference and the variety of positions make up a set of points of view and discursive positions, which start to circulate in society, through the expression of each subject. These procedures are always situational, so this notion is always flexible and requires different perspectives, which makes it possible to create intersections in the plane of the preferable.

Still according to Grácio (2013a, 42, our translation), we consider that the discursive expression of each one “[...] represents the actual presence of a discourse and a counter-discourse, that is to say, a situation of conflict and dissonance in which one discourse is criticized by another one”. Therefore, an argument that serve as the basis for the real allows the subject to select aspects that can be taken as a reference, on account of the regularity with which they occur.

In school, in particular, despite the students’ potential difficulties on the management of linguistic and discursive structures, to establish an argumentative dialogue through the argumentative techniques is always an effort that is worth undertaking, as it allows the students to compose analyses of reality and to mobilize various theoretical and practical sources in an articulated manner.

When drawing attention to the school space, we are concerned with indicating ways for the teacher to map how it is possible to plan activities for teaching and learning argumentation, considering all the aspects previously discussed.

2. Challenges and possibilities to teaching of argumentation

To compose a scenario for this discussion, we remind that the articulation between constitutive elements of argumentation in association with Foucault's ideas about the discursive dimension allowed us to realize that the process of teaching and learning of the argumentation requires a specific effort to look for alternatives that can support the pedagogical practices.

The teacher will need, then, to overcome the limits of teaching argumentative writing – which is very common in Portuguese language classes, especially in high school –, to aggregate the understanding of how persuasion can be built, which argumentative mechanisms can collaborate with this objective and how persuasive coherence is achieved, on the one hand; and knowing how to combine these investigations with coherent procedures that affect the production of discourses in society.

According to Perelman (1970 [1963]), the condition of teaching work production is very special, because, when the teacher adopts a stance directed to the teaching of argumentative techniques, he/she assumes a rhetorical position that can influence his audience¹ (configured mainly by students and their relatives) in a very particular way:

The educator, without effort, is well regarded and enjoys confidence, as a nominee of the society which his audience belongs to. He mentions what is necessary to be admitted, as a qualified member, into a group which the audience looks forward to belong to. Not always he must demonstrate what he says: there is trust in his word; he does not have to adapt to his audience, it is his audience that adapts to him (Perelman (1970 [1963]), p.108-109, our translation²).

In the face of this condition as a qualified and confident speaker in front of his audience, it is up to the teacher to recognize that the link between teaching activities and those of understanding argumentation and discourse

¹ We draw your attention to the fact that the audience is comprehended by Perelman; Olbrechts-Tyteca (1971 [1958], p. 19) “as the ensemble of those whom the speaker wishes to influence by his argumentation. Every speaker thinks, more or less consciously, of those he is seeking to persuade; these people form the audience to whom his speech is addressed”.

² In the original: “L'éducateur a, sans effort particulier, l'oreille du public et sa confiance, comme représentant de la société à laquelle ce public appartient. Il énonce ce qu'il faut croire et dit ce qu'il faut faire pour être admis, comme membre qualifié, dans un groupe auquel l'auditeur aspire à appartenir. Il ne doit pas toujours démontre ce qu'il avance: on a confiance en sa parole; il ne doit pas s'adapter à son public, c'est son public qui s'adapte à lui” (PERELMAN, 1970 [1963], p. 108-109).

requires specific pedagogical planning, designed to promote the learning of argumentation through activities that may be varied, albeit guided by common principles, as we propose below.

Organizing a practical work around argumentation in a school environment may become even more challenging when the teacher is susceptible to external demands (legal requirements, family members, students themselves, etc.) and does not have a clear view of the bases of the pedagogical practices, according to reports of different professors participating in research and extension projects at the Federal University of Sergipe.

Hence, we consider important to highlight each principle in order to cooperate with the direction of the actions designed to the development of students' argumentative capacities (see AZEVEDO, 2016).

Table 1 – Interactional principle to guide the teaching of argumentation

Principle 1	Argumentative focus	Discursive focus
To make the student capable of interacting with the other's discourse from the positions built around a topic under discussion.	To produce points of view that consider the plural ways of thinking and acting when approaching a subject in a game of perspectives.	To take part in language practices in which statements integrate into discursive formations that specify the truth conditions of discourse.

Source: Prepared from Grácio (2010, 2011) and Foucault (1972).

First of all, it is necessary to clarify that the option to describe each principle separately regarding the argumentative and discursive focus stems from the need presented by many basic education teachers to understand the specificity of each one. The pedagogical work will integrate both focuses, but the distinction makes it possible to seek to guarantee teaching-learning situations that contemplate each of them.

As the objective of principle 1 is to create conditions for students to build their own positions in an interactional situation, that is, an argumentative situation – as Grácio describes in 2013b –, the argumentative focus is directed to the production of points of view, which requires a specific learning in the language plane: to be able to mobilize the voice of different subjects in the

same statement. It is also necessary, in the discursive focus, to guide the perception that these voices are aligned with discursive formations, which intertwine (FOUCAULT, 1972).

In the interactional dynamics, a topic is transformed into the “subject in question”, as proposed by Grácio (2013a)³, which reinforces the need for students to articulate their conceptions according to the participation of the interlocutors, whether they are face to face or assumed. Thus, there is a continuous evaluation of each other, allowing the permanent analysis of voices in dialogue.

Table 2 – Cognitive principle to guide the teaching of argumentation

Principle 2	Argumentative focus	Discursive focus
To take the argument as a projective force of a vision of reality elicited by thematic processes. ⁴	To create answers to the other one in an analytical process that guides the formulation of arguments and counter-arguments.	To comprehend that the discursive positions come from power relations that guide how some can act on the actions of others.

Source: Prepared from Grácio (2010, 2011) and Foucault (1972).

Principle 2 emphasizes the cognitive aspects that allow the creation of arguments with a projective force and collaborate with the understanding of all the elements (discursive and non-discursive) that make up relations of power. This can be explored in the classroom through discursive exercises that can be carried out to solve situations that are particular to the reality of each school. Projective strength and power relations can be more effectively

³ Grácio (2013a, p.39-40, our translation) explains that “[...] the term ‘subject’ is a term in common or common language and corresponds to a mental organization that is simultaneously a way of focusing (in the sense of delimiting) and referencing a potentially problematic space, but which refers not only to shared and common elements but to different positions (from the thematic point of view, a subject is a multidimensional category linked to problematization). [...] It is a very flexible notion and raises positions and perspectives; and crosses the possible with the preferable [...]”.

“‘In question’ [indicates], [...] adopting a dialogical and polyphonic conception of language, [...] that the opposition of voices is inherent in the argued discourse [...]” (GRÁCIO, 2013a, p. 41, our translation).

⁴ “Thematization is a way of configuring subjects by perspectivizing them from the selection of certain considerations deemed relevant and whose admission guides the reasoning towards certain standards of evaluation, judgment and reasoning” (GRÁCIO, 2010, p. 75, our translation).

observed when there is a concrete situation that requires deliberation between the parties involved, hence the recommendation that teaching practices be associated with real situations of language use.

In addition, we suggest grounding the methodology of work on the analysis of situations observed in society, since this always raises a divergence of judgments and it seems much more productive than resorting to activities supported by findings. Following Willard's suggestions (1979 apud Grácio, 2013a), we recommend the exchange of views in which polarization of positions is possible through the study of problematic and ethical issues.

Although the evaluation of the other is an aspect generally studied by the normative approach to argumentation, we can associate it with procedures that are supported by various criteria of rationality of arguments (see Grácio, 2013a).

Because of that, it is salutary to privilege moments that require the delineation of discursive positions and the conflict of understandings, so that the students can appropriate thematic procedures, through techniques of association and dissociation of arguments and also by the exercise of attitudes that can overcome the limits of the current circumstances, aiming to find ways for new practices of thought and politics.

In this view, students are invited to investigate whether there is an "acceptability system" organized around the issues being discussed. This theoretical-practical stance can be expanded by problematizing the "issues in question".

Through problematization, students have the opportunity to carry out the exercise of reflexivity, a type of reasoning that refers to the confrontation of the reasons chosen to justify the actions, the thematic orientations, the purposes that guide the discursive action, etc. and judging the value of each of these conditions of language production. It is not, however, an exercise restricted to the analysis of reasoning, for example, but to expand the understanding of the resources selected to thematize a subject, which provides an improvement in the ability to justify ideas.

We understand that this type of work can insert the student in argumentative situations in which they articulate different knowledge, values, positions, etc. in practices that promote identifying not only what is defended

through support in different types of arguments, but also the ways of producing counter-discourses that allow confronting current perspectives.

Table 3 – Critical principle to guide the teaching of argumentation

Principle 3	Argumentative focus	Discursive focus
To have the argumentative interaction as a privileged way to the development of the critical thinking that allows us to deal with the different kinds of the discursive articulations.	To improve the knowledge of processes, dynamics, ways and strategies that promote the evaluation of one's own thinking and the thinking of others.	To analyze the discursive expression through statements that are not closed and unique structures, but discursive productions whose regularities, changes and networks are associated with specific times and places.

Source: Prepared from Grácio (2010, 2011) and Foucault (1972).

In this article, the critical perspective is assumed in the vision proposed by Foucault, that is, “criticism” associated with the notion of “experience”, conceived as “as dominant structure and transformative force, as existing background of practices and transcending event, as the object of theoretical inquiry and the objective of moving beyond historical limits”, as Lemke explains (2011, p. 26).

Foucault's view is elaborated based on the perception that criticism is not possible without considering the means and instruments for it to be exercised⁵. Therefore, in order to develop critical thinking, it is necessary, in addition to the theoretical study of argumentative strategies, to provide opportunities for students to confront each other in such a way that the evaluation of each other allows them to judge, deny, reject, condemn etc. ideas, which favors interaction based on rational, as well as subjective, patterns of reading reality.

It is important to recover that, according Lemke (2011), Foucault understand critique as an ethical-political gesture or an ‘ethos’, for this reason, it becomes relevant to provide conditions for students to oppose perspectives and analyze the resources that can be mobilized for the realization of

⁵ According to Foucault (1997, p. 25), “[...] critique only exists in relation to something other than itself: it is an instrument, a means for a future or a truth [...]”.

positions in the speeches, which requires knowledge of the current social structures and available techniques, that is, in circulation in societies and, above all, those that are regular throughout history.

It is important to note, finally, that this set of positions removes the teacher from a central position and modifies his role with the students, once he departs from the obligation to transmit the values of a tradition and to form the reason of the students he works with, in order to enable those who are in formation to participate effectively in communicative situations around controversial issues, as Perelman (1970 [1963]) has already recommended more than fifty years ago.

Conclusion

Throughout this work, we made the commitment to problematize the knowledge about argumentation, in order not to desqualify, but to point out how the association to a discursive perspective, based on Foucault's studies, enables changing the comprehension of the relations systems which may seem homogeneous. With the New Rhetoric, we proposed to note that the use of one type of argument or another one not only shows a clipping of reality considering persuasion but the production of singular statements, from which we can identify continuity and discontinuity movements and the impact of power relations.

Considering all those points observed in this brief study, we realized that the complexity of argumentative and discursive operations, instead of making teaching practice impossible, encourages the teacher to direct pedagogical practices for the formation of critical subjects who intend to take in social transformation projects.

To sum up, we suggest the organization of didactic-pedagogical work that allows students of basic education to articulate positions about a subject in order to participate in processes of argumentative interaction, observing the conditions that delimit the discursive practices; to elaborate answers to the other, bearing in mind the processes of justification and analysis, as well as established power relations; to develop critical thinking through the use of different argumentative strategies and the analysis of the continuities and discontinuities in discourse.

References

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. **Revista Aulas**. Dossiê Foucault, n. 3, 2007.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin. Capacidades argumentativas de professores e estudantes da educação básica em discussão. In: PIRIS, Eduardo Lopes; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés (Org.) **Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 167-190.

BITZER, Lloyd. The Rhetorical Situation. **Philosophy and Rhetoric**, n. 1, p. 1-15, 1968.

ERICKSON, Frederick. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTRICK, Merlin C. (Org.). **La investigación de la enseñanza II**. Métodos cualitativos y de observación. Barcelona: Ed. Paidós, 1986. p. 195-301.

FOUCAULT, Michel. **The Archaeology of Knowledge and The Discourse on Language**. Translated by A. M. Sheridan Smith. New York: Pantheon Books, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Politics of Truth**. Edited by Sylvère Lotringer & Lysa Hochroth. New York: Semiotext(e), 1997.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Perspectivismo e argumentação**. Coimbra: Grácio Editor 2013a.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013b.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Do discurso argumentado à interação argumentativa. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, 1, 117-128, 2011.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para uma teoria geral da argumentação**: questões teóricas e aplicações didáticas. 434 f. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação, área de conhecimento Semiótica da Comunicação). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 2010.

LEMKE, Thomas. Critique and Experience in Foucault. **Theory Culture Society**, v. 28, n. 4, p. 26-48, 2011.

ONG, Walter J. The Writer's Audience Is Always a Fiction. **PMLA**, v. 90, n. 1, p. 9-21, Jan. 1975.

PARK, Douglas B. The Meanings of "Audience". **College English**, v. 44, n. 3, p. 247-257, mar. 1982.

PERELMAN, Chaïm. **The Realm of Rhetoric**. Translated by William Kluback. Notre Dame, IN: University of Notre Dame, 1982 [1977].

PERELMAN, Chaïm. Éducation et Rhétorique. In: _____. **Justice et raison**. Travaux de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Bruxelles. Bibliothèque de Philosophie, tomo XXV. 2. ed. Belgique: Presses Universitaires de Bruxelles. 1970 [1963]. p. 104-113.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **The New Rhetoric – A Treatise on Arumentation**. Translated by John Wilkinson e Purcell Weaver. Notre Dame, IN: University of Notre Dame, 1971 [1958].

Forma de citação sugerida

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de. Contributions from the new rhetoric and foucault's thought to the teaching of argumentative discourse. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 118-136, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2698.

Técnicas argumentativas e a construção do ethos discursivo: análise do processo judicial condenatório de Frei Caneca

Ivanaldo Oliveira dos Santos †

In memoriam. Foi docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil
ivanaldosantos@yahoo.com.br

Alex Sandra da Silva Moura

Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil
alexmsandra@gmail.com

Samuel Alves Monteiro

Doutorando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil
samuelmonteiro.al@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo identificar, por meio das técnicas argumentativas empregadas no processo judicial condenatório de Frei Caneca, o ethos discursivo presente na construção de sua defesa. A base teórica está apoiada na abordagem da nova retórica, representada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e os estudos sobre ethos discursivo em por Maingueneau (2002, 2004, 2008, 2014). O *corpus* deste estudo é composto por três excertos da defesa proferida pelo Frei Caneca em seu processo judicial condenatório datado de 1824. A análise mostrou uma presença de três técnicas de argumentação da nova retórica, o que resultou na construção de um tipo de ethos discursivo que permeou o *corpus*, que foi o ethos pré-discursivo construído na previsibilidade do interesse do auditório em condená-lo antecipadamente e o ethos dito, quanto ao uso de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, presentes na defesa de Frei Caneca.

Palavras-chave: Técnicas Argumentativas. Ethos. Processo Judicial. Condenação.

Abstract: This study aims to identify, through the argumentative techniques employed in Frei Caneca's condemnatory judicial process, the discursive ethos present in the construction of his defense. The theoretical basis is supported by the approach of the new rhetoric, represented by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), and the discursive ethos studies by Maingueneau (2002, 2004, 2008, 2014). The *corpus* of this study is composed of three excerpts of the defense made by Frei Caneca in his 1824 condemnatory judicial process. The analysis showed the presence of three argumentative techniques of the new rhetoric, which resulted in the construction of a type of discursive ethos that permeated the *corpus*, which was the pre-discursive ethos built on the predictability of the audience's interest in condemning it in advance and the said ethos, as to the use of metaphors or allusions to other speech scenes, present in Frei Caneca's defense.

Keywords: Argumentative Techniques. Ethos. Judicial Process. Convict.

Introdução

O desenvolvimento da linguagem foi um grande passo para a humanidade, pois além de permitir-lhe a interação dialógica, proporcionou-lhe identificar, analisar e interpretar os códigos que lhe chegavam por meio oral, escrito, imagético ou gesticular. A palavra (falada ou escrita) tem espaço privilegiado na linguagem, uma vez que por ela, os mais variados objetos são criados, guerra e paz são (re)estabelecidas pelo seu poder em moldar discursos. A palavra pode ter tanta força quanto as armas, desde que se conheça sua força argumentativa.

É a partir da argumentação que somos capazes de intervir nos discursos alheios, bem como, impactá-los de tal forma que passem a ver o discurso como a expressão do real. A eficácia de uma tese pode ser comprovada, dentre outros, pelos argumentos que a sustentam, e estes devem conter em si o *status* de verdade, mesmo que não o sejam.

A busca pela verdade motivou diversos homens a dedicarem suas vidas em conhecê-la e difundi-la. Entre eles, destaca-se Aristóteles, para quem as palavras deviam servir à verdade, encontrando no raciocínio lógico um campo seguro entre a verdade e o que aparenta ser verdade. Para além do debate em torno da verdade, as palavras apresentam também modos de agir e ser no mundo. Quando faladas ou escritas revelam sentimentos e intencionalidades, tanto no dito quanto o *não-dito*. Assim, as palavras são usadas tanto para argumentar e convencer, mas também para sensibilizar, demonstrar o modo de ser e agir dos seus oradores, ou seja, seu *ethos* discursivo.

Ao falar ou escrever, o orador não apenas usa palavras: ele fala de um lugar, usa um *tom de voz* que considera adequado, escolhe as palavras que melhor expressam sua intencionalidade, pode usar da objetividade e clareza ou escolher a subjetividade e entrelinhas para dizer o que pensa ao seu auditório. O resultado final deste jogo de escolhas e adequação de palavras, é um discurso construído por um orador, com uma intencionalidade em relação ao seu auditório. Como a argumentação se (re)faz nos discursos, analisar discursos jurídicos é de importante para compreender como se dá a construção discursiva e identificar os modos de ser e agir de seu orador.

Considerando-se estes pressupostos sobre a argumentação e os modos de ser e agir dos oradores é que estabelecemos como problemática para o

estudo, investigar se é possível por meio da análise de técnicas argumentativas empregadas no processo judicial condenatório do Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, mais conhecido como *Frei Caneca*, identificar o *ethos* discursivo. Ressalta-se que, do ponto de vista histórico, Frei Caneca foi um sacerdote católico, jornalista, escritor, participou da Insurreição Pernambucana, em 1817, e foi um dos líderes da chamada Confederação do Equador, também em Pernambuco, em 1824. Devido as suas atividades políticas, contrárias aos interesses da Coroa portuguesa em terras brasileiras, foi preso, julgado, condenado a morte e, posteriormente, executado no dia 13 de janeiro de 1825. O processo de condenação do Frei Caneca, do ponto de vista histórico, é um dos processos mais importantes do direito no Brasil.

Para tanto, nos propusemos a analisar três excertos (Figuras 1, 2 e 3) da defesa jurídica do processo condenatório em que Frei Caneca figura como réu. Assim, selecionamos especificamente o discurso proferido pelo próprio réu em sua defesa, uma vez que sua produção recorre a argumentação como forma de convencer e persuadir aqueles que o julgavam.

No primeiro momento, discorreremos sobre alguns conceitos necessários à compreensão da Retórica, recorrendo aos conceitos aristotélicos; logo após, fizemos uma abordagem sobre a argumentação e as Técnicas Argumentativas, conforme os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); em seguida, introduzimos a discussão do *Ethos* discursivo baseando-se nos estudos de Maingueneau (2002, 2004, 2008, 2014). Na sequência, realizamos a análise da argumentação empregada nos fragmentos selecionados, identificando o tipo de argumento utilizado e como se deu sua construção; para, na continuidade, apresentar uma correlação entre a construção argumentativa do discurso de Frei Caneca e o *ethos* discursivo que dela se depreende. Por fim, afirma-se que o estudo realiza uma associação entre as técnicas de argumentação com o *ethos* discursivo. É possível vislumbrar essa associação na análise do processo judicial que culminou na condenação de Frei Caneca.

1. De Aristóteles a Perelman: um caminho retórico

A cultura ocidental, quiçá o mundo que hoje conhecemos, sofreu influências dos estudos e pensamentos aristotélicos, além de suas contribuições científicas, filosóficas e políticas, Aristóteles é um dos maiores

estudiosos do que se denomina *Retórica*. O termo é comumente empregado para fazer referências às regras de eloquência, em especial no uso de discursos políticos e jurídicos. Porém, por mais que se tenham estudos sobre, o que para uns é vista como disciplina, para outros, como uma arte, ainda há muito que se analisar quando se trata da *Retórica*.

O surgimento da *polis*, cidade-Estado na qual se desenvolveram as primeiras civilizações gregas, favoreceu o desenvolvimento da *retórica*. Todavia, foi com a democracia ateniense que ela ganhou espaço, uma vez que todos os cidadãos eram convocados a exercerem seu direito a opinar e tomar partido durante as assembleias populares realizadas para fins legislativos, executivos e judiciários.

Inicialmente, Aristóteles propõe que a *retórica* seja entendida no campo da reflexão que leva à *verdade*, mas como esta busca é interminável, é preciso aceitar retoricamente, que a *verdade* está mais no campo das probabilidades do que das certezas. Para Mosca (2001, p. 20):

O ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à *Retórica*, reside em considerá-la do domínio dos conhecimentos prováveis e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que se há de formar dialeticamente, pelo embate das ideias e pela habilidade no manejo do discurso.

Assim, Aristóteles consagra que no discurso humano tem-se a possibilidade da construção da *verdade*. E estando a *retórica* desvinculada do compromisso obrigatório com a *verdade*, o filósofo estabelece também que é a partir da *persuasão* que a *retórica* se corporifica. Em sua obra *Retórica* (2005), um dos tratados sobre a elaboração do discurso, aborda o discurso em público com fins persuasivos, trazendo a ideia de silogismo, que estabelece que o argumento lógico é essencial para a *persuasão*, uma vez que só se constrói a conclusão num silogismo a partir de premissas que já foram comprovadas, ou seja, consideradas verdadeiras. Portanto, um argumento lógico aproximaria o orador do que se considera como *verdade*. Aristóteles (2005, p. 95) afirma sobre *retórica*:

Entendamos por *retórica* a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva [...] Mas a

retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada.

Os meios para persuadir vão além da lógica. É possível utilizar-se de outras formas de convencimento. Para Aristóteles, no uso da retórica o orador poderia recorrer às ‘provas técnicas’, que eram de três diferentes constituições: algumas poderiam residir no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; ou ainda, no próprio discurso. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). Desta forma, são estabelecidas as bases argumentativas da retórica aristotélica, nas quais:

O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do *logos* (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (*ethos*) e a reação a ser desencadeada nos que ouvem (*pathos*). Estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir (*docere*), comover (*movere*) e o agradar (*delectare*) (MOSCA, 2001. p. 22).

Na verdade, o convencimento e persuasão através de técnicas argumentativas que se utilizam do *logos*, *pathos* e *ethos* norteiam os estudos retóricos, desde os antigos aos atuais. Nesta pesquisa, nos ocuparemos principalmente da construção argumentativa baseada nas noções de *ethos*, todavia apresentaremos na sequência a discussão sobre as técnicas argumentativas fundamentada em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

2. Técnicas argumentativas: entre o convencimento e a persuasão, o orador mostra seu modo de agir

Para a compreensão das Técnicas Argumentativas devem-se considerar os seguintes elementos essenciais: o orador e o auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) consideram que a argumentação é um processo cuja intenção é convencer e persuadir o auditório, levando-o a agir conforme o desejo do orador e mediante acordos firmados entre eles.

Segundo Perelman, há dois tipos de acordos presentes nas premissas da argumentação: acordo sobre o Real (aquilo que é conhecido e admitido pelo auditório como verdade ou presunção da verdade) e sobre o Preferível (estabelece a preferência em termos de valor, hierarquia, lugares, quantidade/qualidade, existente, etc). Conhecendo estas premissas, o orador poderá prever as características de seu auditório; e assim, poderá mais

facilmente formular sua tese, defendê-la, justificar suas escolhas a fim de convencer o auditório e persuadi-lo à ação.

Objetivando convencer e persuadir o auditório de sua tese, o orador, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), pode desenvolver sua argumentação a partir de quatro técnicas argumentativas apresentadas a seguir:

- A técnica dos **argumentos quase lógicos**, baseada numa lógica formal, liga ideias e busca eficácia persuasiva em argumentos considerados *quase lógicos* porque, diferente da Matemática, a linguagem pode levar a diferentes interpretações. De acordo com os autores, classificam-se nesta categoria de técnicas, os argumentos baseados em: regra de justiça, a definição, o sacrifício, a comparação, a reciprocidade, a transitividade e a inclusão/divisão.
- A técnica dos **argumentos baseados na estrutura do real** despreza a lógica matemática para se utilizar de noções formadas por opiniões baseadas na realidade e que estão interligadas. Deve-se salientar que não se trata da realidade propriamente dita, mas sim de uma realidade construída socialmente a partir das opiniões formuladas. Nesta técnica, os argumentos utilizados possibilitam passar de um dos elementos da *realidade* para outro, sob a forma de sucessão ou coexistência.
- A técnica dos **argumentos que fundamentam a estrutura do real** é aquela que o orador utilizando um caso particular, por analogia e por meio da indução, estabelece uma generalização daquilo que acredita ser a realidade socialmente construída. Podem ser tipificadas como: exemplo, ilustração, modelo/antimodelo, analogia e metáfora.
- A técnica argumentativa por **dissociação de noções** propõe uma dissociação de elementos que, segundo afirma, existe uma associação indevida destes e que deveriam ficar separados e independentes, tais quais aparência/realidade, meio/fim, etc. Esta técnica tem por objetivo mudar o parecer ou a finalidade dos fatos.

Conhecendo-se as Técnicas Argumentativas cabe-nos investigar a construção do *ethos* discursivo, um fator indispensável para responder a problemática proposta para este estudo, que é saber se por meio do uso dessas técnicas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, é possível identificar o *ethos* discursivo. Para tanto, exploraremos a discussão sobre a construção do *ethos* discursivo, fazendo um trajeto revisitando os conceitos iniciais da retórica clássica até aos conceitos contemporâneos trabalhados pelo linguista francês Dominique Maingueneau.

3. A construção do *ethos* discursivo

O ato discursivo tem como pressuposto uma autoimagem revelada na interação dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo, um jogo de posições que associa quem profere o discurso, no caso o orador, e quem o recebe e interage, representado pelo auditório. Essa autoimagem produzida no processo discursivo se denominou *ethos*, cuja fundação remonta à retórica aristotélica, sendo uma imagem que o orador projeta em seu discurso. É por ela que nosso trajeto teórico iniciará, numa tentativa de chegar à noção de *ethos* discursivo que, juntamente com a argumentação, interessa ao objeto de investigação do presente estudo.

3.1 Da noção de *ethos* na retórica clássica

A concepção do *ethos* tem raízes assentadas na antiguidade, na Grécia, com Aristóteles, e em Roma, com Quintiliano e Cícero. Para Aristóteles, a imagem que o orador cria no momento da enunciação necessariamente não corresponde à identidade dele. Para os romanos, o *ethos* se ligava a uma imagem pessoal do orador, a credibilidade e a moral transmitida na figura corpórea, não incidindo em uma imagem gerada pelo seu discurso. Contudo, é no pensamento Aristotélico que os estudos da linguagem firmam sua base para construção teórica do conceito de *ethos*.

Aristóteles buscava estudar as formas constituintes do processo argumentativo quando fundou, em sua retórica, as três formas de argumentar: *ethos*, *pathos* e *logos*. A primeira centra-se na figura do orador, sua ética, o seu caráter; a segunda representa as paixões, emoções, seduções

da posição do auditório; e, por fim, o *logos* que é a parte mais racional do discurso, com a delimitação e classificação de seus argumentos (SOUZA, 2003, p. 48). O modo como esses três elementos se articulam é que será determinante para que a argumentação ocorra, de maneira que o orador seja capaz de conduzir o Outro para o convencimento ou a persuasão.

Na retórica, produzida na antiguidade, a noção de *ethos* estava ligada à imagem que o orador podia transmitir pelo seu discurso, associadas a representações de credibilidade, caráter e positividade. Como a produção discursiva à época estava baseada na oralidade, os oradores utilizavam características físicas, seus gestos, sua entonação a fim de construir uma autoimagem positiva e crível.

Barthes (1970 *apud* MAINGUENEAU, 2008) define o *ethos* como “os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para dar uma boa impressão [...]. O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, diz: eu sou isto aqui, não aquilo lá”. O *ethos* torna-se eficiente pelo fato dele se envolver em qualquer enunciação sem estar explicitamente enunciado.

3.2 O *ethos* na nova retórica

Após um extenso lapso temporal, aproximadamente na metade do século XX, surge a chamada Nova Retórica que revisita o conceito de *ethos*, explorando-o na “materialização” do discurso. Os principais representantes Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca em sua obra fulcral *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, publicada em 1958, rediscutem o *ethos* relacionando-o com as técnicas argumentativas que precedem a construção dos discursos. Cabe ressaltar que na obra citada os autores não se aprofundam diretamente nos conceitos de *ethos*, mas, somente em alguns fragmentos do estudo é que essa discussão pode ser percebida.

Quando trata do discurso como ato do orador, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 361) alertam para o fato de que a interação entre orador e discurso desempenha um papel muito importante na argumentação, de forma que o orador se arriscará a ser considerado pelo ouvinte, sendo que nessa relação o orador deve inspirar confiança, pois, sem ela o seu discurso não merecerá crédito.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 143) o que se preservou da retórica clássica foi a noção de auditório, pelo fato de um discurso só ser eficaz se for adaptado ao auditório que se quer persuadir ou convencer. É por meio da noção de orador, discurso e auditório que o *ethos* se relaciona na nova retórica, em razão de ser um elemento resultante das técnicas argumentativas. É preciso que haja para o orador uma construção de imagem prévia do auditório, uma espécie de preparação capaz de realizar escolhas de argumentos adequados para persuadir o auditório. A partir dessas concepções sintéticas de *ethos* que se engendram as discussões a seguir, em que buscamos delimitar a construção do *ethos* discursivo.

3.3 O *ethos* discursivo

Na sociedade contemporânea existe uma rediscussão e um reposicionamento da concepção de *ethos*. Pensando para além da imagem da centralidade da figura do orador que buscava convencer e persuadir seu auditório, consubstanciado de virtudes morais conforme a retórica aristotélica, partindo agora para uma perspectiva em que o *ethos* se integra ao discurso de maneira que permita ao auditório a adesão ou não a certa posição discursiva. Essa é a tese defendida pelo linguista Dominique Maingueneau ao tratar sobre a noção de *ethos* discursivo, e é guiado por ela que nosso percurso teórico será desenvolvido.

Para Maingueneau (2008a), o *ethos* não deixa de ter aproximação com a visão aristotélica, como a função do orador (enunciador) que profere o seu discurso ao outro (coenunciador) na intenção de convencer e persuadi-lo. Na concepção desse autor, a imagem, o tom de voz, os gestos e comportamentos não revelam necessariamente o seu caráter legítimo; pois, o enunciador pode representar pelo seu discurso algo que ele não é. É então por meio da enunciação, que se revela o caráter do enunciador (MAINGUENEAU, 2004, p. 98).

Amossy (2014, p. 16) contribui para esse pensamento afirmando que o “enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar o seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber”. Essa posição institucional que transmite credibilidade pode ser exemplificada por um magistrado que ao proferir um

discurso sobre leis, sinaliza ao seu auditório uma posição institucional que lhe conferiu autoridade e legitimidade.

O *ethos* também se posiciona em uma cena de enunciação em que o orador pode escolher mais ou menos a sua cenografia. Um exemplo é o discurso político em que um candidato de um partido pode falar a seus eleitores exercendo papéis diversos como: homem experiente, homem tecnocrata, homem do povo (AMOSSY, 2014). Desta maneira, o enunciador pode escolher a sua cenografia no momento da enunciação, e que Maingueneau (2014, p. 75) amplia:

A cena da enunciação integra de fato três cenas, que proponho chamar de ‘cena englobante’, cena genérica’ e ‘cenografia’. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma “instituição discursiva”: o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser anunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc.

É com base nessa cenografia que, na visão de Maingueneau (2014), o *ethos discursivo* é construído, pois é por meio dela que o enunciador escolhe a maneira pela qual quer se mostrar ao público e alcançar o seu auditório. As imagens de si, construídas no discurso, pressupõem o que o enunciador quer mostrar através do seu dizer no momento da enunciação. Em razão dessa intrínseca ligação do *ethos* com o ato de enunciação, Maingueneau (2008b, p. 15) ressalta que “não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador *antes* mesmo que ele fale”, são representações prévias por meio de imagens e estereótipos pré-construídos.

O *ethos* discursivo de Maingueneau considera também que o *ethos* proferido pode não corresponder necessariamente ao que é mostrado pelo enunciador e por sua vez, pode não ser visto da mesma forma pelo auditório. Dessa forma:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o

puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

Podemos observar que o *ethos* dito está relacionado com os enunciados linguísticos, e o *ethos* mostrado se institui na imagem quando a encenação está sendo elaborada. Dessa maneira, os sentidos revelados pelo texto e imagem enunciados são inseparáveis, e sustentados por uma voz, um tom.

Maingueneau (2002, p. 95) assegura que “toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além do texto”. Ao tomar uma voz que sustenta um discurso, o enunciador, independente da validade do que diz, mostra uma atitude, uma performance; pois, sendo verdade ou não, o sujeito da enunciação deverá convencer o ouvinte através da autoridade demonstrada no caráter performático.

Numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

A noção do *ethos* discursivo para Maingueneau retorna novamente à retórica antiga para tratar da *vocalidade*, no caso agora do texto escrito, pois, na retórica estava reservada a oralidade, e ele traz para a análise do discurso voltando-se para o texto. Apresenta a figura do *fiador* uma espécie de imagem corporificada pelo auditório, cujo estereótipo é socialmente determinado. Nesse sentido, o autor observa:

A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo; o coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginário dos que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008c, p. 65).

Para Maingueneau não se pode considerar que o *ethos* discursivo ocorra da mesma maneira em qualquer texto, pois a incorporação não é um processo uniforme, se adéqua com base nos gêneros e tipos de discurso.

4. Análise de fragmentos da defesa de Frei Caneca

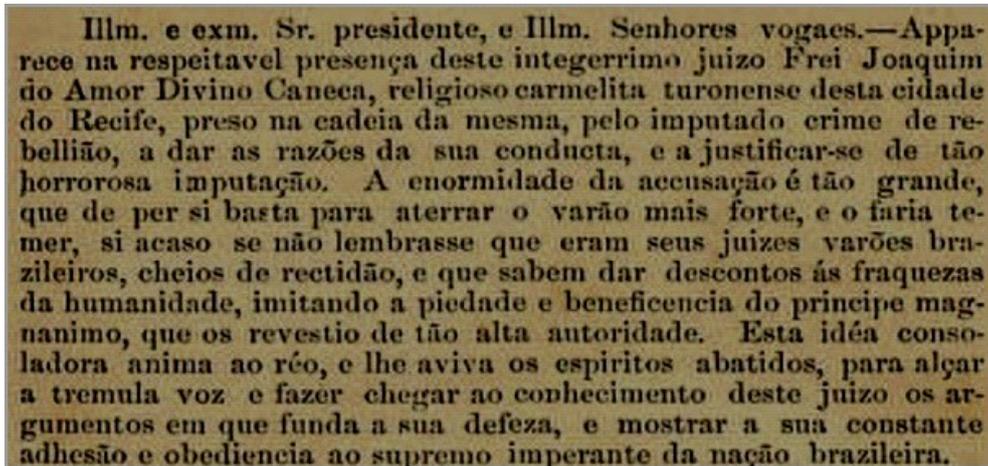
A análise a qual nos propusemos fazer neste estudo tem como *corpus* fragmentos da *defesa* do processo judicial condenatório de Frei Caneca, portanto, um texto da esfera jurídica. A escolha deste texto representa um desafio, sobretudo pela linguagem empregada, português arcaico, situado no século XIX.

Contextualizando o *corpus* em tela, cabe-nos apresentar Frei Caneca e uma síntese do que o levou a ser julgado. Frei Joaquim do Amor Divino, popularmente conhecido por Frei Caneca, foi um religioso católico, jornalista e político brasileiro que residia em Recife e participou de movimentos revolucionários como a Revolução Pernambucana, de 1817, e a Confederação do Equador, de 1824, essa última é que deu causa ao seu julgamento.

A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário de caráter separatista e emancipacionista ocorrido em 02 de julho de 1824. Tinha por finalidade reagir à tendência monarquista e a política centralizadora do governo de Dom Pedro I (1822-1831). Os revoltosos proclamaram a independência da corte portuguesa, todavia, Dom Pedro I reagiu com veemência ao reprimir o movimento e, dentre outras ações, instituiu uma Comissão Militar para condenar os revoltosos. Frei Caneca foi processado em 20 de dezembro de 1824, dentro do processo foi acusado de ser um dos líderes do movimento e conspirar contra o império português.

Dessa maneira, o *corpus* deste estudo é um texto produzido pelo próprio acusado, no qual utiliza a argumentação em defesa de sua tese, qual seja, provar sua inocência. Além disso, para alcançar seu intento, é necessário convencer e persuadir seu auditório, neste caso, os homens que o julgarão após concluir o processo. Assim, encontramos-nos diante de um texto que preenche os requisitos necessários a esta análise, como demonstraremos adiante.

Figura 1 – Excerto 1: a apresentação do réu

A imagem mostra um trecho de um documento antigo, provavelmente um processo judicial, com o texto impresso em uma fonte serifada. O texto descreve a apresentação de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, um religioso carmelita, perante um juiz e vogais. O réu apresenta argumentos para se defender de uma acusação de rebelião, mencionando a gravidade da acusação e a autoridade dos juizes brasileiros, além de fazer uma comparação com o príncipe magnânimo para apelar à humanidade dos juizes.

Illm. e exm. Sr. presidente, e Illm. Senhores vogaes.—Apparece na respeitavel presença deste integerrimo juizo Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, religioso carmelita turonense desta cidade do Recife, preso na cadeia da mesma, pelo imputado crime de rebelião, a dar as razões da sua conducta, e a justificar-se de tão horrorosa imputação. A enormidade da accusação é tão grande, que de per si basta para aterrar o varão mais forte, e o faria temer, si acaso se não lembrasse que eram seus juizes varões brasileiros, cheios de rectidão, e que sabem dar descontos ás fraquezas da humanidade, imitando a piedade e beneficencia do príncipe magnânimo, que os revestio de tão alta autoridade. Esta idéa consoladora anima ao réo, e lhe aviva os espiritos abatidos, para alçar a tremula voz e fazer chegar ao conhecimento deste juizo os argumentos em que funda a sua defeza, e mostrar a sua constante adhesão e obediencia ao supremo imperante da nação brasileira.

Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

Neste primeiro excerto, observamos a modéstia de Frei Caneca ao se apresentar para seu auditório (juiz e vogaes, que são militares de alta patente), certamente por conhecer as pessoas que irão julgá-lo, faz a opção de falar pouco de si e exaltar a figura do auditório, usando os termos “juizes varões brasileiros, cheios de retidão”, ou ainda “príncipe magnânimo” e “supremo imperante da nação brasileira”.

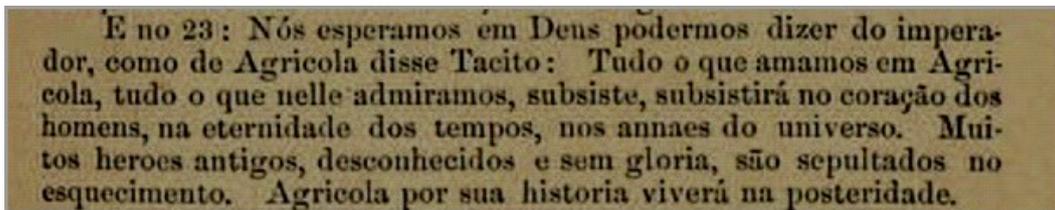
Quando afirma: “A enormidade da accusação é tão grande, que de per si basta para aterrar o varão mais forte, e o faria temer, si acaso se não lembrasse que eram seus juizes varões brasileiros, cheios de retidão”, é possível inferir a presença de um **argumento quase lógico** ao aplicar a regra de justiça, segundo a qual deve ser dado tratamento igual aos seres ou situações similares.

Em seguida, empregando o mesmo tipo de argumento, porém com a técnica tipificada como comparação, o réu busca confrontar realidades diferentes: os juizes ali presentes e o príncipe magnânimo – Dom Pedro I, que governava o país. Buscando convencê-los da bondade do governante e explicitando que como seus representantes, os juizes ali presentes deveriam agir com a mesma benevolência que teria seu superior, argumenta o Frei Caneca: “e que sabem dar descontos as fraquezas da humanidade, imitando a piedade e beneficência do príncipe magnânimo, que os revestiu de tão alta autoridade”.

Quanto ao *ethos discursivo* que se apresenta neste fragmento, nos deteremos à análise do orador. Concordamos com Maingueneau (2008b, p. 15) quando afirma que o auditório constrói um *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Em se tratando de um texto da esfera jurídica, como este que ora analisamos, esta questão é marcadamente presente: o auditório imagina o réu em geral de forma pejorativa, atribuindo-lhes características negativas que poderão ser reforçadas pelos depoimentos das testemunhas. O que de fato ocorreu no processo em questão: O auditório estava convencido da má conduta do réu, o que torna ainda mais difícil para o enunciador (Frei Caneca) convencê-los e persuadi-los do contrário.

Além disso, devemos observar que, do seu local de fala, menos privilegiado por se tratar de um réu diante de um auditório que poderá condená-lo ou absolvê-lo, conforme prove ou não sua tese, a voz do Frei que sustenta o discurso argumentativo se constrói numa busca em provar a verdade do que diz: sua inocência.

Figura 2 – Excerto 2: defesa a respeito de suas publicações no jornal *Typhis*



Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

Para a construção argumentativa no excerto 2, Frei Caneca faz uso da técnica dos **argumentos baseados na estrutura do real**, através da relação de coexistência, na qual se estabelece uma ligação entre níveis desiguais, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que a outra (SOUZA, COSTA, SÁ, ALVES, 2016). Percebe-se o emprego de um argumento de autoridade, usado pelo réu/enunciador para reforçar sua tese, uma vez que tal citação foi usada numa edição do seu Jornal *Typhis*. No excerto, tenta provar que não usava seu jornal para desrespeitar o império.

Além disso, podemos observar que há uma comparação implícita entre o imperador e o que foi dito por Tácito sobre Agrícola: a fim de convencer o

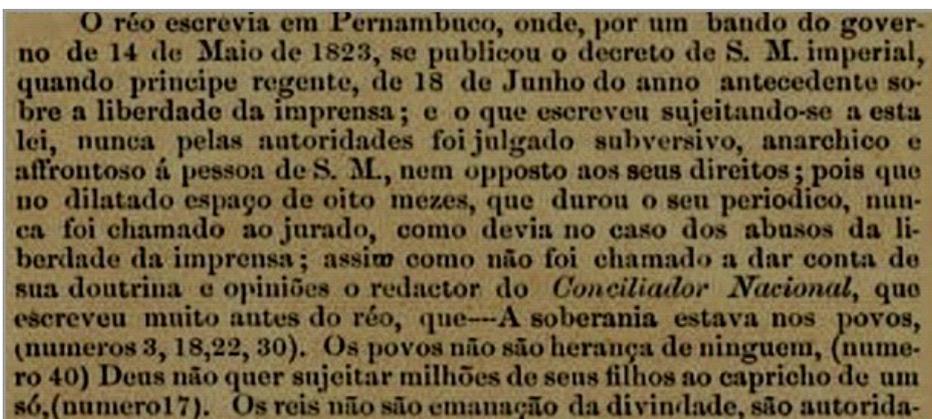
auditório, Frei Caneca anuncia em seu discurso a possibilidade do imperador se tornar eterno na memória e história por seu coração bondoso.

Quanto ao *ethos discursivo* que se apresenta no excerto, Frei Caneca recorre aos valores religiosos cristãos aos quais dedicou a vida. A presença da divindade em sua voz (Deus) é uma marca recorrente em seu discurso e argumentos. Isto porque, além de ser sacerdote católico, podemos inferir que o enunciador busca sensibilizar seu auditório também por meio da invocação divina. Uma vez que o *ethos* pode ser compreendido, conforme Maingueneau, por algo da experiência sensível, um modo de ser que se traduz no *dizer*.

Ainda conforme Maingueneau (2002, p. 95) “toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além do texto”, essa voz emanada no discurso de Frei Caneca de recorrer à espiritualidade, reforça o seu *ethos encarnado*, ou seja, a figura de um religioso benevolente, humilde, de abnegação, uma espécie de estereótipo conhecido socialmente para contrapor seus algozes.

Há também um *ethos* dito, quanto ao uso de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala quanto ao trecho “muitos heróis antigos, desconhecidos e sem glória, são sepultados no esquecimento. Agrícola por sua história viverá na posteridade”. Aqui Frei Caneca faz alusão a uma autovalorização, quando acredita na importância do seu pensamento e que este deverá se manter vivo ao longo da história.

Figura 3 – Excerto 3: defesa a respeito de suas publicações no jornal *Typhis*



O réo escrevia em Pernambuco, onde, por um bando do governo de 14 de Maio de 1823, se publicou o decreto de S. M. imperial, quando príncipe regente, de 18 de Junho do anno antecedente sobre a liberdade da imprensa; e o que escreveu sujeitando-se a esta lei, nunca pelas autoridades foi julgado subversivo, anarchico e affrontoso á pessoa de S. M., nem opposto aos seus direitos; pois que no dilatado espaço de oito mezes, que durou o seu periodico, nunca foi chamado ao jurado, como devia no caso dos abusos da liberdade da imprensa; assim como não foi chamado a dar conta de sua doutrina e opiniões o redactor do *Conciliador Nacional*, que escreveu muito antes do réo, que---A soberania estava nos povos, (numeros 3, 18,22, 30). Os povos não são herança de ninguém, (numero 40) Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos ao capricho de um só,(numero 17). Os reis não são emanação da divindade, são autorida-

Fonte: Processo Judicial Condenatório de Frei Caneca (MELLO, 1875).

No terceiro excerto, defendendo-se da acusação de que seus textos eram subversivos, Frei Caneca faz uso mais uma vez da técnica dos **argumentos quase lógicos**, construindo seus argumentos baseados na regra de justiça e na comparação: para o primeiro argumento, o réu invoca o decreto imperial que trata da liberdade de imprensa, demonstrando que seus escritos obedeciam o decreto em vigor, e que as autoridades nunca o interrogaram a respeito dos seus textos; em seguida, compara-se ao redator do *Conciliador Nacional*, que escrevia bem antes que ele (réu) e também não fora interrogado. A comparação é bastante explícita, observa-se pelo uso do conector “assim como” que estabelece esta relação comparativa.

No excerto ainda é possível perceber argumentos que se constituem como técnica que **fundamenta a estrutura do real**. Para tanto, lança mão do antimodelo, uma vez que aponta um comportamento que não deve ser seguido (abusar da liberdade) e estimula a ação a ser tomada nestes casos (ser chamado ao jurado): “nunca foi chamado ao jurado, como devia nos casos de abuso de liberdade”. Porém, esta técnica é usada com a intenção de provar o contrário, ou seja, o réu não se enquadra naquele antimodelo que deve ser punido, uma vez que sua tese é afirmar que não cometeu abuso algum ao escrever seus textos.

O excerto termina trazendo um argumento de autoridade, citando títulos e números de publicações do redator do periódico *Conciliador Nacional*, a fim de demonstrar que antes dele, outros textos foram escritos sem que o seu autor tenha sido punido pela justiça.

Quanto ao *Ethos* que se configura neste fragmento, podemos reafirmar o que foi dito em outros fragmentos analisados: tem-se um *ethos* pré-concebido negativamente, um homem dedicado à religião que fala na posição de réu perante seus juízes, que se esforça para convencer o seu auditório “do que não é” (não é anarquista, não é subversivo, não é desrespeitoso com autoridades ou leis que regem o país...).

Resumidamente, apresentamos o quadro síntese das técnicas argumentativas identificadas nos excertos analisados:

Quadro 1 – Síntese das técnicas argumentativas

	Excerto 1	Excerto 2	Excerto 3
Argumentos quase lógicos	Regra de justiça e Comparação	Comparação	Regra de justiça e Comparação
Argumentos baseados na estrutura do real	-	Argumento de autoridade	Argumento de autoridade
Argumentos que fundamentam a estrutura do real	-	-	Antimodelo

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que, em nenhum momento, o Frei Caneca nega a sua participação na Confederação do Equador, em 1824, e, muito menos, que esse movimento político-religioso desejava proclamar a independência do Brasil diante de Portugal. No entanto, ele utiliza do conjunto de técnicas argumentativas, que constam do Quadro 1, para apresentar um *ethos* que oscila entre a dimensão religiosa do movimento político e do próprio Frei Caneca – ambos seriam contrários ao uso da violência, contrários a algum possível espírito de rebelião contra a Coroa portuguesa – e ao caráter benigno, cristão, piedoso tanto dos jurados que julgavam o Frei Caneca como também o rei de Portugal, o qual seria, em última instância, o grande juiz de todo o processo que envolvia, não apenas o Frei Caneca, mas outras figuras relevantes de Pernambuco no século XIX.

Considerações finais

Esse estudo se propôs a identificar, por meio das técnicas argumentativas empregadas no processo condenatório de Frei Caneca, o *ethos* discursivo presente na construção de sua defesa. Em atendimento ao propósito estabelecido para a investigação, garantimos a discussão e abordagem dos principais conceitos que cercam o estudo da retórica e da argumentação.

O percurso teórico desse estudo se fez apresentando a teoria fundante da argumentação que é a Retórica de Aristóteles, contribuindo com o contexto histórico do conceito e a introdução das três formas de argumentar:

ethos, pathos e logos, dessa maneira, considerou discutir sobre as técnicas argumentativas originárias da Nova Retórica.

As técnicas argumentativas da nova retórica foram abordadas sob a égide dos autores Perelman e Olbrechts-Tyteca, cuja obra desenvolve com profundidade e complexidade, quatro técnicas de argumentação voltadas para o convencimento e a persuasão, são elas: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, argumentos que fundamentam a estrutura do real e dissociação de noções.

A partir dessas técnicas argumentativas aplicadas a um discurso: oral ou escrito, existe uma imagem, que se expressa e pode ser observada no enunciar de um orador, que por sua vez, com a finalidade de convencer e persuadir o seu auditório por meio de traços de caráter busca dar uma boa impressão, esse é o entendimento de *ethos*.

O conceito de *ethos* que consideramos investigar nesse estudo foi o de *ethos* discursivo sob a concepção do linguista Francês Dominique Maingueneau. *Ethos* discursivo como aquele que se integra ao discurso de maneira que permita ao auditório a adesão ou não a certa posição discursiva, que nega a centralidade da imagem do orador enquanto possuidor de virtudes morais focalizando em outros elementos que constituem o processo de enunciação, garantindo de certa maneira uma maior liberdade ao auditório para atribuir uma imagem ao orador.

Ainda, aplicando as técnicas de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) ao *corpus* da defesa de Frei Caneca feita pelo próprio réu já imprime condições de *ethos* por conter diversos elementos que nos levaram a confirmar a construção do *ethos* discursivo a partir das técnicas e argumentos identificados na análise.

A análise mostrou uma presença de três técnicas de argumentação da Nova Retórica, o que resultou na construção de um tipo de *ethos* discursivo que permeou o *corpus*. Revelou-se uma constância de um *ethos* pré-discursivo que no caso do processo em questão, está na previsibilidade do interesse do auditório (juízes e vogaes, que são militares de alta patente) em condená-lo previamente, em razão de terem sido designados pelo imperador. Todavia, o *ethos* discursivo presente na defesa de Frei Caneca também se revelou como

um *ethos* dito, quanto ao uso de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, como presente no segundo excerto.

Em suma, esse estudo mostrou-se relevante para a discussão e associação das técnicas de argumentação com o *ethos* discursivo. Em razão de considerarmos que eles se unem no ato de enunciação a partir do momento em que o orador seleciona o seu dizer e faz uso de técnicas argumentativas que buscam convencer e persuadir seu auditório, uma relação firmada sob um acordo em que o auditório estabelece uma imagem do orador, enunciador, julgando a sua enunciação decidindo se irá aderir ou não à tese proferida. É possível vislumbrar essa associação na análise do processo judicial que culminou na condenação de Frei Caneca.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2014.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008c.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2014. p. 69-91.

MELLO, Antonio Joaquim. **Obras Políticas e Litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Typ. Mercantil, 1875.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanistas, 2001.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SOUZA, Gilton Sampaio. **O Nordeste na mídia**: um (des) encontro de sentidos. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

SOUZA, Gilton Sampaio; COSTA, Rosa Leite; SÁ, Diana Maria Cavalcante; ALVES, Maira Leidiana. As técnicas argumentativas em diferentes esferas da comunicação: proposta de análise em textos jornalísticos, lítero-musicais, jurídicos e acadêmicos. **ReVEL**, Revista Virtual de Estudos da Linguagem, Edição Especial, vol. 14, n. 12, p. 1-23, 2016.

Forma de citação sugerida

SANTOS, Ivanaldo Oliveira dos; MOURA, Alex Sandra da Silva; MONTEIRO, Samuel Alves. Técnicas argumentativas e a construção do ethos discursivo: análise do processo judicial condenatório de Frei Caneca. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 137-156, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2482.

Argumentação e referenciação no debate político televisivo: análise das expressões nominais

Janyellen Martins Santos

Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil
janyellenmartins@gmail.com

Romildo Barros da Silva

Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil
romildomi@hotmail.com

Maria Francisca Oliveira Santos

Docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil
mfosal@gmail.com

Resumo: Este trabalho confirma como as expressões nominais, a partir da recategorização, atuam argumentativamente no debate político televisivo. O referencial teórico conta com as contribuições de Antunes (2005), Custódio Filho, (2011), Cajueiro (2013), Halliday e Hasan (1976), Koch (2004; 2011; 2014), Koch e Elias (2009; 2015; 2016), Marcuschi (2003), Moreira (2002) e Preti (2000). O estudo segue um âmbito qualitativo por priorizar a interpretação dos dados analisados, bem como o caráter processual da pesquisa. O *corpus* é constituído de recortes do debate político transmitido pela rede Band no período eleitoral de 2014. As análises demonstraram a funcionalidade das expressões nominais por meio dos processos de recategorização anafórica e catafórica e da recategorização metafórica na argumentação no debate político, auxiliando os debatedores, em suas falas, a conduzir os eleitores indecisos para o seu discurso, com a finalidade de motivar a escolha de um determinado candidato no pleito.

Palavras-chave: Argumentação. Debate político. Recategorização. Referenciação.

Abstract: This paper confirms how nominal expressions, based on recategorization, act argumentatively in the television political debate. The theoretical framework counts on the contributions of Antunes (2005), Custódio Filho, (2011), Cajueiro (2013), Halliday and Hasan (1976), Koch (2004; 2011; 2014), Koch and Elias (2009; 2015; 2016), Marcuschi (2003), Moreira (2002) and Preti (2000). The study follows a qualitative scope by prioritizing the interpretation of the analyzed data, as well as the procedural character of the research. The *corpus* consists of clippings of the political debate transmitted by the Band network in the 2014 election period. The analyzes demonstrated the functionality of nominal expressions through the processes of anaphoric and cataphoric recategorization and metaphorical recategorization in the argumentation of the political debate, helping the debaters, in their speeches, to lead undecided voters to his speech, in order to motivate the choice of a certain candidate in the election.

Keywords: Argumentation. Political debate. Recategorization. Referencing.

Introdução

Esta pesquisa evidencia a atuação de mecanismos textuais que auxiliam no fazer argumentativo do gênero debate político televisivo. As expressões nominais são o foco deste estudo, uma vez que por meio delas são percebidos dois tipos de recategorizações: a anafórica/ catafórica e a metafórica. A partir dessa análise, constatou-se que essas categorias textuais facilitam a aproximação dos debatedores com o seu público-alvo: eleitores que ainda não decidiram o candidato que melhor se alinha às suas convicções e, por essa razão, merece o seu voto.

O material de análise adveio de transcrições de um debate político televisionado pela rede Bandeirantes de televisão, no ano de 2014. Esta pesquisa teve início no Grupo Linguagem e Retórica, da Universidade Estadual de Alagoas e foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas no Grupo de Estudos do Texto e da Leitura – GETEL/UFAL. A partir das transcrições, observaram-se os aspectos do funcionamento da referenciação, no que concerne às recategorizações, no debate político brasileiro.

O artigo está dividido em seis seções. A primeira trata da definição do fenômeno da referenciação e seus conceitos, observando a reconstrução dos objetos de discurso e os conceitos norteadores de Koch (2004) e Halliday e Hasan (1976). A segunda seção relaciona as expressões nominais com a perspectiva argumentativa, seguindo os pressupostos de Antunes (2005), Koch (2011; 2014), Koch e Elias (2009; 2015; 2016). A seção três descreve como ocorre a recategorização de acordo com Custódio Filho (2011), Koch e Elias (2009; 2016).

A quarta seção, por sua vez, mostra as características do gênero debate e sua contextualização histórica, fundamentadas por Costa (2009) e Leite (2003). A quinta seção apresenta os métodos de estudo. As análises das expressões nominais e dos dois tipos de recategorização salientes nas transcrições do debate político são evidenciadas na última seção. Dessa maneira, o empreendimento analítico aqui realizado põe em prova a atuação dessas categorias textuais e o funcionamento do gênero debate, proporcionando a prática da argumentatividade e da disseminação de sentidos no texto.

1. Referenciação: conceituações

Os estudos mais recentes sobre os aspectos retroativos da linguagem, nos quais ocorrem a (re)ativação de referentes presentes no texto ou não, podendo ser inferidos pelo contexto, não tratam de referência ou coesão referencial, mas sim de referenciação, segundo Koch (2004). Tal denominação ocorreu pela percepção de que a realidade não é simplesmente representada pela linguagem, mas sim reconstruída por meio dela. Dessa forma, os sujeitos não dizem ou representam a realidade como de fato ela é, mas sim a reelaboram a partir da compreensão e percepção que têm dela, atrelando a isso as suas experiências e seus conhecimentos de mundo.¹ Por isso, Koch (2004) toma a referenciação como uma atividade discursiva e, sendo assim, o referente não é somente um elemento que é referido ao longo do texto, mas algo que é (re)construído discursivamente, logo é denominado como um objeto de discurso.

Nesse sentido, há mais de quarenta anos, a referência não é considerada do mesmo modo que, em geral, é, “como simples representação extensional de referente do mundo extramental, mas sim como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (KOCH, 2004, p. 57). Assim, nota-se como essa denominação difere daquela que é dada por Halliday e Hasan (1976), que a consideravam como a relação entre o elemento de referência e a forma referencial. A partir dessa nova denominação, vê-se a evolução desse estudo e de como os processos referenciais vão além de simples retomadas de elementos de um texto.

Nessa perspectiva, os estudos em referenciação não se detêm somente a esses processos referenciais como a anáfora ou a catáfora, mas sim a outros tipos como aqueles realizados por inferência e associação, como as anáforas indireta e associativa, sendo estas denominadas como formas de introdução de referentes no texto. Além disso, Koch (2004) trata das funções que alguns recursos apresentam, como é o caso das expressões nominais que podem

¹ A realidade de fato como é, não é representada pela linguagem, pois essa última apenas revela uma percepção do real (CUSTÓDIO FILHO, 2011). A linguagem faz o primeiro processo de ressignificar a realidade; e a referenciação faz o segundo processo de ressignificação baseada nessa percepção do real. Dessa maneira, o processo de reelaboração necessita de uma ancoragem sobre a realidade, assim há a possibilidade de reconstruí-la discursivamente com acréscimo de ideias, de acordo com os conhecimentos de mundo de cada sujeito.

promover encapsulamento/sumarização/rotulação, organização micro e macrotextual, atualização de conhecimentos, categorização metaenunciativa, entre outras especificidades.

Além disso, as pesquisas em referenciação demonstraram como esse fenômeno pode atuar também em uma perspectiva argumentativa em um texto. Esses processos e essas funções são reflexões mais atuais dos estudos da coesão, sobretudo no que se refere à referenciação, demonstrando a evolução dessa área desde Halliday e Hasan (1976).

2. Argumentação e referenciação: as expressões referenciais

Quando se fala em orientação argumentativa no texto, pode-se remeter logo à coesão sequencial e à força argumentativa dos operadores argumentativos. Na realidade, é possível dotar um texto de argumentatividade por meio da referenciação. Nesse sentido, Koch (2011, p. 106) faz uma crítica às vertentes de estudo da referenciação que se voltam somente à anáfora, “sem levar em conta as funções cognitivas, semânticas, pragmáticas e interativas das diversas formas de expressões referenciais, que precisam ser vistas como multifuncionais [...]”. Dessa forma, a partir das expressões referenciais é possível trabalhar a força argumentativa em um texto.

As *expressões nominais definidas* além de retomarem o referente, definem, descrevem e caracterizam o objeto de discurso. Essas expressões, geralmente, são formadas por artigos definidos ou por pronomes demonstrativos, que exerçam função remissiva, e são seguidas de um nome, como afirma Koch (2014).

A respeito desse recurso, Antunes (2005, p. 111) afirma o seguinte:

Lançar mão deste recurso, no entanto, mobiliza, antes de tudo, nosso conhecimento de mundo. Ou seja, neste tipo de substituição, o conhecimento da língua, apenas, é insuficiente; pelo contrário, o conhecimento de mundo, o conhecimento da situação imediata, dos episódios do dia a dia é que são mais significativamente mobilizados. As substituições são autorizadas pelas informações que se tem na memória acerca das entidades envolvidas.

Nesse sentido, como essas expressões são predominantemente discursivas e contextuais, nesse tipo de retomada, o interlocutor necessita

valer-se de conhecimento de mundo e, principalmente, do contexto para que se ativem as características e/ou propriedades do objeto de discurso, segundo Antunes (2005) e Koch (2014). Assim, o primeiro é importante para que o leitor/ouvinte compreenda a relação existente entre a expressão definida e o referente; e o segundo estabelece quais informações são importantes para compor as definições em tais expressões, segundo os propósitos do locutor.

Assim, “trata-se [...] da ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com (o)s interlocutor(es), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar segundo suas intenções [...]” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 132). Além disso, como essas expressões evidenciam a visão de mundo do locutor acerca do referente, por terem valor argumentativo, atuam na construção do sentido. Nesse enquadre, uma expressão nominal definida não somente reitera o objeto de discurso, mas, sobretudo, ela demonstra as atitudes, opiniões, perspectivas da realidade e, portanto, os posicionamentos do produtor textual, a partir de suas descrições e definições em relação ao referente, dentro de um contexto determinado.

Desse modo, as retomadas por meio desse recurso estabelecem a continuidade de sentido do texto, como também sinalizam “a percepção com que o objeto é visto numa determinada situação” (ANTUNES, 2005, p. 114). Por isso, a autora afirma que o uso de expressões nominais definidas seja uma operação não somente linguística, mas sociocognitiva, pois para compreender o que uma determinada expressão significa, é preciso observar o contexto de uso e relacioná-la com os conhecimentos do interlocutor. Koch e Elias (2015) ainda ressaltam que a utilização dessas expressões pelo locutor, permite que o interlocutor conheça características e propriedades do referente que, talvez, ele não saiba.

Nessa perspectiva, por revelarem a maneira como o locutor vê determinada questão e, por conseguinte, a forma como o produtor textual direciona o interlocutor para determinadas ideias, as expressões nominais permitem que “o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto. Daí a importância de selecionarmos aquelas expressões nominais e aqueles rótulos mais indicados para revelar o seu projeto de sentido” (KOCH; ELIAS, 2009, p. 154).

“Vemos, portanto, que a **referenciação** por meio de formas nominais é um dos importantes **recursos argumentativos** que a língua nos oferece” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 98, grifos das autoras). É com base nessas expressões que processos como a **recategorização** se constituem. Adiante, será feita uma explicação acerca desse processo referencial.

3. A recategorização

É um tipo de (re)ativação de referentes que permite não só a sua retomada, mas também a sua transformação no texto. Dessa forma, “[...] um mesmo objeto de discurso recebe diferentes formas referenciais, que modificam (recategorizam) seu status ao longo do texto” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 131). Esse processo de mudança do referente se deve, principalmente, às expressões nominais que adicionam novas informações acerca do referente, como especificidades e características que vão transformando-o no universo textual.

Desse modo, o referente, em meio aos acréscimos de informações, pode manter as mesmas características ou sofrer alterações, sendo, muitas vezes, não exatamente mais “o mesmo”, inicialmente introduzido no texto (KOCH; ELIAS, 2009). Nesse sentido, dadas as possibilidades de reconstrução de um objeto de discurso, Custódio Filho (2011, p. 131) afirma que, ao se falar de recategorização, pode-se “[...] tratar, entre outras coisas, da maneira como as expressões estabelecem a progressão referencial ou da forma como se depreende o projeto argumentativo de um enunciador a partir de suas escolhas referenciais”.

Assim, vê-se que esse fenômeno pode atuar na coesão textual, permitindo a continuidade de sentido, como também na argumentação do texto, pois se utilizando de uma expressão nominal, sinônimo, por exemplo, pode revelar a forma como o locutor vê um determinado referente (negativa, positiva, depreciativa, apreciativa) e, por sua vez, como ele vai apresentando-o para o interlocutor, na busca de convencê-lo de que uma determinada ideia sobre o referente deve por ele ser aceita.

Diante dessas considerações, vê-se que, sendo resultado “de uma escolha que fazemos em razão do nosso projeto de dizer, as formas nominais referenciais assinalam uma dada orientação argumentativa” (KOCH; ELIAS,

2016, p. 98). Por outro lado, a perspectiva argumentativa da recategorização pode ter um viés metafórico, a chamada **recategorização metafórica**, conforme Custódio Filho (2011). Essa perspectiva será detalhada na próxima seção.

3.1 A recategorização metafórica

A recategorização, como já foi tratado na seção anterior, possui um viés argumentativo, pois, além de reconstruir o referente, esse fenômeno traz à tona os pontos de vista do falante sobre o objeto de discurso e, por sua vez, procura levar o interlocutor a crer em determinadas conclusões. No entanto, a recategorização metafórica possui um diferencial: esse fenômeno está voltado à elaboração de objetos de discurso em uma perspectiva mais dinâmica por não se limitar às expressões nominais referenciais (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

Esse processo referencial vai além das perspectivas tradicionais, pois focaliza nas diferentes relações entre porções textuais na (re)construção de objetos de discurso. Desse modo, esse fenômeno não ocorre somente por meio de anáforas diretas ou pela relação de correferencialidade, mas também pelas anáforas indiretas, por meio de um complexo processo inferencial. Dessa maneira, é importante que o interlocutor relacione os conhecimentos cotextuais e contextuais para que compreenda a metáfora instaurada, bem como a qual objeto de discurso a expressão se refere.

A partir dessas reflexões sobre as expressões nominais, percebe-se como apresentam diversas funções, já que podem auxiliar na manutenção do “sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva” (KOCH, 2011, p. 106).

Além disso, tanto por meio da recategorização (anafórica ou catafórica), quanto pela recategorização metafórica, viu-se como a referenciação não se constitui apenas nas relações de sentido entre os movimentos referenciais da anáfora e da catáfora, mas sim como um fenômeno amplo, que implica relações contextuais e cotextuais. Essas relações permitem, por sua vez, que o interlocutor construa sentidos no texto, além do caráter argumentativo que essas expressões apresentam, à luz dos dois tipos de recategorização

apresentados, mostrando que a referenciação pode ser efetivamente um recurso argumentativo no uso da linguagem.

Embora esses conceitos venham sendo estudado por diferentes autores há quase meio século, apresentar análises de textos orais colaboram com o entendimento do dinamismo e da efetividade do uso desses recursos nas práticas de linguagem cotidianas.

4. O debate político televisivo

Os debates políticos, principalmente os presidenciais, estão relacionados com a história da televisão, da mídia e da conquista da democracia, de acordo com Leite (2003). Nesse sentido, “os teled debates são instrumento de conquista de voto, mas também resultado da evolução e consolidação da democracia” (LEITE, 2003, p. 1). Ao compreender isso, reconhece-se também que

[...] a história dos debates eleitorais presidenciais televisivos está ligada a dois pontos principais: 1) tecnologia e 2) evolução e amadurecimento do contexto político. [...] Em segundo lugar, o estabelecimento de regimes democráticos e participativos, em que a eleição do cargo máximo da nação se dá através do voto popular (LEITE, 2003, p. 3).

Em relação a sua produção, o debate é uma situação na qual os candidatos são expostos ao público televisivo, ou seja, apresentam-se para os possíveis eleitores. Entretanto, essa exposição pelo “fato de ser ao vivo traz sempre alguma imprevisibilidade (mesmo com todo o planejamento que precede a sua realização), o que aumenta a tensão em torno do acontecimento” (LEITE, 2003, p. 2).

Esses pontos de embate de ideias aumentam quando surgem os posicionamentos contraditórios que, por sua vez, fazem progredir a argumentação, evidenciando elementos referenciais. Esse contraponto sempre é pertinente ao gênero debate, já que, quando o contraditório se instaura, é sinal de que as diferenças podem ser negociadas e de que há, de certa forma, liberdade de pensamento e opinião.

No entanto, para que os debates não sejam meras discussões sem finalidade, com ataques constantes, desigualdade de participação e desrespeito às diferenças são essenciais o controle da discussão e o

estabelecimento de regras de produção. Por isso, os debates políticos televisionados que “envolvem candidatos à presidência, por sua importância e capacidade de mobilização mediática – podem ser considerados combates regulamentados, precedidos de longas deliberações a respeito das ‘regras do jogo’” (LEITE, 2003, p. 2).

Os debatedores políticos, por sua vez, combinam com suas assessorias uma espécie de roteiro a ser seguido durante seu tempo de exposição. Assim, esse gênero da oralidade requer que seja feito um planejamento de todas as suas etapas, porém, justamente por ser oral, sempre há espaço para improvisação.

O debate político, sendo um gênero textual, utiliza-se de recursos textuais variados, uma vez que seu suporte e sua finalidade são alinhados pelos interesses e pelas ações discursivas do político (debatedor); do canal televisivo (jornalismo) e, principalmente, do público (auditório). Além disso, “os debates podem ter uma forma livre, e cada debatedor expressa o que pensa e o que acha sobre o tema, ou podem também ter regras (debate regrado), com a presença de um moderador” (COSTA, 2009, p. 76).

O debate é, portanto, uma situação comunicativa planejada (debate regrado) que visa à discussão de temas relevantes e, para tanto, move diversificados elementos argumentativos e referenciais. Logo, em síntese, compreende-se o debate político como:

[...] uma discussão, argumentação e resolução formais de uma moção diante de uma assembleia legislativa ou outro corpo deliberativo de público, de acordo com as regras do procedimento parlamentar ou regulamentar. [Contudo,] no cotidiano, trata-se de uma discussão acirrada, altercação, contenda por meio de palavras ou argumentos ou exposições de razões em defesa de uma opinião ou contra um argumento, ordem, decisão etc. (COSTA, 2009, p. 74, acréscimo dos autores).

É importante saber, também, que sua realização se faz pela modalidade oral e confronto opiniões sobre temas específicos, às vezes, pré-selecionados. A linguagem utilizada é a cuidada, visto que o ambiente de realização é formal, e atenta-se para a argumentação e exposição de ideias de forma clara, segundo Costa (2009).

O gênero em análise, portanto, se associa ao debate público regrado, descrito por Costa (2009). Nesse tipo de debate, acontece a exposição de

opiniões sobre determinado tema entre os debatedores e um ou mais moderadores que regulamentam o debate e asseguram a credibilidade da exposição, de acordo com as normas da emissora.

5. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido sob uma perspectiva qualitativa, já que na análise do *corpus* o foco foi a compreensão dos fenômenos analisados (LOHN, 2010 apud CAJUEIRO, 2013). Além de focalizar na interpretação, buscou-se conduzir a investigação num âmbito subjetivo e flexível, justamente por não haver quantificação na análise do objeto de estudo, segundo Moreira (2000). Além disso, há nuances que surgem por questões interpretativas, pois centrou-se no processo, no desenvolvimento da pesquisa em si, no seu entendimento e não no produto final (MOREIRA, 2002).

Além do mais, o próprio processo de pesquisa exerce influência no contexto do estudo, isto é, “admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado” (MOREIRA, 2002, p. 44). Tais características conferiram dinamismo na condução deste trabalho.

O *corpus* deste estudo é constituído de recortes do debate político televisivo do segundo turno das eleições de 2014 transmitido pela rede Band de televisão, o qual foi selecionado de forma aleatória entre nove debates transmitidos no mesmo período eleitoral. Nesse debate, há dois interlocutores que promovem as discussões, já que se trata de um debate de segundo turno. Para a obtenção dos dados escritos, foi realizada a transcrição do debate com base nas normas de Marcuschi (2003) e Preti (2000), que foram adaptadas e estão disponíveis em anexo. Os recortes são provenientes de momentos interativos diferentes. Os candidatos são denominados como E1 e E2.

Sobre as análises, procurou-se observar a atuação das expressões referenciais a partir dos processos já mencionados, a recategorização (anafórica ou catafórica) e a recategorização metafórica, no que se refere à argumentatividade instaurada por esses processos no debate, além da manutenção dos sentidos nesse gênero.

6. Análise do corpus

As análises a seguir foram retiradas do primeiro, segundo e quarto blocos, cujas temáticas abordadas foram as seguintes: saúde, qualidade dos serviços públicos, inflação, plano real, PRONATEC e desenvolvimento econômico.

Recorte 1

E2 - candidata... ((ri)) eu não sei quem tem lhe dado **esses números...** não repita... aquela oposição tão desqualificada que o PT fez ao nosso governo a senhora repete **os mesmos números... não são verdadeiros** candidata... aliás não falar a verdade se tornou uma tônica da sua campanha /.../ o ministério da saúde do seu governo... é quem diz que Minas Gerais... governada por mim... tem a melhor qualidade de atendimento de saúde de toda região Sudeste... nós vamos aumentar por exemplo o **programa saúde da família** que o seu governo a-ban-do-nou **um programa extraordinário** criado no governo... do presidente F.H. /.../

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Nesse excerto, tem-se uma tréplica de E2 referente às colocações anteriores de seu oponente. Aqui, esse debatedor questiona os números apresentados por E1 relacionados à saúde do estado de Minas Gerais e afirma que eles não são verídicos. Além disso, esse enunciador afirma que o estado de Minas Gerais foi considerado o melhor na qualidade de atendimento na área da saúde, algo, segundo ele, comprovado pelo Ministério da Saúde. Para finalizar, esse candidato diz que seu futuro governo aumentará um determinado programa de saúde.

A expressão “programa saúde da família” é recategorizada anaforicamente pela expressão nominal “um programa extraordinário” que, não só a caracteriza positivamente, como também traz uma força argumentativa ao que o candidato enuncia. Assim, ao destacar que um bom programa como esse foi desenvolvido em um governo anterior, pertencente ao partido de E2, mostra que esse candidato realizou ações benéficas para área da saúde, em contrapartida ao governo de E1, quando afirma que este último descartou esse programa. Aqui, é possível ver como a realidade pode

ser reelaborada pela linguagem², a partir da visão de mundo do locutor, como se observa na fala de E2, em que ele reconstrói o referente mediante suas convicções e seus posicionamentos, os quais pretende imprimir como uma verdade a ser aceita pelos telespectadores.

Desse modo, como foi abordado na seção 3, a formulação da expressão nominal pelo candidato, traz à tona a ideia veiculada por Koch e Elias (2016), a qual assinala que toda escolha feita para se enunciar algo, traz uma força argumentativa, além do fato de haver uma transformação do referente, que é denominado como algo incrível e admirável, destacando, assim, a importância do programa saúde da família.

Além disso, há outra expressão nominal que promove uma reconstrução de um referente: “não são verdadeiros” que reiteram “esses números”. Apesar de haver um verbo na expressão, ele apenas tem função conectiva, ligando o referente à característica que lhe é dada. Nessa perspectiva, o debatedor afirma que os números apresentados por E1 sobre a saúde, em uma fala anterior, são inverídicos, algo que vai afirmando ao longo de sua fala, quando afirma, por exemplo, “o ministério da saúde do seu governo... é quem diz que Minas Gerais... governada por mim... tem a melhor qualidade de atendimento de saúde de toda região Sudeste... nós vamos aumentar por exemplo o programa saúde da família que o seu governo a-ban-do-nou”. Nesse enunciado, para mostrar que os números negativos sobre a saúde do estado de Minas Gerais não são verdadeiros de fato, o candidato E2 afirma que o próprio ministério da saúde do governo do então presidente E1 atesta que o referido estado é o melhor do Sudeste no quesito atendimento.

Recorte 2

E2 – candidata... todos os telespectadores e todos os cidadãos brasileiros... percebem hoje a baixíssima qualidade... dos serviços públicos... em todas as áreas... educação... na saúde... na segurança pública /.../ infelizmente... nenhuma proposta no campo da valorização do servidor que presta serviço de boa qualidade... foi incorporado no seu governo... existem experiências exitosas em vários estados... da federação... umas delas no estado... do meu amigo... companheiro E... C... e em outros estados... inclusive do seu partido...

² O real existe, mas não pode ser alcançado pelo sujeito, porém a realidade pode ser (re)criada por meio da linguagem, trazendo a “possibilidade de a “realidade” ser traduzida em diferentes versões” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 113).

por que o governo federal ao longo desses doze anos não buscou incorporar absolutamente nada que privilegiasse o serviço de boa qualidade... nas suas propostas na área administrativa?...

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Neste recorte, tem-se um questionamento de E2 para E1 sobre o fato de o partido dele não ter feito algo para melhorar os serviços públicos do país. Para isso, ele fez considerações a respeito desses serviços, afirmando que os brasileiros veem pouca qualidade nesses serviços. Esse enunciador continua sua fala asseverando que o governo de seu oponente não propôs medidas para valorizar os servidores públicos no país e, também, que há muitos estados brasileiros que promoveram investimentos nos serviços públicos e, nessa passagem, é possível perceber retomadas anafóricas por meio de uma recategorização: “existem **experiências exitosas em VÁrios estados... da federação... umas delas no estado... do meu amigo... companheiro E... C... e em outros esta:dos... inclusive do seu partido...**”.

Nesse segmento, o referente “VÁrios estados... da federação” é não só reiterado, mas recategorizado pelo enunciado “no estado... do meu amigo... companheiro E... C...”, que indica um estado específico que obteve boas experiências no quesito serviços públicos, porém para que o telespectador saiba de qual estado se trata, é importante que ele tenha o conhecimento de quem se trata E.C. (Eduardo Campos), que fora governador de Pernambuco, para então inferir que o estado ao qual E2 se referia é esse. Ao utilizar essa recategorização anafórica, E2 argumenta em favor da sua tese de que seu oponente não soube investir em serviços públicos de qualidade, ao argumentar que, diferentemente dele, outros estados tiveram, o que ele denomina de “experiências exitosas”, o que é comprovado ao final de sua fala quando ele questiona o porquê de seu governo não ter investido nos serviços públicos. Mais uma vez, constata-se que a recategorização atua na modificação dos objetos de discurso conforme os objetivos discursivos de cada debatedor, considerando os pressupostos de Custódio Filho (2011).

Recorte 3

E1 - candidato... eu não escolhi... o candidato a ministro da fazenda que o senhor escolheu... como é que o senhor quer que eu acredite... que... **com a mesma receita... o mesmo cozinheiro vocês vão entregar um prato diferente do que já entregaram pro Brasil...** vocês candidato gostam de cortar... gostam de cortar e SEMpre cortam... cortam emprego cortam salários agora sobretudo candidato... o senhor não fala nos novecentos por cento quando SEU candidato a ministro da fazenda entrou no governo... a inflação estava... sob controle... quando **ele** deixOU o governo... um ano antes... quando o presidente L. não ERA candidato oficial ainda... a inflação chegou a sete vírgula sete /.../

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Neste recorte, E1 refuta as colocações anteriores de E2 por meio de uma tréplica. Aqui, ele trata da questão da inflação e afirma que o candidato a ministro da fazenda escolhido por E2 tinha feito a inflação aumentar e acrescentou, ainda, que não acredita que E2, apresentando as mesmas posturas de seu partido, trará melhorias para o país. Nessa perspectiva, tem-se a atuação da recategorização metafórica na construção da argumentação, assim como da manutenção da tessitura textual.

Pode-se observar a ocorrência desse fenômeno quando esse enunciador afirma “**com a mesma receita... o mesmo cozinheiro vocês vão entregar um prato diferente do que já entregaram pro Brasil...**”, em que trata metaforicamente do fato de não acreditar que o partido de seu oponente faça as mesmas ações, e que seus representantes executem essas mesmas ações da mesma forma e, ainda assim, tragam resultados diferentes para o país dos que já foram entregues antes.

Assim, para que o telespectador compreenda essa metáfora, é necessário que relacione os conhecimentos prévios sobre as ações e propostas do partido de seu oponente (PSDB) e dos representantes desse partido com o que é apresentado nesse contexto pela fala de E1 para entender que essa receita, o cozinheiro e o prato são as práticas desse partido, bem como os seus representantes e, por sua vez, os resultados dados ao Brasil, os quais, por sinal, E1 qualifica como negativos pela maneira como fala disso. Essa relação que o telespectador faz entre o texto e o contexto demonstra justamente a natureza sociocognitiva da referenciação.

Esse processo referencial demonstra, ainda, como a referenciação resulta de uma negociação de sentidos entre os locutores, pois, no debate, o candidato antecipa que o público compreenda e aceite como válidas as suas colocações, idealizando, por seu turno, que ele entenda a metáfora instituída e que, para isso, ele faça as devidas relações com as pistas cotextuais e contextuais. Isso mostra que interlocutor é ativo no processamento textual e, portanto, é um coenunciador, como afirmam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014). Isso também revela como a referenciação reelabora a realidade, pois, ao recategorizar as ações do partido, bem como seus representantes e os resultados gerados para o país, E1 reconstrói esses referentes mediante a visão que tem do partido de seu oponente.

Recorte 4

E2: /.../ o seu... governo... e vou lhe dizer algo e talvez a senhora... deve saber talvez não queira admitir **o maior programa de transferência de renda da nossa história contemporânea...** não foi o bolsa família... fruto do bolsa esco::la do bolsa alimentação foi **o plano real** foi a estabilidade da moeda... que vocês combateram com toda a força /.../

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Nesse recorte, E2 ao tratar sobre um programa de transferência de renda, promove também uma recategorização por meio de expressão nominal que traz uma orientação argumentativa ao seu discurso para convencer o público que é o candidato mais apto à presidência. Esse candidato, ao abordar o plano real, objeto de discurso, recategoriza cataforicamente a partir da expressão nominal “**o maior programa de transferência de renda da nossa história contemporânea...**”, caracterizando-o de forma extremamente positiva para o público. Aqui, esse enunciador enaltece esse plano não somente porque essa medida realizada permitiu o controle da inflação do país, mas, sobretudo, porque quem esteve à frente desse projeto foi o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso (pertencente ao mesmo partido de E2, (PSDB) que, posteriormente, foi eleito presidente do Brasil.

Nessa perspectiva, E2 procura levar o público a crer que o plano real foi a melhor medida econômica feita no país e, principalmente, que foi desenvolvida por um político de seu partido (PSDB), logo, esse debatedor

articula que o seu grupo partidário fez algo extremamente positivo para a economia do Brasil e que supera o programa Bolsa Família. Assim, E2 orienta o telespectador quanto à ideia de que seu partido deixou um grande legado econômico em contrapartida ao programa Bolsa Família, sendo, portanto, um grupo político melhor que o de seu adversário.

Recorte 5

((Réplica))

E1 - candidato... o Pronatec tem oito... milHÕES de matrículas realizadas... OITO milhões... os programas que o senhor se refere... são peQUEnos programas pilotos... não têm escala... e mais... muitos deles... não eram... sequer gratuitos... o Pronatec É um programa gratuito pra TODOS OS BRASILEIROS que precisam de ter formação técnica... no que se refere à previsibilidade... eu... acredito que a presivibi - a gente tem de perguntar... para QUEM a previsibilidade?... Presi previsibilidade para ter... a maior... a seGUNda maior TAXA de desemprego e NÚmero de desempregados em dois mil e dois... em relação ao MUNdo?... Só pe só só ganhamos da Chi... da... Índia que tinha quarenta e um... vocês... conseguiram ter... ONZE milhões e quatrocentos MIL desempregados em dois mil e dois... então... presivibili previsibilidade pra o desemprego?...

((tréplica))

E2 - **candidata... tire os olhos do retrovisor...** vamos falar pro futuro... vamos falar para quem está em casa até essa hora... nos ouvindo... vamos falar de um Brasil que pode crescer muito mais do que está crescendo... não é:: razoável... não é adequado que **nós sejamos o lanterna do crescimento ao lado da Venezuela esse ano** na nossa região... **nós** vamos crescer NADA esse ano... o reajuste real do salário mínimo que:: de dois mil e dezesseis... por exemplo... já está... estabelecido... porque é o crescimento do PIB desse ano é NADA... /.../

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Nesse fragmento, E2 rebate as colocações anteriores de seu oponente quando este falou sobre o PRONATEC e, também, sobre questões econômicas, afirmando que no governo anterior (do mesmo partido de E2) ao governo do presidente L. havia muito desemprego e que isso sim seria algo previsível para o futuro governo de E2. Assim, em um tom de ironia, E2 fala para que E1 “tire os olhos do retrovisor...”, afirmando metaforicamente que ele deveria parar de olhar para trás, portanto, para o passado. Essa ideia de passado não é descrita explicitamente, mas é recategorizada

metaforicamente pelo debatedor E2. Todavia, tanto E1 quanto o próprio telespectador podem compreender a ideia estabelecida não só pelo cotexto, mas, sobretudo, pelo contexto.

Nesse caso, cabe um trabalho mental, no qual o interlocutor necessita estabelecer relações explícitas e implícitas do texto. Assim, é importante que o público compreenda a metáfora empreendida por meio de conhecimentos de mundo (olhar para o retrovisor é olhar para o que está atrás) e das pistas contextuais dadas por E1 (na fala anterior, a réplica) e E2 nesse turno de fala.

Dessa forma, ao falar essa expressão, E2 retoma as colocações anteriores de E1, que traz uma referência a esse tempo passado, quando E1 diz “Presi previsibilidade para ter... a maior... a seGUNda maior TAXA de desemprego e NÚmero de desempregados **em dois mil e dois...** em relação ao MUNdo? Só pe só só ganhamos da Chi... da... Índia que tinha quarenta e um... vocês... conseguiram ter... ONZE milhões e quatrocentos MIL desempregados **em dois mil e dois...**”. Aqui, E1 menciona essa problemática com o desemprego no período de doze anos antes, relacionando indiretamente ao governo do último presidente do Brasil do PSDB, partido de E2.

Além disso, para E2, tais situações econômicas passadas já não seriam relevantes no então atual momento do debate (2014), quando ele afirma que ambos deveriam tratar do futuro em “vamos falar pro futuro... vamos falar para quem está em casa até essa hora... nos ouvindo...”, o que confirma a ideia estabelecida por ele ao dizer para seu adversário que não tratasse do passado, e sim olhasse para o futuro.

Adiante, quando E2 fala “não é:: razoável... não é adequado que **nós sejamos o lanterna do crescimento ao lado da Venezuela esse ano** na nossa região...”, ele fala sobre ser inadequado o fato de o Brasil estar em último lugar no ranking do desenvolvimento econômico, assim como a Venezuela. Essa ideia de o Brasil estar em último lugar na economia, assim como ocorreu anteriormente, não é explicitada textualmente, mas pode ser recuperada e compreendida a partir do entendimento da metáfora em uma perspectiva sociocognitiva e de negociação de sentidos entre enunciador e o telespectador.

Aqui, “lanterna” indica estar em última posição, algo que só pode ser compreendido por meio de um conhecimento prévio do interlocutor de que

essa metáfora significa isso, conhecimento este que só pode ser adquirido socialmente. Além disso, na própria fala de E2, ele dá indícios de que o país está com problemas no que se refere ao desenvolvimento econômico, dando pistas cotextuais, quando diz que o Brasil não cresceu nada, assim como o PIB, e do quanto isso comprometeria o reajuste salarial de 2016.

Diante dessas análises, foi possível ver como as expressões nominais atuaram argumentativamente no texto. Em cada turno de fala dos enunciadores em questão, cada um procurou caracterizar os objetos de discurso de acordo com as perspectivas que pretendiam assinalar, seja num âmbito negativo ou positivo, e, por conseguinte, orientar o público para esses objetivos pretendidos, por isso que essas expressões referenciais designam orientações argumentativas. “Vemos, portanto, que a **referenciação** por meio de formas nominais é um dos importantes **recursos argumentativos** que a língua nos oferece.” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 98, grifos das autoras).

Considerações finais

Com esse estudo, viu-se como os candidatos dotaram seus enunciados de argumentatividade por meio das expressões nominais expressas nas recategorizações. Os enunciadores não só reiteraram os referentes, como os reconstruíram a partir de seus pontos de vista e visões de mundo, modificando-os, portanto, recategorizando-os. Isso mostra não somente uma reconstrução da realidade, como também instaura a argumentação perante as discussões do debate, pois, ao fazerem essas reconstruções dos objetos de discurso, explícitos ou não, os candidatos trouxeram suas opiniões sobre esses referentes, como forma de enaltecer suas ideias ou desmerecer as colocações e/ou propostas de seus oponentes para convencer de que cada um era o melhor candidato e de que seu oponente não estaria qualificado para ser presidente da república.

Além disso, ao estudar tais categorias textuais, viu-se que os enunciadores (debatedores) conegociam sentidos com seu auditório, afinal eles produzem suas falas mediante o compartilhamento de conhecimentos de mundo e prováveis conhecimentos prévios que os telespectadores possuam. Somente assim, eles podem construir suas argumentações e recategorizarem, principalmente quando fazem um processo metafórico para reintroduzirem o

referente, somando sentidos e valores sobre esse objeto de discurso. Esse trabalho interativo se aloca na textualidade do gênero debate político que tem natureza argumentativa.

Nesse sentido, as recategorizações, ora estudadas, realmente são recursos argumentativos que possibilitam a finalidade do gênero debate: convencer/persuadir o público televisivo a eleger determinado candidato. Essa ação se efetiva quando os debatedores apresentam indícios cotextuais e contextuais em sua fala. Assim, a linguagem, mesmo em contexto do embate de opiniões, se realiza de maneira interativa.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.110-175. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8896>. Acesso em: 7 de nov. 2017.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. New York: Longman, 1976.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A coesão textual**. 22. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção Textual**. São Paulo; Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed., 11. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. **Leitura e Produção Textual: gêneros textuais do argumentar e do expor**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEITE, Janaina Frechiani Lara. **Os presidenciais no ringue eletrônico apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos**. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, XXVI. Belo Horizonte, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5.ed., 6.reimpr. São Paulo: Ática, 2003.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000.

Anexo - Critérios de transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS
Qualquer pausa (_ : ;)	...
Incompreensão de palavras ou segmentos	()
Dúvidas ou suposições do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento (junção de duas palavras ou interrupção brusca pelo interlocutor)	/
Entonação enfática	MAIÚSCULA
Silabação	-
Comentários do transcritor	((minúscula))
Interrogação	?
Quebra da sequência temática	-- --
Simultaneidade de fala (no início do turno)	Ligando [[as linhas
Sobreposições (durante o turno exceto no início)	Ligando [as linhas
Interrupção da fala em determinado ponto (exceto no início)	(...)
Citações	“ ”
Indicação de transcrição parcial ou de eliminação	/.../
Repetições	(duplica-se a parte repetida)
Alongamento de vogal ou consoante	::
Pausa preenchida	ah, eh, oh, ih, ahã, anh, ehñ, uhñ
Iniciais maiúsculas	Para nomes próprios ou siglas

Fonte: Grupo Linguagem e Retórica, adaptado de Marcuschi (2003), Preti (2000) e projeto NURC.

Forma de citação sugerida

SANTOS, Janyellen Martins; SILVA, Romildo Barros da; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Argumentação e referenciação no debate político televisivo: análise das expressões nominais. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 157-177, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2501.

As figuras retóricas e as paixões numa decisão do judiciário brasileiro

Kathrine Butieri

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
katbutieri@gmail.com

Camila Cesário Lérco

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
camila.lerco@gmail.com

Resumo: Este texto analisa a argumentação, sob a perspectiva dos estudos retóricos, numa decisão do STJ/SP de 2010, em que o órgão julga a improcedência da ação proposta pela Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) em face da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), em reforma da decisão por meio da apelação que dispõe sobre a campanha publicitária televisiva “Musa do Verão”. O principal objetivo é correlacionar retórica e direito na decisão do judiciário contemporâneo e observar seus efeitos de persuasão no auditório. Com fundamento em Chaïm Perelman e em seus estudos da Nova Retórica sobre o modo como o auditório se constitui – partes em litígio, operadores do direito e opinião pública –, encontramos as bases do discurso de juízes que utilizam técnicas retóricas. O aporte teórico empregado se compõe principalmente de Aristóteles (2011), Perelman (2010), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), Meyer (2007, 2018), Amossy (2017) e Ferreira (2015).

Palavras-chave: Retórica. Sentença judicial. Discurso jurídico. Argumentação.

Abstract: The main objective of this paper is to correlate rhetoric and law in the decisions of the contemporary judiciary, and to study their effects of persuasion in the auditorium. To this end, this article analyzes, from the perspective of rhetorical studies, the argumentation of the decision of the Brazilian Superior Court of Justice from 2010, in the appeal made by AMBEV—Beverage Company of the Americas—in face of PROCON – Foundation for Protection and Defense of the Consumer –attacking the decision to cancel the television advertising campaign “Summer Muse.”The lawsuit was dismissed as unfounded. Using Chaïm Perelman’s studies of New Rhetoric explaining what an audience is composed of —disputing parties, legal operators, and public opinion— we can outline the basis of the discourse of judges who use rhetorical techniques. The theoretical framework was built mainly on Aristotle (2011), Perelman (2010), Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014), Meyer (2007; 2018), Amossy (2017), and Ferreira (2015).

Keywords: Rhetoric. Judicial sentence. Legal speech. Argument.

Introdução

As decisões judiciais exercem um diálogo, um discurso retórico predominantemente ligado ao *docere*, que visa ensinar regras e normas na aplicação de casos concretos. Em decorrência da evolução histórica, o juiz não decide mais pelo racionalismo científico ou pelo cartesianismo, advindo do positivismo jurídico, hoje são as ações humanas em sua subjetividade que impõem ao juiz uma dimensão retórica no desejo de convencer e de persuadir. Perelman (2010, p. 215), com um toque de humor, comenta que convém à sentença exprimir suas desculpas endereçadas ao perdedor e aos seus defensores. Assim, o discurso jurídico, na perspectiva retórica, tem suas especificidades, principalmente no que tange aos recursos argumentativos.

Em outro plano, as figuras retóricas, recursos linguísticos que trabalham especialmente a serviço da persuasão, vão além da atuação de embelezadoras do texto, e seus efeitos são sempre notados em função dos objetivos do orador. Nesse sentido, possuem um poder persuasivo no inconsciente que ativa nosso sistema responsável pelas emoções. Essas figuras foram associadas às paixões humanas por Padre Lamy, no século XVII, ao relacionar o “impressionar a imaginação” com o mesmo sentido de “exprimir as paixões” e a concepção das coisas. (*apud* MEYER, 2018, p. 106).

Assim, neste artigo, vamos nos ater à análise das figuras retóricas e de seus efeitos patéticos em função do auditório, sob a perspectiva da pragmática retórica, certas de que o discurso jurídico, exemplificado no caso concreto do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é o alicerce dessas figuras que levam à persuasão.

Por fim, acrescentamos que este texto possui duas grandes partes: na primeira, levantaremos alguns aspectos pertinentes à questão teórica no contexto retórico – gêneros retóricos, negociação das distâncias e discurso polêmico. Na segunda parte, analisaremos de forma pontual as figuras na materialidade discursiva do acórdão, de modo a abordar como elas movimentam as paixões.

1. A variabilidade e a gradação dos gêneros retóricos

Para analisar os gêneros retóricos, faz-se necessário ressaltar informações pertinentes às condições de produção do discurso. Como se verá adiante, as decisões anexadas ao fim deste artigo materializam um debate público produzido em torno do chamado “politicamente correto”, que remete à discussão sobre os limites da liberdade de expressão na contemporaneidade. A circulação desse tipo de discurso já produziu impactos sobre diversas manifestações culturais, inclusive midiáticas, com o envolvimento de instituições, como o judiciário. O conflito entre os que defendem o “politicamente correto” para o caminho de uma civilidade e os que defendem a liberdade de expressão, contra a autocensura, cria um novo contexto de experiência e de expectativa que corporifica uma das principais teses desse discurso.

Outro dado relevante dos gêneros relaciona-se com a própria textualidade das sentenças judiciais, uma vez que o direito, considerado como ciência, associado ao positivismo jurídico, já foi fundamentado por método científico e por demonstrações lógico-dedutivas, em um modo analítico do pensamento. Hoje, com a aplicação da ciência às ações humanas, o direito passou a ser visto com relativismo e a atividade racional passou a ser exercida com razoabilidade, um campo da Nova Retórica. Na proposta de Perelman (2010), entre a extremidade da razão e da arbitrariedade há um espaço intermediário da retórica, uma terceira via: a do razoável.

Transitar no campo do provável e do razoável, nas dimensões retóricas, é igualmente essencial para o direito. Nessa perspectiva, três grandes gêneros retóricos são necessários para a convivência com a multiplicidade de julgamentos, de acordo com as lições aristotélicas: o epidítico (elogia-se ou censura-se para um auditório espectador), o judiciário (determina-se se uma ação é justa ou não para um auditório, na função de juiz) e, por fim, o deliberativo (decide-se o útil ou o prejudicial para um auditório, na função de assembleia).

Segundo Meyer (2007, p. 29), esses três gêneros têm, todos, simultaneamente, um componente de *ethos*, um de *pathos* e um de *logos*, definidos respectivamente: caráter moral do orador, forma pela qual o auditório recebe os argumentos do orador e a maneira pela qual se expressam

os argumentos. Entretanto, o autor adverte que o importante na análise dos gêneros retóricos é definir as questões que são tratadas e, portanto, apresentadas pelo auditório como respostas.

Assim, defende Meyer, os três grandes gêneros retóricos correspondem a uma gradação no tratamento das respostas, isto é, trata-se de questões já resolvidas, questões incertas, mas com alternativas de critérios regulamentados ou com inúmeras alternativas. Portanto, a problemática, que funda a linguagem no par pergunta/resposta, poderá aumentar ou diminuir conforme a questão.

A problemática é analisada pelo autor, que nos ensina:

Observamos assim que, do elogio à deliberação, o orador recorre mais à paixão, operando por conseguinte uma maior institucionalização como critério de resolução. No fundo, isso equivale a apresentar a questão principalmente sob o ângulo daquele que a resolve. E isso é tanto assim que a questão é incerta, e portanto polêmica. (MEYER, 2018, p. 37).

Diante de tal lição, fica clara, na diversidade do auditório, a força daquilo que Perelman (2010, p. 238) ressalta sobre sua importância. Ele afirma que as decisões do judiciário devem satisfazer três auditórios diferentes: as partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública. Dessa forma, a busca de consentimento de auditórios diferentes dá ensejo à dialética que pertence ao direito consuetudinário, em que as decisões devem ser justificadas amplamente na solução dos litígios.

Nesse sentido, os votos, objeto do nosso estudo, representam a variabilidade e a gradação dos gêneros retóricos enfocados na resposta dos três auditórios diferentes. No voto relator, observamos elementos do gênero judiciário e deliberativo, e no voto vencido, do gênero epidítico.

O gênero é judiciário quando o juiz do voto relator fundamenta seus argumentos baseado nos artigos de lei, em descrição da violação à norma, e relata os acontecimentos passados como os fatos narrados da questão a ser julgada como justa ou injusta. Nesse caso, o auditório se coloca na posição de juiz.

No entanto, no mesmo voto relator, quando o juiz, ao fundamentar sua decisão, argumenta que a permanência da propaganda na TV caracteriza abuso pelo “dano potencial” e pode causar valores não econômicos, isto é,

um “dano futuro”, o gênero é deliberativo, pois o mesmo auditório se coloca na posição de assembleia para deliberar em prol do bem comum.

O gênero laudatório, por sua vez, está presente no voto vencido, quando o juiz apenas apresenta suas razões, elogiando/censurando, em tempo presente, a um auditório espectador, que tem uma questão já resolvida.

Desse modo, temos a variabilidade e a gradação dos gêneros retóricos no tratamento das respostas dos votos em análise, conforme preconiza Michel Meyer (2018), pois, no gênero deliberativo, há uma questão com uma ou várias alternativas em debate para futuras decisões que o auditório, na posição de assembleia, trabalha com uma problematidade máxima, enquanto que, no gênero judiciário, a problemática diminui, uma vez que a maneira de resolver as questões apoia-se no juiz e nas leis. Finalmente, no gênero laudatório, as questões já estão resolvidas, pois o problema exige apenas a tarefa de qualificá-las.

No que tange às provas aristotélicas, o *logos*, proeminente no discurso jurídico, pode ultrapassar o seu caráter lógico e ganhar força persuasiva de acordo com um contexto determinado, o *kairos*, construindo, assim, opiniões e visões de mundo, que se desdobrariam no *ethos* e no *pathos*, isto é, o *ethos* e o *pathos* se realizariam a partir do discurso por meio do raciocínio no *logos*.

Nesse sentido, na especificidade do discurso jurídico, o raciocínio **dedutivo** se formaliza, a partir da própria legislação, da seguinte maneira:

Quadro 1 – Entimema 1

Premissa maior parte da legislação como regra:
(presente no texto)

“CDC - Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”, fl. 1. (grifos nossos)

Premissa menor é aplicada ao <u>caso</u> : (presente no texto)	“A discriminação pode ter a ver com a raça, com o <u>sexo</u> , com a preferência sexual, com a condição social, com a nacionalidade, com a profissão e com as convicções religiosas e políticas”, fl. 2. (grifos nossos)
Conclusão do raciocínio dedutivo, o <u>resultado</u> : (presente no texto – quarta parte condenatória)	“ Portanto , há discriminação do sexo feminino, a justificar a lavratura do auto de infração e a imposição de multa, com fundamento na regra do artigo 37, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor”. (grifos nossos)

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

A conclusão de que a condenação pela publicidade abusiva é justa nos é apresentada pelo *logos* enquanto raciocínio dedutivo, apoiado na afirmação incontestada de que, no caso *sub judice*, “há discriminação do sexo feminino”. Desse modo, deve-se fazer cumprir a lei. Vale dizer que tal discurso, ligado ao *docere*, institui um fazer-saber e tem a eficácia retórica do fazer-fazer como principal objetivo.

Prosseguindo com a análise, as premissas apresentam subsídios para que o auditório construa uma série de outros raciocínios – no próximo caso, **indutivo** –, projetados implicitamente pela materialidade do discurso que reforça a *doxa*, no âmbito da moral social.

Quadro 2 – Entimema 2

Premissa maior – resultado (ausente do texto)	“A peça publicitária que “mercantiliza” a mulher é discriminatória”. (grifos nossos)
Premissa menor – caso (presente no texto)	“O argumento da peça publicitária é mais do que infeliz, pois ‘ <u>coisifica</u> ’ a mulher servindo-a, mediante entrega, para desfrute do consumidor”, fl. 3. (grifos nossos)
Conclusão – regra (ausente do texto)	“A peça publicitária é, portanto , discriminatória, proibida e contrária à lei”.

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

Observa-se um entimema paralelo ao anterior, e sua conclusão encontra-se pressuposta, ou seja, o auditório deve fazer inferências. Esse entimema depende da cooperação ativa do auditório, que, a partir de dados explícitos,

fará uma associação entre a legislação e os fatos narrados do ponto de vista do orador, juiz do voto relator.

Outras inferências podem ser extraídas do texto por associações, que reforçam a argumentação do orador:

Quadro 3 – Entimema 3

Premissa maior (presente no texto)	“O argumento da <u>peça publicitária</u> é mais do que infeliz, pois ‘ <u>coisifica</u> ’ a mulher servindo-a, mediante entrega, para desfrute do consumidor”, fl. 3. (grifos nossos)
Premissa menor (presente no texto)	“A <u>luta pelo espaço igualitário da mulher</u> na sociedade é tema que ganha cada vez mais força no mundo. No momento em que a sociedade busca proscrever a ideia de que o <u>gênero feminino é mero objeto de prazer</u> , não se pode legitimamente sustentar que a valorização da mulher seja vista apenas como uma bandeira de determinado setor (radical) da sociedade”, fl. 3 (grifos nossos)
Conclusão (ausente do texto)	“ Portanto , a peça publicitária é contrária a luta pelo espaço igualitário feminino”.

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

A associação entre a “peça publicitária coisifica a mulher” e a “luta pelo espaço igualitário da mulher” é relacionada pelas premissas como duas forças antagônicas persuasivas, carregadas de indignação, chegando-se à nova conclusão ou tese dos entimemas anteriores e apontando-se um deslize para fora do campo jurídico, para se atingir um auditório maior. É justamente nessa relação que o orador evoca a memória do auditório no processo de independência da mulher, com menções a Mário Lago, Ataulfo Alves, Gilberto freire, Drummond, documentando a tese no percurso histórico em favor da mulher e, assim, buscando uma identificação.

2. O movimento de negociação das distâncias entre os indivíduos

Segundo Michel Meyer (2018), a retórica é a arte pela qual o orador e o auditório negociam distâncias, diferenças e identidades, em intensidades diversas, para se aproximar ou se opor a uma questão (ou um problema) entre indivíduos, e as figuras retóricas podem articular essa negociação. O autor

acrescenta que essas distâncias, diferenças, identidades, discordâncias podem ser reduzidas, aumentadas ou mantidas, dependendo do caso.

Analisaremos agora, de acordo com Meyer (2018), os quatro tropos¹ mestres presentes no voto relator:

Quadro 4 - Tropos mestres presentes no voto relator

Metáfora	Identidade	“Publicidade é arte”, fl. 1
Sinédoque	Diferença	“mulheres para o consumo do mercado”, fl. 4
Metonímia	Identidade	“mercantilização da mulher”, fl. 3
Ironia	Diferença	“mas fulano de tal também fez isso”, fl. 5

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

De modo a exemplificar nosso estudo, abordamos um trecho em que o juiz do voto relator procura afastar o auditório da empresa autuada, AMBEV, ao contestar as alegações dessa empresa. Ele argumenta em forma de réplica e utiliza os próprios argumentos do interlocutor, em uma retorsão:

[...] como faz a autora, que a propaganda invoca apenas símbolos do verão, a exemplo do sol, do mar, cenário no qual homens e mulheres aparecem festejando em trajes praianos. Na verdade, o que se vê no filme publicitário são “mulheres clonadas”, carregadas em carrinhos, [...] (grifos nossos) fl. 3

Em seguida, o orador reitera sua opinião em um discurso ligado ao *movere*: comove, busca no próprio auditório a resposta que se encontra nas paixões, assim levando à indignação contra a empresa AMBEV:

O argumento da peça publicitária é mais do que infeliz, pois “coisifica” a mulher, servindo-a, mediante entrega, para desfrute do consumidor. fl. 3

Em contrapartida, o juiz do voto vencido procura aproximar o auditório da empresa AMBEV, em réplica ao voto vencedor, quando diz:

¹ A palavra tropo, segundo Meyer (2018), é uma mudança mediante a qual transportamos uma palavra ou uma locução da sua significação própria para outra, para lhe dar mais força.

Definitivamente, não foi essa minha leitura.

Esforcei-me para não rir, mesmo, quando em sessão examinava a peça, pois não a conhecia (não sou dado a assistir televisão). fl. 1

Observamos, nesse caso, que o orador do voto vencido busca uma identificação com o auditório, pois, além de apresentar seu voto em primeira pessoa do singular, conversa com o auditório ao mesmo tempo em que, em companhia desse auditório, se aproxima da empresa AMBEV com humor e simpatia.

No que tange às figuras retóricas, entendemos que o orador do voto vencido procura uma identidade com o auditório e uma aproximação com a empresa AMBEV quando a elogia na forma de metonímia: (continente pelo conteúdo) – “doses de criatividade” fl. 1; (parte pelo todo) – “peça recheada pelo BOM humor” fl. 1. Por outro lado, distancia-se do voto relator ao utilizar, por exemplo, a ironia: “O que fez o comercial sob julgamento?” fl. 1.

Assim, conforme Meyer (2007, p. 81), “A retórica condensa raciocínios por figuras, selecionando a propriedade que, uma vez posta em julgamento, dá a ‘boa premissa’”. As figuras, portanto, instauram identidade, ressaltam o que deve ser visto e tornam presente o que deve parecer irrefutável.

3. Os votos apresentam um discurso polêmico movido por paixões

Na visão integrada da retórica com os modos de persuasão aqui analisados, observamos que as paixões perpassam todos os pontos destacados. Se considerarmos o *logos*, proferido em um determinado contexto ou *kairos*, em certa relação particular com a *doxa* e em sua subjetividade, estando ao lado do *ethos* e do *pathos*, a persuasão também estará aí presente e incluirá o jogo das paixões, assim como também as paixões estarão presentes em todos os gêneros retóricos. Como ressaltamos em Meyer (2007), em sua ótica retórica da harmonização entre razão e paixão.

Passando a Amossy (2017), em uma análise fundamentada nos estudos da autora, notamos que o juiz relator apresenta seu voto em discurso polêmico, porque reforma a sentença monocrática, inscrevendo-se no discurso do outro para manifestar sua oposição. Da mesma maneira, o juiz do voto vencido, ao prolatar seu voto, realiza uma interação polêmica com o voto

do juiz relator, manifestando uma opinião antagônica, ligada ao desacordo em torno de uma questão de atualidade e de interesse público.

Segundo Amossy (2017), essa dissensão não é valorizada por algumas correntes de pensamento de estudiosos da retórica porque, para eles, a retórica está ancorada no valor do acordo, entretanto, a autora ressalta que não há como negar que as forças convergentes e divergentes estão sempre em interações, em uma dinâmica democrática saudável.

De acordo com Kock (*apud* AMOSSY, 2017, p. 41), “[...] o dissenso não é uma anomalia a corrigir [...]”. Reitera a autora que “o debate que não leva a qualquer acordo não é mais útil para os membros do auditório convocados a examinar os prós e os contras, a fim de fazer sua livre escolha”, o que equivale a dizer que o dissenso é um fator positivo e que os exercícios deliberativos, dos quais ele é indissociável, aparecem como “controvérsias construtivas”.

Utilizar esse expediente jurídico, em oposição ao voto vencedor e ao voto vencido, estabelece uma interação que, apesar de imperfeita, segundo Amossy (2017, p. 39), preenche funções construtivas, pois mantém o pluralismo que se nutre das diferenças e dos conflitos, de modo a associar a retórica do consenso à coexistência do dissenso.

Nesse contexto, é válido destacar que o voto vencido, apresentado nesta análise, conforme nos ensina Amossy (2017), não é um ato de resistência à razão pela obstinação de fazer triunfar sua própria posição, mas uma forma de atividade dialógica que, no domínio das ciências, permite compreender o sentido de uma teoria, levando em conta as mudanças conceituais. Portanto, segundo o pensamento da autora, a presença dos dois votos, no caso em tela, como confronto e luta de teses antagônicas tem um valor heurístico: gera a compreensão e até mesmo o saber.

O discurso jurídico, portanto, congrega paixões diversas, a despeito do seu caráter tradicionalmente racional, pautado em princípios de neutralidade axiológica contida na teoria pura do direito. A indignação do juiz do voto relator, por exemplo, segundo Aristóteles (2017), é uma paixão, o sentimento que mais se opõe à compaixão e ambas decorrem de um caráter honesto. A causa da indignação é a imerecida felicidade, isto é, a injustiça em relação ao que acontece contrariamente ao mérito – é como se alguém, mesmo sendo bom, não alcançasse o que lhe convém. Dessa maneira, a indignação provoca

o sentimento de justiça, pois, para o estagirita, tudo que é imerecido é injusto, razão pela qual foi atribuída aos deuses a indignação punitiva. Assim, esse *pathos* está ligado à avaliação sobre aquilo que é digno ou não, como vemos no voto relator.

Nesta análise, entendemos que a indignação do juiz do voto relator pode ser demonstrada por elementos linguísticos argumentativos utilizados nas figuras que apresentaremos a seguir, as quais acabam por fortalecer a polêmica em um dissenso saudável para a democracia da justiça.

4. Como as figuras retóricas movimentam as paixões

Os votos analisados possuem um variado arsenal de procedimentos retóricos, como o uso das figuras retóricas, que dramatizam e dicotomizam, por meio da visão do judiciário, a oposição dos valores morais, éticos, culturais e históricos da nossa sociedade.

Ao longo do tempo, muitos filósofos dedicaram-se ao estudo das paixões. Modernamente, um olhar semiótico, embora não seja o enfoque desta pesquisa, nos enriquece quando reconhece que há um elemento patêmico nas relações e nas atividades humanas que define as paixões como “estados de alma”, sendo que o “estado de coisas” leva a esse “estado de alma”. Assim, conforme Mello (2005), a busca do sujeito por objetos-valores e a modalização do ser são valores investidos pelo sujeito no objeto, e, nessa tensão, há conflitos, polêmicas ou cumplicidade, benevolência. Portanto, segundo o autor (MELLO, 2015, p. 47) “a paixão surge como o resultado do jogo entre as modalidades do *querer ser*, do *dever ser*, do *saber ser* e do *poder ser*”. Assim, como nos ensina Greimas:

A dificuldade deve-se ao fato de que essas modalidades, tais como conhecemos, o querer, o dever, o poder e o saber, são devedoras da categorização racional, ao passo que, de outro ponto de vista, considerando os efeitos de sentido passionais, elas parecem obedecer a outros modos de organização, mais “configuracionais” que propriamente estruturais. (GREIMAS, 1993, p.32)

Nesse sentido, as construções e as transformações dessas modalidades estão ligadas também ao ser e não apenas ao fazer. As paixões, nessas modalidades, são configuradas em organizações provisórias e combinações diferentes. No exemplo de Fiorin (2007), a docilidade define-se como um

querer ser aliado a um poder ser, enquanto a obstinação reúne um querer ser a um não poder ser.

Dessa forma, a modalização da indignação no judiciário, apresentada pelo voto relator neste trabalho, está inserida na racionalidade discursiva e, no estudo da semiótica, esses efeitos passionais resultam da modalização do sujeito “estado de alma”. A indignação do juiz do voto relator define-se como um “não poder ser” aliado a um “querer ser”, enquanto o juiz do voto vencido maneja as emoções para manter o *status quo*, impedindo esse “não poder ser” e seguindo a decisão do juiz de primeiro grau em não reformar a decisão judicial.

Já na perspectiva retórica, para Aristóteles (2017), as paixões constituem um teclado que o bom orador toca para convencer. Assim o objeto em análise torna-se um terrível crime (“coisificação da mulher”) que suscita indignação ao juiz relator, enquanto, para o juiz do voto vencido, esse mesmo objeto não é crime, e assim apresenta um voto de opinião pela “liberdade de expressão” em dialética passional.

Por outro lado, acerca da recepção do auditório, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), embora o orador tenha a preocupação de alcançar os três tipos de auditório – partes em litígio, operadores do direito e opinião pública, que constitui o “auditório universal” –, estima-se uma divisão por categorias: dos seres que deseja influenciar, dos seres aos quais ele não se preocupa em dirigir a palavra e dos seres que busca ordenar.

Por conseguinte, a reação afetiva do auditório é permeada de subjetividade, com possíveis efeitos passionais decorrentes de atos valorativos, morais, éticos, culturais, dos leitores/ouvintes, como: riso, indignação, espanto, ódio, revolta, compaixão, benevolência, medo, emulação que irá depender dessa divisão por sua condição de pluralidade.

4.1. Análise do voto relator

Para o estudo, selecionamos a terceira parte do voto relator, pois é a que mostra, com maior evidência, o propósito do orador e que fundamenta o julgamento da causa. Fundamentamo-nos, de acordo com a lição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), em três figuras retóricas: as figuras de presença, as figuras de comunhão e as figuras de escolha, como demonstraremos a seguir:

A publicidade é acima de tudo arte, ainda que contenha, na sua essência, a técnica; é um braço da argumentação de vendas; é notícia de caráter comercial, que visa, principalmente, a construir marcas e estimular o consumo de determinados produtos. Ela não cria valores nem muda hábitos da noite para o dia. É um fenômeno cultural dito derivado, pois reflete valores e códigos da sociedade, sem nada inventar ou inovar. Trabalha, em grande parte, com o mundo da fantasia e do lúdico, buscando despertar a atenção do consumidor, fl. 1. (grifos nossos)

A omissão da palavra “publicidade” é uma estratégia persuasiva do orador, porque realça apenas o que o auditório deve manter presente em sua memória, isto é, a relação de consumo que se apresenta com palavras de mesmo valor semântico: vendas, comercial, construção de marcas, estímulo ao consumo, produto, valores, hábitos, fenômeno cultural, sem nada a inventar ou inovar.

No parágrafo, o orador, em sua artimanha retórica, mantém o primeiro e o último entimemas como publicidade/arte e a base dos entimemas centrais como alicerce do que queria inculcar no auditório – publicidade/consumo.

Nesta repetição exaustiva, situamos a **figura de presença**, em que o orador busca conceituar o termo “publicidade”, a fim de expor o assunto de discussão e torná-lo presente na consciência do auditório. Embora o orador tenha usado a figura de estilo, o zeugma (omissão de um termo já mencionado, para evitar a repetição), não abandonou a anáfora e a transformou em figura argumentativa, realçando seu próprio argumento em uma amplificação que divide o todo em partes:

A publicidade é arte.

A publicidade é um braço da argumentação de vendas.

A publicidade é notícia de caráter comercial.

A publicidade visa construir marcas e estimular o consumo de determinados produtos.

A publicidade não cria valores nem muda hábitos da noite para o dia.

A publicidade é um fenômeno cultural.

A publicidade reflete valores e códigos da sociedade sem nada inventar ou inovar.

A publicidade trabalha com a fantasia e o lúdico.

Outra **figura de presença** no voto relator, na fl. 3:

Impressiona lembrar que ainda na segunda metade do século passado era comum, na propaganda, o uso das imagens de donas de casa levando palmadas do marido, como aconteceu em icônico anúncio patrocinado por uma empresa de café americana, na década de 60, dentre outros tantos exemplos. Impressiona também que, em pleno século 21, uma empresa multinacional e multibilionária invista em campanha publicitária abertamente preconceituosa, mas que, para todos os efeitos, busca ser apenas “engraçada”, na qual alguém lamenta o fato de a Skol não ter a mesma capacidade de produzir coisas boas, prazerosas e acessíveis, quando se trata de fornecer mulheres para o “consumo do mercado”. (grifos nossos)

Com “Impressiona lembrar” e “Impressiona também”, o orador cria uma repetição por anáfora: repete a mesma palavra no início da frase seguinte para marcar um acontecimento do século passado e relacioná-lo com os dias atuais, a fim de causar *indignação* no auditório.

Nesse mesmo trecho, temos ainda a **figura de comunhão**, por meio da alusão: o orador confirma a comunhão com o auditório referindo-se a uma lembrança por força de referências a uma cultura, a uma tradição, a uma época (século passado) comum entre ele e o auditório, facilitando, assim, a *persuasão*.

Na visão aristotélica, o orador expõe em pares opostos, ligados ao prazer e à dor, nesse processo de persuasão, a indignação e a compaixão. O auditório é provocado de que o mal “discriminação da mulher” ofende “quem não merece” pelo passado de luta do igualitário feminino, e ao perceber que esse “mal” pode fazer sofrer não apenas o individual, mas também o coletivo, acaba por apiedar-se e altera sua percepção sobre a causa em análise.

Por sua vez, as **figuras de escolha**, aquelas que sugerem uma caracterização, encontram-se distribuídas por todo o texto, por exemplo:

fl. 1 - largo espectro de julgamento, fl. 3 - mercantilização da mulher, fl. 3 - coisifica a mulher, fl. 3 - mulher de carne e osso, fl. 4 - fonte de desejo, fl. 5 - peso de ouro, fl. 1 - publicidade abusiva, fl. 1 - valores sociais, fl. 2 - abuso do direito, fl. 2 - liberdade de expressão, fl.2 - grupo social, fl. 2 - consciência individual, fl. 2 - moral social, fl. 2 - bem social, fl. 3 - mundo fantástico, fl. 3 - objeto de consumo, fl. 3 - a luta, fl. 3 - bandeira, fl. 3 - estereótipos grosseiros, fl.

3 - lugar-comum, fl. 3 - consumo do mercado, fl. 4 - universo masculino, fl. 5 - estética feminina, fl. 5 - direito de tolerância, fl. 5 - politicamente correto, fl. 5 - prática do malfeito.

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

Há, também, figuras de estilo e outras figuras, como a diácope – “entregues por homens para homens” (fl. 3), além de termos em latim e rimas com a mesma terminação: “que a estética feminina, por mais apreciável que seja, não se confunde com lata de cerveja” fl. 5.

4.2 Análise do voto vencido

Selecionamos a terceira parte do voto vencido, pelos mesmos motivos apreciados na análise do voto relator:

[...] é fato que, nas praias, os trajes femininos são cada vez mais sumários. É fato ser o ideal da musa componente do imaginário masculino- e isso desde tempos bem antigos. fl. 1 (grifos nossos)

Nessa **figura de presença**, em que temos repetição por anáfora, o orador repete os argumentos do voto relator no início da frase seguinte e emprega os próprios argumentos do interlocutor para reforçar sua réplica.

O orador, nesse caso, utiliza ainda o recurso da **figura de comunhão**, mas diferentemente do orador do voto relator, pois, além de narrar em primeira pessoa do singular (EU – nivelamento em igualdade com o auditório), se vale da citação, no uso da máxima em latim “*in vino veritas, in cervisia felicitas!*”, e cria uma relação de dependência com o auditório.

Por fim, ressaltam-se as **figuras de escolha**, que permeiam toda a fundamentação, tais como:

fl. 1 - conceito elástico, fl. 1 - imaginário masculino, fl. 1 - pesada multa, fl. 1 - liberdade de expressão, fl. 1 - censura econômica, fl. 1 - condição feminina, fl. 1 - ousadia como ofensa, fl. 2 - ferir de morte.

Fonte: elaborado pelas autoras (2019).

Os recursos retóricos usados pelo orador do voto vencido, bem como suas escolhas argumentativas, demonstram seu posicionamento estratégico, uma vez que ele não tem intenção de informar, proibir, autorizar condutas, como ocorre no voto relator, mas apenas de formar a opinião do auditório, abrindo caminhos ideológicos inquestionáveis por meio da instituição da qual fala.

Considerações finais

As decisões judiciais, seja qual for a técnica ou o argumento do discurso jurídico, devem abranger também uma aceitabilidade social. O raciocínio formal, portanto, torna-se insuficiente ao se considerar os gêneros retóricos para satisfazer os três auditórios diferentes: as partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública. E isso pudemos observar na análise da variabilidade e da gradação desses gêneros.

Motivar uma decisão é expressar as razões e afastar a arbitrariedade, do mesmo modo que a fundamentação deve conter os elementos de convencimento e de persuasão que envolvem não apenas o interesse das partes do litígio, mas toda a sociedade, e essa abordagem foi apresentada na análise do contexto retórico do acórdão selecionado.

Nesse discurso jurídico, a retórica do dissenso, exposta pelos dois votos, relator e vencido, nos ofereceu a possibilidade de comparar as sentenças, de modo a compreender o sentido e os limites da lei, interpretá-las, combiná-las e criticá-las, além de extrair lições em geral e preparar soluções futuras.

Entendemos, a partir de nossa análise, que as figuras colocam questões para o auditório, em um movimento de negociação das distâncias, que ora devem ser respondidas, ora já foram respondidas. Questões não apenas em relação à justiça, mas também em consideração às situações éticas e morais da sociedade. As paixões infiltradas no lugar-comum do direito descritivo/normativo produzem reações afetivas por meio de determinações ideológicas do seu lugar de fala que absorvem a interrogatividade do auditório.

Assim, as figuras retóricas cumprem um importante papel na construção da eficácia da persuasão dos elementos emotivos que constituem e

fundamentam as relações dialógicas no discurso jurídico, ultrapassando um caráter meramente embelezador ou informativo.

Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução: Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto. São Paulo: Contexto, 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução: Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. Semiótica das paixões: o ressentimento. **Alfa**, São Paulo, v.51, p.9-22, 2007.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisas aos estados de alma. Tradução: Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

MELLO, Luiz Carlos Migliozi Ferreira de. Sobre a semiótica das paixões. **SIGNUM**, Londrina, n. 8/2, p. 47-64, dez. 2005.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução: Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Michel. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Tradução: Antonio Hall. Lisboa: Edições 70, 2018.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**: nova retórica. Tradução: Verginia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Anexo 1 – Transcrição da terceira parte do voto vencedor

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

São Paulo

Voto nº 10.585

Dito isto, passa-se ao julgamento da causa.

A publicidade é acima de tudo arte, ainda que contenha, na sua essência, a técnica; é um braço da argumentação de vendas; é notícia de caráter comercial, que visa, principalmente, a construir marcas e estimular o consumo de determinados produtos. Ela não cria valores nem muda hábitos da noite para o dia. É um fenômeno cultural dito derivado, pois reflete valores e códigos da sociedade, sem nada inventar ou inovar. Trabalha, em grande parte, com o mundo da fantasia e do lúdico, buscando despertar a atenção do consumidor.

O mundo irreal da arte publicitária poderá tornar-se real caso a campanha seja construtiva e bem aceita pelos consumidores, não se revelando legítimas, neste cenário, quaisquer limitações por parte do direito, que não tem por objetivo coatar a imaginação dos publicitários, mas sim proteger aqueles que, vulnerável, sob diversos aspectos, acaba sendo influenciado diante da mensagem transmitida pela propaganda.

Nesta esteira, o legislador, na regra do artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, tratou da publicidade enganosa e abusiva, dispondo, no § 2º, no sentido de que “é abusiva, **dentre outras**, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite a violência, explore o medo ou a superstição, aproveite-se da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.

Ao que se retira do artigo acima transcrito, figura da publicidade abusiva é ampla, tratando a norma de estabelecer rol meramente

exemplificativo, como se retira do emprego da expressão “dentre outras”, que deixa margem para um largo espectro de julgamento.

Embora inexista, entre juristas e publicitários, um consenso sobre a definição de “publicidade abusiva”, tem-se de levar em conta que há uma medida para todas as coisas, que existem, afinal, limites (Horácio, *Sátira*, I, 1). E estes contornos, na estipulação do conceito, hão de considerar o arcabouço de valores sociais que a Carta Constitucional buscou promover, tanto quanto o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito da personalidade.

O princípio constitucional no qual está fundada a proibição da publicidade de natureza discriminatória encontra-se consolidado na regra do artigo 3º, IV, da Constituição Federal, que assim dispõe:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [...] promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No dizer do jurista Antônio Herman de Vasconcelos Benjamin, “é abusiva a publicidade que discrimina o ser humano, sob qualquer ângulo ou pretexto. A discriminação pode ter a ver com a raça, com o sexo, com a preferência sexual, com a condição social, com a nacionalidade, com a profissão e com as convicções religiosas e políticas” (*Manual de Direito do Consumidor*, 6ª Ed., 2014, SP, RT, p. 298).

E o abuso, ou a configuração dele, independe do elemento subjetivo, vale dizer, da intenção, da boa-fé ou da má-fé do idealizador da campanha publicitária ou do agente que a patrocina, caracterizando-se a abusividade pelo dano potencial que pode causar a valores não econômicos, não importando a extensão ou intensidade.

Mais que isto, a ideia de abuso do direito, desde a doutrina do *Segundo Saleilles*, dispensa a noção de culpa ou dolo, age de maneira abusiva aquele que faz uso anormal de um direito, enfim, aquele que se conduz de maneira contrária à função social do direito (*Étude sur théorie générale de l' obligation, d'après Le premier projet de Code Civil pour l'empire allemand, apud Carlos Fernández Sessarego, Abuso Del Derecho*, Buenos Aires, Astrea, 1992, p. 198 e 199).

Não se trata de deixar de lado ou de desconsiderar a liberdade de expressão, garantida constitucionalmente, mas de conformar o seu exercício aos valores éticos e morais que têm de ser levados em conta em qualquer segmento da atividade humana. Uma peça publicitária não pode sequer sugerir mensagem depreciativa nem ofensiva a determinado grupo social.

Cada um de nós tem uma visão da vida e das coisas, na esfera da subjetividade, da consciência individual. Todavia, a atividade humana dirigida a um valor, objeto da Ética, há de levar em consideração não só a esfera das elaborações subjetivas do indivíduo (Ética individual), como também os valores da coletividade em que o indivíduo age (Ética social). Neste espaço, em que atua a consciência coletiva e no qual transitam a Moral Social e o Direito, sobreleva considerar a conduta como bem social, que supera o valor do bem para cada um (a propósito destas reflexões, v. Miguel Reale, *lições preliminares de direito*, 12ª Ed., SP, Saraiva, 1985, p. 35 a 40).

No caso em exame, a autora foi autuada pelo PROCON-SP por patrocinar a veiculação, durante o verão de 2006, da campanha “Musa do Verão”. A respectiva peça publicitária mostra, num contexto fictício, um processo de clonagem da dita musa do verão, a qual passa a ser entregue a homens de diversos lugares. Alguns gostam do clone; outros não, por acreditar que “veio com defeito”. O mote traz a ideia de que se o “cara” que inventou a cerveja *Skol* tivesse inventado também a musa do verão, ela seria acessível, sem defeito nenhum, a todos os homens.

Não se trata apenas de dizer que a campanha é manifestamente artificial, pois dá mil voltas só para mostrar o corpo feminino, associando o consumo da cerveja ao acesso dos homens a mulheres esteticamente perfeitas. Mais que isto, a campanha publicitária passa a mensagem de que seria bom se quem “inventou” uma marca de cerveja apreciada por grande parte dos homens pudesse também “inventar” uma mulher pronta para ser consumida a qualquer tempo e a qualquer hora.

Nesse contexto de mercantilização da mulher, não se pode desconsiderar as questões de gênero para dizer, como faz a autora, que a propaganda invoca apenas símbolos do verão, a exemplo do Sol, do mar, cenário no qual homens e mulheres aparecem festejando em trajes praianos. Na verdade, o que se vê no filme publicitário são “mulheres clonadas”, carregadas em carrinhos, do tipo que se vê em supermercados, sendo entregues por homens para homens. Nas palavras da própria autora, a ideia é transmitir a mensagem de que, naquele mundo fantástico, mulheres com fenótipos de musa estariam à disposição de qualquer homem, assim como as cervejas da marca *Skol*.

O argumento da peça publicitária é mais do que infeliz, pois “coisifica” a mulher servindo-a, mediante entrega, para desfrute do consumidor. Em outras palavras, nela, o gênero feminino transforma-se em objeto de consumo. Alguém poderia dizer que se trata apenas de um “clone” de mulher,

e não de uma mulher de carne e osso, pelo que o argumento cede diante do poder de sugestão que o *marketing* exerce.

Tampouco se venha dizer, como afirma a autora, que apenas grupos feministas se mostraram escandalizados com a campanha “Musa do Verão”. O que importa é que nela há discriminação do sexo feminino, a justificar a lavratura do auto de infração e a imposição de multa, com fundamento na regra do artigo 37, §2º, do Código de Defesa do Consumidor.

A luta pelo espaço igualitário da mulher na sociedade é tema que ganha cada vez mais força no mundo. No momento em que a sociedade busca proscrever a ideia de que o gênero feminino é mero objeto de prazer, não se pode legitimamente sustentar que a valorização da mulher seja vista apenas como uma bandeira de determinado setor (radical) da sociedade. Todos estão envolvidos com a superação de estereótipos grosseiros, lugar comum sempre presente quando o assunto é publicidade.

Impressiona lembrar que ainda na segunda metade do século passado era comum, na propaganda, o uso da imagem de donas de casa levando palmadas do marido, como aconteceu em icônico anúncio patrocinado por uma empresa de café americana, na década de 60, dentre outros tantos exemplos. Impressiona também que, em pleno século 21, uma empresa multinacional e multimilionária invista em campanha publicitária abertamente preconceituosa, mas que, para todos os efeitos, busca ser apenas “engraçada”, na qual alguém lamenta o fato de a Skol não ter a mesma capacidade de produzir coisas boas, prazerosas e acessíveis, quando se trata de fornecer mulheres para o “consumo do mercado”.

Não se nega, na linha do que sustenta a apelada, que o universo masculino sempre foi pródigo em produzir textos e músicas nas quais a mulher surge como fonte do desejo do homem, sempre pronta para servi-lo. É possível lembrar, nesse contexto, o grande Mario Lago, autor de “Ai, que saudades da Amélia”, bem como o inolvidável Ataulfo Alves, em “Mulata Assanhada” (Ai, meu Deus, que bom seria//Se voltasse a escravidão//Eu comprava essa mulata//prendia no meu coração//E depois a pretoria//É quem resolvia a questão).

Mas é preciso ler *Casa-Grande e Senzala* para entender o porquê essas relações de submissão e posse acham-se quase sempre presentes sobretudo no universo do samba. Para citar Ortega y Gasset, grande admirador da obra de Gilberto Freyre, o homem é ele próprio e suas circunstâncias, pensamento que bem reflete o fato de que toda a produção humana deve ser entendida

num determinado contexto de vida (social, cultural, econômico, histórico, existencial, etc.)

Bem por isto, tampouco se pode citar Drummond fora do contexto em que o grande poeta brasileiro produziu. No seu primeiro livro, *Alguma poesia*, de 1930, onde foi publicado o poema *Moça e Soldado* (e não “A mulher e o soldado”), a que faz referência a autora, o poeta trata do sentimento de desajuste, expulso que fora do colégio, sob acusação de mau comportamento e “insubordinação mental”, por discordar de um professor durante a aula. Essa passagem, que foi marcante na sua vida, está registrada na autobiografia que Drummond escreveu para a *Revista Acadêmica*.

Aliás, a inquietação de Drummond aparece em vários momentos de sua obra, conforme se retira da antologia poética por ele próprio organizada, em 1962, em poemas reunidos na seção que leva o título “Tentativa de exploração e de interpretação do estar-no-mundo”. Este é o sentido da poesia em parte transcrita na inicial. Faltou completá-la para entender o alcance dos versos: “moça bonita foi feita para namorar// soldado barbudo foi feito para brigar (...) Só eu não brigo// só eu não namoro”.

No poema, Drummond revela o seu jeito “ensimesmado”, dizendo como distante é o poeta das outras pessoas, que o nefelibata espia, sem nunca se envolver. Disto se retira que a interpretação sugerida pela autora da ação é manifestamente equivocada. Diga-se mais, o escritor de Itabira, em sua obra póstuma, *O avesso das coisas*, publicada em 1987, mostra, numa coleção de aforismos, relativos a vários temas, dentre eles *a mulher*, como prezava a inteligência e a perspicácia feminina: “a mulher é mais do que o homem quando este pretende ser mais do que a mulher”.

É preciso interpretar, não só textos jurídicos, mas qualquer tipo de produção humana, quer seja científica, quer artística, dentro do seu contexto. E a peça publicitária que compõe a campanha “Musa do Verão” certamente vai de encontro aos valores que começaram a se formar, mercê do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a partir dos anos 90, diante de marcos civilizatórios que não convivem mais com estereótipos e formas pré-concebidas.

Enfim, a publicidade brasileira, reconhecida mundialmente pela sua capacidade criativa, vem dando mostras de que não se pode subjugar a inteligência do público: é impensável hoje associar cigarro com práticas esportivas, noções antitéticas, tal qual se fazia antes, assim como não se cogita mais da associação entre consumo de bebida alcoólica e bom desempenho sexual, presente em vários anúncios publicitários do passado. A

atuação do PROCON é fruto da consciência, que habita o coletivo, no sentido que não se pode estimular associações improváveis entre o corpo da mulher e objetos de consumo.

Não se trata de exercer o direito de tolerância, tampouco de romper com uma certa hipocrisia social, na linha do “politicamente correto”, mas de perceber que a estética feminina, por mais apreciável que seja, não se confunde com lata de cerveja, produto que as pessoas consomem e depois jogam fora. É certo que, em tempos de racionalidade instrumental (Horkheimer) e de modernidade líquida (Baumam), tudo é disponível, descartável. Mas a filosofia contemporânea, ao mesmo tempo em que interpreta o mundo a nossa volta, denuncia, faz pensar. E é terrível perceber o quão desagregadora pode ser uma mensagem publicitária, promovida a peso de ouro, que penetra na casa das pessoas sem pedir licença. De mais a mais, a televisão é serviço público, atuando as empresas, neste ramo, mediante concessão.

Nem se venha argumentar, de outra parte, com pesquisas unilaterais, cuja metodologia empregada se desconhece, na tentativa de comprovar que a sociedade brasileira apóia aquele tipo de peça publicitária. Tal argumento expõe-se à mesma crítica, formulada pela autora, quando se referiu pejorativamente ao material publicado na internet, cuja fonte e critérios se desconhece.

Quanto às demais peças publicitárias que enveredariam pela exploração gratuita da sensualidade ou daquilo que é escatológico, diga-se que dois erros não perfazem um acerto. Aliás, a defesa que instituições e pessoas apresentam, sobretudo no campo da política, quando se vêem pilhadas na prática do mal feito, recorre sempre a esta forma de argumento, mais do que reducionista, infantil: “mas fulano de tal também fez isto”.

Fonte: Apelação nº 0005431-07.2010.8.26.0053. Disponível no site para consulta de jurisprudência em: <http://www.jota.info/wp-content/uploads/2016/06/Decis%C3%A3o-tj-sp-skol.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019

Anexo 2 – Transcrição da terceira parte do voto em análise no artigo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

São Paulo

Apelação nº 0005431-07.2010.8.26.0053

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

No que pesem os sólidos e eruditos fundamentos do respeitável voto condutor, enriquecidos pelas considerações tecidas pela culta revisória, ousou divergir do desate para manter a sentença nos termos em que proferida. (terceira parte do voto)

Nele vi, a exemplo do Des. Zuliani, uma peça bem-humorada permeada de completo *non-sense* subjacente à absurda possibilidade de se reproduzir bela jovem, eleita “Musa do Verão de 2006” de modo a que cada sonhador pudesse tê-la não como uma figura distante, imaginária, mas como algo palpável, material, a seu alcance. Esforcei-me para não rir, mesmo, quando em sessão examinava a peça, pois não a conhecia (não sou dado a assistir televisão).

É bem verdade ser elástico o conceito de publicidade abusiva. É aquela que não se qualifica como enganosa, sendo indeterminado seu conceito jurídico, “que deve ser preenchido na construção do caso concreto” (Alberto Pasqualotto), “levando-se em conta, nomeadamente, os valores constitucionais básicos da vida republicana” (Vidal Serrano Nunes). Nem por isso, *data venia*, seu julgamento deve dissociar-se da realidade: é fato que, nas praias, os trajés femininos são cada vez mais sumários. É fato ser o ideal da musa componente do imaginário masculino e isso desde tempos bem antigos.

O que fez o comercial sob julgamento? Transpôs ao mundo da publicidade essa realidade de nossos balneários ao onírico do público destinatário da mensagem, em filme de grande impacto por sua originalidade, irradiada da intensa dose de criatividade com que se houveram seus autores. Publicitários que bem souberam sintetizar esses fatores em peça recheada pelo BOM humor característico da picardia do brasileiro associado à alegria imanente a reuniões em cervejarias: *in vino veritas.., in cervisia felicitas!* E o que se faz ao punir o anunciante com pesada multa é, justamente, cercear essa criatividade, inerente à liberdade de expressão- garantia fundamental consagrada na Constituição – mediante ato de censura econômica, apenas porque alguns viram a ousadia como ofensa à condição feminina. Definitivamente não foi essa a minha leitura.

Longe disso, vejo a situação em muito assemelhada à analisada por esta mesma câmara na Apelação nº 558.085-5, sob a batuta do Des. Nogueira Diefenthäler.

(última parte do voto)

E vou além: acatar a tese defendida pela apelante significa ferir de morte a publicidade brasileira, instigando seus agentes a ousar apenas em cenários neutros, com locutores trajados formalmente e textos cuidadosamente revistos a fim de que suscetibilidade alguma possa vir a ser ferida, sob pena de pesadas sanções. Claro cenário de materialização da pior das censuras: a autocensura!

Peço vênia para ficar vencido.

Fonte: Apelação nº 0005431-07.2010.8.26.0053. Disponível no site para consulta de jurisprudência em: <http://www.jota.info/wp-content/uploads/2016/06/Decis%C3%A3o-tj-sp-skol.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019.

Forma de citação sugerida

BUTIERI, Kathrine; LÉRICO, Camila Cesário. As figuras retóricas e as paixões numa decisão do judiciário brasileiro. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 178-202, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2581.

Ethos racista de cor no futebol brasileiro: uma construção histórico-ideológica

Mirian Ribeiro de Oliveira

Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil.
olivermirian@yahoo.com.br

Resumo: Objetiva-se examinar as representações histórico-ideológicas racistas de cor, produzidas no cenário do futebol brasileiro, referendando-se no seguinte problema de pesquisa: de que maneira o negro pode construir uma imagem positiva de si, se os discursos emergentes o colocam num lugar vazio, sem reconhecimento social, até mesmo no âmbito de um território convencionalmente construído como seu? Ancora-se na hipótese de que o *ethos* racista no futebol é uma construção histórico-ideológica, uma estereotipagem, gestada nas instâncias discursivas quotidianas do negro, em suas múltiplas relações com o outro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, alicerçada na Análise do Discurso. Para tanto, fundamenta-se teórico-metodologicamente em Amossy (2007; 2008) e na visão de *ethos* apresentada por Maingueneau (2008a; 2008b), numa dialogicidade com teóricos das Ciências Humanas e Sociais pertinentes ao racismo de cor: Guimarães (2004; 2008), Munanga (2006) e outros de extrema relevância como Bourdieu (2011), no que tange às concepções de território e fronteira.

Palavras-chave: *Ethos*. Racismo. Futebol.

Abstract: The objective of this paper is to examine the racist historical-ideological representations of color, produced in the Brazilian soccer scenario, referring to the following research problem: how can Black people construe a positive image of themselves if the emerging discourses place them in an empty place, with no social recognition, even in a territory conventionally construed as theirs? The problem is grounded on the hypothesis that the racist *ethos* in soccer is a historical-ideological construction, a stereotype generated in the daily discursive instances of Black people in their multiple relations with the other. It is a qualitative research, based on Discourse Analysis (AD), drawing theoretically and methodologically on Amossy (2007; 2008) and on the conception of *ethos* developed by Maingueneau (2008a; 2008b), in a dialogue with human and social sciences theorists relevant to the debate on racism: Guimarães (2004; 2008), Munanga (2006) and others of extreme relevance, such as Bourdieu (2011), regarding the conceptions of territory and boundary.

Keywords: *Ethos*. Racism. Soccer.

Introdução

Este estudo parte do pressuposto de que o discurso é possuidor de um caráter não linear, que se retroalimenta pelas vias histórico-ideológicas, eminentemente culturais, visto que é produzido numa interação sociodiscursiva, em que se inscrevem vários elementos do discurso. Sob esta ótica, cabe dizer que as enunciações são passíveis de inferências diversas, tendo em vista que o próprio discurso nos fornece evidências dos dizeres, sinais deixados pelo enunciador, ao definir seu posicionamento. Neste processo, entende-se que um *ethos* discursivo se constrói nos cenários do cotidiano e são redefinidos por representações imaginário-simbólicas: uma construção de representação de si e do outro emerge, não do nada, mas do discurso, enquanto ato de linguagem.

Considerando as assertivas feitas, esta pesquisa nasce diante da seguinte problemática: de que maneira o negro pode construir uma imagem positiva de si, se os discursos emergentes o colocam num lugar vazio, sem reconhecimento social, até mesmo no âmbito de um território convencionalmente construído como seu? Afinal, a reprodução de uma imagem racista, de um *ethos* identitário, no futebol, traduz-se como extensão das práticas do cotidiano? Para responder a esses questionamentos, as discussões ancoram-se na hipótese de que o *ethos* racista no futebol é uma construção histórico-ideológica, uma estereotipagem, gestada nas instâncias discursivas do cotidiano não só futebolístico, mas na tessitura da vida do negro, em suas múltiplas relações com o outro. Uma representação partilhada por aqueles que tentam legitimar seu dizer na marginalização do outro.

Ademais, este estudo fundamenta-se teórico-metodologicamente nas discussões travadas por Amossy (2007; 2008) e Maingueneau (2008a; 2008b), em dialogicidade com teóricos das Ciências Humanas e Sociais: Guimarães (2008; 2004), Munanga (2006). Por entender que todo texto científico necessita de recortes, cabe dizer que os primeiros norteiam o campo de saber em que se centra o estudo. Isto porque é neles que se encontra a noção de discurso que adotamos. Parafraseando Amossy (2007), é por esta via que os fundamentos fornecidos pela Análise do Discurso de orientação francesa (AD) permitem conciliar os estudos da argumentação retórica aos funcionamentos discursivos em situação de discurso, de comunicação, portanto. Sob este crivo, também emergem as discussões acerca do *ethos*, entendido, nesta

pesquisa, pelo olhar de Maingueneau (2008a), como dispositivo de adesão dos sujeitos a uma situação comunicativa, ao ocupar uma posição no discurso, na cena de enunciação. É salutar dizer que o *ethos* tem voz, produz uma estrutura enunciante, uma espécie de garantia de dizer que tem origem em seu fiador, enquanto sujeito social que exerce um papel decisivo, representativo, na instância discursiva.

Quanto ao método, trata-se de um recorte qualitativo – por seu caráter descritivo e analítico (RICHARDSON, 1999), para além das abstrações linguísticas –, em que se busca examinar o funcionamento da materialidade linguageira no entrecruzamento do linguístico e do social, entendendo o discurso em duas acepções: “(1) como maneira subjetiva de apreender a linguagem, ela própria entendida como capacidade, competência inata de se comunicar e (2) como manifestação oral ou escrita, ou seja, o discurso articulado, o ato retórico” (MAGALHÃES, 2019, p. 28). Logo, caminha-se, neste sentido, visando ao estabelecimento de conexões teórico-metodológicas. Interessam-nos os processos movidos pelo e no discurso imbricado no histórico-cultural. Ressalva-se o fato de que a categoria racismo de cor também se submete ao tratamento qualitativo, uma vez que se objetiva analisar os processos que o perpassam na construção do *ethos* ou da representação da imagem de si e do outro.

A escolha pelos recortes de análise respaldou-se no fato de que, em sua maioria, foram construídos numa interatividade não marcada pela costumeira técnica científica, já que o próprio Maingueneau (2018b) os denomina de *corpora* privilegiados, alusão que faz aos textos científicos, políticos, literários, publicitários e outros semelhantes. Sugere, além disso, que saíamos deles, visto que estão impregnados pela técnica científica, “para perceber que a construção do *ethos* é muito frequentemente uma tarefa incerta: porque os locutores ou os intérpretes não são *experts*, ou simplesmente porque os gêneros ou os tipos de discurso em questão não oferecem condições favoráveis” (MAINGUENEAU, 2018b, p. 323). Considerando esta linha de pensamento, esta pesquisa recortou, de textos jornalísticos midiáticos do universo futebolístico, cinco fragmentos de textos: dois destes mais longos, que se desdobram na análise, por fazerem apologia ao racismo através da enunciação “banana aos macacos”. Nestes, percebe-se que os enunciadores

naturalizam o uso da fala, pouco se importando com a norma linguística privilegiada.

Feitos os esclarecimentos acerca do campo de saber, do lugar de onde se fala, compete reiterar que a proposta se respalda na visão de Análise de Discurso defendida por Maingueneau (2008). Para este, há muitas controvérsias acerca da concepção de discurso: uma categoria de difícil concepção, tendo em vista sua inserção em diversas linhas de pensamentos e escolas, bem como os usos por vezes aleatórios e particulares praticados. Após inúmeras ressalvas a respeito da categoria discurso e análise de discurso, Maingueneau (2008b, p. 143) acrescenta que, no seu entendimento, “o interesse específico que governa a disciplina ‘análise do discurso’ é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação”. Destaca a existência de um dispositivo de enunciação que os une, provenientes ao mesmo tempo do verbal e do institucional.

Enfatiza, ainda, que, em quaisquer dos casos, o analista há de considerar o papel central, decisivo, do gênero do discurso, por sua natureza e dimensão, haja vista a não simplicidade relacional entre texto e contexto. Isto porque não convém pensar as palavras distanciadas dos lugares que as autorizam ou tampouco os lugares desautorizados pelas palavras. As consequências seriam nefastas para o ato fundador do discurso ou das exigências que fundam a análise do discurso. Soares (2013) aponta que o discurso, sob a ótica de Maingueneau, deve ser compreendido

[...] como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico, levando em conta também (e sobretudo) os interlocutores (com suas crenças, valores) e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que ele é produzido. O discurso é contextualizado, isto é, todo enunciado só tem sentido no contexto em que é produzido: há um sujeito, um EU que se coloca como o responsável pelo que se diz e é em torno desse sujeito que se organizam as referências de tempo e de espaço. O discurso é interativo, pois é uma atividade que se desenvolve, no mínimo, entre dois parceiros (marcados linguisticamente pelo binômio Eu-Você). É uma forma de atuar, de agir sobre o outro. (SOARES, 2013, p. 272).

Nesse entremeio do discurso, Maingueneau (2008a; 2008b) estabelece as bases fundadoras do *ethos*, denominando-o discursivo. Em seus estudos, a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão de

sujeitos a certa posição discursiva, lembrando ainda que o *ethos* está crucialmente estreitado ao ato de enunciação, por sua natureza construtiva, antes mesmo do pronunciamento do enunciador, visto que, sob este ato de comunicação, representações são produzidas. Por isso, Maingueneau (2008b) aponta a existência e distinção de um *ethos* discursivo e pré-discursivo, passando também a afirmar sua afinidade com o primeiro. Sucintamente, o último pode ser explicado pelo senso de pertencimento a um estilo, a uma linha de pensamento, a instituições, a ideologias, a convenções sociais etc.

Ressalva-se, entretanto, que as concepções de *ethos* discursivo passaram por inúmeras disputas teórico-metodológicas nos mais diversos campos de conhecimento. Nascimento (2019) esclarece que, mesmo nas pesquisas de Maingueneau, a noção de *ethos* tem passado por constantes mudanças e, portanto, reformulações. Ao retomar estudos anteriores, o autor “reafirma que o *ethos* fundamenta-se em uma perspectiva sociodiscursiva, constitui-se na enunciação e estabelece uma interação com o co-enunciador” (NASCIMENTO, 2019, p. 52). Por esta perspectiva, os enunciados não se processam como elementos nodais na construção de *ethos* discursivo, já que a enunciação passa a ocupar o lugar central nessa relação constitutiva. Aponta, também, que, como se trata de uma atitude socialmente avaliada, sua manifestação somente pode ser compreendida na enunciação, isto é, em uma cenografia e em determinada condição sócio-histórico-cultural.

Passando pela antiguidade clássica e por outras linhas teóricas, visando à discussão de *ethos* discursivo, bem como de conceitos a ele adjacentes, Magalhães (2019) produz uma leitura dinâmica e muito interessante acerca do trajeto de emergência histórica de *ethos* discursivo, com destaque para os estudos de Maingueneau. Assim, faz importantes observações: apesar das proximidades com a retórica antiga, os conceitos atuais não são idênticos, embora guardem semelhanças importantes; a fala não está mais restrita pelos mesmos dispositivos; a retórica, que era disciplina única, explodiu em diversas outras correntes teóricas e práticas, com interesses distintos, captando o *ethos* de formas diversas.

É uma noção discursiva (constrói-se por meio do discurso, não é uma imagem do orador, exterior à fala); está profundamente ligado a um processo interativo de influência do outro; é uma noção híbrida (sociodiscursiva), um comportamento julgado socialmente, que não pode ser apreendido fora de uma

situação de comunicação precisa, integrada ela mesma em uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAGALHÃES, 2019, p. 36).

Na síntese, Magalhães (2019) explica que a visão de *ethos* discursivo, para Maingueneau, é construída, historicamente, em momentos diversos:

[...] Se, em 2013, o autor reforça que o *ethos* não é dito, mas percebido pelo auditório por meio do discurso, em 2014 retoma, explora a questão e vai de encontro ao que havia explicado, ao reconhecer a existência de duas categorias *ethos* dito (informações sobre si que o enunciador explicita textualmente) e mostrado (o que o enunciatário percebe a partir de outros enunciados), em situações principalmente ligadas a comunicações via internet. Essas situações demandam três estratégias na relação entre *ethos* dito e mostrado: pode haver (1) uma ruptura, caso haja divergência entre um e outro; (2) uma convergência entre eles, quando o dito se sustenta pelo mostrado e (3) um “desaparecimento do dito, em proveito somente do *ethos* mostrado”, mas não explica a terceira estratégia (MAGALHÃES, 2019, p. 38).

Ainda segundo Magalhães (2019), no mesmo ano, em outro artigo (*Le Recours a l’Ethos dans l’analyse du discours littéraire*), Maingueneau mantém essas duas categorias, mas retoma a questão do pré-discursivo e passa a denominá-lo como *ethos* anterior, uma vez que ambos estão no interior do discurso, ou seja, esse *ethos* anterior seria elaborado a partir do discurso.

Estudar o *ethos* discursivo é de uma complexidade tão grandiosa que o próprio Maingueneau (2018) nos adverte:

[...] Enquanto o *ethos* era um conceito puramente retórico, confinado ao domínio da arte oratória, um tipo de evidência a serviço de uma estratégia argumentativa unívoca, permanecemos pouco conscientes dos problemas que surgem de seu uso. Ao apropriar-se da noção de *ethos* a partir da década de 1980, estendendo seu campo de validade ao conjunto das produções discursivas, a análise do discurso passa a questionar seu conteúdo, seus poderes e seus limites. Mas parece-me que a reflexão ainda não foi longe o suficiente nesse sentido. O *ethos* continua sendo uma categoria insuficientemente especificada para ser a medida da diversidade de situações de comunicação (MAINGUENEAU, 2018, p. 330).

Diante dessas assertivas, torna-se relevante dizer que, no que se refere ao *ethos* discursivo, corroboram-se, sucintamente, os dizeres de Nascimento (2019, p. 52), por entender que, “na verdade, o *ethos* discursivo é, pelo que antecede, uma manifestação subjetiva, emerge na enunciação e engloba o *ethos* dito, sinalizado por referências diretas.” Quanto ao *ethos* mostrado, é “construído por pistas que o enunciador oferece, no funcionamento do discurso; mas que ele pode não estar explicitamente ali representado.” Ou

como bem distingue Maingueneau (2018, p. 323): “[...] *ethos* dito (o que o locutor diz sobre si mesmo) e *ethos* mostrado (o que mostra sua maneira de enunciar)”. Vale lembrar que, tanto na instância do *ethos* dito quanto do *ethos* mostrado, o papel exercido pelo co-enunciador na interação comunicativa é de suma importância.

1. Fronteiras racistas de cor: construção do *ethos* no futebol brasileiro

Diante das asserções, em que circunstâncias o racismo de cor estaria inscrito? Na esteira de Maingueneau (2008b), entendemos que em duas instâncias – discursiva e pré-discursiva –, pois se trata de hábitos, costumes, comportamentos e posturas aprendidos, internalizados e mobilizados por uma historicidade ideológico-cultural, também por discursos preconceituosos, impregnados em um povo que discrimina pela cor; por outro lado, o racismo assume um caráter e corporalidade ao ser enunciado por sujeitos que são afiançados pelas representações sociais do que vem a ser branco e negro. A garantia do dizer passa pela reciprocidade afiançada pela receptividade do outro.

Destarte, cabe dizer que o racismo, no Brasil, assume caracteres diferenciadores, pois foi alicerçado por uma base hierárquica produtora de um discurso preso a narrativas eurocêntricas e brasileiras que proliferaram uma pseudo-visão de democracia racial, conotando uma harmonia não preconceituosa: a ideologia da democracia racial, oriunda, em especial, da importante obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala* (GUIMARÃES, 2008). Oliveira (2011) pontua que as raízes desta ideologia estão fincadas nas ideias de Blumer e da tradição sociológica de Chicago, tendo em Robert Park e Donald Pierson seus principais representantes, que negaram a existência de preconceito racial no Brasil.

Com Freyre, conforme Guimarães (2008), o mito da democracia racial ultrapassou as barreiras nacionais, sendo propagado em outros países. Esta pseudo-democracia foi extremamente criticada por Fernandes (2007), que evidenciava o quanto o negro ainda se encontrava à revelia de uma possível inserção na sociedade. Fernandes (2007) traça o perfil do regime de classes a partir da posição do negro na sociedade brasileira. Aponta, em especial, que a liberdade conquistada com a abolição da escravidão e o surgimento de

regime de classes não foi suficiente para produzir vantagens econômicas, sociais e culturais ao negro.

Segundo Fernandes (2007), existe um abismo entre as ideologias e utopias raciais dominantes no Brasil, construídas no passado por elites brancas e escravistas, e a realidade racial. Salienta que, ao analisar a situação real do negro, não é possível ignorar o período escravista, bem como a instauração da ordem social competitiva, tendo em vista que a abolição não afetou, apenas, a situação do escravo: afetou também a situação do “homem livre de cor”. “Na verdade, a abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. [...]. O ‘homem de cor’ viu-se duplamente espoliado.” (FERNANDES, 2007, p. 64-71, grifo do autor). Ao ser “liberto”, que indenização ou garantia de assistência recebeu o negro, enquanto ex-agente de trabalho?

Fernandes (2007) ressalta que o negro se enxergou, repentinamente, numa arena competitiva em relação ao branco, sem meios ou mecanismos capazes de um enfrentamento menos perverso. As situações degradantes que outrora eram de responsabilidade do negro continuavam no entorno de sua realidade, agora de forma mais sutil. Sob uma ótica sociológica, o negro ainda não conseguia ser absorvido pelas estruturas ocupacionais hierárquicas, sociais e culturais, constituídas sob o olhar e os mecanismos de extensão do capitalismo. Na síntese,

[...] a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. [...] Os únicos canais eficientes de ascensão social na sociedade brasileira, ainda continuam, quase tão fortemente como no passado, como privilégios sociais das elites das classes altas e da “raça dominante”. O negro e o mulato, como eles diriam, aí “não têm vez”, encontrando-se rigidamente bloqueados por privilégios sociais que possuem inevitáveis e profundas implicações raciais (FERNANDES, 2007, p. 64-71).

Vale lembrar que, em termos de Brasil, busca-se confluir as ideias de Maingueneau (2008) acerca do *ethos* com o pensamento de Bourdieu (2011) sobre fronteira, visto que, para este, esta terminologia ultrapassa a visão reducionista de mapear, pura e simplesmente, um território geográfico. Para tanto, Bourdieu (2011) retoma de Milton Santos (1994) a visão metafórica de desterritorialização. Fronteira, para além dos mapas políticos, demarca “um território que está fora e dentro, perto e longe, na trama das relações sociais e

nas mentalidades no que parece muito objetivo e no que se esconde na subjetividade” (BOURDIEU, 2011, p. 220). Assim, cada indivíduo carregaria consigo várias fronteiras desenhadas pelos contextos discursivos produzidos nas entranhas dos vários lugares circunstanciados historicamente. Logo, a produção do discurso racista de cor, no Brasil, traz marcas seculares de uma fronteira coletiva: “[...] Parecem museus imaginários de espaços e tempos pretéritos, de formas de vida ou ser longínquas, imemoráveis.” (BOURDIEU, 2011, p. 220).

Numa busca desenfreada de justificar o injustificável, o *ethos* da brancura tem suas raízes mais profundas tanto na visão científica quanto no processo de colonização. Schwarcz (1993, p. 57-86) aponta que a ciência se esforçou, em demasia, para provar a supremacia de uns sobre os outros, inclusive com base em um constructo bem alicerçado por áreas como o direito, a antropologia, denominada cultural e, posteriormente, com mais afinco, a biologia, mediante a ascensão do chamado darwinismo social. Segundo a referida autora, o conceito de raça é introduzido na literatura mais especializada em meados do século XIX, por Georges Cuvier, o construtor da ideia de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.

Sob essas assertivas, o conceito de raça era utilizado para destacar a hegemonia do branco sobre o negro em todos os sentidos. Esboçava-se um projeto marcado pela diferença de atitude entre o cronista do século XVI e o naturalista do século XIX, “a quem não cabia apenas narrar, mas classificar, ordenar, organizar tudo que se encontra pelo caminho” (SUSSEKIND 1990 *apud* SCHWARCZ, 1993, p.63). Até mesmo para mostrar que, em termos anatômicos, o crânio do branco se diferenciava da esfera craniana do negro, visto que esta era menor que a estrutura daquele, e, portanto, inferior no que diz respeito à capacidade de pensar. Samuel George Morton e Paul Broca, aponta Schwarcz (1993), também se tornaram grandes mentores deste pensamento nefasto, deixando não só seguidores, mas rastros de um paradigma que se denominou poligenismo:

Sociedades rivais então surgiram, reiterando essa divisão teórica. Esse é o caso da “Sociedade Anthopológica de Paris”, fundada em 1859 por Paul Broca, famoso anatomista e craniologista, estudioso da biologia humana e defensor das teorias poligenistas. O postulado de Broca era de que as diversidades humanas observáveis eram um produto direto das diferenças na estrutura racial. Para esse cientista, o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual

de poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental (SCHWARCZ, 1993, p. 67).

Schwarcz (1993) continua a dizer que havia uma disputa teórica, envolvendo várias disciplinas científicas na defesa do monogenismo e poligenismo, minimizadas somente com o surgimento do darwinismo social, transformando-se, gradativamente, em máximas consensuais de referência obrigatória. Nas palavras de Hofstadter (1975), citado por Schwarcz:

Se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... o darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia – , formou uma geração social darwinista (SCHWARCZ, 1993, p. 72).

Oliveira (2011) discute o racismo de cor e apresenta outro paradigma elementar que sustentou por muitos anos os dizeres e atitudes do branco: trata-se do processo de colonização. Neste âmbito, apresenta as abordagens teóricas de Guimarães (2004) e Conceição (2006) ao dizer que colonizar representava não só usurpar terras e riquezas naturais, mas subjugar, maltratar, dizimar, escravizar etc.. Conceição (2006) destaca que o racismo – etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias – não tem mais de quatro séculos. Nasce com a expansão europeia, da qual deriva o tráfico escravo. Cita Albert Memmi para acrescentar que o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonizado e colonizador, configurando-se como ideologia-chave, organizadora, do colonialismo. Destarte, conclui Conceição (2006), não há colonialismo sem racismo. Conceição (2006, p. 50) ressalta ainda:

Pode-se afirmar, de modo geral, que não havia preconceito racial antes do século XVI, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativa a raça (ou o mito racial), mas as divergências culturais ligadas sobretudo às diferenças de religião: “fiéis” contra “pagãos”; cristãos contra muçulmanos, ou contra judeus, por exemplo. Ao tempo do século XV e XVI legaram relatos isentos de preconceito racial. O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, África e Ásia. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o estatuto de teoria após a revolução industrial europeia.

Oliveira (2011) ratifica os autores especificados ao dizer que o conceito de raça, sob um crivo sociológico, aproxima-se muito do ato de colonizar. Todavia, muito além da conotação de separação, na atualidade, traduz-se

como um mecanismo analítico de alguns aspectos sociais, no que se refere aos estudos da distribuição de renda, do acesso à educação e ao emprego, entre outros. Refere-se a diferenças físicas socialmente significativas, e não a distinções biológicas que determinam traços de comportamento. Trata-se de uma variável explicativa.

Assim, cabe dizer que um *ethos* racista de cor foi construído sob alicerces firmes e de difícil contestação, já que o solo era cientificista, dogmático e convencional. Um cenário produzido por cenas enunciativas grotescas e vergonhosas que perduram ao longo da história de um povo.

Parafraseando Maingueneau (2008b), dir-se-ia que esse tipo de *ethos*, ao desconstruir a imagem do outro, constitui uma imagem notória de si, do branco, capaz de convencer o auditório, ao ganhar sua confiança. Como se trata de discursos circunstanciados pela memória histórica e social, convém lembrar também o conceito de *doxa*, discutido por Amossy (2008), entendido como o saber prévio que o auditório possui sobre o orador. Em que época se inscrevia aquele auditório e orador científico? Século XIX. Época das grandes padronizações científicas coercitivas. Como já afirmado, para Maingueneau (2018a; 2018b) o *ethos* fundamenta-se numa interação sociodiscursiva, constituída na enunciação e co-enunciação. Entendemos que a co-enunciação pressupõe a interação do leitor com o enunciador, uma espécie de cooperação entre as partes do discurso, em que um afiança o outro. Para que este processo aconteça, é necessário que o enunciador ofereça pistas, marcas em seu texto, que conclamem o leitor (co-enunciador) como partícipe de engendramento e tessitura do discurso. Dessa forma, convém questionar: ao enunciar um racismo de cor autorizado, a ciência via a sociedade como co-enunciadora de seu discurso? Parafraseando Nascimento (2019), é cabível dizer que o enunciador provocou uma abertura ao co-enunciador, buscando uma corporificação para o negro, dentro dos padrões instituídos pela ciência. Corroborar-se o pensamento de que há um espaço de convergência nas representações celebradas entre si. E, na atualidade, há justificativas para a presença enunciativa de “banana aos macacos”, nos campos de futebol, como apologia ao racismo? Frente à recorrência desta enunciação, qual a postura dos co-enunciadores?

2. Discurso: lugar de engendramento do *ethos*

Segundo Eggs (2008), o lugar do discurso é alicerçado pelas escolhas do orador, enquanto sujeito enunciador do discurso. Cabe dizer, dessa forma, que o *ethos* não é dito explicitamente, é mostrado, exprimido por aquele que enuncia. “O lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele.” (EGGS, 2008, p. 31). Observa-se, então, que, no cenário futebolístico, os dizeres são escolhidos no limiar das paixões por times que os representam. O anonimato torna-se o lugar do enunciador, onde fronteiras são dissolvidas e paradoxalmente fortalecidas pelos enunciados. Os cânticos são entoados na certeza da recíproca verdadeira. Um *ethos* coletivo se constrói nas entranhas do futebol, vez que as representações difusas traduzem-se em axiomas perpetrados por estigmas histórico-cultural-ideológicos.

Para Maingueneau (2008a, p. 72), “esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade” e, complementando-o, nos estádios de futebol. O autor destaca o fato de as enunciações estarem atreladas aos vários gêneros do discurso e de que são estes os suscitadores das cenas de enunciações. Apresenta três conceitos: cena englobante, cenografia e cena genérica. Esta pertence aos gêneros que dificilmente mudam sua forma, a exemplo das receitas e bulas de remédio; quanto às duas primeiras, apesar de seu estreitamento, diferem em suas instâncias, pois uma corresponde ao estatuto do discurso: se religioso, político, filosófico etc; enquanto a outra não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto, respectivamente. Significa dizer, neste estudo, que o estádio de futebol torna-se palco para cenografias produzidas acerca do racismo de cor.

Entretanto, sobre a cenografia, Maingueneau (2008a) esclarece que não emprega o termo no mesmo sentido que o teatro, pois acrescenta à terminologia um duplo valor: à noção de cena, acresce-se o de inscrição; para além da oposição empírica entre o oral e o escrito, uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso; por seu turno, a cena enunciativa não é definida em termos de um quadro de decoração, como se o discurso se manifestasse num espaço produzido *a priori*, independente desse discurso, “mas consideramos o desenvolvimento da enunciação como

instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77-78). Apreende que -grafia nos remete a quadro e processo. Sendo assim, parafraseando-o, a cenografia torna-se um espaço em que discursos vão e voltam num constante engendramento: lugar de produção de discursos. Compreender estas afirmações, pela leitura de Maingueneau (2008), é salutar para o momento:

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar como convém, a política, a filosofia, a ciência... São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77-78).

Assim, acompanhando a produção teórica do autor acima citado, na perspectiva de Nascimento (2019), convém dizer que o imaginário sociocultural dos enunciadores é constantemente reatualizado pelas narrativas vivenciadas, criando um efeito de adesão, ao ativar uma memória histórico-ideológica pelas marcas do dito. O *ethos* projetado nessas instâncias discursivas é a imagem do macaco associada a uma estereotipagem pejorativa, do negro. Os recortes discursivos, extraídos do texto jornalístico e midiático, escrito por Benites (2014), apresentam as inferências sobre as quais se fala e reportam-se à fala de um goleiro, amplamente divulgada pela cultura da mídia:

Quando ainda era goleiro do [...] em 2014, o [...] foi chamado de macaco por vários torcedores do [...]. Câmeras de televisão flagraram as ofensas racistas. O clube acabou punido com a exclusão da Copa do Brasil. No mesmo ano, o goleiro voltou a jogar na Arena do [...]. Passou a partida inteira sendo vaiado por uma expressiva parcela da torcida. Ao fim do jogo, afirmou que a manifestação, logo depois de ter sido alvo de injúria racial, reforçava o preconceito dos gremistas que o atacaram e que aquelas vaias não eram normais. Repórteres que o cercavam se comportavam como inquisidores. Alguns, lançando sorrisos provocativos, insinuavam que Aranha deveria reagir calado ao açoite. [...] Ao fim da partida em que o [...] venceu o [...] por 2 a 0, [...] concedeu uma entrevista emocionado. “Eu fico nervoso. Desculpe a palavra, fico puto dessas coisas acontecerem. Dói. Dói. Dói. Eu falei para ele [árbitro]: ‘não é possível’. E ele disse que eu estava insultando a torcida. Me chamaram de preto, e eu virei para a torcida, bati no braço dizendo, sou preto, sim. Sou negão, sim. Se isso é insultar, eu não sei”, afirmou às emissoras de rádio e TV. (BENITES, 2014, p. 1).

Pelas materialidades da instância discursiva, percebe-se que os enunciados estão perpassados por uma memória coletiva, construtora de um

ethos previamente estabelecido. No contexto cenográfico, o racismo de cor é evocado aos moldes das representações histórico-ideológicas que colocavam o negro numa visão subalterna. Aqui, o auditório é conclamado à adesão ao discurso dos predecessores do darwinismo social, que defendiam a tese da Evolução Humana originária do macaco, conhecida como teoria de Lamarck.

Para além do discurso racista metafórico, há vários atravessamentos interdiscursivos que subjagam o negro, reinscrevendo-o num lugar retrógrado de outrora: “Passou a partida inteira sendo vaiado por uma expressiva parcela da torcida”; “Repórteres que o cercavam se comportavam como inquisidores.”; “deveria reagir calado ao açoite”; “E ele disse que eu estava insultando a torcida”; “sou preto, sim. Sou negão, sim. Se isso é insultar, eu não sei.” Os primeiros excertos conduzem o leitor a uma representação evocada por uma memória histórico-coletiva que exorta a miscigenação como razão do atraso do povo brasileiro: o time perde, a responsabilidade é do negro.

Portanto, escarnecido e desmoralizado, frente àqueles considerados como seus iguais, semelhantes, no que diz respeito a ser humano. É possível recortar, diante do exposto, a visão de Maingueneau (2008a) sobre *ethos* dito, pois, além da figura do fiador e do antifiaador, pode também incidir sobre o conjunto de uma cena de fala, chamada de cena validada, referindo-se àquela que se fixa facilmente em representações estereotipadas popularizadas pela iconografia. Quem seria o ícone, a representação do belo naquela cenografia? Pelos fragmentos recortados, evidencia-se que o belo é o belo do branco.

Para confirmar as assertivas supracitadas, Souza (1983) explicita:

É a autoridade da estética branca quem define o belo e a sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é quem afirma: “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983, p. 29).

Quanto ao enunciado “seus inquisidores”, carrega uma semântica interdiscursiva que atrai o olhar do leitor a construir uma imagem de sujeito cerceado por pessoas que querem ver a fogueira acender, mas não o dizem, pois conseguem construir um *ethos* mostrado não explícito, uma santa inquisição branca: um fogo referendado por aqueles que buscam legitimar o discurso da brancura. Há uma fusão simbólica de papéis, vez que os supostos delatores midiáticos entram em concordância com a imagem emergente

daquela cena validada. Lembrando que o caráter paradoxal desta é, ao mesmo tempo, exterior e interior ao discurso que a evoca. “É exterior no sentido de que lhe preexiste, em algum lugar do interdiscurso; mas é igualmente interior, uma vez que é também o produto do discurso, que a configura segundo seu universo próprio.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 82).

As discussões travadas por Carvalho (2008), ao abordar um racismo denominado de fenotípico, referente à cor da pele, são cabíveis para o entendimento da representação do *ethos* privilegiado do branco e o desprivilegiado relativo ao negro, construído pela cenografia em foco. O autor ressalta o quanto os estereótipos da imagem estão ligados a uma construção culturalmente perversa. Aponta que o tratamento dado à pele na contemporaneidade guarda resquícios de um comportamento histórico imagético proliferado pela indústria cultural, possibilitando a passagem da arte aurática para a arte sem aura – a arte que se reproduz tecnicamente e se afasta de sua dimensão única e sagrada: processo contínuo e cada vez mais eficaz de fabricação estética da hierarquia dos seres humanos. A arte clássica – estátuas pinturas, desenhos, xilogravuras, gregas romanas e medievais – atualizou-se mediante reproduções técnicas, racionalmente difundidas por uma política imperial, a partir do século XVIII, processo intensificado nos últimos duzentos anos com a difusão de diversos dispositivos: livro didático, revista, jornais, catálogos de exposição, capas de livros, internet etc. Com a proliferação da imagem idealizada, os ocidentais – homens e mulheres – passaram a ocupar uma posição imagética de destaque, o que contribuiu, sobretudo, para internalizar uma imagem simbólica cultural, um padrão de beleza do branco (OLIVEIRA, 2011).

Quanto às enunciações discursivas (MAINGUENEAU, 2008b), “deveria reagir calado ao açoite”, reportam à dor da senzala, à sujeição do negro diante do senhorio exercido pelos colonizadores ou o retorno à chibata, bem como à naturalização do processo de hegemonia secularizada de uma raça sobre a outra. A discursividade de raça está eminentemente ligada à colonização. Isto porque os europeus, ao se depararem com povos que deles se diferenciavam, trataram não só de evidenciar uma supremacia étnica, mas impor condições que preestabeleciam representações bem delimitadas, materializando um discurso do dominante sobre o dominado. As imagens da supremacia e do

ação estão extremamente entrelaçadas aos processos que estiveram na base da construção da identidade europeizada do branco.

Conhecer outras instâncias discursivas é de suma importância, para o entendimento:

“A gente havia perdido o jogo de 6 a 1, eu já tinha tomado banho, estava saindo do estádio com mais dois jogadores e um grupo de jogadores do [...] começou e ofender a gente de longe, ofender nossa família, falando que nosso time era ruim, que a gente não prestava... E a gente só observando. Aí saímos no portão e eles estavam na rua, e continuaram ofendendo. Foi quando a gente começou a debater com eles. Um empurra daqui e outro empurra dali”, lembra. “Ele pegou e me chamou de macaco. ‘Vai seu macaco, você não tem nem tamanho. Vai comer banana, seu macaco’” [...] “O que aconteceu comigo não pode passar em branco. Ele podia estar bêbado, mas não justifica o que ele falou, o que ele fez. As pessoas acham que, por a gente ser jogador, que nosso trabalho é diferente do delas. É um trabalho comum que nem de todo mundo. Eu estava indo para casa. E se minha família estivesse aqui e tivesse visto uma coisa dessa. Como minha mulher e minhas filhas veriam isso? Xingar na hora que está jogando é normal, mas passou das quatro linhas tem que haver respeito. Esse negócio de preconceito tem que parar: racial, sexual. No mundo que vivemos tem que acabar isso. Não desejo mal a ele. Só quero que ele pare e pense no que ele fez, porque foi um ato covarde”, desabafou. (OBSERVATÓRIO, 2018, p. 1).

Inferre-se, das discursividades, a existência de violência não só simbólica como literal em relação ao negro. Sua imagem parece causar incômodo ao outro. Sob este aspecto, concordamos com Amossy (2008) ao enxergar o *ethos* como mecanismo de argumentação, visto que, para sua constituição, a interação no discurso torna-se elementar, tanto em relação à perspectiva interacional, que evidencia a eficácia discursiva no processo, quanto à institucional, ao pressupor a não dissociação dos participantes a posição ocupada no interior do discurso sob o qual atuam. O texto discursivo não faz alusão à cor do sujeito que denomina o negro de macaco. Todavia, apreende-se da fala, uma vez que marcas de um *ethos* construído historicamente pelo branco são acionadas no discurso, visando ao alijamento do negro. Assim, mesmo bêbado, o branco se vê na condição superior de elite e território simbólicos, ao atacar o negro: “Vai seu macaco, você não tem nem tamanho. Vai comer banana, seu macaco”. Mais uma vez a alusão à metáfora grotesca de animal não racional, de inferiorização: um comedor de banana, pura e simplesmente. Por outro lado, o negro, diante da posição desprivilegiada que ocupa, apaga-se, tanto é que “xingar na hora que está jogando é normal.” Naturaliza-se uma situação de inferioridade. Necessário se faz evocar

Munanga (2006), pois alerta que um dos principais entraves do negro à aceitação, em relação à identidade, é a falta de reconhecimento do outro. Se seu *ethos* negro é depreciado, reforça-se o apagamento de seus atributos, por não se enxergar no outro, ou seja, em seu convivente social.

Vale dizer, também, que o discurso denota o fato de que, entre os seus, não há medo, rejeição; a imagem produzida no e pelo seio familiar é positiva: “E se minha família estivesse aqui e tivesse visto uma coisa dessa. Como minha mulher e minhas filhas veriam isso?” Esta cenografia revela pistas de um enunciador preocupado com a possibilidade de mácula de sua imagem. É perceptível que o *ethos* constituído passa a sofrer ameaças internas, diante da possível desconstrução identitária.

Em outra situação, o enunciador evoca dizeres interdiscursivos que visam à construção da seguinte cenografia: “[...] Fora seu macaco do caralho, vaza do meu time, você é um lixo, não honra o manto! Tem que morrer vivo” (AQIPOSSA INFORMATIVO, 2017, p. 1). Neste recorte, os itens lexicais (macaco do caralho, lixo e não honra o manto) trazem uma carga semântica que instaura não só o medo, mas a vergonha, por uma imagem tripudiada pelo outro, produzindo um *ethos* pejorativo sobre o negro. Esta enunciação ultrapassou os muros do futebol e vazou nas redes sociais, incitando o ódio e preconceito contra o negro. Nesta instância, emerge o interdiscurso: suscita-se outro acontecimento histórico-cultural, para fazer valer o dito, o discurso do micro-ondas, haja vista que “quem não honra o manto tem que morrer vivo”, ou seja, o negro é previamente o responsável, devedor ao outro, sentenciado pelo discurso do torcedor do time derrotado. Para o entendimento desse tipo de interdiscursividade, é conveniente lembrar Maingueneau (2008a, p. 82), por ressaltar as condições do exterior que preexiste ao discurso e do interior que lhe é constitutivo, bem como conhecer a concepção do mecanismo de morte citado:

Micro-ondas - Segundo o delegado, este tipo de homicídio é muito utilizado por quadrilhas que querem dar exemplos ou literalmente queimar arquivo. Criminosos [...] geralmente envolvidos com o tráfico, são os que mais recorrem a este recurso. Os alvos preferidos são traidores, dedos-duros, integrantes de grupos rivais, devedores e outros que mereçam, de acordo com o conceito dos bandidos, “mortes exemplares”. (NUCCI, 2014, p. 1).

Em todos os aspectos, o negro para se inserir na arena do branco teve seu *ethos* mutilado simbolicamente. Isto é notável até no que diz respeito à

inserção daquele aclamado como rei do futebol. Os discursos da época intentavam o branqueamento a qualquer custo: “Como, neste país, chamar preto de negro – que é cor, não é defeito, ofende, chamaremos o [...] de chocolate, que é, afinal, uma misturazinha com um pouco de leite. [...] o chokolatizinho [...]” (FLORENZANO, 2017, p. 2).

Considerações finais

Por meio dos fragmentos recortados, em dialogicidade com o campo teórico-metodológico que trata do discurso enquanto lugar de enunciação e construção de *ethos*, é salutar dizer que, no futebol, existe um discurso de fronteira que, historicamente, não só separa como dicotomiza o branco e o negro. Para ratificar o dito, convém ao momento trazer à luz um dos fragmentos discursivos recortados de um antigo estatuto de um dos grandes clubes brasileiros do Sul do Brasil, considerando que, até 1952, não aceitava a inclusão de negros em seu time: “A diretoria [...] vem trazer ao conhecimento de seus associados e simpatizantes que, por decisão unanime, resolveu tornar insubsistente a norma que vinha sendo seguida de não incluir atletas de cor em sua representação de futebol”. (CORREIO DO POVO, 1952 *apud* MANENTI, 2014, p. 1).

Pelo caráter das circunstâncias discursivas supracitadas, corroboramos Maingueneau (2008b, p. 73) ao dizer que “as ideias apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser”. A tonalidade do discurso não se encontra apenas no texto falado para o citado autor, como é possível comprovar pela manchete estampada. Historicamente, há vozes ecoantes no outro, conclamado a situar-se no âmbito do discurso e para além dele: é como se o negro recebesse um grande presente do branco, traduzindo-se em privilégio social – o negro no mundo dos brancos (FERNANDES, 2007). As representações simbólico-ideológicas consolidadas, de maneira especial pelo discurso do branco, estabelecem fronteiras, separação, demarcam um território delimitado para o negro. Ao enunciar, o sujeito daquele discurso tem seu posicionamento afiançado por uma cultura elitista e historicamente preconceituosa. O lugar de onde fala é garantido não só pela posição sujeito, mas por seus sujeitos leitores. Uma ressonância recíproca, portanto, um acontecimento, inscrito em uma configuração sócio-histórica, indissociável da

organização de seus conteúdos e do modo de legitimação de sua cena discursiva (MAINGUENEAU, 2008).

Pelas discussões travadas, compete dizer que o *ethos* produzido pelo sujeito brasileiro, ao afirmar uma convivência pacífica no Brasil entre negros e brancos, é uma inverdade, pois os discursos materializados no cenário do cotidiano demonstram o racismo de cor como uma problemática longe de ser resolvida ou vencida. Em especial num campo discursivo conhecido, historicamente, como mais específico ao negro, quando se trata de Brasil, outra inverdade produzida pelo mito da democracia social. O *ethos* discursivo produzido no futebol ainda está preso às amarras eurocêntricas e eminentemente colonialistas que preestabelecem um lugar subalterno ao negro nas relações de poder travadas no cotidiano. O *ethos* do branco delimita não só a imagem de si do negro como se torna proeminente nas fronteiras por eles ocupadas.

Sob esta ótica, corroboram-se os pressupostos, visto que as cenografias dos discursos desnudam uma estereotipagem produzida convencionalmente que se repete no âmbito do discurso futebolístico – *ethos* prévio. Dessa forma, enunciações preconceituosas são reforçadas e transformadas: o velho racismo emerge numa nova roupagem discursiva. A qualidade do *ethos* construído é compatível com o mundo que o branco traz para seu discurso. Assim, identidades são construídas e fortalecidas. Nesta arena, sem nenhum determinismo, o negro tem ocupado um segundo plano de construção. É salutar dizer que a territorialidade do futebol se materializa enquanto poderoso instrumento de análise da realidade social.

Destarte, compreende-se que o racismo no futebol pode ser traduzido enquanto extensão das práticas sociais do cotidiano. Infelizmente, existe em todas as instâncias e carece ser debatido e enfrentado numa dimensão mais ampla, não apenas num segmento específico. Chega de racismo no futebol ou em qualquer outro espaço. Necessário se faz repensar a territorialização do negro em fronteiras que não o releguem a sub-representações. O recrudescimento do racismo de cor já não cabe nas fronteiras dos relacionamentos interpessoais ou tampouco nas produções das imagens contemporâneas.

Fontes

AQUIPOSSA INFORMATIVO. **Mais um flamenguista comete racismo na Internet.** 2017. Disponível em: <https://aqipossa.blogspot.com.br/2017/03/mais-um-flamenguista>. Publicado em março de 2017. Extraído em abril de 2018.

BELCHIOR, Douglas. **Sobre macacos, bananas e racismo.** Disponível em: <https://reciclavelxdescartavel.wordpress.com/2014/05/01/sobre-macacos-bananas-e-racismo/>. Publicado em 01 de maio de 2014. Extraído em março de 2018.

BENITES, Afonso. O futebol brasileiro enfrenta mais um caso de racismo. **EL PAIS ESPORTES.** Publicado 29 de agosto de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/29/deportes/1409339595_148262.html. Extraído em fevereiro de 2018.

FLORENZANO, José Paulo. Como o racismo estava presente no discurso da imprensa na época da ascensão de Pelé. **NEXO JORNAL LTDA.** Publicado em 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2017/11/12/Como-o-racismo-estava-presente-no-discurso-da-imprensa-na-%C3%A9poca-da-ascens%C3%A3o-de-Pel%C3%A9>. Extraído em abril de 2018.

MANENTI, Caetano. Futebol a cores, uma história de racismo no Rio Grande do Sul. In: **Observatório da discriminação racial no futebol.** 2014. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/historias/futebol-a-cores-uma-historia-de-racismo-no-rio-grande-do-sul/>. Extraído em dezembro de 2017.

OBSERVATÓRIO. **Jogador acusa torcedor de injúria racial: “vai comer banana, seu macaco.”** Publicado em 20 de março de 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/jogador-acusa-torcedor-de-injuria-racial-vai-comer-banana-seu-macaco>. Extraído em dezembro de 2018.

NUCCI, R. Bandidos queimaram vítima em “micro-ondas” para não deixar vestígios. **Campo Grande News.** Publicado em 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/bandidos-queimaram-vitima-em-micro-ondas-para-nao-deixar-vestigios>. Extraído em agosto de 2019.

Referências

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução: Adriana Zavaglia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, 2007, p. 121-146.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

BOURDIEU, Pierre. o novo mapa do mundo. *In: A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Jorge. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Revista Cinética*. Brasília: UnB, 2008.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **África**: um novo olhar. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. Artimanhas do ethos. *In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). Inteligência retórica: o ethos*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 29-44.

MAINGUENEAU, Dominique. Imagem de autor: não há autor sem imagem. *In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Org.). Doze conceitos em análise do discurso*. Tradução: Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 139-156.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In: AMOSSY, Ruth. Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e Análise do Discurso. *In: SIGNORINI, Inês. Rediscutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. p. 135-155.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2018a.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. *Revista Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018b.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. *In: RIBEIRO, Gilvan; BRUNO, Renato (Org.). Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 18-41.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Em torno do ethos discursivo e de questões de identidade. *In: Inteligência retórica: o ethos. In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). São Paulo: Blucher, 2019. p. 45-62.*

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. **O discurso do branco e para o branco**: uma análise discursiva de rótulos e propagandas. 2011. 228fl. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Alexandre Ferrari. Maingueneau. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 261-279.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Forma de citação sugerida

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. Ethos racista de cor no futebol brasileiro: uma construção histórico-ideológica. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 203-224, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2611.

Traduções

Começar de novo: argumentação interacional em contextos terapêuticosⁱ

Alicia Eugenia Carrizo

Universidade de Buenos Aires, Argentina
aliciaecarrizo@gmail.com

Resumo: Discutimos aqui o efeito interacional do uso das diferentes formas do discurso citado por pacientes que participam de sessões de terapia de grupo como parte de um tratamento para perda de peso. Ao considerar grupos terapêuticos como um espaço no qual se desenvolvem interações verbais situadas, estudamos as características linguísticas e os recursos pragmáticos que os participantes usam para construir novos significados no contexto terapêutico da interação. Analisamos uma sequência interacional protagonizada pela participante Gretel, durante uma sessão de terapia de grupo de um Centro Terapêutico de Buenos Aires, em 2009. Assumimos que a intervenção de Gretel pode ser examinada como uma sequência de argumentação interacional. A fundamentação teórica baseia-se na análise interacional do discurso com perspectiva etnográfica (GOFFMAN, 1981; GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1985; CARRIZO, 2012). Os resultados permitem observar que a paciente utiliza a invocação de vozes para obter aliados que reforçam sua posição no tratamento.

Palavras-chave: Argumentação interacional. Discurso citado. Discurso terapêutico.

Abstract: We discuss the interactional effect produced by the use of different forms of reported speech by patients during sessions of weight loss group therapy. Assuming that these sessions are a place where situated verbal interactions are developed, we examine the linguistic features and the pragmatics devices that are used by patients in order to construct new meanings in the therapeutic context where they interact. We analyze an interactional sequence with a participant called Gretel in the leading role during in a group therapy session at a Therapeutic Center in Buenos Aires, in 2009. We consider that Gretel's participation can be studied as a sequence of interactional argumentation. The theoretical framework is discourse analysis based on ethnographic perspectives (GOFFMAN, 1981; GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1985; CARRIZO, 2012). The results permit to observe that the patient invokes the words of others to get allies in order to strengthen her position in the treatment.

Keywords: Argumentative interaction. Reported speech. Therapeutic discourse.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente a Nieves Hernández-Flores pela autorização desta tradução do original “Volvera empezar: la argumentación interaccional en contextos terapéuticos” publicado pela Revista *Pragmática Sociocultural*, v. 5, n. 1, 2017. DOI 10.1515/soprag-2017-0008.

Introdução

O presente trabalho expõe parte dos resultados da pesquisa de doutorado realizada na Universidade de Buenos Aires, intitulada: *A argumentação interacional. Efeitos do uso do discurso citado* (CARRIZO, 2012). Do corpus coletado para a pesquisa, selecionamos uma sequência interacional cuja protagonista é Gretel, nome fictício dado a um paciente que participa da sessão de terapia de grupo de 4 de setembro de 2009 no Centro Terapêutico Dr. Máximo Ravenna, em Buenos Aires, Argentina (www.maximoravenna.com). Da minha parte, frequento a clínica como paciente, então a coleta de dados foi realizada como observador participante.

Em resumo, podemos destacar que o Ravenna Center é uma instituição de emagrecimento que oferece planos nutricionais personalizados, educação alimentar, terapias individuais ou em grupo e atividade física adaptada. O tratamento parte da consideração de que o excesso de comida é um vício e baseia-se em três eixos conceituais: corte do excesso, medida em porções e distância entre as refeições. Fazer dieta nos leva a organizar as refeições e a rever o comportamento. A mudança de hábito é imposta como a maneira mais conveniente de atingir o objetivo terapêutico.

Metodologicamente, consideramos apropriado abordar as intervenções como interações verbais situadas que fazem sentido em relação às atividades em que estão entrelaçadas em função das participações sucessivas de cada uma, ou seja, como em outros tipos de interações, e além de se tratar de um gênero específico (MONDADA, 1998, p.156), consideramos as interações terapêuticas uma prática que se refere a um processo social e temporalmente orientada com um objetivo específico. Os significados discursivos e situacionais estão dialeticamente entrelaçados com as produções discursivas anteriores dos participantes, principalmente considerando que, em geral, os pacientes são atendidos ao mesmo tempo. Para a análise, utilizamos a perspectiva multidimensional da argumentação interacional, considerada uma prática sociodiscursiva situada que se desenvolve em situações de conflito (GOFFMAN, 1981; GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1985; GOODWIN, 1986; CARRIZO, 2012).

A hipótese do trabalho é que os pacientes usem as diferentes formas do discurso citado de maneira estratégica para mudar, reformular e modificar

ideias e pensamentos, a fim de sustentar o tratamento terapêutico. Como mostra a pesquisa de Grossen e Salazar Orvig (2011, p. 54), a invocação de vozes ausentes na interação terapêutica contribui significativamente para a definição do problema na sessão. A mudança de hábito, ou seja, a implantação de novos comportamentos de saudáveis, implica um movimento no mundo interno da pessoa, o que ocorre em diferentes níveis e afeta seu cotidiano de maneira integral, não apenas no que se refere à ingestão de alimentos. Os resultados mostram que invocar vozes para atacar e defender diferentes pontos de vista gera aliados positivos entre os pacientes. No entanto, o primeiro aliado a ser persuadido é o próprio paciente.

1. Definição do problema

Em princípio, além dos conceitos do campo terapêutico e das escolas às quais os terapeutas clínicos aderem, o Método Ravenna trata a obesidade como um problema de comportamento, um vício ou uma tendência a comer demais: “O importante é perder peso para mudar hábitos e não mudar hábitos para depois perder peso. Porque, à medida que perdemos peso, os hábitos são modificados graças ao estímulo da boa aparência” (disponível em: <http://www.maximoravenna.com/metodo/>).

Para os pacientes, os grupos diários são oportunidades privilegiadas para construir e consolidar novos significados por meio da resignificação das palavras cotidianas no contexto terapêutico (VALDÉS SÁNCHEZ, 2010, p. 316). Na terapia de grupo, não se trata de discutir para ver quem está certo. O objetivo é mudar crenças ou, pelo menos, a ordem das prioridades de valores que sustentam ações novas, mais saudáveis. As intervenções são responsáveis por um processo de recontextualização de histórias de vida, em que fatos ou opiniões são transformados em conhecimento para os outros e para os próprios pacientes.

Tal como propõe a análise crítica do discurso, todo discurso recontextualiza práticas sociais e todo conhecimento é, em última análise, baseado na prática (van LEEUWEN, 2008, p. 6). Quando falam durante a sessão, os pacientes transformam sua experiência em conhecimento terapêutico, em virtude do contexto em que esse processo é realizado. A prática terapêutica é orientada pelo profissional, mas não é exclusiva dele ou

do paciente que intervém – conforme terapia como co-construção (MONDADA, 1998, p. 159). O grupo geralmente aprimora a prática e a torna persuasiva, no sentido de orientada para a mudança.

Da mesma forma, não há elementos específicos que devam ser transformados, qualquer faceta da prática social pode ser objeto do processo: papéis de identidade, ações, local, tempo. Em outras palavras, as histórias não são necessariamente os gatilhos da intervenção profissional; às vezes, fatos, comportamentos ou ações irrelevantes se transformam no contexto terapêutico. O texto é a representação desse processo, de interação com o profissional e com os outros, e as diferentes vozes coexistem nele (VILLEGAS, 1992, p. 62). Nesse ponto, acreditamos que o vínculo paciente-terapeuta, que é construído diariamente nas reuniões, é decisivo. O tratamento, então, é fundamentalmente relacional, construído socialmente no grupo, em uma situação social específica, a terapia.

2. Referencial teórico

Em Carrizo (2012), consideramos que, na argumentação interacional, os participantes potencializam o efeito de certas construções pragmáticas que envolvem movimentos interativos por parte do falante para se alinhar empaticamente ao ouvinte. Uma delas é a utilização das diferentes modalidades do discurso citado. Quando o falante cita outra voz, ambos os participantes assumem o mesmo papel posicional, com poderosas consequências pragmáticas e ideológicas. Essa ação estratégica tenta estabelecer uma persuasão pragmática para evitar resistências.

Consideremos agora o que acontece no contexto terapêutico quando um paciente invoca outras vozes que se entrelaçam à sua fala (GROSSEN; SALAZAR ORVIG, 2008, 2011). Acreditamos que esses movimentos têm impacto na estrutura de posicionamento e na participação dos palestrantes – remetemos a *footing* na acepção de Goffman (1981), Levinson (1988) e Schiffrin (1985) – e assumimos, então, que a argumentação interacional, entendida como prática social situada em relação ao contexto situacional (HYMES, 1972; BAKHTIN, 1981; FAIRCLOUGH, 1992), fornece elementos para interpretar essas posições e movimentos dos participantes.

Quanto à sua operação, reconhecemos na argumentação interacional três dimensões analíticas oriundas da tradição disciplinar, que interagem entre si de maneira dinâmica: a estrutura lógica, a disputa dialética e a retórica persuasiva. Tomamos como ponto de partida a proposta de Toulmin (2007) e Toulmin, Rieke e Janik (1984) de explicar a estrutura argumentativa, bem como a teoria pragmadialética da dimensão dialética de van Eemeren, Grootendorst e Henkemans (2006). No entanto, apesar de serem teorias que incorporaram a noção de contexto, o uso real da linguagem levanta um problema teórico de ordem mais geral. É por isso que incorporamos as contribuições da análise linguística e pragmática do discurso e da análise conversacional com uma perspectiva etnográfica.

Em relação à análise do texto, trabalhamos em etapas sucessivas e inclusivas para identificar a situação de conflito interno, de acordo com o contexto terapêutico, interpretar os recursos pragmáticos e analisar as dimensões argumentativas. Definimos a unidade de análise como “sequência de argumentação interacional”, que compreende uma série encadeada de atos comunicativos na qual os participantes se controlam e se baseiam nas ações do outro (LEVINSON, 1989, 38) cogerenciam uma situação de conflito interpessoal ou por dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957; FESTINGER E CARLSMITH, 1959).

A dimensão lógica organiza o conteúdo proposicional no qual a opinião ou o ponto de vista de um falante é expresso de acordo com uma estrutura associada ao silogismo. Segundo Toulmin (2007) e Toulmin, Rieke e Janik (1984), analisam-se a sequência formada pela posição ou tese (*claim*), a justificativa ou argumento (*grounds*) que a apoia e a garantia implícita (*backing*) que constitui o elo entre os outros elementos. A garantia pode ser estendida adicionando elementos explícitos mais específicos que chamaremos de apoio. A justificativa ou argumento explica os motivos invocados para afirmar uma posição; também pode incluir fontes que se considerem autorizadas sobre o assunto, evidências ou dados sobre o mundo. A modalidade (*modality*) inclui os elementos que marcam o escopo da validade e peso da tese, enquanto as possíveis refutações (*rebuttals*) indicam respostas a contradições que podem ser usadas pela outra parte. Finalmente, as consequências indicam os efeitos específicos de sustentar uma tese na vida cotidiana ou na ordem moral, política e ideológica.

A dimensão dialética tem a ver com o relacionamento dos participantes quando há um confronto entre posições que interpretamos como incompatíveis entre si. Uma posição define uma avaliação, um sentimento ou uma crença sobre um fato do mundo em relação a outro participante (DUBOIS, 2007, p. 139). As posições podem ser assumidas por um ou mais participantes e, ao mesmo tempo, o mesmo participante pode mudar de ideia ao longo de uma sequência. Para entender como o conflito está se desenvolvendo, partimos dos estágios da discussão crítica proposta pela teoria pragmadialética (van EEMEREN; GROOTENDORST, 2002; van EEMEREN; GROOTENDORST; HENKEMANS, 2006).¹

Por fim, a dimensão retórica, orientada ao receptor, pressupõe que a mudança de pensamentos, sentimentos ou comportamentos seja alcançada por meio de mecanismos estratégicos do discurso persuasivo. Entendemos que convencer implica aceitar uma nova ordem que surge de si mesmo (CARRIZO, 2012, p. 322). Nesse sentido, o argumento interacional faz parte do trabalho de reparação do *self*, que Goffman chama de *face work* (GOFFMAN, 1955, p. 339), que se destinam a reduzir o estresse de gestão de conflitos. Por outro lado, a persuasão interacional constitui um mecanismo consciente e estratégico (REARDON, 1989, p. 47) de reparação social que envolve um conjunto de normas e valores comuns que são projetados pelo uso estratégico da linguagem.

Nesse ponto, retornamos a Schiffrin (1985), que distingue argumentos retóricos e argumentos *oposicionais*². Em um argumento retórico, o falante desenvolve uma espécie de monólogo para justificar sua posição (o que a torna mais discutível), enquanto no argumento oposicional um ou mais oradores mantêm posições abertamente opostas. Schiffrin estuda os elementos indexacionais e os atos de fala que acompanham as distintas

¹ Entendemos a dialética como uma teoria de confronto, disputa e persuasão, como um objetivo inerente à atividade argumentativa em sua faceta retórica. Nesse sentido, nos separamos da teoria pragmadialética que relaciona a dialética à disputa ordenada de um conflito que é resolvido seguindo um conjunto de regras, e a retórica como desvios dessa ordem que busca persuadir independentemente das regras críticas.

² Schiffrin (1985, p. 37) distingue entre argumentos que são retóricos, “a speaker presents an intact monologue supporting a disputable position”, e opositivos, “one or more speakers openly support disputed positions”, apesar de reconhecer que a distinção não ser empiricamente possível. Os argumentos opositivos podem incluir segmentos retóricos e, por sua vez, os segmentos retóricos são fundamentalmente interacionais, porque eles são destinados diretamente para o público.

posições³ no evento argumentativo (como perguntas, pedidos de informação, etc.). Finalmente, Schiffrin demonstra que, em qualquer uma das duas classes de argumentos, o que prevalece é a necessidade de cooperação e isso é observável em indicadores semânticos concretos, aspectos estruturais da argumentação. O ataque e o acordo como gatilhos das estratégias de competição e cooperação levam os participantes a uma negociação contínua de significados sociais, referenciais e expressivos que raramente são resolvidos.

No que se refere à noção de *dissonância*, embora usemos o termo livremente, ele fornece um referencial para a interpretação analítica do discurso terapêutico. Sinteticamente, a teoria da Dissonância Cognitiva, desenvolvida por León Festinger (1957) e Festinger e Carlsmith (1959) estuda a relação entre cognição e comportamento. Considera que os seres humanos tendemos a buscar coerência entre cognições individuais, crenças e opiniões, e isso repercute em nossas ações. Por exemplo, uma pessoa que valoriza a vida humana pode fazer algo em situações excepcionais que, em princípio, rejeitaria, como matar alguém. Nesse caso, ele precisa racionalizar sua ação, invocando valores superiores que a justifiquem, como a defesa da Pátria. São propostas três maneiras de resolver a dissonância: 1) mudar a crença, 2) mudar a ação ou 3) mudar a percepção da ação, ou seja, racionalizá-la.

Para exemplificar a integração da análise de dimensões argumentativas, apresento abaixo uma situação que corresponde a um jantar em família. A sequência faz parte do *corpus* analisado em Carrizo (2012). O Registro 41 indica a numeração da coleção que corresponde ao jantar de 30 de abril de 2010.

A filha estava assistindo à TV em seu quarto no primeiro andar, a mãe (A) havia chamado para comer. Quando a filha chega à cozinha (no térreo), percebe que a mesa e a comida não estão prontas. Mas todos estão sentados à mesa, incluindo o irmão. Então, ela reclama que tinha sido chamada para

³ Em Hymes (1972, p. 56), a partir da análise do discurso com uma perspectiva etnográfica, a unidade mínima de fala é o ato de fala, dentro da estrutura do evento de fala. Os atos de fala estão sujeitos a regras de uso especificadas em uma situação comunicativa específica (debate, conferência, classe, cerimônia etc.). Um evento de fala é composto por atos de fala simultâneos que variam contextualmente: a identidade do ato surge do uso de fórmulas ou do relacionamento entre os participantes. Por exemplo, em uma discussão, às vezes, uma pergunta não busca uma resposta, mas para realocar o tópico (SCHIFFRIN, 1985) ou desafiar o oponente (CARRIZO, 2012).

comer e que deve ajudar a pôr a mesa. Quando o confronto é aberto, os papéis e as três posições são definidos:

- A filha acha que a chamam para jantar e protesta que o jantar não está servido.
- O filho acredita que sua irmã não quer colaborar e que ela protesta porque tem que pôr a mesa.
- A mãe acredita que sua filha não quer colaborar e quer que seus filhos ponham a mesa.

Em função do que cada um pensa que deve fazer, os argumentos são organizados, usando um esquema causal⁴. Como pôr a mesa faz parte das normas familiares aceitas, a filha, por sua vez, no turno 66, desvia o argumento: não é contra pôr a mesa, mas propõe, por meio de um esquema analógico, que seu irmão tem liberdade de não descer quando o chamam para comer e continuar assistindo a seu programa de TV favorito.

A Tabela 1 mostra a análise das dimensões argumentativas da sequência. A primeira coluna indica o turno de fala. Em seguida, os participantes da interação são identificados. Nas colunas a seguir são descritos os elementos mais importantes das dimensões lógica, dialética e retórica. Para recursos lógicos, usamos D para indicar que são dado ou argumento; G, garantia; T, tese; M, modalidade; Ref., Reforço da G; RP, refutações possíveis; C, consequências e CA, campo de argumento. DC indica discurso citado: DD, discurso direto e DI discurso indireto.

⁴ Um esquema argumentativo representa a relação entre o argumento e a tese, de maneira mais ou menos convencional (van EEMEREN; GROOTENDORST, 2002, p. 116). São distinguidas três categorias: sintomática, analógica e causal ou instrumental. No primeiro tipo, a aceitabilidade do argumento é transferida para o ponto de vista por concomitância; no segundo, uma semelhança é proposta entre ambas as partes e, no terceiro, uma relação causal entre argumento e tese.

Tabela 1 - Exemplo de argumentação interacional

T Pte	Texto	Dimensão lógica	Dimensão dialética	Dimensão retórica
63 Filha	eu = do que eles estão reclamando ii. se nem HÁ COMIDA!	<u>Confronto</u> Pergunta conflitante: chamar para comer sem comida	<u>Incompreensão</u> M (a filha) interpreta que J e T (os outros filhos) reclamam	
64 Filho	#NAME?	Esquema causal 1 (D: chamado sem comida na mesa) (G: ajuda na mesa) T: tem que descer primeiro M: obrigação / dever CA: jantar em família, cozinha	<u>Abertura</u> - Papel: filho - POS I: obedecer	Interpretar a ordem da mãe.
65 Mãe	#NAME?	Esquema causal 2 D: a mesa não estava posta (G: - descer - ajudar) (T: M. não querem ajudar)	- Papel: mãe - POS II: pede ajuda c	Interpretar Reivindicação de M à ordem
66 Filha	mas, ou seja, quando claro, quando Juan não = (não se entende por superposição com J)	- Papel: filha - POS III: tratamento desigual da mãe com os filhos	Interpretar o pedido deseja ver TV	
67 Filho	{Interrompendo} = [VAI!]			
68 Filha	i. = [mas JUAN!] você não vai me deixar, ii. mas não me deixa terminar de dizer, iii. mamãe me cansa isso!	Peça a terceiros para negociar (mãe)		
69 Mãe	i. eeH::: me dê os guardanapos. ii. você coloca os guardanapos?	Procura evitar disputa entre M e J	Fazer algo para não discutir	
70	-0.4			

71	Filha	i. claro quando ele está vendo algo	Esquema analógico Quando é o momento de jantar e Juan está assistindo à TV, ele não é chamado para comer	Argumentação	DC-DD sem verbo
		ii. NÃO!, você não pode ir comer	(G: Juan é o preferido)	- Ataque A / T - Opor-se a dramatizar atitudes em relação à mesma situação	Hipotético Imita (estilístico)

3. Quadro metodológico

Em relação ao referencial metodológico da pesquisa, optou-se por um desenho qualitativo, com perspectiva etnográfica. O objetivo foi reconhecer um fenômeno da fala (a participação de um paciente na terapia) e uma prática relevante (estratégias discursivas)⁵, de acordo com o comportamento comunicativo dos próprios participantes. Adotamos uma perspectiva etnográfica, com o interesse de considerar não apenas a perspectiva do pesquisador (tradicionalmente chamada perspectiva ética), mas também dos participantes (perspectiva êmica) em minha dupla condição de paciente e analista.

Para a investigação que deu origem a essa pesquisa, coletamos um volume de fala de aproximadamente 8 horas e meia, correspondente a seis sessões de terapia em grupo, de aproximadamente 2 horas cada, denominadas CHAVE. A equipe terapêutica reúne profissionais médicas, psicólogos e nutricionistas que compartilham uma perspectiva construtivista,

⁵ Uma estratégia discursiva é uma ferramenta heurística que permite a reconstrução dos recursos multimodais que os falantes utilizam quando defendem um ponto de vista. Entendemos que se refere a uma sequência de ações sistematicamente associadas a um objetivo comunicativo. Dessa maneira, os diferentes estágios das dimensões argumentativas (confronto, abertura etc.) colocam em operação estratégias específicas e, por sua vez, internamente em cada estágio, também podemos reconhecer estratégias em nível micro. A análise estratégica é, então, relativa à instância da análise do texto.

no sentido de entender que os sujeitos são criadores de suas próprias versões da realidade e são a melhor fonte de explicação para seus próprios comportamentos. A interação é cara a cara, sem tópico fixo ou limite para os turnos de fala⁶. O moderador (terapeuta profissional) gerencia a alocação de turnos de fala. A sequência analisada neste artigo (ver transcrição no apêndice) foi desenvolvida na reunião de 4 de setembro de 2009, da qual também participei.

Quanto à interpretação dos textos, apelamos para a análise linguística do discurso (LAVANDERA, 1984; 1985), que permite integrar recursos multimodais à noção de estratégia discursiva (MENÉNDEZ, 2005). Por sua vez, o discurso foi analisado com conceitos da sociologia interacional (GOFFMAN, 1955; 1974; 1981), a análise da conversação com perspectiva etnográfica (GUMPERZ; HYMES, 1972; GUMPERZ, 1982; GOODWIN, 1986; 2007) e a análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 1992, 2003).

O conceito de *footing* ou ‘posicionamento’ (GOFFMAN, 1981) estuda a habilidade de alguns falantes de lidar com diferentes registros, códigos, posições e papéis e saltar de um estado para outro, mantendo vários círculos em jogo (TANNEN; WALLAT, 1993, p. 67). É aplicado a mudanças relacionadas ao alinhamento dos participantes durante uma interação comunicativa. Goffman (1981, p. 144) analisa o eu e tu como unidades categóricas que incluem papéis sociais mais abstratos. Analiticamente, ele reconhece no eu, o *animador* (que diz as palavras), o *autor* (que escolhe os sentimentos e as palavras que ouvimos), um *principal* (no sentido legal, compromete-se com o conteúdo do que é dito; é uma pessoa com identidade social ou função específica, membro de um grupo). Em alguns casos especiais, como nas narrativas orais, o falante também apresenta o papel de *figura*, personagem de seu relato com densidade social.

O ouvinte também pode ser analisado de múltiplas formas. Existem condições oficiais que nos ratificam como participantes de um encontro comunicativo; no entanto, o ouvinte não coincide necessariamente com o socialmente ratificado pela reunião. Ou seja, um participante ratificado pode não estar ouvindo e alguém que está ouvindo pode não ser um participante

⁶ Os grupos também podem ser vistos online em: <https://www.youtube.com/channel/>.

ratificado⁷. Ouvintes ratificados podem ser destinatários específicos ou inespecíficos e não-ratificados, ouvintes casuais ou espiões.

Da mesma forma, para a interpretação de estratégias discursivas, incorporamos contribuições da Teoria da Valorização (MARTIN; WHITE, 2005; WHITE, 2003; 2004). Essa teoria desenvolveu ferramentas analíticas para a interpretação das formas avaliativas de significados interpessoais, no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Incluímos os trabalhos de White (2004), Martin (2000), Martin e White (2005) e Martin e Rose (2003). Propomos descrever e explicar os sistemas de opções semânticas oferecidas pela linguagem para avaliar, adotar posições, negociar relacionamentos, construir pessoas textuais e fazer com que as posições ideológicas pareçam “naturais”. A organização dos significados é descrita em três grandes domínios semânticos que interagem: atitude, comprometimento e gradação⁸.

5. Análise do discurso

5.1. As dimensões da argumentação interacional

5.1.1. Dimensão lógica

Em termos lógicos, é discutida a avaliação (positiva ou negativa) dos motivos que levaram Gretel a retornar à clínica. A sequência argumentativa começa com a posição dialética no exórdio retórico e o resumo narrativo:

- (1) i. uh: meu nome é gretel,
 - ii. voltei ontem também, depois de uma gravidez,
 - iii. de ter um monte de quilos por causa disso::
- (turno 153)

⁷ As formas do falante são chamadas de status de participação e, as do ouvinte, estruturas de participação. Levinson (1988) elabora a proposta de Goffman no âmbito dos estudos linguísticos e sustenta que os idiomas gramaticalizam papéis através de categorias sobrepostas para marcar a inclusão e a exclusão de participantes (pronomes e adjetivos pessoais). Para a relação entre os conceitos de *footing* de Goffman (1981) e os conceitos de discurso alheio de Voloshinov (1992), ver Clift e Holt (2007) e Goodwin (2007).

⁸ Para uma apresentação geral da teoria, consulte Kaplan (2004).

A posição de Gretel é simples: ela retorna porque antes tinha conseguido perder peso; portanto, teve êxito. A organização lógica é apresentada com um esquema causal de consequência (van EEMEREN et al., 2006, 105). O que é apresentado como argumento é que ela tem 27 kg a perder e, portanto, retorna a Ravenna porque sabe que pode ter sucesso na perda de peso. O tratamento anterior (quando ele conseguiu perder 36 kg) é a demonstração concreta do implícito.

Embora um esquema lógico (sintomático, analógico ou causal) seja um quadro de referência abstrato que não fornece mais informações do que a forma lógica do argumento, ele expressa o falante no sentido em que nos permite visualizar como ele antecipa as críticas, como antecipa possíveis refutações.

Nesse caso, a argumentação levanta uma relação causal entre o que é declarado no julgamento da avaliação e sua conduta (“foi muito bom para mim, portanto volto para perder peso”). É também uma maneira de reivindicar o objetivo sobre os meios para alcançá-lo (o objetivo pode ser questionado, mas não o meio escolhido, pois você perde peso no Centro Ravenna).

5.1.2. Dimensão dialética

Gretel apresenta sua posição na disputa dessa maneira (veja a Tabela 2)

Tabela 2 - Posição 1: Gretel

POSIÇÃO 1 - Gretel

x. e por que você voltou?

xi. então eu diria

xii. e porque foi *muito bom* para mim [Grad - Força - Intensificador]

[em resposta a uma pergunta] eu lhes dizia (imperfeito) que correu muito bem

[Eu consegui perder 36 kg.; engordei 27; mantive 9 a favor]

Esquema argumentativo causal

A: (antes) foi muito bom para mim

(G: CTMR te faz perder peso com sucesso)

T: Eu emagreço novamente

Ref de G: antes emagreci 36

M: assertiva Avaliação positiva da perda de peso

Papel: paciente

Alcance da G/ campo dependência: tratamento contra a obesidade

DC DD: como argumento

Nota: aponto em itálico o recurso lexical gramatical que indica a dimensão predominante do sistema de avaliação (MARTIN; WHITE, 2005).

Uma vez que sua posição ficou clara, Gretel apresenta a oposta em um ambiente hostil por meio da consulta médica. A justificação usa o formato genérico do diálogo para tornar o conflito inteligível⁹. Essa reconstrução ajuda-a a avaliar sua própria situação e a apresentar-se com uma imagem favorável – *figura* na acepção de Goffman (1981): *ii. voltei ontem também, depois de uma gravidez*. Isso enquadra sua intervenção na maternidade. A invocação da gravidez conta com o consenso social favorável que justifica o ganho de peso. Ou seja, antes de reproduzir o diálogo com a médica, ela cita um julgamento de estima social (por normalidade) para antecipar uma possível refutação.

A posição da médica é que esses 27 quilos (o gatilho se move para a posição circunstancial no processo relacional - *xv. fez como sua bunda*¹⁰ percebem que deu errado. Isso supõe uma estrutura sociocognitiva médica (GOFFMAN, 1974) que utiliza julgamento comportamental para sanção social, ou seja, valoriza negativamente o comportamento de Gretel. De acordo com Goffman (1974), estaríamos diante de um choque de referências: a posição 1 de Gretel (*julgamento por estimativa de normalidade*), invoca uma referência pessoal-familiar, enquanto a posição 2 da médica (*julgamento por sanção*) supõe a de uma médica.

Gretel usa um esquema causal e a terapeuta também. Nesse caso, uma relação causal é proposta entre o argumento e o ponto de vista; o que é afirmado no argumento é um meio de alcançar a tese (“foi muito bom para mim, portanto volto para perder peso”). É também uma maneira de evidenciar a meta e os meios para alcançá-la. Enquanto a médica usa um

⁹ Recurso topológico (MARTIN; WHITE, 2005) de cruzamento entre narrativa de experiência pessoal (LABOV; WALETZKY, 1967) e argumentação.

¹⁰ Gretel usa uma variedade estilística coloquial que explica o valor do julgamento com gradação de alta intensidade. Martin (2000) os chama de envolvimento, entendido como recursos de solidariedade.

esquema sintomático porque avalia, caracteriza o que está no D (ganho de peso). A argumentação é apresentada como uma expressão do que é afirmado na tese, como uma característica inerente ou algo mais geral. É difícil de refutar, Gretel decide se concentrar na ação de voltar (como consequência, olha para o futuro) sem questionar que foi errado ganhar peso.

A explicação para a posição 2 tem a ver com o universo da obesidade: perder e ganhar peso é comum e esperado em um ponto (recaídas são comuns em vícios), mas perdê-lo e mantê-lo baixo não é. O ideal é mantê-lo baixo, que é o objetivo da clínica. O que a médica quer evitar é exigir *um retorno* ao tratamento, porque isso significa que ela o abandonou antes. Em outras palavras, aceitar o ganho de peso como *natural* sem definir o que seria um comportamento ideal. Por esse motivo, sanciona com julgamento ético, usando um esquema de argumentação sintomática, que caracteriza atributivamente: X é assim devido a características específicas (Van EEMEREN et al., 2006, p. 101).

Retornos ao tratamento geram culpa e vergonha; em geral, os pacientes tentam emagrecer antes de ir à clínica e acabam ganhando ainda mais peso. Isso dá origem a uma contradição viciosa, que é solucionada apenas com o tratamento.

Por outro lado, no contexto de um grupo terapêutico que visa emagrecer, o que está em jogo é a possibilidade ou não de fazer dieta fora da clínica no dia a dia. Por esse motivo, a valorização do “começar de novo” é fundamental para Gretel. É isso que leva a terapeuta a compartilhar sua posição (turno 3). Gretel tomou conhecimento dessa contradição e busca o apoio do grupo (nível primário), depois de responder à médica (no nível secundário):

(2) xviii. então eu digo

xix. é verdade,

xx. mas bem, quero dizer, eu também venho

xxi. procurar o conhecimento de vocês

(turno 153)

Tabela 3 - Posição 2: Médica.**POSIÇÃO 2: Médica**

- xiii. então a médica me diz
- xiv. : te aviso
- xv. fez como sua bunda {risos}
- xvi. porque se não,
- xvii. você não estaria aqui novamente
(então, como um conector temporal) *a médica me diz*
(presente narrativo – ruptura com o imperfeito)

EARG2 (sintomática)

- A: você voltou com 27 kg a mais
- (G: você não conseguiu manter seu peso baixo).
- T: fez como sua bunda
- M: assertiva negativa
- DC - DD como tese. Muda a responsabilidade do que é dito, expõe a médica ao citá-la literalmente

5.1.3 Dimensão retórica - Narrativa de Gretel

Consideramos os grupos terapêuticos como pequenas comunidades de fala (HYMES, 1972, p. 54), com suas próprias normas de saúde, valores e ideologia. A comunidade compartilha um horizonte de leitura que torna previsíveis as ações de seus participantes, com base nas quais são marcadas expectativas e mal-entendidos comunicativos. Na apresentação de Gretel (turno 153), reconhecemos as etapas retóricas em combinação com as narrativas da experiência pessoal.

ela se apresenta, deve fazer com que o público preste atenção nela e se interesse pelo seu caso.

Exórdio

Resumo da narrativa: é a cláusula inicial que adiciona uma síntese para atrair a atenção do grupo, que é indispensável à organização de sua atividade terapêutica (MONDADA, 1998, p. 161)

- i. e :: bem no meu nome é gretel,
- ii. Eu vim ontem:: também, depois de uma gravidez,
- iii. ter um monte de quilos por causa disso:

Narratio	<p>descreve os fatos, prepara a argumentação.</p> <p><i>Orientação</i>: circunstâncias da narrativa.</p> <p>iv. perdi trinta e seis, v. Agora eu tenho vinte e sete vi. para perder</p>
Argumentatio	<p>apresentam-se os argumentos. Em geral, são apresentadas evidências a favor (<i>confirmatio</i>) e contra (<i>refutatio</i>).</p> <p><i>Complicação narrativa</i>: a situação conflitiva é apresentada.</p> <p>Posição 1: “Voltei porque foi muito bom para mim”.</p>
Confirmatio	<p>A favor</p> <p>vii. este:: e eu ontem quando voltei, viii. como lhes dizia ix. que me perguntavam x. “E por que você voltou?” xi. então eu dizia a eles xii. “E porque foi muito bom para mim”</p>
Refutatio	<p>contra</p> <p>xiii. então a médica me disse xiv. “Eu te aviso: xv. fez como sua bunda {risos} xvi. Porque se não, xvi. Porque se não, xvii. você não estaria aqui novamente”.</p> <p>Avaliação interna da narrativa.</p> <p>xviii. então eu digo xix. é verdade,</p> <p>Resolução narrativa.</p> <p>xx. mas bem, ou seja, eu também volto xxi. para buscar o conhecimento de vocês</p> <p>Digressão retórica.</p> <p>xxii. porque eu comecei outro tratamento,</p> <p>“A mudança”</p> <p>xxiii. porque quando me mudei xxiv. Eu morava perto daqui, xxv. eu me mudei</p>

“O bebê”

xxvi. Eu ficava com o bebê, com meu bebê

xxvii. Eu fui deixando tudo para trás.

“A nutricionista”

xxviii. e:: estava em outro tratamento com uma nutricionista uma vez por semana

xxix. perdia trezentos gramas

xxx. e ela me parabenizava. {risos}¹¹

recapitula

xxxi. então eu estava conversando com uma amiga

xxxii. e ela me disse

xxxiii. “Bom, gretel, mas você já fez outra coisa

xxxiv. que já funcionou para você,

xxxv. e você está acostumada

xxxvi. ou, felizmente, você se acostumou a

xxxvii. exigir muito mais de você,

xxxviii. e você sabe que pode muito mais,

xxxix. então esses trezentos gramas para você são uma merda,

xl. Fechamento.

xli. e é perfeito”

Peroratio

5.2 Posicionamento e participação na narrativa de Gretel

Como ocorre em outras interações, os movimentos de *footing* organizam argumentativamente a posição do falante (CARRIZO, 2012). A sinceridade é um valor fundamental para interpretar a narrativa de Gretel (“fiz errado, mas digo que é bom”).

No contexto da sessão, Gretel transforma em *animadora-autora* desse diálogo impessoal e volta a dizer o que havia dito, “e porque foi muito bom para mim”, para um destinatário mais amplo, o grupo. O eu da experiência, da ação de retornar e se comprometido com o tratamento, cruza-se com receptores impessoais (“eu lhes respondia o que me perguntavam”) e cita-se, em outro momento de sua vida (antes).

Na cena com sua amiga, Gretel dá a palavra a ela, que fala sobre Gretel com Gretel (*dupla animadora*) e com os outros (com ela, Ravenna, com seus

¹¹ Isso é inferido pela oposição entra a médica (Ravena “fez com a bunda” versus a nutricionista que a parabeniza).

companheiros; funciona como *dupla receptora*). O discurso direto coincide com a resolução narrativa e também expressa, na sequência argumentativa, o grupo em solidariedade com o falante. Do ponto de vista discursivo, está associado ao presente histórico e a uma frase introdutória sem verbo dicendi, dando intensidade ao relato. O discurso direto da amiga é como um indireto livre que expressa a consciência de Gretel – conforme tratamento pictórico do discurso direto (VOLOSHINOV, 1992, p. 175).

- (3) xxxiii. bem, gretel, mas você já fez outra coisa
xxxiv. que já funcionou para você,
xxxv. e você está acostumada,
xxxvi. ou, felizmente, você se acostumou
xxxvii. Exigir muito mais de você,
xxxviii. e você sabe que pode muito mais,
xxxix. então esses trezentos gramas para você são uma merda,
(turno 153)

Quando as pessoas falam, elas não são pessoas físicas, mas atores sociais cujas palavras são inscritas em quadros mais amplos aos quais repetem ou desafiam, avaliando-os, comentando-os e endossando-as (por exemplo, Gretel se refere a pessoas indefinidas, recortadas do universo urbano de maneira genérica: uma médica, uma nutricionista, uma amiga). As próprias emissões indexam seus contextos, estão ancoradas em contextos, mas também as criam, as transformam (DURANTI; GOODWIN, 1992, p. 31).

Finalmente, no fechamento, Gretel volta-se para si, para o grupo e afirma: “xl. e está perfeito.”

O efeito persuasivo é que a terapeuta e o doutor Ravenna ficam ao seu lado e colaboram no fechamento com um ataque à posição oposta como reforço de sua tese.

Mais adiante, Gretel segue com a mesma estratégia discursiva de antes, no sentido de dar uma forma dialógica a seus pensamentos. Ao recontextualizar seu testemunho, busca identificação positiva do grupo no reconhecimento e possibilita a leitura do profissional como explicação. A

intervenção do terapeuta assume essa forma porque ele quer ser independente da experiência de vida de Gretel, que é válida para todos.

Finalmente, a invocação da amiga que lhe recomenda retornar ao centro acrescenta elementos à estrutura lógica. O terapeuta também age na mesma direção para refutar a posição 2 da médica.

5.3 Resultados da análise

O testemunho de Gretel (e, em geral, o de todos os que participam do grupo) tem a ver com aspectos relacionados a seus desejos, valores, propriedades simbólicas e papéis sociais (mãe que cuida, amiga que escuta etc.). A fusão da narrativa e da argumentação potencializa as duas formas: a narrativa dramatiza o confronto de forças que considera antagônicas e dá credibilidade à argumentação. A reprodução da voz de um terceiro, a amiga, para defender sua posição aparenta ser mais eficaz persuasivamente do que a reprodução da própria voz. Isso tem a ver com o fato de que o discurso direto, no contexto de uma sequência argumentativa, produz um deslocamento de papéis discursivos.

Tabela 4 - Argumentos a favor da Posição 1.

A FAVOR DA POSIÇÃO 1	
Amiga:	adiciona EARG3 (analogia) a POS1
A:	mas você já fez outra coisa / que já funcionou para você
(G:	no CTMR conseguiu perder 36 kg.)
T:	então esses trezentos gramas para você são uma merda,
Consequência:	o tratamento com a nutricionista não funciona, voltei à clínica
Ref da G:	você se acostumou a exigir muito mais de si / você sabe que pode muito mais
M:	assertiva avaliação positiva da perda de peso (meta: obesidade)
DC - DD.	como argumento e tese. Ele é o alter ego de Gretel e expõe em detalhes com avaliação do pensamento dela.
Terapeuta:	reformula a amiga no ARG3 com um esquema causal (mantém a G) para refutar a médica
A:	quando você FEZ isso foi bom para você
(G:	na CTMR ele conseguiu perder 36 kg.)

T:	você voltou
M:	assertiva, avaliação positiva da perda de peso (meta: obesidade)
y	negativa da médica
DC - DI:	para refutar

Gretel põe o grupo e os terapeutas ao seu lado ao reivindicar os valores compartilhados, enaltece seus colegas (“Eu também venho buscar a compreensão de vocês”) e a eficácia da clínica (em oposição à nutricionista que valorizava os 300 gramas). É um relato positivo que justifica o fato de ela voltar a fazer dieta. Assim, necessita dos julgamentos (ordem ética) para sustentar a mudança de seus valores. Isso é feito com apelo à estima social que invoca a normalidade com base em uma argumentação causal.

Nesse sentido, podemos sustentar que o discurso citado ajuda o paciente a planejar a apresentação da cena argumentativa (BENVENISTE, 1985, p. 88). Gretel faz os personagens agirem com a representação das diferentes vozes. Ela apresenta dois planos: o da enunciação primária, o grupo (o qual se busca persuadir) e o do enunciado secundário, que conta (Gretel com a médica, Gretel com a amiga, Gretel com a terapeuta). Então ela dialoga, argumenta e avalia com os outros em ambos os planos, para que suas ações comunicativas (pelo menos algumas) possam repercutir *por elevação* de ambos os lados.

No uso das formas do discurso citado, quando o falante cita outra voz, ambos os participantes assumem o mesmo papel posicional, o de *receptores ratificados*, com potentes consequências pragmáticas. Essa ação estratégica de persuasão busca estabelecer uma posição dialética de fato, a fim de evitar a resistência de uma contra-argumentação, o que obrigaria o falante a procurar novos argumentos. Consequentemente, os argumentos estão subordinados à posição adotada pelo orador. Na intervenção de Gretel, fica claro que ela vai mudando de papéis e posições que afetam a estrutura de participação em função de seu objetivo no tratamento.

Com relação à teoria da avaliação, interpretamos que a intervenção de Gretel busca elaborar uma posição atitudinal (WHITE, 2004) para sustentar o tratamento que recomeça, depois de ela recuperar 27 quilos dos 36 perdidos anteriormente. Ou seja, ela deve ressignificar sua própria experiência passada,

a partir da construção de uma história positiva que justifique sua volta à dieta, à restrição. Por isso, precisa de julgamentos (ordem ética) para sustentar a mudança de seus valores, o que é feito com apelo à estima social a qual invoca a normalidade com base em uma sequência de argumentação que usa o esquema causal.

6. Conclusão

Por meio de seu relato, Gretel invoca vozes diferentes para construir uma aliança de bem-estar que a ajuda a construir novos significados para novos comportamentos e, assim, reiniciar o tratamento para perda de peso após uma recaída. O discurso nas interações terapêuticas mostra-nos que a criação de novos significados não afeta apenas a dimensão representacional da linguagem. Envolve o discurso como prática social, resultado da experiência concreta de nossa vida cotidiana. A argumentação interacional, então, ajudaria a reparar o pensamento do sistema motivacional que apoia o comportamento. A mudança de hábito começa no discurso e precisa de persuasão retórica, destinada a mover nosso mundo interno: mover-se (voltar à clínica), mover ideias, emoções e, assim, começar a mudar atitudes.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Discourse in the novel. In: HOLQUIST, Michael (Ed.). **The dialogic imagination**. Austin: University Texas Press, 1981. p. 259-422

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística general**. México: Siglo XXI, 1985.

CARRIZO, Alicia E. **La argumentación interaccional: efectos del uso del discurso referido**. Tesis (Doctorado en Lingüística) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/xmlui/handle/filodigital/1488>.

CLIFT, Rebecca; HOLT, Elizabeth. Introduction. In: HOLT, Elizabeth; CLIFT, Rebecca (Ed.). **Reporting Talk**. Reported speech in interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1-15.

DUBOIS, Jean. The stance triangle. In: ENGLEBRETSON, Robert (Ed.). **Stancetaking in Discourse Subjectivity, evaluation, interaction**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. p.139-182.

DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles. Rethinking context: an introduction. In: **Rethinking context: Language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-42

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. **Argumentación, comunicación, falacias**. Una perspectiva pragma-dialéctica. Santiago de Chile: UCV, 2002.

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob; HENKEMANS, Francisca S. **Argumentación**. Análisis, evaluación, presentación. Buenos Aires: Biblos, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**. London: Routledge, 2003.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FESTINGER, Leon; CARLSMITH, James M. Cognitive consequences of forced compliance. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, n. 58, p. 203-210, 1959.

GOFFMAN, Erving. On face work. In: LEMERT, Charles (Ed.). **Social theory: The multicultural readings**. Philadelphia: Westview Press, 1955. p. 338-343.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. An Essay on the Organization of Experience. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Form of Talk**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1981.

GOODWIN, Charles. Audience diversity, participation and interpretation. **Text 6/3**, p. 283-316, 1986.

GOODWIN, Charles. Interactive Footing. In: HOLT, Elizabeth; CLIFT, Rebecca (Ed.). **Reporting Talk**. Reported speech in interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 16-46.

GROSSEN, Michèle; SALAZAR ORVIG, Anne. Le dialogisme dans l'entretien clinique. **Langage et société**, n. 123, p. 37-52, 2008. DOI: 10.3917/lis.123.0037

GROSSEN, Michèle; SALAZAR ORVIG, Anne. Third parties' voices in a therapeutic interview. **Text & Talk**, n. 31, v. 1, p. 53-76, 2011. DOI 10.1515/TEXT.2011.003

GUMPERZ, John. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, John; HYMES, Dell (Ed.). **Directions in sociolinguistics**. The ethnography of communication. New York: Holt, Rinehart y Winston, 1972.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian. **An Introduction to Functional Grammar**. London; New York: Routledge, 2004.

HALLIDAY, Michael A. K. **Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, John; HYMES, Dell (Ed.). **Directions in sociolinguistics**. The ethnography of communication. New York: Holt, Rinehart y Winston, 1972. p. 35-71

KAPLAN, Nora. Nuevos desarrollos en el Estudio de la Evaluación en el Lenguaje: La Teoría de la Valoración. **Boletín de Lingüística**, n. 22, p.52-78, 2004.

LABOV, William; WALETSKY, Joshua. Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In: HELM, June (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Proceedings of the 1966 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

LAVANDERA, Beatriz. El cambio de modo como estrategia de discurso. In: **Variación y significado**. Buenos Aires: Hachette, 1984. p. 125-147.

LAVANDERA, Beatriz. Decir y aludir: una propuesta metodológica. **Filología**, Buenos Aires, n. 19, p. 21-31, 1985.

LEVINSON, Stephen. Putting linguistics on a proper footing: explorations in Goffman's concepts of participation. In: DREW, Paul; WOOTTON, Andrew (Ed.). **Erving Goffman: Exploring the Interaction Order**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988. p. 161-227.

LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. Barcelona: Teide, 1989.

MARTIN, James Robert. Beyond Exchange: APPRAISAL. System in English. In: HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoffrey (Ed.). **Evaluation in text: Authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. **Working with Discourse**. Meaning beyond the clause. London; New York: Continuum, 2003.

MARTIN, James Robert; WHITE, Peter. **The Language of Evaluation**. Appraisal in English. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MENÉNDEZ, Salvio Martín. Gramática, análisis del discurso e interpretación crítica: las relaciones no tan evidentes. In: LABARTA POSTIGO, María (Ed.). **Approaches to Critical Discourse Analysis**. Valencia: Universitat de Valencia, 2005. (CD-ROM).

MONDADA, Lorenza. Therapy interactions: Specific genre or “blown up” version of ordinary conversational practices? **Pragmatics**, n. 8, v. 2, p. 155-165, 1998.

REARDON, Kathleen Kelley. **La persuasión en la comunicación**. Traducción: Marta Vassallo. Teoría y contexto. Barcelona: Paidós, 1989.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel; JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. **Language**, n. 50, p. 696-735, 1974.

SCHIFFRIN, Deborah. Everyday argument: The Organization of diversity in Talk. In: DIJK, Teun Adrianus van (Ed.). **Handbook of discourse analysis**. London: Academic Press, 1985. v. 3.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Interactive frames and knowledge schemas in interaction: Examples from medical examination/interview. In: TANNEN, Deborah (Ed.). **Framing in discourse**. New York: Oxford University Press, 1993. p. 57-76.

TOULMIN, Stephen. **Los usos de la argumentación**. Barcelona: Península, 2007.

TOULMIN, Stephen; RIEKE, Richard; JANIK, Allan. **An introduction to reasoning**. 2.ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984.

VALDÉS SÁNCHEZ, Nelson. Análisis de los estilos lingüísticos de paciente y terapeuta durante la conversación terapéutica en episodios de cambio, utilizando el buscador lingüístico y contador de palabras (LIWC). **Subjetividad y Procesos Cognitivos**, n. 14, v. 2, p. 314-332, 2010.

van LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice**. New tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

VILLEGAS, Manuel. Análisis del Discurso Terapéutico. **Revista de Psicoterapia**, v. III, n. 10-11, p. 23-65, 1992.

VOLOSHINOV, Valentin. **El marxismo y la filosofía del lenguaje**. Traducción: Tatiana Bubnova. Madrid: Alianza, 1992.

WHITE, Peter. Beyond modality and hedging. A dialogic view of the language of intersubjective stance. **Text**, n. 23, v. 2, p. 259-284, 2003.

WHITE, Peter. The **Appraisal website**: The language of attitude, arguability and interpersonal positioning. 2004.

Apêndice - Transcrição de dados

Reunião de 4/9/2009 (CHAVE das 14 às 16 horas - terapeuta Griselda)

Participantes: G - Griselda; P7¹²; Dr. Ravenna; outros P¹³

152¹⁴ G: e:: pera, porque ela levantou a mão lá, agora. Vamos quem é você?

153 P7: e: : bem, meu nome é gretel, eu já estive aqui antes:: também, depois de uma gravidez, por ter alguns quilos a mais por causa disso:: havia perdido trinta e seis, agora tenho vinte e sete para fazer perder:: E quando voltei ontem, eu falava há pouco sobre isso, quando me perguntavam e por que você voltou? Então eu dizia a eles que foi muito bom para mim, então a médica me disse eu avisei, fez como a sua bunda {risos}, porque se não o tivesse feito , não estaria aqui novamente. então eu digo que é verdade, mas bem, quero dizer, também busco o conhecimento de vocês (o.2) porque comecei outro tratamento, porque quando me mudei, morava aqui perto, me mudei, fiquei com o bebê, com meu bebê, fui deixando tudo para trás. e (o.2) eu estava em outro tratamento e uma nutricionista uma vez por semana, perdia trezentos gramas e ela me parabenizava. {risos} então eu estava conversando com uma amiga e ela disse para mim, Gretel, mas você já fez outra coisa que já funcionou para você e já está acostumada, ou felizmente se acostumou a exigir muito mais de si e sabe que pode muito mais, então esses trezentos gramas para você é uma merda, e é perfei[-to].

154 G: {interrompendo} = [com licença], mas eu não concordo com o que a médica lhe disse, porque na verdade você voltou porque, quando o fez, deu certo::

155 P7: [claro, sim::]

156 Dr.: [Você teve resultados.]

157 G: na verdade, isso volta, porque quando você foi ao nutricionista, sim? que lhe deu uma dieta evidentemente bastante calórica para perder trezentos gramas por semana ou por [mês].

158 P7: {interrompendo} = [sim], mas porque eu estava fazendo errado, mas bom.

¹² P7 indica que ele é o sétimo paciente a falar no grupo. Gretel é uma jovem de não mais de 30 anos de classe média.

¹³ A transcrição da fala leva o nome do diretor da clínica Dr. Máximo Ravenna, que me deu autorização expressa para usar as gravações como *corpus* da investigação. Os outros nomes são fictícios.

¹⁴ A numeração original de todo o *corpus* é mantida (ver CARRIZO, 2016). As diretrizes de transcrição tomam como guia as convenções usuais na análise da conversa (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974). Eles foram adaptados aos objetivos do trabalho, respeitando a fidelidade do material coletado. A ideia era que as convenções fossem simples em sua aplicação, para que os textos fossem acessíveis à leitura sem perder seus próprios fenômenos de interação (sobreposições, lapsos, silêncios). Os turnos foram segmentados em cláusulas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 53) numeradas com algarismos romanos para trabalhar com unidades mínimas de conteúdo ideacional. Em um sentido amplo, a conversa é considerada qualquer tipo de interação verbal cara a cara (LEVINSON, 1989, p. 38).

- 159 G: {interrompendo} [bom], por qualquer motivo que seja, mas digo: você tem uma referência diferente, ou seja, você teve que comparar, você diz espera, agora perco trezentos gramas, na da ravena perco um quilo por- não?
- 160 P7: sim.
- 161 G: não? e ele tinha o grupo e tinha = o apoio de seus colegas e tinha a alimentação e = e é por isso que voltam, mas voltam acima de tudo porque sabem que quando querem, podem.
- 162 P7: {interrompendo} claro, totalmente, ontem à noite fui três vezes ao banheiro.
- 163 G: e para que isso não seja mal feito e você não alcance resultados é que se, mesmo se engravidar, mesmo que aconteça o que acontecer, não vá porque os trinta e sete quilos que você teve em algum momento mostra que seu compromisso com a comida é muito forte, entende? Isto é, você não voltou para perder dois ou três quilinhos; então, ao abandonar o tratamento antes do tempo, a única coisa que faz é você engordar de novo.
- 164 P7: sim, mas foi como você viu ontem quando dissemos que você saiu no melhor momento?
= você viu ontem, quando estávamos aqui?
- 165 G: Sim.
- 166 P7: Você saiu no melhor ou no pior momento? Saí na melhor hora, quando pensei assim::(0,2) nada, já:: tudo já estava::
- 167 G: {interrompendo} você partiu na melhor hora para a mulher gorda que era, mas na pior hora para a mulher magra que queria ser, entende? porque quando alguém sai prematuramente, a mulher gorda que chega sai, mas a mulher magra que quer ser não fica, então quando alguém presta atenção na mulher gorda que chegou, que diz que você está divina, o facebook lhe faz falta, viu? está bárbara porque emagreceu = e você diz, claro, sim, estou bárbara, mas para a magra que quero ser ou para a magra que devo ser, porque há também uma questão ligada à capacidade de suportar o peso que é, não é que queiramos que vocês estejam magros por uma questão de aparência (0,2) estética, não nos importamos, sim? Nós nos preocupamos que você possa sustentar a conquista. saudável, é claro, mas a conquista é sustentável. e um peso só pode ser sustentado ao longo do tempo se for o peso {não entendido}. porque o peso de um gordo médio (0,2) sempre viu que dizemos meio gordo, gordo inteiro? e eu quase chego, então não consigo, porque se estou com quatro quilos a mais, significa que estou comendo muito mais do devo para estar com um peso {não compreendido}. e isso tende a aumentar, o corpo sempre tende a buscar a marca mais alta, é como quem fumava vinte e quatro cigarros por dia e um dia diz que vou fumar cinco, quanto tempo dura e::? não se pode. por quê? porque o corpo tem e ::? para ir à marca mais alta.

Tradução

Alexandre Marques Silva

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP).

Forma de citação sugerida

CARRIZO, Alicia Eugenia. Começar de novo: argumentação interacional em contextos terapêuticos. Tradução: Alexandre Marques Silva. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 226-253, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2707.

Revisitando o triunvirato lógica/dialética/retóricaⁱ

Ralph H. Johnson

Professor Emérito da Universidade de Windsor, Canadá
johnsoa@uwindsor.ca

Resumo: Muitos teóricos da argumentação adotaram a visão de que a argumentação pode ser abordada sob três perspectivas diferentes: a lógica, a dialética e a retórica, às quais denomino Triunvirato. Segundo Wenzel (1990), a base conceitual para esse triunvirato é a distinção entre argumentação como produto, como processo e como procedimento (a Distinção Tripartite). Neste artigo, quero levantar questões sobre a Visão do Triunvirato e a Distinção Tripartite na qual ela se baseia.

Palavras-chave: Teoria da Argumentação. Processo retórico. Procedimento dialético. Produto lógico.

Abstract: Many argumentation theorists have adopted the view that argumentation may be approached from three different perspectives: the logical, the dialectical and the rhetorical, which I refer to as the Triumvirate. According to Wenzel (1990), the conceptual foundation for this Triumvirate is the distinction between argumentation as product, as process and as procedure (the Tripartite Distinction). In this paper, I want to raise questions about the Triumvirate View and the Tripartite Distinction on which it is based.

Keywords: Argumentation theory. Rhetorical process. Dialectical procedure. Logical product.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente a Ralph Johnson pela autorização desta tradução do original “Revisiting the Logical/Dialectical/Rhetorical Triumvirate” publicado em *Argument Cultures: Proceedings of OSSA*, 09, 2009.

Introdução

Muitos teóricos da argumentação (WENZEL, 1990; TINDALE, 1999; BLAIR, 2003; entre outros) citaram ou adotaram a visão de que a argumentação pode ser abordada sob três perspectivas diferentes: a lógica, a dialética e a retórica. Por razões reveladas mais adiante, denominei essas três perspectivas como “O Triunvirato”. Tomo o artigo de Wenzel (1990) como o *locus classicus* para essa visão. Wenzel estabelece nesse texto uma base conceitual para tal triunvirato – a distinção entre argumentação como produto, como processo e como procedimento (a Distinção Tripartite) – e expõe a visão que ele chama de Perspectivismo. Esse artigo causou uma boa impressão, tendo sido citado por 22 pesquisadores, conforme mostra o Google Scholar, em março de 2009.

Apoio o espírito do pluralismo que marca a posição de Wenzel. No entanto, existem aspectos que me fazem pensar; por isso, quero levantar algumas preocupações sobre a Visão do Triunvirato e a Distinção Tripartite. Neste artigo, começo esboçando a história da Visão do Triunvirato. Em seguida, recapitulo a Visão do Triunvirato e a Distinção tripartite. Na seção posterior, assinalo minhas preocupações. E, para concluir, sugiro uma possível alternativa à concepção de Wenzel sobre tais questões.

1. Um esboço da história da Visão do Triunvirato

Nesta seção, esboço apenas um pouco da história da visão que estou considerando. Como todas as estradas sempre parecem voltar a Aristóteles, começamos por aí.

Aristóteles

As sementes da distinção podem ser encontradas em Aristóteles, pelo menos se seguirmos a leitura de Perelman em *The Realm of Rhetoric* (1982) [O império retórico]. Aristóteles desenvolveu a primeira lógica (seus *Analíticos Anteriores* e *Analíticos Posteriores*), apesar de o termo “lógica” só aparecer posteriormente¹. Além disso, Aristóteles lida com o raciocínio dialético nos

¹ Pensa-se que Alexandre de Afrodisias tenha sido o proponente do termo (grato a John Woods pela referência).

Tópicos e escreveu extensivamente sobre a *Retórica* como uma área de investigação. Note-se, no entanto, que, para Aristóteles, a retórica é um desenvolvimento a partir da dialética:

Aristóteles diz que a retórica, isto é, o estudo do discurso persuasivo, é uma “contraparte” (*antístrofos*) da dialética e que a arte retórica é um tipo de “consequência” (*paraphues ti*) da dialética e o estudo dos tipos de caráter. A correspondência com o método dialético é evidente: os discursos retóricos, assim como os argumentos dialéticos, procuram persuadir outros a aceitar certas conclusões com base em premissas que eles já aceitam. Portanto, as mesmas medidas úteis em contextos dialéticos serão, *mutatis mutandis*, úteis aqui: saber em quais premissas um dado tipo de auditório tende a acreditar e saber como encontrar premissas a partir das quais se chega à conclusão desejada (SMITH, 2017).

Com Aristóteles, então, encontramos o início de uma tradição na qual retórica, lógica e dialética são concebidas como campos com contribuições para o estudo da argumentação. Mas há tensão entre, por exemplo, retórica e filosofia (lógica), e a relação entre retórica e dialética é problemática. Durante grande parte desse período, a lógica é tratada como mais ou menos igual ao dialético ou à dialética (LEFF, 2002). No entanto, devemos lembrar que a lógica, como a pensamos hoje, só passou pelo seu maior desenvolvimento no final do século XIX e no início do século XX.

Perelman

Um dos proponentes mais vigorosos da perspectiva retórica é Perelman. Em *O império retórico*, Perelman discute lógica, dialética e retórica no processo de apresentar suas próprias visões sobre argumentação. Sua maneira de entender essas abordagens teve um papel formativo no desenvolvimento do que ele denomina *A Nova Retórica*, particularmente sua visão da lógica:

Certamente, é sabido que, na lógica moderna, [...] os lógicos matemáticos [...] identificam a lógica não com a dialética, mas com a lógica formal, com o raciocínio analítico de Aristóteles [ele quer dizer aqui os *Analíticos Anteriores e Posteriores*] e negligenciam completamente o raciocínio dialético como algo alheio à lógica (PERELMAN, 1982, p. 4).

Na visão de Perelman, há uma área de investigação denominada de “dialética”. Ela estuda o raciocínio dialético e “começa com teses aceitas de

modo geral com o objetivo de obter aceitação de outras teses que podem ser ou são controversas” (PERELMAN, 1982, p. 2). Segundo Perelman, instâncias do raciocínio dialético não são compostas de uma série de inferências válidas e irrefutáveis (que seriam o assunto da lógica). O raciocínio dialético desenvolve argumentos mais ou menos fortes.

Estamos bem cientes de que tradicionalmente houve tensão entre lógica e retórica. Perelman parece resolver essa tensão abandonando mais ou menos a perspectiva lógica e introduzindo a dialética para lidar com certos aspectos da argumentação.

Wenzel

A partir dos anos 1970, Wenzel escreveu uma série de artigos sobre várias “perspectivas” sobre o estudo da argumentação (1990, p. 11-12). Neste artigo, concentro-me na versão de 1990, visto ser a mais madura. Segundo Wenzel, a argumentação consiste em um conjunto de atividades complexas nas quais as pessoas se envolvem para tomar decisões, resolver problemas e gerenciar desacordos em geral. Podemos tirar sua tese deste excerto:

A moral final deste ensaio deve agora estar clara: o julgamento humano depende da argumentação, e a argumentação depende igualmente dos recursos da retórica, da dialética e da lógica (WENZEL, 1990, p. 25-26).

Essa visão – que ele denomina *Perspectivismo*² – distingue e relaciona três perspectivas³ sobre argumentação: a retórica, a dialética e a lógica. Essa visão surgiu de um animado debate sobre como estudar a argumentação e reconhece “a legitimidade de múltiplas abordagens” (WENZEL, 1990, p. 11). Cada uma dessas perspectivas, diz Wenzel (1990, p. 11), “está fundamentada na tradição do humanismo ocidental. Cada uma delas [...] assume algumas dessas atividades em seu escopo e as focaliza de maneiras distintas”. Até os anos 1970, ao que parece, predominavam duas perspectivas: a lógica e a retórica. Todavia, Habermas, Zarefsky e Brockriede trouxeram a perspectiva

² Wenzel (1990, p. 11) toma esse termo de Brockriede.

³ Às vezes, “abordagens” e “pontos de vista”. Numa discussão, Hansen perguntou: O que é uma perspectiva? O termo “perspectiva” não é definido aqui, nem “abordagem”. Inicialmente, esse ponto não parecia importante, mas cheguei à conclusão de que a pergunta de Hansen levanta várias questões relevantes de que, no entanto, não posso tratar neste artigo.

dialética de volta à equação⁴. “Para a concepção de argumentação como um processo retórico e um produto lógico, Brockriede acrescentou a noção de argumentação como método dialético” (WENZEL, 1990, p. 11).

É nesse excerto que encontramos, então, a origem do que estou chamando de Visão do Triunvirato. Cito Wenzel:

O Perspectivismo tem muito a recomendar. Primeiro, reconhece a legitimidade das *múltiplas abordagens sobre a argumentação*. Segundo, quando começamos a ver como diferentes *tradições de pesquisa* se baseiam em perspectivas distintas, podemos apreciar como cada tipo de pesquisa produz resultados únicos, como difere de outras abordagens, mas também como as perspectivas se relacionam umas com as outras [...] (WENZEL, 1990, p.11).

No restante de seu artigo de 1990, Wenzel detalha essas três perspectivas usando várias categorias diferentes: propósitos, escopo, foco, situação, recursos, critérios e papéis. Não posso, neste espaço, dedicar-me aos profícuos pormenores dessa discussão, mas recomendo a leitura.

O que eu quero fazer agora, tendo finalizado este breve percurso histórico, é entender melhor a Distinção Tripartite e depois avançar para aprofundar nossa compreensão sobre as três perspectivas que, juntas, constituem o que eu chamo de Triunvirato.

2. A Distinção Tripartite

Wenzel escreve que:

[...] trabalhando de forma independente, mas quase ao mesmo tempo, [ele] construiu uma análise detalhada das três perspectivas, usando termos-chave semelhantes: *processo retórico*, *procedimento dialético* e *produto lógico* (WENZEL, 1990, p. 11).

Wenzel sugere que as noções de processo, procedimento e produto serão úteis para depurar as diferenças entre as perspectivas. Eu não sou tão otimista. Deixe-nos ver.

⁴ No entanto, sabemos de discussões anteriores que a abordagem de Perelman reconhece a perspectiva dialética. Mesmo assim, parece que o dialético desapareceu em algum momento. Ela posteriormente reaparece com grande vigor com o surgimento da perspectiva dialética. Leff (2002, p. 53) diz: “Elas (dialética e retórica) não são entidades fixas, mas disciplinas em evolução”.

A distinção entre processo e produto me parece bastante sólida. Ela tem uma história de longa data aqui e em outras disciplinas. Em lógica, por exemplo, o termo “inferência” é entendido de forma ambígua, uma vez que pode se referir ao processo de gerar uma inferência e à inferência que resulta desse processo. É correto que, na maior parte das vezes, a lógica focaliza o produto. Contudo, dois comentários precisam ser feitos. Primeiro, a lógica dedutiva formal é, na minha avaliação, mais uma teoria da dedução do que uma teoria da argumentação. Em outros termos, a lógica formal estuda as normas que se aplicam a formas do tipo: Se P, então Q; P; portanto, Q. É inegável que, às vezes, argumentos assumem essa forma. Todavia, é altamente controverso que a lógica formal possa estabelecer as normas, os procedimentos, etc. necessários e suficientes para estudar toda a argumentação. Segundo, deve-se notar que existem abordagens lógicas focadas no processo, como a lógica do diálogo (cf. JOHNSON 2000, p. 290ss). Portanto, a perspectiva lógica não pode ser caracterizada com sucesso apenas em termos de foco no produto.

A distinção que Wenzel faz entre processo e procedimento me parece muito menos segura. Em nenhum lugar ele indica como diferenciaria esses dois termos cujos significados seriam normalmente considerados como muito próximos. Wenzel escreve:

De todos os significados do termo “dialética”, o que emprego aqui considera a dialética como um *método*, um *sistema* ou um *procedimento* para regular as discussões entre as pessoas (WENZEL, 1990, p. 14).

Essa passagem sugere que Wenzel não está casado com a ideia de procedimento quando se trata de esmiuçar o termo “dialética”. Mais adiante, irei sugerir uma maneira de fundamentar essas (e outras) perspectivas que não recorre a invocar uma distinção entre processo e procedimento.

3. O Triunvirato

A ideia por trás do que chamei de “Visão do Triunvirato” é as que as três perspectivas – o lógico, o dialético e o retórico – têm uma contribuição igualmente importante para o estudo da argumentação. Como observado anteriormente, Wenzel não esclarece o que ele entende por perspectiva, mas podemos fazer inferências a partir do que ele disse, o que nos permitirá

esmiuçar o conceito. Ele afirma que cada uma dessas perspectivas está fundamentada na tradição humanista ocidental (WENZEL, 1990, p. 12). Ele se refere ao fato de que “diferentes *tradições de pesquisa* se fundamentam em distintas perspectivas” (WENZEL, 1990, p. 11). Quando ele escreve que “a argumentação depende igualmente dos recursos da lógica, da dialética e da retórica”, é tentador concretizar isso com referência à lógica, à dialética e à retórica como *disciplinas*, posto que cada uma delas desenvolveu ferramentas e recursos para tratar da argumentação. . O problema óbvio desse tipo de associação é que, embora exista uma perspectiva dialética, não existe – que eu saiba – uma *disciplina* chamada “dialética”, que estude a argumentação – ainda que tenha existido localmente no passado (cf. LEFF, 2002). Voltaremos a esse ponto em breve. Por ora, continuemos a ver como Wenzel esmiúça cada um desses componentes.

3.1. Lógica

Wenzel (1990, p. 9) afirma: “a lógica nos ajuda a entender e avaliar argumentações como produtos que as pessoas criam quando discutem”. Uma questão que surge, neste momento, relaciona-se aos critérios utilizados na avaliação. A posição de Wenzel parece um tanto ambígua para mim. Quando ele fala sobre lógica, parece ter em mente, em alguns casos, a lógica formal tradicional e, em outros casos, a lógica informal. Quando ele afirma que “os lógicos podem dizer: ‘um bom argumento é aquele em que uma alegação claramente declarada é sustentada por evidências aceitáveis, relevantes e suficientes’”, ele remete a critérios altamente associados à lógica informal. Todavia, mais adiante, ele escreve que “a teoria lógica se refere aos padrões e aos critérios usados para distinguir argumentos corretos dos incorretos” (WENZEL, 1990, p. 15). O termo “correção” é frequentemente associado à lógica formal, à visão de que um bom argumento é um argumento correto e de que um argumento correto é aquele que tem premissas verdadeiras e é válido (não está claro que seja esse o significado que está sendo invocado no excerto). As diferenças entre a lógica informal e a lógica formal estão largamente (mas não exclusivamente) associadas aos critérios apropriados para a avaliação de argumentos. Historicamente, a lógica informal se originou da insatisfação com a abordagem adotada pela lógica tradicional (dedutiva

formal) para a avaliação de argumentos que apresentavam validade dedutiva. Portanto, no que se refere aos critérios que devem ser aplicados na avaliação de argumentos, essas duas lógicas abordagens distintas – e talvez incompatíveis. Isso significa – e este é o ponto relevante para essa discussão – que não se pode falar facilmente “da perspectiva lógica”. Antes, deve-se reconhecer que há uma série de “perspectivas” dentro da perspectiva lógica: a perspectiva da lógica dedutiva, da lógica indutiva, da lógica informal etc. Existem muitas outras lógicas – lógica modal, lógica epistêmica etc. –, mas, neste artigo, estamos preocupados com as lógicas que têm uma relação direta com a argumentação.

3.2. Retórica

Wenzel (1990, p. 9) escreve que, “como primeira afirmação geral, podemos dizer que a retórica nos ajuda a entender e avaliar a argumentação como um processo natural de comunicação persuasiva”. Um problema imediato que parece nos confrontar ao esmiuçarmos a ideia de perspectiva retórica é: qual visão de retórica deve ser adotada para delinear essa perspectiva? Existem muitas candidatas. Como indica nossa discussão anterior, há Aristóteles (mas qual Aristóteles?⁵), Perelman (1969) (qual Perelman?), Wenzel (1990), Tindale (1999) e muitos outros cujas perspectivas podem ser classificadas como retóricas.

A não ser no sentido mais geral, parece-me, então, que não existe algo como “a perspectiva retórica”. E suspeito que muitos que usam tal sintagma não o fazem como uma descrição definida, mas como “um exemplo de uma abordagem retórica”. No entanto, isso não proporciona muito conforto, pois seria difícil oferecer uma descrição do que conta como retórico com a qual todos aqueles que se consideram praticantes dessa abordagem concordariam. Por exemplo, a teoria normativa de Perelman faz referência essencial ao auditório universal, mas Johnstone Jr. (1959) e Kock (2009) adotam posições bastante diferentes em relação a questões normativas. Estamos, neste ponto, em uma situação similar à que discutimos em relação à abordagem lógica: parece que também existe uma pluralidade de perspectivas incompatíveis no âmbito de uma perspectiva retórica mais ampla.

⁵ Ver Poster (2008).

Outro problema é que, embora a retórica como disciplina permaneça vital, ela parece ter passado por momentos difíceis no que diz respeito à sua constituição em unidades acadêmicas⁶. Os departamentos de Retórica fecharam e o estudo da retórica foi “desviado” para os Departamentos de Inglês ou talvez para os Departamentos de Comunicação (ou de Estudos de Comunicação). Neste ponto, precisamos fazer uma pausa para observar um importante desenvolvimento: o surgimento de uma nova perspectiva – Comunicação –, que tem óbvia relevância para o estudo da argumentação. Pode-se sugerir que essa nova perspectiva possa simplesmente ser incluída na retórica, mas isso parece desprezar a integridade e a autonomia dessa importante e nova área de pesquisa.

Essa reflexão trouxe à tona duas ideias importantes. Primeiro, existem perspectivas incompatíveis no âmbito das perspectivas lógica e retórica. Segundo, novas comunidades e tradições de pesquisa ganharam destaque ou surgiram desde os escritos de Wenzel, de modo que suas perspectivas precisam ser consideradas se pretendermos fazer justiça ao Perspectivismo.

3.3. Dialética(s)

Já observei que Wenzel (1990, p. 9) considera a dialética um procedimento (ou método ou sistema) para regular as discussões entre as pessoas. Ele escreve: “a dialética nos ajuda a entender a avaliação da argumentação como um método cooperativo para tomar decisões críticas”. Ele afirma que a forma mais simples de dialética é a descrita nos diálogos de Platão. Aristóteles escreveu sobre o método da seguinte forma: sendo capazes de analisar qualquer dificuldade em ambos os sentidos possíveis, mais facilmente detectaremos em cada questão onde está a verdade e onde [está] o erro” “(Tópicos, 101a. 35, colchetes dos tradutores)⁷. Wenzel escreve:

No âmbito da perspectiva dialética, os principais recursos são projetos ou planos para conduzir *discussões críticas*. O termo “discussão” é usado para incluir todos os tipos de interação comunicativa, desde conversas simples até debates formais. Qualquer uma dessas interações é “dialética” desde que motivada pelo

⁶ Existe uma conexão bastante forte entre unidades acadêmicas e disciplinas, por um lado, e também entre disciplinas e perspectivas (e sub-perspectivas), por outro.

⁷ N.T.: Tradução extraída de ARISTÓTELES. **Tópicos**. Tradução de José Segurado e Campos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

desejo de examinar uma pergunta criticamente por meio de procedimentos sistemáticos (WENZEL, 1990, p. 21).

No entanto, como veremos em breve, há uma variação considerável em como entender o que constitui uma perspectiva dialética.

Para concluir a parte expositiva do meu artigo, assinalo que, embora eu considere que haja utilidade e validade no que chamei de Visão do Triunvirato, as preocupações vêm se acumulando. Debrucemo-nos sobre isso agora.

4. Algumas preocupações acerca do Triunvirato

Um triunvirato é governado por três partes. Essa maneira de falar corre o risco de criar uma presunção que falha em reconhecer a legitimidade e a importância de outras perspectivas. Wenzel (1990, p. 25) está ciente deste perigo:

Você não deve esperar que essas perspectivas revelem tudo o que você pode querer entender sobre argumentação; existem muitas outras abordagens, algumas das quais estão representadas em outros capítulos deste livro. No entanto, retórica, dialética e lógica são centrais no estudo da argumentação⁸.

O uso continuado do trio de formas adjetivas – lógico, dialético e retórico – pode nos levar a ignorar o que Wenzel reconhece no excerto: o fato de que outras perspectivas, além dessas três, têm propostas e contribuições importantes para o estudo da argumentação. Como observado anteriormente, existe uma abordagem comunicativa para o estudo da argumentação que está bastante separada da retórica. E as contribuições da linguística? Neste espaço, pode-se mencionar prontamente o trabalho de teóricos como Anscombe e Ducrot (1983) e também Zagar (1996)⁹. Não penso que iniciativas como essas possam ser prontamente alocadas em termos do triunvirato. Ainda mais importante é reconhecer o enorme impacto gerado pelos nossos colegas de Ciência da Computação, quando os estudiosos desviaram seu foco do conhecimento para a argumentação, uma mudança

⁸ Uma nota semelhante é deixada pelos editores da obra coletiva, os quais dizem que “precisamos explicar nossas perspectivas, reconhecendo que outras perspectivas podem ser tão legítimas quanto as que adotamos” (TRAP; SCHUETZ, 1990, p. 2), mas eles não mencionam nenhuma.

⁹ Para uma breve abordagem desses autores, conferir van Eemeren *et al.* (1996, p. 350-353).

significativa que se deu há cerca de 20 anos. Jürgen Dix *et al.* escreveram recentemente:

Os primeiros artigos sobre argumentação em ciência da computação apareceram cerca de 20 anos atrás. Desde então, temos visto grandes avanços, com o estabelecimento de uma base teórica sólida, uma ampla gama de aplicações e, mais recentemente, algumas implementações realistas. O campo passou da infância para a maturidade, e as perguntas iniciais que os pesquisadores elaboraram – “como fazemos isso?”, “para que serve?” e “como implementamos?” – foram em grande parte respondidas (DIX *et al.* 2008).

A referência contínua ao triunvirato pode contribuir para negligenciar ou marginalizar as contribuições de outras perspectivas. Não estou dizendo que a aceitação da Visão do Triunvirato cause tendências exclusivistas, mas pode muito bem apoiá-las.

Minha segunda preocupação retoma o ponto exposto acima em relação à retórica: com exceção dos sentidos mais gerais e vagos, parece-me que não existe algo como “a perspectiva retórica”. Quando se trata “da perspectiva lógica”, é possível encontrar algo que se aproxime da unanimidade no que tange à lógica formal. Mas essa é apenas uma das maneiras pelas quais “a perspectiva lógica” pode ser aplicada. Se partíssemos de uma implementação distintas – a saber, a lógica informal –, encontraríamos algumas variações em relação ao significado de lógica informal e a como seria essa abordagem. Mesmo aqui na Universidade de Windsor – a casa da lógica informal –, enquanto Johnson e Blair concordam em certas coisas sobre a lógica informal, eles discordam em outras (sobre a necessidade de uma camada dialética, sobre a lógica informal poder ou dever ser caracterizada em termos da busca por um terceiro tipo ligação entre premissas e conclusão, para citar apenas dois). Por isso, é importante observar que aqueles que trabalham com lógica informal (ou que dizem que o fazem) fazem coisas bastante diferentes sob esse rótulo. Neste ponto, vemos, novamente, alternativas incompatíveis no âmbito de uma dada perspectiva.

Quando se trata da “perspectiva dialética”, surgem problemas ainda maiores. Finocchiaro (2003, p. 13) afirma que “a abordagem dialética se tornou a dominante na teoria da argumentação”. Uma lista *parcial* de autores que fizeram uso essencial do termo dialética/dialético para caracterizar uma abordagem argumentativa incluiria os seguintes nomes: Hamblin (1970);

Wenzel (1980; 1990); Barth & Krabbe (1982); van Eemeren & Grootendorst (1984; 1988; 1992); Blair & Johnson (1987); Finocchiaro (1987; 2003); Blair (1998; 2003); Johnson (2000); Walton & Godden (2007).

Não tenho certeza de que a abordagem dialética tenha se tornado dominante, mas certamente ganhou destaque. Por quê? Vários fatores podem ajudar a explicar a ênfase recente. Eu apontaria o surgimento da lógica do diálogo nos anos 1960 (com a Escola de Erlanger); o trabalho de Barth & Krabbe sobre a lógica do diálogo nos anos 1970 e 1980; a a ideia de uma dialética formal, elaborada por Hamblin; e a emergência da abordagem pragmadialética nos anos 1980 com van Eemeren & Grootendorst (1984; 1992). Ao revisar as referências feitas por muitos autores diferentes que fizeram uso do termo “dialético” em conexão com uma abordagem ao estudo da argumentação, algumas conclusões ficaram flagrantes.

Primeiro, diferentes teóricos (dos quais eu sou um) usaram o termo de maneiras distintas. Blair (1998, p. 337) o fez da seguinte maneira:

Até o momento, a palavra “dialética” não figurou neste artigo. Sua omissão foi deliberada. Uma olhada na literatura sobre argumento e argumentação mostrará que os termos diálogo, dialógico, dialético e dialética são usados de forma intercambiável ou com tanta variação que não marcam distinção aceita.

Segundo, vários teóricos assinalaram essa mesma situação. Assim, Rescher (1977, p. XI) diz que “a dialética é, por assim dizer, a alquimia da filosofia. É tudo para todos os homens”. Blair & Johnson (1987, p. 102) afirmam, em uma nota, que “[...] dialético é um termo muito usado, com muitos sentidos. Quem o usa deve a seus leitores uma explicação do significado particular que lhe atribui”¹⁰. Tindale (1999, p. 43) diz: “existem vários sentidos de ‘dialético’”. Mas, como as referências a Hamblin e Rescher indicam, podemos observar como características comuns o intercâmbio de pontos de vista no âmbito de um diálogo, regido por regras, orientado a resolver uma disputa. Eu diria que, embora nem todos os sentidos sejam capturados pela explicação de Tindale¹¹, muitos o são.

¹⁰ Tenho a impressão de que a maioria dos teóricos seguiu esse conselho.

¹¹ A caracterização de Leff (2002) não é abarcada, nem o que Finocchiaro (2003) chama de contraste dialético-monolítico.

Terceiro, fiquei impressionado não apenas pela variedade de explicações do significado do termo (que pode ou não convergir em algum sentido central), mas também pela variedade de usos a que o termo foi submetido. Funciona de maneira diferente para Rescher (1977) em *Dialectics* [Dialética] e para Hamblin (1970) em *Fallacies* [Falácias]. Rescher se apropriou do termo a partir da tradição da disputa medieval, a fim de remediar um defeito na epistemologia, que pode ser atribuído a Descartes. Hamblin, por outro lado, se apropriou de Aristóteles ao usar o termo “dialética” para designar o estudo que deve concluir o trabalho iniciado pela lógica formal. Hamblin (1970, p. 254) afirma que “uma análise da falácia deve se ancorar em uma dialética formal”. Assim, para Hamblin, a dialética formal completa a lógica¹² .. É digno de nota o fato de o termo “dialético” já ter aparecido no início de *Fallacies*, quando Hamblin está discutindo a tarefa de encontrar um conjunto apropriado de critérios para a argumentação e já rejeitara critérios aléticos e epistêmicos. Nesse texto, ele desenvolveu a noção de critérios dialéticos:

Difícilmente podemos afirmar que um argumento não é um argumento porque procede *ex concessio*, ou que tais argumentos não têm critérios racionais de valor. Na verdade, estamos falando sobre a classe de argumentos que Aristóteles denominou dialético [...] (HAMBLIN, 1970, p. 241).

Observamos, no excerto, que pode muito bem haver uma tensão entre dois significados de “dialético” um tanto diferentes no âmbito dessa mesma perspectiva.

Esses dois autores entendem “dialética” de maneira distinta do que o fazem Barth & Krabbe (1982), os quais trabalham na tradição da lógica do diálogo, que remonta à Escola de Erlangen. A lógica do diálogo aborda a argumentação como um processo, um diálogo, um intercâmbio entre um proponente e um oponente, no qual a tarefa da lógica é estabelecer as normas para a condução do diálogo: a atribuição de direitos e deveres na definição do diálogo¹³. Essas concepções, por sua vez, influenciaram van Eemeren & Grootendorst (1984, p. 199), que afirmam ter aproveitado as ideias de Barth & Krabbe (1982), incorporando o termo no nome de seu projeto – a abordagem pragmadialética –, que talvez tenha sido o desenvolvimento mais

¹² Na abordagem de Hamblin, a retórica não desempenha papel algum, mas vale conferir, da página 69 em diante, sua discussão sobre as relações entre retórica, dialética e lógica.

¹³ Para um tratamento mais completo da lógica do diálogo, consulte Barth (2002).

proeminente na história moderna desse termo complexo. Mas, neste ponto, devemos observar uma diferença importante em seus respectivos entendimentos de “dialética”. As normas da pragmadialética não são normas lógicas e não são apresentadas como tais. A pragmadialética está fora do escopo da lógica do diálogo, como foi concebida por Barth & Krabbe (1982).

O leitor pode ter observado outro fator complicado que paira sobre esta discussão, a saber, a proeminência (e, por vezes, de fato, a co-ocorrência) do termo “dialógico”. Finocchiaro (1987, p. 82) diz:

Com relação às abordagens que podem ser rotuladas como retóricas e dialéticas, eu começaria delimitando o significado desses termos da seguinte maneira. Eu conceberia o retórico no sentido de Perelman, como significado vinculado à persuasão. E consideraria dialético como dialógico, isto é, referente ao diálogo.

Este texto é uma fonte possível da fusão de dois termos que, ao que me parece, não devem ser mesclados. Felizmente, tenho um colega que assinalou muito bem essa mesma posição. Blair escreve (1998, p. 338):

Isso nunca acontecerá, mas seria bom se o termo “dialético” fosse reservado para as propriedades de todas as argumentações que envolvem dúvidas ou desacordos com pelo menos dois lados, e o termo “dialógico” fosse reservado para aquelas que envolvem exclusivamente o intercâmbio de turnos verbais. Em seguida, poderíamos usar essa terminologia para expressar que (1) toda argumentação é dialética, mas, de modo algum, toda argumentação é dialógica; e (2) as propriedades dialéticas dos diálogos e as normas derivadas do modelo de diálogo não se aplicam para intercâmbios argumentativos não-dialógicos, mesmo que estes também sejam dialéticos.

Reverendo a variedade de significados, usos e funções que foram rotulados como “dialéticos”, concluo que, dos três termos amplamente utilizados para designar perspectivas sobre o estudo da argumentação, “dialético” parece ser o mais problemático. Parece ter a maior variedade e a história mais complicada. Do meu ponto de vista, esse adjetivo – dialético – tem quatro usos distintos. No primeiro, “dialético” é tomado em relação à área de pesquisa conhecida como dialética. A perspectiva dialética seria aquela adotada por quem estuda dialética. Vimos que, embora existisse uma disciplina desse tipo, atualmente não existe mais. No segundo, “dialético” refere-se a uma perspectiva sobre o estudo da argumentação que, com as perspectivas lógica e retórica, forma o Triunvirato. No terceiro, “dialético” contrasta com abordagens dialógicas, cuja aparente confluência acabamos de

discutir. No quarto, “dialético” marca uma alternativa às abordagens monoléticas (FINOCCHIARO, 2003, p. 19).

Um problema final é que existem várias maneiras de entender as relações entre os três componentes do Triunvirato. Em uma organização ideal, os membros de um Triunvirato compartilham a tarefa de governar. Wenzel vê a situação como um caso de paridade: cada uma das três perspectivas tem igual papel a desempenhar no estudo da argumentação. Nenhuma se destaca como mais importante do que as outras. No entanto, não encontrei argumento algum no artigo de Wenzel de que essas três perspectivas são de igual importância nem está totalmente claro como se dá essa paridade quando é esmiuçada em detalhes. Isso significa que qualquer teoria viável da argumentação deva ter um componente retórico, um componente lógico e um componente dialético? Ou a alegação deve ser entendida globalmente: que, de maneira geral, o estudo da argumentação requer contribuições das três perspectivas? Quando se trata de teorias individuais, os teóricos veem as coisas de maneira bem diferente. Na Pragmadialética, a perspectiva dialética é fundamental; a retórica é introduzida por meio do que é denominado *manobra estratégica*; a lógica quase não é mencionada (embora suas produções sejam proeminentes em regras). Para Tindale (1999), a perspectiva retórica é tomada como básica. Em Johnson (2000), atribui-se à perspectiva lógica o papel fundamental.

Contudo, os modos pelos quais as várias perspectivas se relacionam constitui uma situação ainda mais complexa do que a indicada aqui. Para uma análise cuidadosa dos vários tipos possíveis de relação entre essas perspectivas, não posso fazer melhor do que recomendar o artigo de Blair (2003). Mesmo se nos restringirmos ao Triunvirato, vimos que existem divergências fundamentais sobre os papéis atribuídos a cada uma.

5. Resumo e conclusão

Escolhi o termo “triumvirato” como um quadro para chamar a atenção ao que considero ser o modo como muitos (inconscientemente) pensam sobre tais questões. Eles adotam esses termos para designar as abordagens dominantes do estudo da argumentação e acreditam que cada uma tem uma contribuição importante a dar. De modo geral, concordo com essa visão, mas

acredito que há problemas com ela, o que eu espero ter trazido à tona ao propor o termo “triumvirato”.

O primeiro problema que mencionei foi o perigo de ser insular, de excluir ou minimizar as importantes contribuições feitas por outras perspectivas. Mencionei estudos de linguística, comunicação e computação, mas também poderia ter mencionado psicologia e epistemologia, ambas com contribuições para o estudo da argumentação.

O segundo problema surgiu da reflexão sobre sintagmas como “a perspectiva retórica” ou “uma perspectiva dialética”. Sou levado a fazer a seguinte observação: seria melhor falarmos sobre perspectivas retóricas, perspectivas dialéticas e perspectivas lógicas para reconhecer que existem várias maneiras pelas quais os teóricos poderiam trabalhar no âmbito dessas perspectivas mais amplas.

O terceiro problema estava relacionado às variadas visões sobre a chamada perspectiva dialética. É uma coisa para o pragmadialético, outra para o lógico do diálogo e outra ainda mais distinta para alguns lógicos informais. Sugeri, neste ponto, que podemos minimizar qualquer tipo de mal-entendido adotando a distinção de Blair entre dialético e dialógico.

A quarta preocupação diz respeito à distribuição de poder no seio do Triumvirato. No *locus classicus*, Wenzel adotou a visão paritária de que as três perspectivas são igualmente válidas, igualmente frutíferas. Mas parece-me que queremos fazer a pergunta: as três são igualmente proveitosas? Mesmo que existam múltiplas perspectivas, isso não quer dizer que tudo será igualmente proveitoso para nos ajudar a entender melhor a argumentação.

Para concluir, as três perspectivas sobre o estudo da argumentação que denominei Triumvirato surgiram ao longo do tempo em várias disciplinas ou comunidades de investigação¹⁴, todas com tradições e bibliografia (livros, periódicos, enciclopédias) na qual estão alojados seus produtos intelectuais (conceitos básicos, questões, problemas, técnicas, teorias etc.). Eles são identificáveis por sua conexão à área de pesquisa conhecida como retórica, à área de pesquisa conhecida como lógica e a uma abordagem denominada dialética, cujo *status* é um pouco mais problemático. Em vez de tentar localizar

¹⁴ Para uma discussão perspicaz sobre as várias maneiras de interpretar essa ideia, ver McKerrow (1990).

suas respectivas esferas de influência por meio da distinção processo-produto-procedimento, tenho sugerido uma alternativa. Os membros dessas comunidades – a comunidade retórica, por exemplo – encontram-se unidos não pelo foco no processo em detrimento do procedimento, nem pela aceitação de qualquer uma das visões sobre o que é retórica, nem por qualquer definição de retórica comumente aceita (tal como acontece com a filosofia), nem mesmo por um entendimento comum do que a perspectiva retórica pareça ser, nem por um acordo sobre quais são as questões cruciais. Eles estão ligados por uma história, uma tradição e uma educação comuns, além de um interesse contínuo em uma ampla gama de questões e problemas.

Parece claro que essas três comunidades têm a experiência mais longa com argumentação, mas isso não deve nos cegar para as variações consideráveis no âmbito de cada uma delas. E o mais importante: isso não deve nos levar a marginalizar ou subestimar as ideias decorrentes de outras tradições e áreas de investigação, isto é, de outras perspectivas.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus colegas do CRRAR por comentários extremamente úteis e construtivamente críticos em um esboço anterior: J. Anthony Blair, Hans V. Hansen, Catherine Hundleby, Robert C. Pinto, Christopher Tindale e Douglas Walton. Sou grato ao meu ex-aluno Michael Baumtrog por suas perguntas e comentários úteis em uma versão prévia, que levaram a várias revisões no artigo final, e também por sua ajuda na formatação do artigo.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; Ducrot, Oswald. **L'Argumentation dans la langue**. Liège: Pierre Mardaga, 1983.

BARTH, Else M. A framework for intersubjective accountability: dialogical logic. In: GABBAY, Dov M.; JOHNSON, Ralph H.; OHLBACH, Hans Jürgen; WOODS, John (Eds.).

Handbook of the Logic of Argument and Inference. London: Elsevier Science, 2002. p. 225-293.

BARTH, Else M.; KRABBE, Erik C. W. (Eds.). **From Axiom to Dialogue: A Philosophical Study of Logics and Argumentation.** Berlin: Walter De Gruyter, 1982.

BLAIR, J. Anthony. The limits of the dialogue model of argument. **Argumentation**, n. 12, v. 2, p. 325-339, 1998.

BLAIR, J. Anthony. The relationships among logic, dialectic and rhetoric. In: EEMEREN, Frans H. van; BLAIR, J. Anthony; WILLARD, Charles A.; SNOECK HENKEMANS, Francisca (Eds.). **Proceedings of the Fifth Conference of the International Society for the Study of Argumentation.** Amsterdam: Sic Sat, 2003. p. 125-131.

BLAIR, J. Anthony; JOHNSON, Ralph H. Argumentation as dialectical. **Argumentation**, n. 1, p. 41-56, 1987.

DIX, Jürgen; PARSONS, Simon; PRAKKE, Henry; SIMARI, Guillermo. Theory and Practice of Argumentation Systems. In: **Dagstuhl Seminar Proceedings.** Leipzig: Schloss Dagstuhl, 2008. p. 1-13.

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. **Speech Acts in Argumentative Discussions.** Dordrecht: Foris, 1984.

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. Rationale for a pragma-dialectical perspective. **Argumentation**, n. 2, p. 271-291, 1988.

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. **Argumentation, Communication and Fallacies.** Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob; SNOECK-HENKEMANS, Francisca et al. **Fundamentals of Argumentation Theory.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

EEMEREN, Frans H. van; HOUTLOSSER, Paul (Eds.). **Dialectic and Rhetoric: The Warp and Woof of Argumentation Analysis.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

FINOCCHIARO, Maurice. An historical approach to the study of argumentation. In: EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob; BLAIR, J. Anthony; WILLARD, Charles A. (Eds.). **Argumentation: Across the Lines of Discipline.** Dordrecht: Foris, 1987. p. 81-92.

FINOCCHIARO, Maurice. Dialectics, evaluation and argument. **Informal Logic**, n. 23, p. 19-50, 2003.

HAMBLIN, Charles L. **Fallacies.** London: Methuen, 1970.

JOHNSON, Ralph H. **Manifest Rationality: A Pragmatic Theory of Argument**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2000.

JOHNSON, Ralph H. Review of “Dialectic and Rhetoric: The warp and woof of argumentation”. **Argumentation**, n. 18, p. 438-488, 2004.

JOHNSTONE, Henry W. Jr. **Philosophy and Argument**. State College: The Pennsylvania State University Press, 1959.

KOCK, Christian. Choice is not true or false: The domain of rhetorical argumentation. **Argumentation**, n. 23, v. 1, p. 61-80, 2009.

KRABBE, Erik C. W. Meeting in the house of Callias: An historical perspective on rhetoric and dialectic. In: EEMEREN, Frans H. van; HOUTLOSSER, Paul (Eds.). **Dialectic and Rhetoric: The Warp and Woof of Argumentation Analysis**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 29-40.

LEFF, Michael. The relation between dialectic and rhetoric in a classical and a modern perspective. In: EEMEREN, Frans H. van; HOUTLOSSER, Paul (Eds.). **Dialectic and Rhetoric: The Warp and Woof of Argumentation Analysis**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 53-64.

McKERRROW, Raymie. Argument communities. In: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (Eds.). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honour of Wayne Brockriede**. Prospect Heights: Waveland Press, 1990. p. 27-40.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **The new rhetoric: A treatise on argumentation**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1969.

PERELMAN, Chaïm. **The Realm of Rhetoric**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1982.

POSTER, Carol. Whose Aristotle? Which aristotelianism? **Philosophy and Rhetoric**, n. 41, v. 4, p. 375-401, 2008.

RESCHER, Nicholas. **Dialectics: A controversy-oriented approach to the theory of knowledge**. Albany: State University of New York Press, 1977.

SMITH, Robin. Aristotle. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/aristotle-logic>. Acesso em: 17 mar. 2017.

TINDALE, Christopher. **Acts of Arguing: A Rhetorical Model of Argument**. Albany: State University of New York Press, 1999.

TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (Eds.). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honour of Wayne Brockriede**. Prospect Heights: Waveland Press, 1990.

WALTON, Douglas W.; GODDEN, David. Informal logic and the dialectical approach to argument. *In*: HANSEN, Hans V.; PINTO, Robert C. (Eds.). **Reason Reclaimed**. Newport News: Vale Press, 2007. p. 3-17.

WENZEL, Joseph. Perspectives on argument. *In*: RHODES, Jack; NEWELL, Sarah (Eds.). **Proceedings of the summer conference on argumentation**. Speech Communication Association, 1980.

WENZEL, Joseph. Three Perspectives on Argument. *In*: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (Eds.). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honour of Wayne Brockriede**. Prospect Heights: Waveland Press, 1990. p. 9-16.

ŽAGAR, Igor Ž . Argumentation in language as opposed to argumentation with language. *In*: EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob; BLAIR, J. Anthony; WILLARD, Charles A. (Eds.). **Proceedings of the Third ISSA Conference on Argumentation**. Amsterdam: Sic Sat, 1996. p. 200-218.

Tradução

Eduardo Lopes Piris

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Docente da Universidade de São Paulo (USP)

Forma de citação sugerida

JOHNSON, Ralph H. Revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 254-273, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2708.

Comentário sobre “revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica”, de Ralph Johnsonⁱ

Raymie E. McKerrow

Professor da Ohio University, Estados Unidos
mckerrow@ohio.edu

Introdução

A análise de Johnson sobre o que ele chama de Visão do Triunvirato e a Distinção Tripartite que a acompanha suscita várias preocupações críticas que merecem revisão. Meu objetivo, neste comentário, é reconceitualizar a natureza de valor agregado do projeto original de Wenzel e sugerir onde pode estar sua maior utilidade. Com relação ao foco principal da argumentação de Johnson, estou inclinado a concordar com algumas das reservas levantadas. No entanto, cabem algumas qualificações ante a aceitação definitiva da posição adotada.

A análise adequadamente credita a Wenzel a elaboração de uma abordagem argumentativa que mereceu atenção de vários estudiosos. Ainda que eu não me baseasse em uma pesquisa no Google como a principal evidência de sua importância, uma vez que várias fontes não são referenciadas por esse mecanismo de pesquisa, é fato que o triunvirato teve um forte impacto nos estudos argumentativos.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente a Raymie McKerrow pela autorização desta tradução do original “Commentary on Ralph H. Johnson’s ‘Revisiting the Logical/Dialectical/Rhetorical Triumvirate’” publicado em *Argument Cultures: Proceedings of OSSA*, 09, 2009.

Minha abordagem será primeiro relatar parte dessa influência em uma área não citada por Johnson. O que argumentarei é que, independentemente das falhas citadas por Johnson (supondo que sejam de fato falhas fatais), o trio lógica/dialética/retórica e sua natureza distintiva como produto, processo e procedimento têm uma forte utilidade pedagógica. O enquadramento realizado por Wenzel acerca das funções argumentativas – como espero explicar posteriormente – consiste em uma *ficção conveniente*. Por mais frágeis que sejam suas particularidades no que tange a sustentar distinções, continua sendo uma maneira altamente conveniente de delimitar o campo da argumentação para estudantes de graduação. Com esta revisão em mãos, passarei a uma revisão mais focada de alegações específicas feitas com relação ao caráter defeituoso do quadro teórico.

2. Uma justificação pedagógica

Embora não seja voltada a estudantes de graduação, quero começar com uma fonte que Johnson cita. Christopher Tindale (1999) enquadra seu texto, *Acts of Arguing* [Atos de argumentar], da mesma maneira que Johnson no que diz respeito a uma ancoragem inicial em Aristóteles e Perelman. Ele adota o mesmo quadro em seu *Rhetorical Argumentation* [Argumentação retórica], de 2004. As definições que ele fornece são um ponto de partida útil para traçar o modo como o triunvirato foi concebido:

O *lógico* enfatiza o produto das proposições reunidas em relação de premissas e conclusões [...]

O sentido *dialético* da argumentação concentra a atenção nas trocas argumentativas no âmbito de um diálogo e nos movimentos que possam estar envolvidos. Existem vários diálogos de interesse, como a querela, a negociação, o debate ou a investigação [...]

A terceira divisão é o *retórico*, que enfatiza a argumentação como um processo. Aqui é dada atenção aos meios utilizados nas comunicações argumentativas entre orador e audiência. (TINDALE, 2004, p. 4-5)

Pode-se notar o uso bastante vago de “diálogo” na consideração acima acerca da argumentação dialética, uma preocupação que – suspeito – Johnson e eu partilhamos. Voltarei à distinção diálogo / dialética em um momento posterior.

Inch e Warnick (2010, p. 35) abordam essas mesmas questões da seguinte maneira em sua introdução ao que eles chamam de “visão co-orientacional da argumentação”:

Não são três tipos diferentes de argumentação, são três maneiras diferentes de olhar a argumentação. Cada perspectiva enfatiza um conjunto diferente de funções e características da argumentação [...]

A perspectiva lógica pergunta: “A argumentação é correta?” A perspectiva dialética pergunta: “A discussão foi conduzida de modo a alcançar um exame claro e crítico de todos os aspectos do assunto em questão?” E a perspectiva retórica pergunta: “O orador construiu a argumentação para influenciar com sucesso um auditório particular?” Todas as três perspectivas são úteis e necessárias, e a relevância de qualquer perspectiva a qualquer momento depende do propósito do orador e da situação em que a argumentação é apresentada.

O que é mais significativo em sua abordagem é que a “perspectiva” é operacionalizada em termos de uma pergunta geral que enquadra a função principal de cada olhar particular. Além disso, o contexto, a finalidade e seu impacto na importância relativa de cada perspectiva são claramente abordados.

Karen e Donald Rybacki (2004, p. 7-8) também enquadram sua introdução ao desenvolvimento histórico da argumentação nos termos das distinções de Wenzel:

Podemos pensar nessas três perspectivas como [...] três diferentes modos de entender de que maneira a argumentação funciona como um instrumento de comunicação. Cada uma nos dá um foco diferente sobre a estrutura e o uso da argumentação e [...] sobre o que se entende por “boa” argumentação.

Primeiro, a *perspectiva retórica* explora como usamos a comunicação para influenciar ou mudar os outros [...].

Segundo, a *perspectiva dialética* explora as estruturas conversacionais. [...] [É] um plano de interação no qual todos os lados de uma questão ou opinião são levantados e resolvidos por meio de discussão.

Terceiro, a *perspectiva lógica* oferece uma série de regras formais para distinguir argumentações corretas de incorretas.

Observe que sua referência à lógica restringe seu campo de operação ao raciocínio formal – uma decisão que ignora o trabalho realizado pelos lógicos informais e outros pesquisadores para ampliar o domínio de maneiras

significativas. Embora eu e os outros possamos desejar que uma visão mais ampla tivesse sido adotada, eles estão seguindo uma orientação altamente tradicional em relação a essas perspectivas.

Richard Rieke, Malcolm Sillars e Tarla Rai Peterson (2009) oferecem uma abordagem ligeiramente diferente para o mesmo conjunto básico de distinções. Embora não citem Wenzel, sua referência a um trabalho anterior de Daniel O’Keefe (1977) nos lembra que a conversa sobre “processo” e “produto” antecede o trabalho de Wenzel – uma conversa com a qual ele estava familiarizado ao desenvolver o seu próprio quadro conceitual. O’Keefe (1977) sugeriu que existem dois “sentidos” de argumentação: Argumentação¹ e Argumentação². A Argumentação¹ é percebida como o produto da argumentação – uma alegação mais uma razão – que constitui um “ato comunicativo” específico (O’KEEFE, 1977, p. 121). A Argumentação² é a visão de argumentação orientada ao processo, o que Rieke, Sillars e Peterson (2009, p. 9) referenciam como “argumentação” ou o envolvimento das pessoas em argumentar. Seguindo o modelo da dialética relacional de Montgomery e Baxter (1998), Rieke, Sillars e Peterson (2009, p. 13-17) passam a distinguir uma faceta interna do diálogo, denominada “pensamento crítico”, de uma faceta externa, nomeada “dialética”.

O exposto acima deve ser suficiente para observar que a ideia por trás da tentativa de Wenzel de coordenar a relação entre lógica, dialética e retórica é produtiva nos livros de argumentação contemporâneos voltados a estudantes de graduação. Eles compartilham, com Tindale, o que pode ser chamado de pinceladas amplas dos três domínios como um meio de indicar sua relevância para o estudo da argumentação. Tendo usado esses textos no ensino da argumentação, também posso atestar a utilidade em delimitar, em um nível amplo, as respectivas orientações de cada uma das perspectivas, uma vez que elas impactam o que será considerado na construção e na avaliação da argumentação, conforme a evolução do curso. É por essa razão que emprego o sintagma “ficção conveniente”. Por mais ficcionais que sejam as distinções reais quando submetidas a um exame minucioso – elas resistem a um exame crítico? –, elas são um prego conveniente para pendurar a diferenciação entre os quadros conceituais.

3. Uma perspectiva sobre as perspectivas

O termo *perspectiva* requer uma definição? Embora não seja claramente definido por Wenzel, pode-se também perguntar: ele é, então, impreciso? O que há de especial no termo que o faz não ser entendido em termos de seu uso comum nos contextos cotidianos? Uma rápida leitura de seus múltiplos usos sugere que o termo é muito mais complexo do que um simples sintagma cobriria, tal como “um ponto de vista”. Embora sua etimologia sugira um foco na visão – “olhar através” ou “ver claramente” (Miriam-Webster Online) –, outras funções abundam:

O estado de existir no espaço diante dos olhos
O estado das ideias de alguém, os fatos conhecidos por alguém, etc., em termos de uma inter-relação significativa
De ou pertencente à arte da perspectiva, ou representado de acordo com suas leis
Uma vista ou panorama
Uma disposição ou visão mental
A relação dos aspectos de um assunto entre si e com um todo
Avaliação subjetiva de significância relativa; um ponto de vista. (Dictionary.com)

Dadas as múltiplas maneiras pelas quais o termo pode ser usado no discurso cotidiano, talvez não seja de admirar que a questão seja levantada. No entanto, dado o exposto, podemos estipular uma “perspectiva” do termo como uma “orientação para um objeto de investigação”. Diferentemente do “método”, que pressupõe um padrão específico de ações ou comportamentos em relação a um objeto ou evento, uma orientação é uma maneira de estar em relação a esse objeto ou evento. É uma posicionalidade ou posição que pode ser expressa em termos de “ponto de partida”. “De onde eu estou [...]” é uma maneira de sugerir o que o termo representa. De fato, Wenzel (1990, p. 11) oferece sua própria “definição”, quando depreende a explicação de Brockriede como “uma estratégia de ênfase”, dizendo:

[Perspectiva] significa focar um objeto ou fenômeno de um ponto de vista de cada vez, de forma a destacar alguma característica no primeiro plano de nosso entendimento, enquanto permite que outras características retrocedam ao segundo plano. Perspectivar nos permite mudar nosso ponto de vista conforme nossos propósitos e interesses o exijam.

Nesse contexto, é mais fácil ver como a relevância de qualquer uma das três variáveis – lógica/dialética/retórica – pode ser diferente. Todas são de

igual importância em nível geral. Isso nos leva à segunda preocupação que Johnson levanta: o que se entende por “igual?”

Se aceitarmos a formulação, emprestada de Aristóteles, de que não deliberamos sobre coisas que são evidentes por si mesmas, podemos encontrar uma resposta. Suspeito que o motivo pelo qual Wenzel não forneça um argumento que apoie a sugestão “de que essas três perspectivas são de igual importância” (JOHNSON, 2009, p. 9) seja justamente porque isso é tomado como um pressuposto aceito. Wenzel estava escrevendo em um momento em que a discussão sobre o papel da lógica – como ilustração específica – nos estudos retóricos de modo geral, bem como na teoria da argumentação (tal como discutida nos departamentos de comunicação) especificamente, estava passando por uma transformação. Isso se deveu em grande parte ao trabalho de Ehninger e Brockriede ao trazer o trabalho de Toulmin para o campo de estudo. Meu próprio trabalho, ao ver a argumentação como “justificação pragmática” (McKERRROW, 1990), também teve como premissa essa transformação. Assim, Wenzel estava totalmente familiarizado, como atestam as várias referências no trabalho que estamos analisando, com os problemas envolvidos.

A frase-chave na citação acima, em referência a essa questão, sugere que “mud[emos] nosso ponto de vista conforme nossos propósitos e interesses o exijam” (WENZEL, 1990, p. 11). O que isso significa é que simplesmente nenhuma perspectiva é privilegiada como inerentemente mais importante do que qualquer outra quando aplicada ao longo de todas as instâncias do discurso argumentativo. O que determina a necessidade relativa de qualquer uma das três perspectivas é o fim em vista: por que estamos examinando a argumentação? Qual é o nosso objetivo? Dependendo da resposta a essa pergunta, temos três orientações gerais, não específicas de um ponto de vista disciplinar, para nos guiar. Em qualquer aplicação particular, a necessidade de examinar o artefato a partir das três perspectivas dependerá do contexto e da nossa ansia de saber (embora seja aconselhável fazê-lo em alguns casos). Logo, é discutível se essa resposta é equivalente à de Johnson (2009, p. 7): “o mais geral e o mais vago dos sentidos”. Penso que não, mas consigo entender as razões pelas quais alguém pode fazer essa afirmação.

Talvez este seja um momento oportuno para examinar essa afirmação no contexto que Johnson a oferece: ele observa que há pouca razão para recomendar “perspectiva” como um termo que denota algo muito substantivo, pois não existe algo como “a perspectiva retórica”, muito menos uma perspectiva “lógica” ou “dialética”. Eu entendo o que está sendo levantado, à medida que Johnson passa a detalhar as inúmeras maneiras pelas quais cada um desses termos pode ser empregado com relação à sua à complexa variedade de ênfases particulares abrigada por cada um. Podemos, por exemplo, discutir crítica cultural ou textual como duas abordagens relativamente distintas dentro do modo de análise ‘retórico’. É bem verdade que cada um dos termos admite múltiplos significados/usos, zombando, talvez, de qualquer tentativa de generalizar amplamente a função central de cada um. Uma possível resposta para Johnson, que reivindica a natureza de valor agregado do apelo a esses três termos, é focar em respostas a perguntas encabeçadas por ‘o quê?’ ou por ‘por quê?’ em detrimento daquelas que se concentram em ‘como?’ Para concretizar isso, eu quero reafirmar as próprias definições elaboradas por Wenzel (1990):

A perspectiva retórica dirige nossa atenção para a ocorrência de argumentação entre pessoas como um processo natural de comunicação (p. 15)

[A] perspectiva dialética invoca um teor procedimental ou metodológico à argumentação (p. 16)

[As] preocupações especiais da perspectiva lógica são com as técnicas para representar uma argumentação de uma forma passível de crítica e com critérios para avaliação (p. 17)

O que quero dizer é que cada uma dessas orientações responde inicialmente a uma pergunta: o que estamos interessados em saber ou por que estamos pedindo mais informações sobre uma instância específica de discurso? Depois de determinarmos a resposta a essa pergunta, podemos focar em qual orientação específica é mais capaz de responder à pergunta. Com essa segunda resposta em mãos, podemos detalhar, dentre o conjunto de opções ou possibilidades a escolher, aquela que atende mais claramente aos nossos objetivos. No que tange à lógica, pode ser uma avaliação formal da validade, uma análise do *layout* da argumentação (Toulmin está implicado aqui) ou uma abordagem mais “lógico-informal”. A caixa de ferramentas

críticas possui várias ferramentas, e cada uma pode responder a uma subpergunta diferente em relação ao nosso objetivo específico. Dizer isso NÃO é dizer que a pergunta inicial é “vaga” ou relativamente irrelevante devido à sua própria falta de especificidade. Pode ser questionável se as afirmações acima capturam adequadamente a capacidade de aprofundar qualquer orientação. Eu apostaria, ao defender as observações reconhecidamente gerais de Wenzel, que cada uma é uma representação razoável de um “ponto de partida” plausível para análises mais precisas. De fato, na perspectiva da “lógica” mencionada acima, Wenzel abarca abordagens formais, informais e toulminianas sem privilegiar nenhuma delas como abordagem última ou superior.

Uma palavra sobre “processo-procedimento-produto” pode ser útil aqui. Johnson (2009) observa, corretamente, que, quando se examinam as implicações de qualquer um dos triúmvios, o pesquisador acaba enredado no âmbito dos outros. Como ele observa, o processo é invocado quando se procede a um exame dialético, de modo a determinar o que o formato do produto. Ao procedermos a uma investigação retórica, também se examina como se fala e o que se acaba dizendo. No entanto, não acho que Wenzel discordaria disso, mas poderia argumentar que, ao mesmo tempo, os ‘paralelos’ gerais ainda estão no lugar no que diz respeito ao processo inicial de pensamento que se invoca ao passar de uma orientação para outra.

O ponto que considero mais forte na argumentação de Johnson se encontra na discussão de um termo muito difamado: dialética. Não estou afirmando, por exemplo, que a asserção de que a dialética tenha se tornado o tema dominante nos estudos da argumentação conceda a ela, de alguma forma, um *status* privilegiado para todo o sempre. O que conta como importante nas idas e vindas acadêmicas ao longo do tempo é que, um dia, o raciocínio formal atraiu a atenção dos escritos sobre argumentação nos departamentos de estudos da comunicação. O que estou sugerindo é que o fato de uma perspectiva ser tomada como “básica” por qualquer teórico, ou em alguma época, não invalida, por si só, a alegação geral apresentada por Wenzel (1990).

Como parte de sua análise da dialética, Johnson (2009) observa brevemente a confluência desse termo com “diálogo”. Embora essa não seja a

ocasião para uma discussão prolongada, eu tendo a concordar com a posição adotada. E, como suporte adicional, vale considerar o comentário de Bakhtin (1986, p. 181):

[67] Diálogo e dialética. Tome um diálogo e remova as vozes [...] remova as entonações [...] esculpa conceitos e julgamentos abstratos a partir de palavras e respostas vivas, coloque tudo em uma consciência abstrata – e é assim que você obtém a dialética. (elipses no original)

É lamentável que tenhamos sido tão “desleixados” com relação à definição – e o próprio resumo de Johnson sobre os muitos usos da dialética é um exemplo disso. Como outro exemplo, o sentido de “dialética relacional” de Montgomery e Baxter (1998), ancorado em Bakhtin, pode ser visto como a continuação de um padrão de confluência de orientações distinguíveis em relação à interação comunicativa.

3. Conclusão

Levando essa resposta a um fechamento, quero voltar ao sentido de “ficção conveniente” observado anteriormente. Na medida em que se adota a posição de Johnson (2009) sobre o Triunvirato, um uso pedagógico dos conceitos permanece valioso. Ao adotar essa expressão, aceitam-se as dificuldades envolvidas na aplicação precisa dos conceitos, enquanto ainda se observa o caráter distintivo amplo de cada um como um ponto de vista.

O que tentei fazer, ao lidar com as críticas mais específicas, é sugerir de que maneira se pode pensar sobre o abrangente objetivo de Wenzel (1990) de propor o triunvirato. Nesse nível de análise, a pergunta inicial – o que eu quero saber? – orienta a pessoa em direção a uma (ou mais de uma) perspectiva na busca de uma resposta. É simplesmente um mecanismo para desenvolver a ideia de que cada perspectiva tem uma contribuição. Não é uma alegação de que, tendo esgotado as possibilidades analíticas de cada uma, o campo tenha se esgotado. É uma alegação de que, ao fazê-lo, pelo menos alguém recobriu algumas questões críticas com respeito à justificabilidade de uma alegação em termos da atenção do outro.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Extracts from “Notes” (1970-1971). In: MORSON, Gary Saul (Ed.), **Bakhtin: Essays and Dialogues on His Work**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

Dictionary.com. <http://dictionary.reference.com/browse/perspective>. Acesso em: 15.mai 2009.

INCH, Edward S.; WARNICK, Barbara. **Critical Thinking and Communication: The use of reason in argument**. Boston: Allyn & Bacon, 2010.

JOHNSON, Ralph H. Revisiting the Logical/Dialectical/Rhetorical Triumvirate. In: RITOLA, Juho (Ed.). **Argument Cultures: Proceedings of OSSA 09**. Windsor: OSSA, 2009. p. 1-13.

McKERROW, Raymie E. The centrality of justification: Principles of warranted assertability. In: WILLIAMS, David; HAZEN, Michael D. (Eds.). **Argumentation Theory and the Rhetoric of Assent**. University: University of Alabama Press, 1990. p. 17-32.

Miriam Webster Online. <http://jaguar.eb.com/dictionary/perspective>. Acesso em: 15.mai 2009.

MONTGOMERY, Barbara M.; BAXTER, Leslie A. **Dialectical approaches to studying personal relationships**. Mahwah: LEA, 1998.

O’KEEFE, Daniel J. Two concepts of argument. **Journal of the American Forensic Association**, n. 13, p. 121-128, 1977.

RIEKE, Richard D.; SILLARS, Malcolm O.; PETERSON, Tarta R. **Argumentation and Critical Decision Making**. Boston: Allyn & Bacon, 2009.

RYBACKI, Karyn Charles; RYBACKI, Donald Jay. **Advocacy and Opposition: An introduction to argumentation**. Boston: Allyn & Bacon, 2004.

TINDALE, Christopher. **Acts of Arguing: A Rhetorical Model of Argument**. Albany: State University of New York Press, 1999.

TINDALE, Christopher. **Rhetorical Argumentation**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

WENZEL, Joseph. Three Perspectives on Argument. In: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (Eds.). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honour of Wayne Brockriede**. Prospect Heights: Waveland Press, 1990. p. 9-16.

Tradução

Eduardo Lopes Piris

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Docente da Universidade de São Paulo (USP)

Forma de citação sugerida

McKERROW, Raymie E. Comentário sobre “revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica”, de Ralph Johnson. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 274-284, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2709.

Resenha

Resenha de “Retórica e discurso – fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais. homenagem à Professora Lineide do Lago Salvador Mosca”, de Hubert & Bento (Org.).

Maria Helena Cruz Pistori

Doutora em Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil.
mhcpist@uol.com.br

Resumo: O texto apresenta a obra recém-publicada *Retórica e discurso – fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais*. Homenagem à professora Lineide do Lago Salvador Mosca, organizada por Elizabete Enz Hubert e Emilson José Bento. Inicialmente a resenha contextualiza a obra e seu surgimento, destacando aspectos da trajetória acadêmica da homenageada e do grupo fundado por ela (GERAR). A seguir, indica brevemente conteúdos que o leitor encontrará nas três partes em que a obra foi dividida.

Palavras-chave: Retórica. Discurso. Homenagem

Abstract: The text presents the newly-published work *Retórica e discurso – fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais*. Homenagem à professora Lineide do Lago Salvador Mosca, organized by Elizabete Enz Hubert and Emilson José Bento. At first, the review contextualizes the work and its emergence, highlighting aspects of the academic trajectory of the honoree and the group founded by her (GERAR). It then briefly indicates content that the reader will find in the three parts in which the work was divided.

Keywords: Rhetoric. Discourse. Homage.

*A retórica é útil, porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários. Donde se segue que, se as decisões não forem proferidas como convém, o verdadeiro e o justo serão necessariamente sacrificados: resultado este digno de censura (1355a).
Aristóteles*

*Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal
Mikhail Bakhtin*

Antes de tudo, é preciso contextualizar esta obra. Já é um truísmo, na área dos estudos da linguagem, a afirmação de que o renascimento da retórica ocorre em 1958, com os trabalhos de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca - *Tratado da argumentação: a nova retórica*, e Stephen Toulmin - *Os usos do argumento*. A essas duas obras fundamentais, que retomaram, reavaliaram e propuseram novas leituras das retóricas grega e romana, seguiram-se vários outros modos de revitalização da antiga disciplina, bem registrados em *Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos*, de Lineide do Lago Salvador Mosca, primeiro dos artigos de *Retóricas de ontem e de hoje*, obra também organizada por ela, cuja primeira edição é de 1997 (2001, p. 17-54).

No entanto, o interesse de Mosca pela questão da persuasão discursiva, antecede essa publicação. Consultando seu CV Lattes, constatamos que ela - hoje professora livre-docente no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, oferece a disciplina de “Retórica e argumentação”, na graduação, desde 1988; e, na pós-graduação, desde 1992. Ao longo de toda sua carreira investiu nos estudos e aprofundamento do tema, tanto no Brasil, como na França, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos, ora como pesquisadora, ora como professora-visitante de diferentes universidades.

Assim, é o louvor e o reconhecimento por um trabalho persistente, profícuo e amplo que motiva a publicação de *Retórica e discurso – fronteiras e*

interfaces: das origens aos desdobramentos atuais. Homenagem à professora Lineide do Lago Salvador Mosca, pela editora Pontes (2019). A obra foi organizada por Elizabete Enz Hubert e Emilson José Bento, ambos orientados por ela em seus doutorados na Universidade de São Paulo.

Em seu lançamento na Livraria Martins Fontes, muitos alegavam, de modo bem-humorado, ser a obra a nova “Bíblia” da argumentação, sobretudo por suas 781 páginas. Ainda que isso possa soar exagerado, na realidade, os organizadores da obra coletiva reuniram ali 29 textos de autores que, de uma ou outra forma, estiveram ligados a Lineide Mosca ao longo desses anos todos. E a competente Apresentação, assinada por Hubert e Bento, dá ao leitor uma visão não apenas das justificativas da publicação, mas também de todos os textos que ali encontraremos.

Nos entusiasmados primeiros parágrafos, os organizadores já definem a dupla homenagem consubstanciada na obra: à mestra e ao Grupo de Pesquisa GERAR – Grupo de Estudos de Retórica e Argumentação que coordena. Foi fundado em 1994, no momento em que a professora desenvolvia o projeto “Retórica e argumentação. Exame de procedimentos discursivos”. Dizem eles: “Homenagem é reconhecimento! Quem homenageia reconhece na dedicação perseverante de toda uma vida dons maduros de saber, que o tempo e a persistência tornam *sabedoria*, que permanecem e edificam outras vidas” (HUBERT; BENTO, 2019, p. 9). Desse modo, a produção textual reunida na obra é, sem dúvida, fruto do esforço e dedicação da mestra. É também dela! Sobre o dinâmico funcionamento do GERAR, que completa vinte e cinco anos de fundação, suficiente consultar seu site, no portal da USP <http://gerar.fflch.usp.br/quem-somos>. E, se pensarmos mais amplamente em frutos de seu trabalho, devemos ainda considerar o periódico *EID&A*, cujos editores fundadores, Eduardo Lopes Piris & Moisés Olímpio-Ferreira, e também Isabel Cristina Michelan de Azevedo, foram orientados pela professora Lineide.

A capa do livro oferece ao leitor uma ideia de seu conteúdo: são discursos, estudos sobre discursos. As duas imagens retratam assembleias, *lócus* dos discursos do gênero deliberativo, muito semelhantes: à esquerda, um anfiteatro antigo, em que orador e plateia debatem, todos em túnicas brancas, lembrando-nos o senado nos tempos de Roma. À direita, o espaço é

contemporâneo: o anfiteatro, também em semicírculo, apresenta uma tela por detrás da tribuna, assentos à frente e um balcão ao redor da plateia para observadores; parece ser o senado brasileiro. Como sabemos, a esfera política, desde a democracia grega, é um campo em que a retórica sempre esteve presente. E a capa atesta esse fato. “A instância da enunciação e de sua cenarização permite acessar o sócio-histórico” (HUBERT; BENTO, 2019, p. 11), lembram os organizadores. E acrescentam: “Os estudos retórico-argumentativos situam-se em um quadro maior, o dos estudos *discursivos*, o que parece ser uma das grandes contribuições de nossa homenageada” (HUBERT; BENTO, 2019, p. 12).

O livro está organizado em três partes. Tanto a primeira quanto a segunda apresentam artigos predominantemente teóricos. Na terceira, ao lado dos aspectos teóricos, diferentes objetos são analisados, em uma abordagem multidisciplinar. A identificação e filiação acadêmica dos autores encontram-se em notas de rodapé, mas nem sempre de modo mais completo, o que, provavelmente, se deve às informações fornecidas por eles mesmos.

Na primeira parte, intitulada “Percorrendo a história da retórica: dos gregos e romanos aos nossos dias”, encontram-se sete artigos. Todos eles tratam da retórica no mundo antigo, a retórica greco-romana, numa ordem cronológica que chega à atualidade. No artigo de José Rodrigues Seabra Filho (USP) – Cícero e a retórica greco-romana, o destaque é a figura de Marco Túlio Cícero, grande mestre da retórica latina. A república consular romana do período republicano, do séc. V aC até praticamente a época de Cícero, cuja carreira se inicia em 86 aC, é o pano de fundo para seus discursos, muitos deles parcialmente recuperados no texto. O artigo seguinte – Retórica e exegese na pregação crista, Emilson José Bento - que teve seu doutorado orientado por Mosca, ao analisar a retórica de Santo Agostinho, aponta modos como as pregações dos primeiros cristãos se apropriaram da cultura greco-romana; e Lênia Márcia Mongelli (USP), em A retórica e os prólogos dos livros de cavalarias, trata dos textos literários medievais, ressaltando engenhosidades retóricas dos romances de cavalaria a partir do século XI. Segue-se um estudo sobre a lírica galego-portuguesa – Recursos retóricos na lírica galego-portuguesa: a litotes na “cantiga da guarvaia”, de Yara Frateschi Vieira (UNICAMP), levantando características próprias da lírica desenvolvida

pelos trovadores e detendo-se sobre o uso da litotes na Cantiga da Ribeirinha ou Cantiga da Guarvaia, do trovador Pai Soares de Taveirôs.

Chegando à Idade Moderna, ainda nesta primeira parte, o estudo de Elaine C. Sartorelli (USP) a respeito de Erasmo de Rotterdam – A retórica na Idade Moderna: Erasmo de Rotterdam - busca observar sua importância no estabelecimento de conceitos retóricos importantes no Renascimento. E Moisés Olímpio Ferreira (IFSP), também ex-orientando de Lineide Mosca, em [Nova] retórica e argumentação: a negociação de um ponto de vista - aborda desdobramentos da retórica para além daquela “retórica restrita” apontada por Gérard Genette no texto publicado em *Communications*, 16, de 1970, pela École Pratique des Hautes Études – Centre d’Études des Communications de Masse (p. 158-171). Fechando essa primeira parte, o artigo de Débora Massmann (UNIVÁS-MG) – Argumentação: memória de sentidos e rupturas - propõe-se a descrever e analisar o próprio sentido da palavra “argumentação”, buscando delinear a história do conceito a partir de meados do séc. XX.

A segunda parte – “Desafios e perspectivas atuais para os estudos retórico-argumentativos”, inicia-se com uma entrevista da professora Lineide ao pesquisador português Rui Alexandre Grácio, filósofo e doutor em Ciências da Comunicação e Filosofia (Universidade do Minho), com ênfase na área da Retórica, Argumentação e Análise do Discurso. Grande conhecedor da retórica em sua interface com a filosofia, a entrevista oferece ao leitor tópicos variados para reflexão, de questões culturais a educacionais e sobre o próprio desenvolvimento dos estudos retóricos atuais. Aprofundando o conhecimento dos estudos que têm desenvolvido, mais adiante, ainda nessa segunda parte, o artigo de Grácio - Compreensão, argumentação e retórica, permite-nos entrever a interface desses conceitos com a hermenêutica. É após a entrevista, no entanto, que encontramos o artigo Novos tempos, novos paradigmas: os desafios dos estudos retóricos na modernidade, de Lineide Mosca, no qual a autora apresenta o que poderia ser compreendido como uma atualização do artigo de 1997, citado anteriormente, colocando o leitor diante de um amplo panorama do que se entende por estudos retóricos na atualidade. Os dois últimos artigos dessa parte também mostram aspectos contemporâneos dos estudos retóricos: Ivo Dittrich (UNIOESTE), em A plasticidade do sentidos e seu uso estratégico na argumentação, trata da

adequação dos sentidos em diferentes textos, examinando especialmente as “noções confusas”, teórica e metodologicamente, no todo da obra de Chaïm Perelman, e ainda suas relações com as metáforas. Encerrando esta parte da obra, um estudo sobre a retórica - “terceiro ramo da semiótica”, segundo Charles S. Peirce – A retórica segundo Peirce, redigido por Vinícius Romanini (ECA-USP).

Como se pode comprovar, apenas essas duas primeiras partes teóricas já definiriam a importância da publicação, dando ao leitor muito material para reflexões profundas. Mas a terceira parte nos mostra como aqueles conceitos teóricos podem ser mobilizados na compreensão de diferentes aspectos e objetos de nossa sociedade. Seu título “Retórica e argumentação: abordagens multidisciplinares em torno de múltiplos objetos” aponta justamente para a interdisciplinaridade dos estudos retóricos desenvolvidos sob os auspícios da professora Lineide Mosca. De modo geral, ousamos afirmar que, aproximando-se do que seria uma abordagem bakhtiniana dos discursos, as análises tomam os objetos em sua *integridade concreta e viva*, buscando-lhes o sentido na interação do verbal com o extraverbal, isto é, descrevem-se e analisam-se discursos situados espacial e temporalmente, com um autor e um destinatário (Cf. Bakhtin, 2008, p. 207; Volóchinov, 2017, p. 220, entre outros). Temos nessa parte, então, trabalhos que se debruçam sobre o discurso jurídico, o discurso religioso, o discurso literário, o discurso midiático, o discurso musical e ainda o discurso educacional.

Como se vê, a gama é bastante ampla e permite ao leitor entrever possibilidades múltiplas de diálogo com diferentes temas importantes de nossa sociedade. Como afirmam os organizadores:

Nesta rota, cada um poderá decidir onde deseja parar, que lugares deseja visitar, sempre conforme os seus interesses e opções teóricas. No conjunto, a obra reflete a intensidade e qualidade dos trabalhos realizados em torno do GERAR no decorrer dos últimos anos mostrando que o grupo é uma verdadeira *comunidade de espíritos* em contínuo diálogo sobre a *retoricidade* constitutiva da vida social e da cultura (HUBERT; BENTO, 2019, p. 29).

Não há como fugir: a resenha é um discurso epidítico, aquele que serve à crítica ou ao elogio de homens e feitos. Neste caso, os louvores à realização da obra são muitos, mesmo que, nos artigos, se possam configurar níveis de qualidade e aprofundamento diversos. Mas, enfim, a publicação é uma

abertura para o diálogo e sua leitura deve suscitar tanto respostas responsáveis de leitores e autores, como promover a discussão de objetos teóricos e a análise de práticas argumentativas em nossa sociedade.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução: e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3.ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4.ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. Adendo 2. In: _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4.ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GENETTE, Gérard. La rhétorique restreinte. **Communications**, Paris, n. 16, p. 158-171, 1970.

MOSCA Lineide Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____ (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução: Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VOLÓSHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório: Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Forma de citação sugerida

PISTORI, Maria Helena Cruz. Resenha de “Retórica e discurso – fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais. homenagem à Professora Lineide do Lago Salvador Mosca”, de Hubert & Bento (Org.). **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 286-292, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2652.

EID&A

Nº 20
v. 1

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores responsáveis:

Eduardo Lopes Piris

Isabel Cristina Michelan de Azevedo

Maurício Beck

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Rubens Damasceno-Morais

Editores fundadores:

Eduardo Lopes Piris

Moisés Olímpio-Ferreira